

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**LARISSA CHIULLI GUIDA**

**Ajuste espacial, capital financeiro e agronegócio:**

Fusão Territorial Monopolística do grupo  
Adecoagro em Mato Grosso do Sul

São Paulo  
Versão Corrigida  
2023

LARISSA CHIULLI GUIDA

**Ajuste espacial, capital financeiro e agronegócio:**

Fusão Territorial Monopolística do grupo  
Adecoagro em Mato Grosso do Sul

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Geografia Humana.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Inez Medeiros  
Marques

São Paulo  
Versão Corrigida  
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G943a Guida, Larissa Chiulli  
Ajuste espacial, capital financeiro e agronegócio:  
Fusão Territorial Monopolística do grupo Adecoagro  
em Mato Grosso do Sul / Larissa Chiulli Guida;  
orientador Marta Inez Medeiros Marques - São Paulo,  
2023.  
195 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de Geografia. Área de  
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia agrária. 2. Territorialização. 3.  
Agronegócio. I. Marques, Marta Inez Medeiros, orient.  
II. Título.

## Termo de Anuência



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

### ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

#### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a):** Larissa Chiulli Guida

**Data da defesa:** 14/09/2022

**Nome do Prof. (a) orientador (a):** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Inez Medeiros Marques

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21/12/2022.

(Assinatura do (a) orientador (a))



**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**ATA DE DEFESA**

Aluno: 8136 - 8766486 - 2 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Dissertação do(a) Senhor(a) Larissa Chiulli Guida no Programa de Geografia (Geografia Humana) do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 14 dias do mês de setembro de 2022, no(a) Sala Virtual realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Larissa Chiulli Guida, apresentada para a obtenção do título de Mestra intitulada:

"Ajuste espacial, capital financeiro e agronegócio: fusão territorial monopolística do grupo Adecoagro em Mato Grosso do Sul."

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Marta Inez Medeiros Marques	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Flamarion Dutra Alves	Titular	UNIFAL - Externo	Aprovado
Sedeval Nardoque	Suplente	UFGD - Externo	Aprovado

**Resultado Final:** Aprovado

**Parecer da Comissão Julgadora \***

Eu, Juliana Zuleide de Oliveira Rossetini <sup>DocuSigned by:</sup> Juliana Zuleide de Oliveira Rossetini, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

<sup>DocuSigned by:</sup>  
Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

<sup>DocuSigned by:</sup>  
Flamarion Dutra Alves  
Flamarion Dutra Alves

<sup>DocuSigned by:</sup>  
Sedeval Nardoque  
Sedeval Nardoque

<sup>DocuSigned by:</sup>  
Marta Inez Medeiros Marques  
Marta Inez Medeiros Marques  
Presidente da Comissão Julgadora

\* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 14/09/2022 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestra em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

<sup>DocuSigned by:</sup>  
[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Pós-Graduação

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Marta, pelas orientações, compromisso, compreensão, confiança e respeito ao meu processo de formação, meu sincero agradecimento!

Aos professores Ariovaldo, Flamarion e Sedeval, pelas contribuições e sugestões fundamentais para a finalização deste trabalho.

À minha família, mãe, Rapha, Jô, Nina, “Giovanica”, Patrícia, Mariana, Mauro, por nos cuidarmos.

Às amigas, Cassi, Fê Fazoli, Fê Pimentel, Mari Mendonça, Ícaro, Gabi, Lê, Rê, Bia, pela necessária presença nesta travessia.

## RESUMO

GUIDA, L. C. **Ajuste espacial, capital financeiro e agronegócio:** Fusão Territorial Monopolística do grupo Adecoagro em Mato Grosso do Sul. 2022. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Observou-se nos últimos anos uma crescente demanda dos investidores financeiros por ativos considerados seguros, em especial pela apropriação de terras e recursos naturais. Com a alta nos preços das *commodities* agrícolas, fundos financeiros foram atraídos pela possibilidade de obter altas rentabilidades neste setor. Os expressivos investimentos na produção agrícola mundial desencadearam o fenômeno que ficou conhecido como *land grabbing*, onde empresas transnacionais passaram a adquirir e arrendar terras em países com essa disponibilidade. Nas terras brasileiras, a agroindústria canvieira está entre os setores que mais expressam tal fenômeno, promovido pela recente abertura de capital de empresas nacionais e pela entrada de transnacionais. Um dos grupos que se territorializou neste setor foi o Grupo Adecoagro, uma transnacional fundada em 2001 na Argentina, que se expandiu para o Brasil e Uruguai e atualmente é um dos principais produtores de alimentos e energia renovável da América do Sul. No Brasil, a empresa se destaca justamente no setor sucroenergético e produz através de três usinas próprias: Monte Alegre, em Minas Gerais (que foi adquirida) e outras duas construídas em Mato Grosso do Sul, formando a empresa subsidiária Adecoagro Vale do Ivinhema. Nesse contexto, este trabalho analisou e pesquisou a territorialização da Adecoagro, a partir da expansão da produção sucroenergética em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Angélica e Ivinhema, com a finalidade de compreender as estratégias de acumulação de uma empresa transnacional controlada por investidores financeiros. Para tanto, foi feito levantamento de dados secundários e primários, revisão bibliográfica e produção cartográfica. Observou-se o controle do processo produtivo no campo através da expansão da produção canvieira em região considerada de fronteira, que não possuía histórico de produção dessa cultura. O capital financeiro, por meio da territorialização da empresa em questão, determinou e monopolizou a produção agrícola, impulsionou o mercado fundiário e interferiu, mesmo que indiretamente, no acesso à terra e reprodução dos trabalhadores e produtores familiares da região.

**Palavras-chave:** Financeirização. Economia do agronegócio. Mundialização da agricultura. Setor Sucroenergético. Vale do Ivinhema.

## ABSTRACT

GUIDA, L. C. **Spatial fix, financial capital and agribusiness: Monopolistic territorial fusion of the Adecoagro group in Mato Grosso do Sul State, Brazil.** Dissertation (Masters) Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

In the last few years, there has been a growing demand from financial investors for assets considered safe, especially for the appropriation of land and natural resources. With the rise in prices of agricultural commodities, financial funds were attracted by the possibility of obtaining high returns in this sector. Significant investments in world agricultural production triggered the phenomenon known as land grabbing, where transnational companies began to acquire and lease land in countries with such availability. In Brazilian lands, the sugarcane agroindustry is among the sectors that most express that phenomenon, promoted by the recent opening of national companies and the entry of transnationals. One of the groups in this sector was Grupo Adecoagro, a transnational founded in 2001 in Argentina, which expanded to Brazil and Uruguay and is currently one of the main producers of food and renewable energy in South America. In Brazil, the company stands out precisely in the sugar-energy sector and produces through three of its own plants: Monte Alegre, in Minas Gerais state (which was acquired) and two others built in Mato Grosso do Sul state, forming the subsidiary company Adecoagro Vale do Ivinhema. In this context, this work aimed to analyze and to research the territorialization of Adecoagro, from the expansion of sugarcane production in Mato Grosso do Sul state, in the municipalities of Angélica and Ivinhema, with the purpose of understanding accumulation strategies of a transnational company controlled by financial investors. For that, a survey of secondary and primary data, bibliographic review and cartographic production was carried out. A control of the production process in the field through the expansion of sugarcane production in a region considered to be a frontier was observed, which did not have a history of production of this culture. Financial capital, through the territorialization of the company in question, determined and monopolized agricultural production, boosted the land market and interfered in access to land and reproduction of workers and family producers in the region, even indirectly.

Keywords: Financialization. Agribusiness economy. Globalization of agriculture. Sugarcane Sector. Ivinhema Valley.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Adecoagro: Usinas do setor sucroenergético, canaviais próprios e números da produção (safra 2017/2018).	15
<b>Figura 2</b>	Adecoagro: histórico da expansão da empresa (2002-2018).	79
<b>Figura 3</b>	Adecoagro: Banco de terras (próprias e arrendadas), safras 2018/2019 (grãos) e 2019/2020 (cana), na Argentina, Brasil e Uruguai.	80
<b>Figura 4</b>	Adecoagro: composição acionária em 27 de abril de 2021.	84
<b>Figura 5</b>	Adecoagro: Estrutura Corporativa em 2020.	86
<b>Figura 6</b>	Adecoagro: Organograma da estrutura societária em 2018.	88
<b>Figura 7</b>	Adecoagro: Land Bank e resumo das transações fundiárias por ano.	120
<b>Figura 8</b>	Digitalização: Folha 01 (frente). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).	138
<b>Figura 9</b>	Digitalização: Folha 06 (frente). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).	139
<b>Figura 10</b>	Digitalização: Folha 06 (verso). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).	140
<b>Figura 11</b>	Digitalização: Folha 07 (verso). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).	141
<b>Figura 12</b>	Adecoagro: Infográfico da produção sucroenergética em 2018.	144
<b>Figura 13</b>	Adecoagro: estratégias de territorialização no setor sucroenergético.	145
<b>Figura 14</b>	Adecoagro: Quadro de funcionários, por setor, nos anos de 2019, 2020 e 2021.	146
<b>Figura 15</b>	Adecoagro no Brasil: relação dos principais empréstimos.	147
<b>Figura 16</b>	Adecoagro: Benefício fiscal (via ICMS) ofertado pelo estado de Mato Grosso do Sul.	149
<b>Figura 17</b>	Adecoagro (material publicitário) “Baixa competição por terras resulta em menor custo de parceria agrícola”.	152

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Expansão da área plantada (hectares) de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, de 1988 a 2021.	126
<b>Gráfico 2</b>	Área plantada de cana-de-açúcar (1000 hectares) nos principais estados produtores, período: safras 2005/06 a 2021/22.	127
<b>Gráfico 3</b>	Produção de cana-de-açúcar (1000 toneladas) nos principais estados produtores, período: safras 2005/06 a 2021/22.	127
<b>Gráfico 4</b>	Efetivo dos rebanhos (milhões de cabeças) em Mato Grosso do Sul, de 1974 a 2019.	128
<b>Gráfico 5</b>	Brasil: série histórica da variação da área plantada (1000 hectares) e produção (1000 toneladas) de cana-de-açúcar, safras 2005/06 a 2021/22.	132
<b>Gráfico 6</b>	Expansão da área plantada (hectares) de cana-de-açúcar em Angélica-MS e Ivinhema-MS, de 2000 a 2021.	161
<b>Gráfico 7</b>	Efetivo do rebanho bovino (cabeças) em Angélica-MS e Ivinhema-MS, de 2004 a 2021.	164

### LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Territorialização da Adecoagro na Argentina, Brasil e Uruguai (2020).	100
<b>Mapa 2</b>	Fusão Territorial Monopolística da Adecoagro Vale do Ivinhema (2014).	155
<b>Mapa 3</b>	Expansão de canaviais em Angélica-MS e Ivinhema-MS (2006-2020).	160

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Adecoagro: Subsidiárias do Grupo em 31 de dezembro de 2020.	83
<b>Quadro 2</b>	Adecoagro: Governança Corporativa.	91
<b>Quadro 3</b>	Adecoagro: Banco de terras (propriedades, uso e área) em 2020.	103
<b>Quadro 4</b>	Usinas da agroindústria canvieira no estado Mato Grosso do Sul, em 2014.	131
<b>Quadro 5</b>	Área das propriedades agrícolas da Adecoagro em Mato Grosso do Sul em 30 de setembro de 2022.	156
<b>Quadro 6</b>	Adecoagro: Registro do imóveis rurais em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, 2015.	157

### LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Adecoagro: Banco de terras na Argentina, Uruguai e Brasil em 2020.	
<b>Tabela 2</b>	Adecoagro: financiamentos concedidos pelo BNDES.	147
<b>Tabela 3</b>	Adecoagro: Série histórica da moagem e produção de açúcar, etanol e energia e área do canavial (total, terras próprias e arrendadas) das 3 usinas.	159
<b>Tabela 4</b>	Série histórica (2000) a 2021) da área plantada (hectares) de lavouras permanentes e temporárias em Angélica-MS.	166
<b>Tabela 5</b>	Série histórica (2000) a 2021) da área plantada (hectares) de lavouras permanentes e temporárias em Ivinhema-MS.	167
<b>Tabela 6</b>	Preço de terras (2017 e 2019), segundo de usos, em Angélica-MS, Nova Alvorada do Sul-MS e Sidrolândia-MS.	169
<b>Tabela 7</b>	Número e área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Ivinhema-MS e Angélica-MS, segundo o grupo de área, no ano de 2006.	170

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1- ACUMULAÇÃO, CRISE, E AJUSTE ESPACIAL</b>	<b>23</b>
1.1. GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	24
1.1.1. <i>Neoliberalismo: virada para a acumulação financeira</i>	34
1.1.2. <i>Crises neoliberais: ajuste espacial e acumulação por espoliação</i>	43
1.2. MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: CAPITALISMO RENTISTA E NEOLIBERALISMO	52
1.2.1. <i>Capital financeiro e Economia do Agronegócio</i>	52
1.2.2. <i>“Land Grabbing”, “Green Grabbing”: Rentismo e territorialização do capital financeiro no século XXI</i>	63
<b>CAPÍTULO 2- GRUPO ADECOAGRO: rentismo na produção de <i>commodities</i> e no mercado fundiário</b>	<b>73</b>
2.1. FINANÇAS E TRANSNACIONAIS AGRÍCOLAS: <i>HOLDING</i> E PROPRIETÁRIOS-ACIONISTAS (INVESTIDORES INSTITUCIONAIS)	74
2.2. “AJUSTE ESPACIAL” NA AMÉRICA DO SUL: ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS MONOPOLISTAS	98
2.3. ESPECULAÇÃO NO MERCADO FUNDIÁRIO: A TERRA COMO ATIVO FINANCEIRO	105
2.3.1. <i>A sujeição da renda da terra ao capital</i>	105
2.3.1.1. A categoria Renda da terra	111
2.3.2. <i>Capital financeiro e mercado fundiário: acumulação rentista da Adecoagro</i>	113
<b>CAPÍTULO 3- FUSÃO TERRITORIAL MONOPOLÍSTICA: A territorialização da Adecoagro Vale do Ivinhema</b>	<b>123</b>
3.1. EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM MATO GROSSO DO SUL: BREVES CONSIDERAÇÕES	123
3.2. ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA: FUSÃO TERRITORIAL MONOPOLÍSTICA	136
3.2.2. <i>Territorialização do monopólio e monopolização do território</i>	154
3.2.2.1. Ajuste espacial e acumulação por espoliação: controle territorial e impactos ambientais	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>178</b>

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>182</b>
APÊNDICE A- Adecoagro: Subsidiárias em 2017	189
APÊNDICE B- Adecoagro: Histórico do Conselho Administrativo (2011-2017)	190
APÊNDICE C- Adecoagro: Histórico do Conselho Executivo (2011-2017)	191
APÊNDICE D- Série histórica (2005-2012) do Crédito Rural em Ivinhema-MS	192
APÊNDICE E- Série histórica (2005-2012) do Crédito Rural em Angélica-MS	193
APÊNDICE F- Outorgas de uso e perfuração de poços artesianos pela empresa Adecoagro Vale do Ivinhema concedidas pelo IMASUL (2021, 2020, 2019 e 2018).	194

## INTRODUÇÃO

No início desse século, a partir sobretudo de 2008 - quando a crise econômica mundial se torna aparente -, observou-se uma crescente demanda dos investidores financeiros por ativos seguros, em especial pela apropriação de terras e recursos naturais. Tal fato teve grande repercussão nas grandes mídias mundiais e, desde então, observa-se uma profusão de estudos e publicações sobre o que se denominou uma atual “corrida mundial por terras”, que indicava, de forma simples, a apropriação, concentração e controle de terras e recursos naturais pelo capital financeiro, através de investimentos feitos por diversos fundos em empresas que atuam no setor mundial de produção de *commodities* agrícolas e biocombustíveis.

De maneira geral, como o mercado global das finanças tem sido a tônica no atual processo de acumulação, considera-se que o capital financeiro busca incessantemente novas formas de autovalorização. Com a alta nos preços das *commodities* agrícolas, muitos fundos financeiros foram atraídos pela possibilidade de obter altas rentabilidades neste setor. Os massivos investimentos desses capitais no setor agrícola mundial levaram a um fenômeno que ficou conhecido como *land grabbing*, em que empresas transnacionais passaram a adquirir e arrendar terras em países com potencial agrícola.

Em uma análise sobre alguns casos de transações fundiárias em países da América Latina, Borrás *et. al.* (2012) chamam a atenção para importantes pontos interpretativos, entre os quais destacam-se: o esclarecimento de que a apropriação de terras agrícolas significa, essencialmente, o controle (monopólio) do uso da terra e demais recursos naturais (hídricos, minerais e florestais), sendo que esse controle nem sempre seguirá de expropriação da população local; e que o recente interesse dos investidores financeiros que estão promovendo o *land grabbing* reflete as estratégias da dinâmica da acumulação de capital, que responde à convergência de múltiplas crises: alimentar, energética, ambiental, climática e financeira.

No Brasil, a agroindústria canavieira está entre os setores que mais expressam o tal fenômeno, devido à entrada mais recente de empresas transnacionais que passaram a adquirir e arrendar terras. Um dos grupos que se territorializou neste setor foi o Grupo Adecoagro, uma transnacional que foi fundada em 2001 na Argentina, se expandiu para o Brasil e o Uruguai e atualmente é um dos principais produtores de alimentos e energia renovável da América do Sul. Com atividades relacionadas à produção de grãos, arroz, oleaginosas, amendoim, lácteos e seus derivados, açúcar, e etanol, além da cogeração de energia elétrica. Estes negócios são divididos em três frentes (a) produção agrícola (grãos e leite), (b) transações imobiliárias e (c) produção

sucroenergética, para levar a cabo a sua estratégia de negócio, a empresa controla um banco de terras de mais de 430.000 hectares, entre terras próprias e arrendadas (ALMEIDA; GUIDA, 2017).

Tendo em mente a problematização do *land grabbing*, passou-se a estudar, inicialmente, as estratégias do grupo Adecoagro no campo brasileiro em relação à compra e venda de terras agrícolas no país, foi verificado que a empresa possuía (em 2015/2016) aproximadamente 30 mil hectares de terras, sendo mais de 90% destas destinadas à produção de cana-de-açúcar. O negócio propriamente imobiliário/especulativo de terras agrícolas da empresa é realizado na Argentina (ALMEIDA; GUIDA, 2017).

No Brasil o grupo possui três usinas canavieiras: a Usina Monte Alegre que está localizada no município de Monte Belo em Minas Gerais e duas usinas localizadas em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Angélica e Ivinhema, que formam, como denominado pela empresa, o *cluster* Adecoagro Vale do Ivinhema. Este faz parte da “nova safra de capitalistas no campo brasileiro”, como nomeou Frederico e Gras (2017, p.12) para se referir às transnacionais controladas por diferentes fundos financeiros que passaram a investir no agronegócio brasileiro a partir da alta especulação das ações de *commodities* e biocombustíveis nos mercados bursáteis mundiais, no contexto do referido fenômeno da apropriação mundial de terras.

A entrada da Adecoagro no setor sucroenergético brasileiro representou mais um dos vários movimentos de concentração e centralização de capitais financeiros, via empresas transnacionais, que ocorreu neste setor. Em 2005 ela comprou a tradicional usina Monte Alegre (Monte Belo-MG), que produzia desde a década de 1970, como parte de um “projeto piloto” para, na sequência, realizar o seu principal investimento no país que foi a construção de duas usinas em Mato Grosso do Sul, região considerada de fronteira de expansão agropecuária, sem tradição na produção canavieira, com grande disponibilidade de terras agrícolas a baixos preços (RELATÓRIO ANUAL, 2011).

Neste sentido, buscou-se compreender o movimento recente da dinâmica da acumulação capitalista no campo brasileiro para realizar um estudo de caso da territorialização da Adecoagro Vale do Ivinhema que passou a ser o objetivo geral desta pesquisa. Mais precisamente, o processo de Fusão Territorial Monopolística, como apontado por Oliveira (2016).

Para isso, analisou-se as estratégias de consolidação e expansão da empresa a partir de dois pontos centrais: (a) conhecer as estratégias da territorialização do grupo Adecoagro na América do Sul; (b) analisar em Angélica-MS e Ivinhema-MS a territorialização e

monopolização das usinas canavieiras da “Adecoagro Vale do Ivinhema<sup>1</sup>”, a partir da Fusão Territorial Monopolística. Os objetivos foram:

I)- Pesquisar as estratégias de acumulação nos três setores de negócios da Adecoagro: produção agrícola, transformação de terras e setor sucroenergético, com a finalidade de compreender como a abertura de capital se associa com a expansão das atividades da empresa.

II)- Analisar o banco de terras agrícolas (denominado por ela, *landbank*) para compreender a estratégia de acumulação via mercado fundiário e apropriação da renda da terra.

III)- Analisar o processo de territorialização e expansão do setor sucroenergético da Adecoagro Vale do Ivinhema, a fim de verificar as transformações dele decorrentes, tais como: apropriação, concentração e controle de terras agrícolas, controle do processo produtivo do campo, apreciação do mercado fundiário local e as consequências sociais e ambientais.

Importante mencionar que parte desta pesquisa deriva de um projeto anterior de dissertação que foi interrompido, por isso, os dados de levantamento primário correspondem aos anos de 2015 e 2016. Esta pesquisa anterior tinha como objetivo central analisar as transações de terras agrícolas do Grupo Adecoagro no Brasil, verificou-se que no país, a principal atividade realizada pela empresa é a produção no setor sucroenergético, portanto, a pesquisa aqui apresentada traz este recorte como objeto de análise.

Na Figura 1, verifica-se a localização das três usinas da empresa, duas em Mato Grosso do Sul (MS) uma em Minas Gerais (MS), também estão localizadas as propriedades rurais próprias da empresa que totalizam aproximadamente 13.000,000 hectares sendo todas elas localizadas em Mato Grosso do Sul. Observa-se também que as usinas neste estado, são responsáveis por mais de 90% da produção total da empresa.

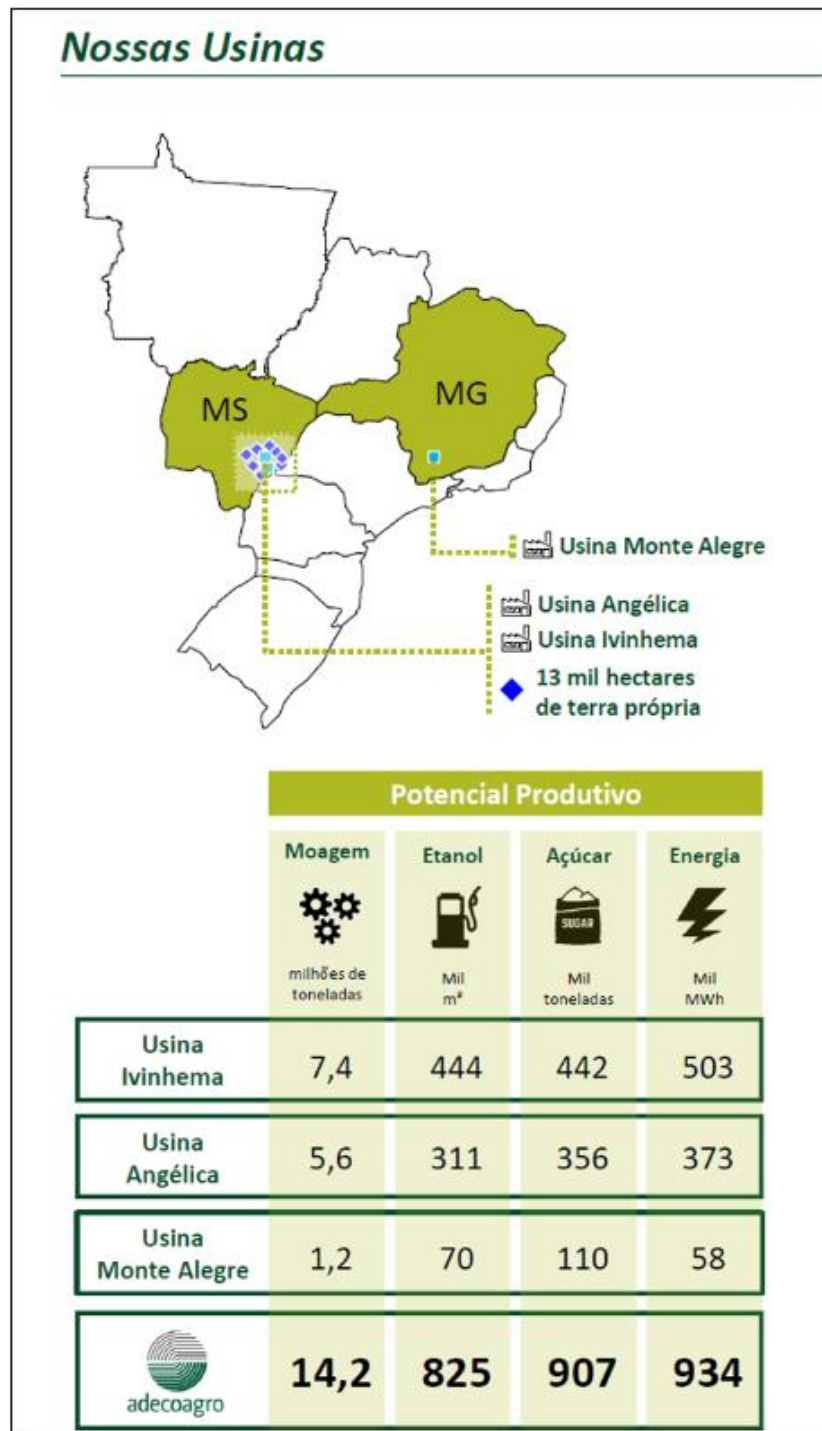
A investigação sobre as propriedades rurais brasileiras pertencentes à empresa, foi feita através de consulta nos Cartórios de Registro Geral de Imóveis a partir das certidões de matrículas das propriedades rurais em nome das usinas. No Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Belo-MG, foi consultada a certidão de matrícula número 1.101, folhas de 01 até 09, que se refere à propriedade em que está localizada a Usina Monte Alegre, com área de 86.46,84 hectares (oitenta e seis hectares, quarenta e seis ares e oitenta e quatro centiares), consta também a averbação de quando a propriedade foi adquirida pelo Grupo Adecoagro em

---

<sup>1</sup> Como será visto no capítulo 2, o Grupo Adecoagro que produz nos três países (Brasil, Argentina e Uruguai) possui subsidiárias que são controladas pelo mesmo corpo de gestores e acionistas. A referida “Adecoagro Vale do Ivinhema” é a empresa subsidiária responsável pela produção das duas usinas da agroindústria canavieira em Mato Grosso do Sul. A territorialização desta empresa será objeto de análise do capítulo 3 desta pesquisa.

2005 e que teve a transferência do controle acionário realizada em 2006, conforme mostra o Anexo A - Matrícula do imóvel da usina Monte Alegre.

**Figura 1** – Adecoagro: Usinas do setor sucroenergético, canaviais próprios e números da produção (safra 2017/2018).



Fonte: (adaptado) Adecoagro. Material publicitário, 2019, p.9.



Como foi verificado que no estado de Minas Gerais o grupo Adecoagro não possui imóveis rurais além da fazenda Monte Alegre, em que está instalada a usina, e que também a territorialização da transacional neste estado se deu através de aquisição de controle acionário, e não por construção de novas usinas, como em Mato Grosso do Sul, fez-se a opção de realizar o recorte espacial nos municípios de Angélica-MS e Ivinhema-MS. Neles estão localizadas as duas usinas responsáveis por mais de 90% da moagem de cana-de-açúcar, e também as propriedades rurais que foram adquiridas pela empresa, como visto na Figura 1. Por serem duas usinas construídas entre municípios vizinhos, com distância aproximada entre elas de 45 quilômetros, o recorte é justificado pela territorialização que se deu como Fusão Territorial Monopolística (OLIVEIRA, 2016), como será visto no capítulo 3.

O levantamento de dados secundários foi dividido em (1) dados referentes à Adecoagro e (2) dados referentes aos municípios das usinas em Mato Grosso do Sul.

- (1) O Grupo Adecoagro abriu capital na Bolsa de Valores de Nova Iorque em 2011, a partir de então, anualmente, a empresa precisa enviar Relatórios Anuais (*Annual Reports*) do encerramento do ano fiscal para agência reguladora de mercado de capitais dos Estados Unidos a *Securities and Exchange Commission* – SEC, tais relatórios ficam disponíveis no site da SEC. Eles se referem ao ano fiscal encerrado em 31 de dezembro, logo, o Relatório Anual de 2011, por exemplo, refere-se ao ano fiscal de 2010, e assim por diante. Nesta pesquisa foram analisados relatórios no intervalo de 11 anos (de 2011 a 2022). Eles foram os principais documentos da empresa utilizados para a elaboração de tabelas, quadros, gráficos, mapas sobre as atividades do Grupo Adecoagro, como: organização acionária, capitalização, balanço contábil dos setores, banco de terras, etc.).

Elenca-se abaixo o ano e link dos Relatórios Anuais consultados, todos foram acessados em abril de 2022.

Relatório Anual de **2011**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000095012311062709/y91810e20vf.htm>

Relatório Anual de **2012**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000119312512192183/d340331d20f.htm>

Relatório Anual de **2013**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000119312513181965/d527345d20f.htm>

Relatório Anual de **2014**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000119312514171434/d718218d20f.htm>

Relatório Anual de **2015**.

Disponível em:

[https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000156761915000620/s000878x1\\_20f.htm](https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000156761915000620/s000878x1_20f.htm)

Relatório Anual de **2016**.

Disponível em:

[https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000167276416000005/t1601026\\_20f.htm](https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000167276416000005/t1601026_20f.htm)

Relatório Anual de **2017**.

Disponível em:

[https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000167276417000046/t1701194\\_20f.htm](https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000167276417000046/t1701194_20f.htm)

Relatório Anual de **2018**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000162828018005268/agro1231201720-final.htm>

Relatório Anual de **2019**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000162828019004963/agro1231201820-final.htm>

Relatório Anual de **2020**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000162828020005757/agro1231201920-final.htm>

Relatório Anual de **2021**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/ix?doc=/Archives/edgar/data/1499505/000162828021007998/agro-20201231.htm>

Relatório Anual de **2022**.

Disponível em:

<https://www.sec.gov/ix?doc=/Archives/edgar/data/0001499505/000162828022011147/agro-20211231.htm>

- (2) O levantamento de dados secundários feitos para analisar o processo de territorialização e expansão do setor sucroenergético da Adecoagro Vale do Ivinhema, foi realizado através de dados municipais de Ivinhema-MS e Angélica-MS, onde a empresa construiu as usinas e possui/opera canaviais (propriedades, arrendamentos e fornecedores). O recorte temporal foi o período de 2000 até 2021 (quando disponíveis), esse recorte é justificado pelo fato de que em ambos os municípios a produção de cana-de-açúcar era basicamente inexistente, os canaviais começaram a ser plantados no ano em que a empresa inicia a construção da usina em Angélica, como será verificado no capítulo 3.
- a) Produção da cana-de-açúcar: série histórica (2000 a 2021) da área plantada (hectares), quantidade produzida, valor da produção. Fonte: IBGE-SIDRA - PAM (Produção Agrícola Municipal).
- b) Produção da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul: série histórica (1988 a 2021) da área plantada (hectares). Fonte: IBGE-SIDRA - PAM (Produção Agrícola Municipal).
- c) Produção agrícola municipal: série histórica (2000 a 2021) da área plantada (hectares) de todas as lavouras permanentes e temporárias. Para a produção das tabelas (capítulo 3), selecionou-se todas as culturas que em algum ano ou período teve a produção registrada pelo IBGE. Fonte: IBGE-SIDRA- PAM (Produção Agrícola Municipal).
- d) participação da atividade canavieira na economia municipal: Produto Interno Bruto-PIB Municipal (setores). Fonte: IBGE-Cidades; Censo demográfico de 2000 e 2010.
- e) Movimento do mercado de terras: RAMT – Relatório de Análise do Mercado de Terras, Mato Grosso do Sul, 2017 e 2020. INCRA
- f) Ações/incentivos governamentais: pesquisar os desembolsos concedidos pelo BNDES; bem como consultar no Diário Oficial (dos municípios, dos estados, e da União) os benefícios fiscais e tributários que a empresa gozou para sua instalação;

O levantamento de dados primários também foi dividido em (3) dados referentes à Adecoagro e (4) dados referentes aos municípios das usinas em Mato Grosso do Sul. Este levantamento foi realizado em julho e dezembro de 2015, nos municípios de Angélica-MS, Ivinhema-MS e São Paulo-SP, período em que foi desenvolvida a pesquisa de mestrado que foi interrompida em 2016. O levantamento de dados primários ocorreu através de (i) visita técnica na usina da Adecoagro em Ivinhema-MS; (ii) visita técnica no escritório sede da Adecoagro no Brasil, em São Paulo-SP; (iii) visita técnica no Assentamento Estrela do Sul, em Angélica-MS; foram realizados (iv) registros fotográficos e (v) entrevistas abertas. Todas as entrevistas realizadas não seguiram roteiro de perguntas específicas, nem foi aplicado questionários, foram feitas perguntas gerais que ajudassem na compreensão dos temas pesquisados. Tais entrevistas

foram gravadas e tiveram a autorização para tal. Abaixo estão relacionadas as pessoas que foram entrevistadas:

(3) Levantamento de dados primários com funcionários da Adecoagro.

a) Renato Junqueira: Diretor do setor de Açúcar, etanol e energia da Adecoagro Brasil Participações. Contato: (11) 2678-5600. Objetivos: estratégias e desempenhos da Adecoagro no setor sucroenergético; dados de desempenho das empresas, expectativas do setor, etc. Realizada em dezembro de 2015, no escritório sede da Adecoagro em São Paulo-SP.

b) Gustavo Baptista: Gerente de produção agrícola das usinas da Adecoagro Vale do Ivinhema. Contato: (55) 3446-2200. Estratégias/expectativas/desempenho das usinas no Mato Grosso do Sul, visita técnica nas usinas e propriedades da empresa.

Realizada em julho de 2015, durante visita técnica na usina da Adecoagro em Ivinhema-MS.

(4) Levantamento primário: entrevistas com pessoas de sindicatos dos trabalhadores, sindicatos rurais, movimentos sociais, secretários municipais, com a finalidade de obter informações sobre as transformações nas cidades de Ivinhema e Angélica a partir da construção das usinas.

a) Sindicato rurais – FAMASUL

Sindicato Rural de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul

Presidente: Edy Elaine Tarrafel

Tel.: (67) 3442-2002 Fax (67) 3442-4074

b) Secretaria Municipal de Agricultura - Ivinhema-MS

Secretário Municipal de Agricultura: José Corte Real Coelho

Contato: (67) 3442-3420

c) Assentamento Estrela do Sul – MST – Angélica-MS

### **Representantes:**

Elisângela, “Madruga” e Dalmir.

A produção cartográfica foi realizada pelo geógrafo Cassiano Gustavo Messias, feita através do cruzamento de diferentes dados secundários. O Mapa 1 foi elaborado a partir de ampla pesquisa feita pela autora nos Relatórios Anuais da Adecoagro, de diferentes anos, para verificar a localização das agroindústrias, propriedades agrícolas, propriedades agrícolas vendidas e escritórios do Grupo Adecoagro nos três países em que a empresa se territorializou: Argentina, Brasil e Uruguai. O Mapa 2 foi feito a partir de uma imagem divulgada pela própria Adecoagro delimitando o raio de alcance dos canaviais próprios ou de parcerias agrícolas que fornecem cana para a empresa. O Mapa 3 foi feito a partir dos dados do MapBiomass, em decorrência da paralisação do Projeto CanaSat, principal plataforma de acesso gratuito sobre

monitoramento da cana-de-açúcar, feito pelo INPE. Por esse motivo os canaviais não aparecem divididos em cana-soca ou reforma. O recorte temporal foi escolhido de acordo com os resultados obtidos pelo levantamento dos dados da produção agrícola municipal, com a intenção de demonstrar expressividade da expansão dos canaviais de acordo com a instalação e funcionamento das usinas em Angélica e Ivinhema.

Ressalta-se, por fim, que se procurou na pesquisa realizar uma interpretação teórica da produção mais recente do agronegócio e apropriação e controle de terras agrícolas brasileiras, pelos investidores institucionais (capital financeiro) como parte de um fenômeno mundial da dialética de acumulação-crise capitalista, a partir, principalmente, do conceito de ajuste espacial (HARVEY, 2006).

No **capítulo 1**, procura-se apresentar a compreensão sobre o processo dialético de acumulação-crise do modo capitalista de produção na contemporaneidade, com proeminência do capital financeiro; bem como entender a acumulação capitalista no agronegócio brasileiro em período recente. Para tanto, dividiu-se o capítulo em duas partes: na primeira, realiza-se um breve resumo conceitual com o objetivo de elucidar a interpretação do geógrafo David Harvey sobre o conceito de ajuste espacial<sup>2</sup> (*spatial fix*), simplificada, este se refere a resoluções temporárias por meio de nova ou renovada expansão geográfica para as crises de superacumulação. Estas são inerentes ao próprio processo de acumulação, portanto, utiliza-se o termo acumulação-crise, pois denota esta contradição que é imanente ao modo de produção capitalista. Assim, o que faz com que este processo se perpetue apesar desta contradição, são os ajustes espaciais realizados ao longo da geografia histórica do capitalismo. A década de 1970 e a subsequente expansão do projeto de neoliberalização dos países, marcaram um momento de guinada financeira na acumulação, desta forma, o capitalismo dispõe de mecanismos de ajustes espaciais próprios deste período, compreendido como acumulação por espoliação (desposseção).

O que se pretende expor no capítulo 1, contudo, é a interpretação de que, sendo próprias do modo capitalista de produção, as crises se configuram como “desajustes e desarranjos” do processo, daí a elaboração teórica do ajuste espacial (HARVEY, 2006; 2013a) explicar as saídas, mesmo que temporárias, que o capital encontra para “ajustar os seus desajustes”. A partir de tal compreensão, na segunda parte do capítulo, procura-se refletir de que modo a proeminência das finanças no movimento contemporâneo de mundialização do capital

---

<sup>2</sup> Utiliza-se ao longo do texto o recurso de escrita de sublinhar alguns conceitos e temas, apenas com a finalidade de destacá-los. Quando os recursos forem usados em textos de outros autores, será avisado se está na versão original.

(CHESNAIS, 2010), tem promovido tais desajustes e seus respectivos ajustes; e, também, como esse processo mundial atravessou e consolidou no campo brasileiro, via mecanismos estatais, a economia política do agronegócio (DELGADO, 2012). A mundialização da agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2016) se faz através de processos contraditórios da aliança entre a burguesia nacional e internacional, é neste contexto que a transnacional Adecoagro se territorializa no Brasil.

A utilização do termo agronegócio nesta pesquisa faz parte de uma escolha metodológica. Com base em Delgado (2012), Mendonça (2013) e Oliveira (2016), reforça-se que tal termo não se refere apenas à descrição empírica do processo de produção na agricultura contemporânea, porém denota um projeto de economia política de acumulação capitalista rentista na agricultura brasileira, portanto, um projeto econômico de Estado que reforça a aliança entre proprietários privados (proprietários fundiários, industriais e proprietários-acionistas). Por analisar as estratégias de acumulação de uma empresa transnacional do setor agrícola é que se justifica o uso deste termo nesta pesquisa.

Por sua vez, no **capítulo 2**, verificou-se a constituição da empresa e seus principais acionistas para compreender a estratégia de acumulação via controle das terras juntamente com a produção de *commodities* e transações financeiras derivadas desta produção. A declaração de seus resultados é emblemática quanto a isso, pois, tendo em vista a valoração do seu patrimônio e das suas ações, capital produtivo e rentismo se associam, lucro e renda da terra passam a compor as estratégias da empresa (ALMEIDA; GUIDA, 2017).

O desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço, resultado de processos anteriores de acumulação, cria condições para o ajuste espacial engendrado por capitais financeiros, que coordenam e circunscrevem sua territorialização de acordo com as formas mais lucrativas, indiscriminadamente. Seja pela apropriação legal, pela grilagem ou arrendamento de terras; para a finalidade tanto especulativa, quanto produtiva (*commodities* agrícolas e minerais), ou pela exploração do conjunto de recursos naturais e suas possibilidades de transações financeiras, com tem sido denominado o *land grabbing* e *green grabbing* (SAUER; BORRAS Jr., 2016).

Compreendendo o ajuste espacial como totalidade em processo na geografia histórica do capitalismo, procura-se, portanto, apreender a totalidade na particularidade brasileira, considerando que é no particular que o universal se realiza. Daí que se passou a considerar que as recentes estratégias de empresas transnacionais do agronegócio, sobretudo os movimentos de capitais financeiros no mercado fundiário e de produção agrícola (*land grabbing*), podem

ser interpretadas como um ajuste espacial dos capitais “ociosos” das crises financeiras no campo brasileiro.

O **capítulo 3** procura analisar a particularidade deste processo a partir da territorialização do grupo Adecoagro que construiu duas usinas canavieiras em Mato Grosso do Sul. A materialidade da construção das usinas engendrou, necessariamente, transformações espaciais como um todo, sobretudo a partir da expansão de canaviais em municípios que não realizavam essa produção agrícola. O capital financeiro “se ajustou” se territorializando em espaço considerado de expansão de fronteira agrícola para este setor, por meio de significativo financiamento público, expressão da acumulação por espoliação. Consequentemente o controle territorial exercido pela empresa transnacional sujeita a produção e o trabalho agrícola ao “modus operandi” da finança capitalista rentista, estabelecendo e reforçando contradições do capitalismo rentista na agricultura brasileira e seu conseqüente desenvolvimento desigual.

## CAPÍTULO 1

### **ACUMULAÇÃO, CRISE, E AJUSTE ESPACIAL**

*“Mas o demônio não precisa de existir para haver – a gente sabendo que ele não existe, aí é que ele toma conta de tudo.”<sup>3</sup>*

Para tratar de uma compreensão mais geral sobre o processo dialético de acumulação-crise do modo capitalista de produção, apresenta-se na primeira parte desse capítulo breves considerações conceituais do geógrafo David Harvey. Resumidamente, a partir das teorias do desenvolvimento desigual e combinado da reprodução capitalista, o autor elabora uma interpretação de tal processo pelo conceito de ajuste espacial (*spatial fix*) para explicar que a expansão geográfica e as crises capitalistas são inerentes à acumulação ampliada de capital. Basicamente, as resoluções para as crises implicam justamente em nova ou renovada expansão geográfica (ajustes espaciais), contudo, por ser contraditório, o processo de acumulação de capital engendra novas crises o que faz do ajuste espacial uma resolução temporária, assim, as crises potencialmente serão solucionadas por meio dele ao mesmo tempo que novas crises poderão surgir a partir da expansão geográfica.

Nesse caminho, o autor enfatiza que desde o período do pós-guerra, principalmente a partir da crise econômica de 1970 e início da expansão do projeto de neoliberalização dos países, a reprodução ampliada da acumulação capitalista ocorre fundamentalmente através de ajustes espaciais que procuram solucionar as crises de superacumulação. Por considerar também que esse período marca a “virada para uma financialização<sup>4</sup> mais aberta”, Harvey (2014, p.100) analisa e classifica os mecanismos de ajustes espaciais próprios desse período do capitalismo financeiro, como processos de acumulação por espoliação (despossessão). Dessa forma, procura-se na primeira parte deste capítulo, expor brevemente as elaborações conceituais de David Harvey, bem como as análises interpretativas e contextuais de Chesnais, porque será

---

<sup>3</sup> ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: veredas. - 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 76. Esta frase trouxe à pesquisadora a reflexão de uma possível analogia com o capital, esse “ser invisível”, mas aqui compreendido como relação social de produção (MARX, 1986) e que a tudo permeia. Sobremaneira, ao capital portador de juros (proeminente e ainda menos aparente), uma vez que, em uma definição simplista, ele, diferentemente do capital produtivo, não é propriamente material, possui um “corpo invisível”, “fictício”, “imaterial”, assim, tal qual o demônio, não precisa existir para haver e se fazer presente no processo de acumulação, inserindo-se e se misturando às etapas do processo produtivo, como empréstimos ou como especulação na emissão de títulos de renda futura.

<sup>4</sup> Em nota da tradutora (Harvey, 2014, p.41) aparece a explicação de que o termo usual no Brasil é “financeirização”, mas que foi feita opção por financialização como tradução do termo original *financialization*.



por meio delas que se pretende compreender o caráter rentista e financeiro da acumulação capitalista contemporânea, suas crises e as conseqüentes implicações territoriais.

Ressalta-se, de antemão, que não se trata de ampla revisão teórica das obras dos referidos autores, tampouco dos demais que aparecerão ao longo da reflexão. O que se pretende é apoiar na interpretação de que, sendo própria do modo capitalista de produção, as crises se configuram como “desajustes e desarranjos” do processo, daí a elaboração teórica do ajuste espacial (HARVEY, 2006; 2013a) explicar as saídas, mesmo que temporárias, que o capital encontra para “ajustar” os seus “desajustes”. A partir de tal compreensão, na segunda parte do capítulo, procura-se refletir de que modo a proeminência das finanças no movimento contemporâneo de mundialização do capital (CHESNAIS, 2010), tem promovido tais desajustes e seus respectivos ajustes; e, também, como esse processo mundial atravessou e consolidou no campo brasileiro, via mecanismos estatais, a economia política do agronegócio (DELGADO, 2012). A mundialização da agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2016) se faz através de processos contraditórios da aliança entre a burguesia nacional e internacional, é neste contexto que a transnacional Adecoagro se territorializa no Brasil, contudo, por ora será elucidado o caminho da compreensão teórica e contextual da acumulação-crise do capital, para, nos capítulos subsequentes, ser desenvolvida a análise do caso particular da empresa.

### 1.1. GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

David Harvey, ao longo de suas obras (2006, 2013a, 2013b, 2014)<sup>5</sup> demonstra, a partir da teoria marxista, que a produção de estruturas espaciais se relaciona com a acumulação capitalista.

Antes de prosseguir neste texto a exposição teórica que se pretende, faz-se necessário um breve comentário sobre a leitura da teoria marxista feita por Harvey. É reconhecido que o autor se embasa em mais de uma obra de Marx (Grundrisse e O Capital, por exemplo) para sustentar seu argumento de uma geografia da acumulação capitalista, entretanto, nesta pesquisa, não se apresenta e nem se propõe demonstrar e articular as passagens das obras de Marx em que ele se apoiou, contudo, percebe-se que a interpretação do autor muito se baseia nas teorias da acumulação e da queda tendencial da taxa de lucro de Marx. A respeito da "Teoria do Valor"

---

<sup>5</sup> Respectivamente: A produção capitalista do espaço (agrupa escritos de 1975 a 2001 - 1ª edição original em 2001); O novo imperialismo (1ª edição original em 2003); Os limites do capital (1ª edição original em 1982, 2ª edição original ampliada em 2006. Como esta última edição na língua portuguesa contém erros de tradução, quando necessário, foi utilizada como suporte para a leitura a 1ª edição mexicana: Harvey, 1990); O neoliberalismo: história e implicações (1ª edição original em 2005).

de Marx (1988, p. 142-156), ressalta-se que não se pretende fazer apreciação das categorias marxistas e desta teoria, apenas esclarecer que se tem consciência que o trabalho é a única fonte produtora de valor. O capital, personificado no capitalista, submete a si, mediante compra, as condições para a sua valorização: os meios de produção e a força de trabalho. O fato deste último equivaler aos "custos de manutenção" do modo de produção, implica que, o valor final do produto é uma soma diferente daquela adiantada para a sua produção. Esta diferença manifesta a “grande sorte” do capitalista, a mais-valia. Por sua vez, a "Fórmula Trinitária" demonstra que lucro/juro (capital), renda (solo/propriedade fundiária) e salário (trabalho), são formas aparentes do capital, que ocultam que o trabalho é a única fonte de valor, portanto, seus proprietários “colhem os frutos” da mais-valia na forma de renda, lucro ou juros. Esta observação se torna necessária porque as definições conceituais dos autores relacionados neste capítulo (Harvey; Chesnais; Delgado; Oliveira) partem desta tradição marxiana.

O ponto inicial da proposta teórica de Harvey é expor a relação dialética entre produção do espaço e acumulação capitalista. Pois, a acumulação “é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista”, por isso, é “muito dinâmico [a] e expansível”, logo, cria uma forma permanentemente transformadora, que “incessantemente e constantemente, reforma o mundo que vivemos” (HARVEY, 2006, p.41). Portanto, “o estado estacionário da reprodução simples, é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção”. Com essas explicações o autor enfatiza o dinamismo como elemento fundamental do modo capitalista de produção, que, para existir e realizar a reprodução ampliada de acumulação, necessariamente se expande, portanto, a expansão geográfica da acumulação capitalista é parte inerente a esse modo de produção.

Essa se torna uma compreensão bastante importante, tendo em vista que Harvey (2006, 2013a) desdobrará dela o seu argumento que se baseia na relação da teoria espacial com a teoria da acumulação para a análise dos processos contraditórios que são internos ao próprio capitalismo. Nesse sentido, destaca que assim como a acumulação de capital - que é inevitavelmente expansível - é estrutural ao capitalismo, as crises também o são. “No capitalismo, o crescimento econômico é [...] um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob as formas de crises”<sup>6</sup>. Decorre, portanto, que o crescimento “harmonioso e equilibrado” do capitalismo é extremamente acidental, pois seria da natureza deste processo ser contraditório e tender a crises.

---

<sup>6</sup> HARVEY, 2006, p.42.

No caminho para explicar tal contradição do desenvolvimento capitalista, o autor explicita que o progresso da acumulação depende de e pressupõe três processos interligados que potencialmente podem ocasionar crises: (1) a existência de um excedente de mão-de-obra (um exército de reserva industrial), ou seja, é necessário que haja oferta de força de trabalho para poder alimentar a expansão da produção capitalista; (2) oferta e existência dos demais meios de produção (não somente a força de trabalho, mas também de máquinas, matéria-prima, infraestrutura e outros) que possibilitem também a expansão da produção; e (3) a existência de uma demanda efetiva no mercado, o que significa a existência de mercado para absorver (consumir) a crescente produção de mercadorias, pois que, não havendo demanda efetiva, desaparecem as condições básicas da acumulação. Segundo ele, Marx observou que estes aspectos fundamentais para a reprodução ampliada do capital, tendem a encontrar entraves, que são próprios do sistema, e por isso há diversas possibilidades de ocorrerem crises. “Em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação talvez encontre uma barreira que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise [...] Isso significa que as crises são endêmicas<sup>7</sup> ao processo capitalista de produção” (HARVEY, 2006, p. 43).

Sendo inerentes ao processo, as crises podem se manifestar de diversos modos e em diferentes momentos da produção capitalista, ou seja, podem ser oriundas tanto do momento da produção (propriamente dita), quanto da circulação, como do consumo.

Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor (HARVEY, 2006, p.43).

Harvey (2006, p. 44) exemplifica a crise típica de realização, onde, de maneira simplificada, esta ocorre devido à falta de demanda efetiva, “isto é, um volume de mercadorias no mercado sem compradores à vista”. Isso ocorre devido a uma contradição interna do modo capitalista de produção, que produz demasiadamente sem levar em consideração os limites do mercado. “Constantemente, os capitalistas tendem a expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, enquanto tentam maximizar seus lucros mantendo os salários achatados, o que restringe o poder aquisitivo das massas [...]”, e pode ocasionar a falta da demanda efetiva devido a uma superprodução relativa<sup>8</sup>, explica o autor (MARX, 1969, p.492 *apud* HARVEY 2006, p.43).

---

<sup>7</sup> Manteve-se a palavra “endêmicas” de acordo com a tradução da edição, mas, entende-se que não seja a mais adequada, por isso no texto faz-se opção, por exemplo, pelas palavras “próprias” ou “inerentes”.

A superprodução de mercadorias é relativa porque, segundo Harvey (2006, p.44), são mercadorias “que não têm nada a ver com as necessidades humanas absolutas”, ou seja, não se trata de bens de consumo de primeira necessidade, “em relação aos desejos e às necessidades humanas, a superprodução absoluta é, segundo Marx, impossível no capitalismo”.

A crise de realização, por sua vez, pode, então, também ser apreendida como uma crise de superacumulação, pois a superprodução relativa também é uma superprodução de capital (excedente). “O fato de que há um excesso de capital significa que houve uma superprodução de capital (na forma de superprodução de mercadorias) em um estágio precedente, e que os capitalistas estão investindo em excesso e subconsumindo o excedente no estágio presente” (HARVEY, 2006, p.44). Esta é apenas uma entre as contradições potenciais que a acumulação de capital pode se deparar, no entanto, para o autor, as mais diversas manifestações de crises podem ser oriundas do problema da superacumulação.

[...] as muitas manifestações de crises – o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva do mercado e assim por diante – podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação (HARVEY, 2006, p. 44).

Por outro lado, Harvey elucida que as crises possuem uma função importante: “elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no sistema econômico capitalista” (2006, p.44). Em outras palavras, elas impõem que sejam tomadas medidas visando sustentar a continuidade do capitalismo.

Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego (HARVEY, 2006, p. 45).

Este cenário de ordem e racionalidade econômica é que potencialmente promove as condições para a continuidade do processo, tendo em vista que, as crises, em geral<sup>9</sup>, têm o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação capitalista. “Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior” (HARVEY, 2006, p. 45). Esse nível novo e superior de acumulação que aparece para a resolução de uma crise depende da realização de alguns elementos com características combinadas entre si, que envolvem: (1) o aumento significativo da produtividade

---

<sup>9</sup> É reconhecida que essa relação de causalidade entre crise e renovação (tecnológica, econômica) seja elaborada por demais autores, contudo, não será desdobrada nesta pesquisa tal revisão, por ter-se feito a opção pela interpretação teórica de acumulação e crise do modo capitalista de produção a partir de Harvey, toma-se como explicação a proposta do autor.

da mão-de-obra estimulada pelo uso intensivo de máquinas e equipamentos sofisticados, no transcurso da crise, os equipamentos mais antigos do capital imobilizado ficarão mais baratos por meio da desvalorização forçada; (2) devido ao grande desemprego provocado pela crise, o custo da mão-de-obra diminuirá muito, fato que acarreta em maior acumulação adicional para recuperação da crise; (3) o excedente de capital, que careceu de oportunidades de investimento (capitais ociosos), será atraído por linhas de produção novas e mais lucrativas; (4) a demanda efetiva expandida por produtos, esvaziará o mercado de todos os bens produzidos.

Dos elementos acima destacados como possibilidades de uma acumulação adicional mediante uma crise, o autor enfatiza que, deve-se considerar importante apreender a forma pela qual se pode elaborar um novo nível de demanda efetiva (elemento 4) de tal forma que o capitalismo seja capaz de aumentar a capacidade de absorção de produtos. Para Harvey (2006, p. 46), esta nova demanda efetiva depende de uma mistura complexa de determinados aspectos da produção capitalista que se sobrepõem, e “em cada um desses aspectos, ou pela combinação deles, o capitalismo é capaz de criar uma nova oportunidade para a acumulação”. Sendo eles:

(1) A penetração do capital em novas esferas de atividade, o que pode se dar mediante a sujeição de formas preexistentes de atividade a determinações capitalistas (a sujeição da agricultura tradicional à lógica empresarial, por exemplo), como também pela ampliação dos pontos de troca dentro do sistema de produção e pela diversificação da divisão do trabalho (entrada de especialistas em determinado ramo de produção, ou mesmo certos tipos de terceirização).

(1) A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos.

(2) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional em um índice compatível com a acumulação em longo prazo.

(3) A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial” (HARVEY, 2006, p.45-46).

Acerca dos aspectos que podem gerar nova demanda efetiva, portanto uma nova oportunidade de acumulação mediante uma crise, Harvey assegura que “os três primeiros itens podem ser vistos como matéria de intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial” (2006, p. 46. Itálico no original, grifo meu). Portanto, pode-se entender que não sugerem necessariamente a expansão da acumulação capitalista alhures, mas sua intensificação. Já, contudo, o item 4, “suscita a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de

acumulação” (2006, p. 46. Grifo meu), o que demonstra, novamente, que para o autor, a expansão geográfica do modo capitalista de produção é imanente a este sistema, sendo este então o caminho por onde ele relaciona a produção do espaço com a teoria da acumulação capitalista. Despontam-se, assim, a produção capitalista do espaço.

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação (HARVEY, 2006, p. 62, itálico no original, grifo meu).

Em “O novo imperialismo”, Harvey explica que foi devido ao questionamento sobre como o capitalismo sobrevive mediante a tantas crises, que formulou a teoria de ordenação espaço-temporal:<sup>10</sup>

[...] há mais de 20 anos, propus a teoria da ‘ordenação espacial’, (mais precisamente ordenação espaço-temporal) para as contradições internas, tendentes a gerar crises, da acumulação do capital. O ponto central desse argumento vinculava-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro, de Marx, de produzir crises de superacumulação. Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis (2013a, p.77-78. Grifo meu).

Como visto até aqui, e destacado no trecho acima, o autor compreende que as crises capitalistas são crises de superacumulação, e que a realização de ajustes espaciais seria a forma por meio da qual o capitalismo consegue contornar seu problema interno. Apesar de já ter feito esta apresentação, acredita-se ser necessário retomar um ponto importante desta construção teórica-metodológica de Harvey, influenciado por Marx e Lênin. Uma das origens do conceito está no artigo “**O ajuste espacial**”, reproduzido<sup>11</sup> no livro “A produção capitalista do espaço”, em que, segundo ele, se preocupava em compreender a continuidade da acumulação após as crises. “No momento, a questão a ser resolvida, é se o dilema interno do capitalismo pode ser solucionado por meio da expansão ou da reestruturação geográfica. Em resumo, será que há um ‘ajuste espacial’ para as contradições internas do capitalismo?” (2006, p.140. Grifo meu.).

<sup>10</sup> Na obra “O Novo imperialismo” a tradução adotada para *spatial-temporal fix* foi ordenação espaço-temporal, mas considera-se mais adequada com a proposta do autor a tradução para ajuste espacial, por isso este foi o termo adotado nesta pesquisa.

<sup>11</sup> A primeira publicação do artigo foi feita em 1981 na Revista de Geografia Crítica Antipode.

Para resolver tal questão, Harvey busca primeiramente elaborar uma leitura que recoloca a geografia na história da acumulação capitalista, por isso, propõe a concepção de uma **teoria da geografia histórica do capitalismo**, a história da acumulação capitalista ocorreu através e promoveu transformações de estruturas espaciais, daí a importância de se tratar que o processo do modo de produção capitalista possui tanto uma historicidade quanto uma espacialidade. Para isso, ele precisa inicialmente passar pelas conceituações a respeito das crises e suas consequências de desestabilização social, assim chega aos seguintes autores: Hegel, Von Thünen e Marx, que “introduzem a ideia da transformação interna e externa como meio de restaurar a estabilidade social e rechaçar as crises do capitalismo” (HARVEY, 2006, p. 107).

Hegel e Von Thünen teriam identificado contradições na sociedade civil que impediam a manutenção da ordem social, podendo culminar em conflitos entre classes, instabilidade social ou no risco de devastação e barbárie na Europa, enfim, na ruptura com a esperada harmonia social. Ambos localizaram em suas teorias uma forma externa de ajustar os conflitos internos de uma dada sociedade civil, marcados por oposições de classes. Mas teria sido Hegel a exercer maior influência sobre Marx e "deixado a porta aberta", no tocante à dialética interno-externo de determinada sociedade, nas palavras de Harvey (2006, p. 110). Para Hegel, a sociedade civil move-se por sua dialética interna que tende a tornar-se disruptiva. A intensificação das contradições com a concentração da riqueza, pobreza, subconsumo e superprodução em dada sociedade teria como solução necessária o imperialismo e o colonialismo, ou seja, uma resolução espacial e externa. Contudo, Harvey argumenta que o filósofo é ambíguo ao não desenvolver as possibilidades de o ajuste espacial estabilizar e harmonizar as contradições sociais, pois ele abandona esse momento da reflexão e parte subitamente para a solução via transformação interna, pela realização ética no Estado racional moderno.

A partir daí é que o autor considera que Hegel deixou as portas abertas para o externo como saída para a dialética interna, no entanto, é a teoria da acumulação e da crise de Marx que é capaz de desvelar concretamente tal dialética interna. No livro I, Marx teria “cerrado a porta” que Hegel deixou entreaberta, logo não haveria possibilidade de ajuste espacial permanente como meio de promover a continuidade do processo de acumulação capitalista em meio às crises. Por outro lado, no terceiro livro de “O Capital”, a dialética interna é reelaborada e se explicita nas crises, as quais, por exemplo, encontram no comércio exterior uma tendência contrariante.

É por meio do tensionamento entre Hegel e Marx, que Harvey (2006) propõe recuperar as contradições internas da reprodução capitalista na perspectiva marxista e as observações esparsas desta teoria sobre o que ele procura: uma análise marxista que corrobore sua teoria de

ajuste espacial como caminho para pensar uma geografia histórica do capitalismo. Como já visto, ele assume como tendência do capital a produção constante de uma superacumulação, desmedida esta que culmina em crises de excedentes de capital nas suas diversas formas (dinheiro, mercadorias, trabalho, etc.).

Neste cenário, na ausência da resolução via ajuste espacial, a desvalorização do capital seria a resolução para a crise, podendo ser a desvalorização da moeda (inflação), de mercadorias (superabundância no mercado e os preços em queda), de capacidade produtiva (equipamentos e infraestruturas físicas ociosas ou subutilizados, culminando em falências) e da força de trabalho (crescentes formas de precarização). Todo modo, essa desvalorização do capital como resolução é temporária e pode ser remediada por meio de determinadas expansões geográficas, a partir das observações feitas por Marx, envolveriam: expansão para mercados externos, exportação de capital e expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva. Tais observações indicam, para Harvey, o que de mais próximo nas obras de Marx demonstram uma resolução via ajuste espacial para o dilema interno do capitalismo, contudo, em todas essas opções espaciais, as resoluções seriam temporárias e novamente retornariam às crises.

Ciente desta problematização, foi em Lênin que o geógrafo encontrou maior possibilidade para compreender melhor a função que a expansão geográfica ocupa no processo contraditório de acumulação-crise do capital e elaborar a sua teoria geral em que a geografia histórica do capitalismo seja o objeto de teorização.

O caminho para essa conclusão apresenta diversas dificuldades. A questão do espaço e da geografia é uma ‘enteada’ muito desprezada em toda a teoria social; em parte, suponho, porque sua inclusão tem um efeito entorpecedor nas principais proposições de qualquer corpus de teoria social. [...] Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considera-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. As relações espaciais e as estruturas geográficas variáveis são acomodadas por ajustes *ad hoc*, redefinições externamente impostas por regiões e territórios por dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo do processo social. A maneira pela qual, primeiramente, as relações espaciais e as configurações geográficas se produzem passa, na maioria dos casos, despercebida e ignorada (HARVEY, 2006, p.140. Itálico no original, grifo meu).

O autor<sup>12</sup> reconhece que Marx não ignora por completo a importância do lugar e do espaço em seus textos, sobretudo ao considerar a oposição entre campo e cidade e a importância da divisão territorial do trabalho, contudo, reforça que seu “descontentamento” é porque “nada

---

<sup>12</sup> HARVEY, 2006, p.141.



disso está realmente integrado em formulações teóricas, que são poderosas com respeito ao tempo, mas frágeis em relação ao espaço.”

À primeira vista, essa é a lacuna que Lenin parece preencher. De modo evidente, seus argumentos se baseiam em Marx, mas seus estudos sobre a origem do capitalismo na Rússia, além do fato das rivalidades interimperialistas culminarem na Primeira Guerra Mundial, levou-o a introduzir as dimensões geográficas e espacial em sua argumentação. [...] Para transformar os *insights* de Marx em uma estrutura geopolítica, Lenin introduziu o conceito de Estado, que, até hoje, continua sendo o conceito fundamental pelo qual se expressa a territorialidade. [...] [No entanto], Lênin deu expressão geográfica à dinâmica do capitalismo à custa de reabrir a questão histórica da relação entre sociedade civil e Estado (HARVEY, 2006, p.142, itálico no original, grifo meu).

Por isso, apesar de ter sido um caminho, para Harvey<sup>13</sup> a leitura de Lenin acabou por reduzir, para o autor, a uma teoria do Estado o lugar das relações espaciais e da estrutura geográfica, nesse sentido que persegue sua teorização.

Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais, supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; [...].

A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização, enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico (HARVEY, 2006, p.142).

Entende-se, portanto, que a proposição teórica de Harvey é um esforço para evidenciar o assentamento da questão espacial no processo de acumulação capitalista que Marx já havia feito, mesmo sem ter como propósito a elaboração de uma teoria espacial na teoria social crítica. O notável *insight* de Marx a esse respeito está na questão de como o capitalismo resolve a contradição tempo-espço, já que, do ponto de vista da circulação de capital o espaço aparece primeiramente como uma barreira a ser superada, daí a constante busca do capitalismo da “anulação do espaço pelo tempo”<sup>14</sup> através da produção de configurações espaciais para sistemas de transporte e comunicação, por exemplo. Defronta-se, contudo, com uma outra forma de contradição (que seria espaço-espço), já que, a produção da organização espacial é necessária para superar o próprio espaço.

---

<sup>13</sup> *Id., Ib.* p.142.

<sup>14</sup> MARX, 1973, p.539 *apud* HARVEY, 2006, p.143.

Deste ponto de análise que Harvey considera que “a tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas”<sup>15</sup>. Considera-se, portanto, que a preocupação do autor é entender o papel (contraditório) do espaço para o capital garantir a sua necessária circulação permanentemente. Disto, vale o comentário sobre o que seria uma diferenciação entre os termos “coerência estruturada” e “ajuste espacial”. O primeiro se refere basicamente a esta necessária produção da organização espacial (infraestruturas) para facilitar e promover a circulação do capital. O segundo termo, por sua vez, pressupõe a existência da coerência estruturada, mas não se limita à compreensão propriamente materialista, concreta do espaço. Entende-se que a teoria da geografia histórica do capitalismo pressupõe a compreensão do espaço também como uma abstração (além da sua concretude), dessa forma o ajuste espacial significa um processo, um “*continuum*”, imanente à acumulação, tal qual a crise capitalista. Na interpretação de Harvey sobre o desenvolvimento capitalista, não há coerência estruturada que resolva o problema constante da crise porque este é um processo autodestrutivo, o entendimento do ajuste espacial nesta perspectiva não oferece apenas a compreensão de *como*, *por quais meios*, o capitalismo garante a sua sobrevivência, mas que há uma busca constante por ela.

A exclusão que Marx fez a respeito de todo ajuste espacial permitiu-lhe concentrar-se nos processos fundamentais de formação da crise. A teoria da superacumulação e da desvalorização revela o intenso poder destrutivo existente sob a fachada do capitalismo relativa ao progresso tecnológico e à racionalidade do mercado. No decurso da crise, grandes quantidades de capital são desvalorizadas e destruídas, os trabalhadores e sua força de trabalho sofrem um destino semelhante, e os capitalistas canibalizam e liquidam uns aos outros, na ‘guerra de todos contra todos’, o derradeiro sinal do modo de produção capitalista (HARVEY, 2006, p.154).

A respeito dessa leitura geopolítica, o autor salienta que “o que Marx em nenhuma parte antecipa, mas Lenin enfatiza, é a conversão desse processo em lutas econômicas, políticas, militares entre Estados-Nações.” Por isso, justifica Harvey (2006, pp-154-155, grifos meus).

“[...] elaboramos uma proposição mais geral. Em virtude do inexorável processo de formação da crise, a busca pelo ajuste espacial converte a ameaça da desvalorização numa luta entre alianças regionais instáveis, sobre as quais recaem o ímpeto da crise. [...] A busca pelo ajuste espacial assume uma direção viciosamente competitiva e talvez violenta.”

---

<sup>15</sup> HARVEY, 2006, p.143.

Nessa interpretação sobre a geopolítica do capitalismo e tendo em vista que as remediações para as crises se seguiram por meio de medidas cada vez mais violentas, o autor reflete que:

[...] então, no século XX, a perpetuação do capitalismo foi obtida à custa da morte, da devastação e da destruição levadas a cabo em duas guerras mundiais. No entanto, cada guerra foi travada com armas de destruição sempre mais sofisticadas. [...] Parece insano que essa força produtiva também necessite utilizar essa força destrutiva. [...] Porém, nossa presente e angustiosa situação deve nos dar o que pensar. Conforme se esgotam as soluções temporais e geográficas para a dialética interna da superacumulação, a tendência de crise do capitalismo mais uma vez investe furiosamente, as rivalidades interimperialistas se agudizam e a ameaça de autarcia dentro dos impérios comerciais fechados se avulta. Numa ordem mundial em desintegração, a luta para exportar a desvalorização ganha prioridade e a beligerância domina o tom do discurso político. Com isso, surge a ameaça renovada da guerra global, dessa vez travada com armas de tão grande e insano poder destrutivo que nem mesmo o mais apto sobreviverá. A mensagem que Marx há muito tempo anotou no caderno de notas que se tornou *Grundrisse* se fixa sobre nós de modo mais premente do que nunca:

‘A destruição do capital não por relações externas ao mesmo, mas como condição de sua autopreservação, é a forma mais notável pela qual o conselho é dado, dando espaço a um estado superior de produção social’ (HARVEY, 2006, p. 160).

### 1.2.2. *Neoliberalismo: virada para a acumulação financeira*

Importante salientar que estes escritos supracitados foram publicados pela primeira vez em 1981, durante a Guerra Fria, o que situa e contextualiza no discurso de Harvey a questão premente de uma guerra mundial. Entretanto, o que ocorre é que a finança se mundializa (CHESNAIS, 2005) e é iniciado o processo de neoliberalização dos países. Basicamente, estas foram as saídas encontradas pelo capital para evitar a sua destruição e continuar a sua autopreservação durante esse período. Ao analisar a história e as implicações do neoliberalismo, o autor assinala que os anos entre 1978 e 1980 certamente são marcos na geografia histórica do capitalismo. Protagonizadas sobretudo pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha (principalmente nas figuras de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente) as transformações encontradas para a crise dos “petrodólares” da primeira metade da década de 1970, em especial para solucionar a inflação, envolveram políticas de restrição do poder dos sindicatos, mudanças drásticas na política monetária do Banco Central dos Estados Unidos (FED), desregulamentação da indústria, agricultura e setores extrativistas e, conseqüentemente, desregulação do mercado de finanças tanto nacional, quanto internacional. Contudo, Harvey (2014, p.11) salienta que tais transformações não ocorreram ao mero acaso, “assim é pertinente

perguntar por que meios e percursos a nova configuração econômica – frequentemente designada pelo termo *globalization* – for arrancada das entranhas da antiga”.

Em resumo o autor destaca que para ocorrer a neoliberalização a nível mundial os principais caminhos foram pela disseminação ideológica e “destruição criativa”<sup>16</sup>, que promoveu a ascensão das tecnologias da informação e comunicação que muito facilitaram as transações mercadológicas entre países, reforçando, sobretudo, a soberania daqueles que eram a elite econômica e estavam solapados pela crise. Nessa perspectiva, Harvey (2014, p.28) considera que a neoliberalização possa ser interpretada tanto “como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e da restauração do poder das elites econômicas.” Logo, um projeto político-econômico “arrancado das entranhas” do modo capitalista de produção, um projeto mais do mesmo.

O ponto notoriamente novo se refere ao processo da mundialização das finanças, nesse aspecto é salientado que as medidas políticas dos Estados Unidos foram fundamentais para tal, o autor observa que as políticas internas adotadas para a contenção da crise iniciaram o movimento de neoliberalização na década de 1970, quando os bancos de Nova York passam a ser os principais credores das dívidas contraídas pelos países denominados “em desenvolvimento” e “Terceiro Mundo”, para tanto, explica Harvey (2014, p.37) foi necessária a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais e o governo norte-americano promovia e apoiava ativamente a estratégia de endividamento, “ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York”. Importante mencionar que muito dessa dívida estava associada a financiamentos para conflitos armados que ocorriam em tais países, assim os Estados Unidos garantia não somente o endividamento como também alianças políticas, segundo o autor (idem, p.36), “enquanto no final do século XIX [as potências europeias] acalentaram a ideia de conquista colonial, no século XX os Estados Unidos desenvolveram um sistema mais aberto, de colonialismo sem colônias<sup>17</sup>”.

Desta feita, quando Ronald Reagan venceu as eleições presidenciais em 1980, parte do caminho da desregulação de mercados já havia sido trilhado na década anterior.

O governo de Reagan então ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional. [...] A desregulação de tudo – de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro – abriu novas áreas de liberdade

<sup>16</sup> O conceito de destruição criativa aparece em diversos momentos das obras de Harvey, o sentido empregado aqui se refere às soluções de renovação tecnológicas como soluções imediatas para crises econômicas.

<sup>17</sup> O autor se refere principalmente aos governos ditatoriais nos países da América Latina.

de mercado irrestrita para poderosos interesses corporativos. [...] O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno mais elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendencia a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista (HARVEY, 2014, p. 34-35. Grifo meu).

Outra contradição neoliberal que advém desta – do poder monopolista em detrimento da “livre concorrência” -, está relacionada a uma possível transmutação do poder de classe. Harvey (2014, p.40) ressalta que a lógica da desregulação dos mercados financeiros não ocorreu apenas a nível de Estado-Nação, mas também no interior das próprias empresas, “os privilégios da propriedade e da gerência de empresas capitalistas – tradicionalmente separados – se fundiram quando se começou a pagar aos CEOs (gerentes) em opções de ações (títulos da propriedade)”. Chesnais (2005, p.48, grifo e negrito meu) avalia que a continuidade desse movimento que é causa e consequência da consolidação da “mundialização financeira” criou “uma configuração específica da propriedade capitalista, a saber, a propriedade patrimonial”. E que esta, obviamente, é representada por outro tipo de capitalista, que já não é mais o burguês padrão, empresário, proprietário dos meios de produção, e sim é “dominada pela figura do proprietário-acionista, e mais precisamente ainda, pelo acionista institucional possuidor de títulos de empresas”. Diante desta situação é que Harvey (2014, p.40) conclui que se trata de outra forma de contradição da neoliberalização, porque “embora possa ter tido como foco a restauração do poder de classe, a neoliberalização não significou necessariamente a restauração do poder econômico às mesmas pessoas.”

Evidentemente, a causa desse novo tipo de capitalista, o proprietário-acionista, refere-se à “dramática redução da separação entre capital monetário que recebe dividendos e juros, de um lado, e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil em busca de lucros, de outro” (idem, p.41). Esse é um dos marcos da virada para uma acumulação financeira provocada pela neoliberalização.

As grandes corporações assumiram uma orientação crescentemente financeira, mesmo quando, como no setor automotivo, estavam voltadas para a produção. A partir de mais ou menos 1980 não era incomum que as empresas tivessem prejuízos na produção compensados por ganhos de operações financeiras (que envolviam tudo, de operações de crédito e seguros à especulação em moedas voláteis e mercados futuros). As fusões intersetoriais uniram a produção, a comercialização, as propriedades imóveis e os interesses financeiros de novas maneiras, produzindo diversificados conglomerados. [...] Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar novos espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações

globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. **Em suma, a neoliberalização significou a ‘financeirização’ de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as áreas da economia, assim como sobre o aparato do Estado e, [...] [sobre] a vida cotidiana** (HARVEY, 2014, p.41-42, negrito meu).

Avaliando de maneira semelhante esse contexto, em suas obras François Chesnais (1996; 1998; 2005; 2010)<sup>18</sup> expõe as etapas para essa virada para uma acumulação financeira através de um movimento do capital que se iniciou como “mundialização do capital”, indo à “mundialização financeira” e chegando à “finança mundializada” que consolidou a “mundialização [financeira/patrimonial] como um regime institucional internacional do capital concentrado [que] conduziu a um novo salto na polarização da riqueza” (CHESNAIS, 2005, p.21). Importante destacar a explicação que o autor faz, no prefácio à edição brasileira, em relação ao traço que separa as obras supracitadas de sua anterior, pois ele situa sua interpretação sobre o lugar das finanças na acumulação capitalista.

Dois traços separam este livro [A mundialização financeira] de *A mundialização do capital*, publicado pela Xamã Editora em 1996. [...].

A segunda diferença se apoia, no fundo, precisamente sobre a hierarquização dos fatores atuantes na economia mundial contemporânea. O livro anterior havia sido escrito partindo da ideia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo. Era, portanto, centrado na organização e nas operações contemporâneas das multinacionais. Destacava-se o fato de que a mundialização do capital era mais impulsionada na esfera financeira que em qualquer outro domínio. Mas, [...] a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo mundial partia, ainda, das operações do capital industrial. A partir dos dados e das análises reunidos neste novo livro, um deslocamento qualitativo se impõe. É da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto.

O movimento geral do capitalismo mundial (ou regime de acumulação) repousa sobre um agravamento brutal da relação salarial, obtido pela liberalização dos investimentos e do comércio exterior, mas suas tendências essenciais são comandadas, cada vez mais claramente, pelas operações e opções de um capital financeiro mais concentrado e centralizado que em nenhum outro período precedente do capitalismo (CHESNAIS, 1998, p. 7).

Chesnais (1998, p.12-13) prossegue na explicação da expressão “mundialização financeira” ela “designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados.” Também considera que, para além das políticas neoliberais houve uma

---

<sup>18</sup> Respectivamente: *A mundialização do capital* (1ª edição original em 1994); *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos* (1ª edição original em 1996); *A finança mundializada* (1ª edição original em 2004) e *A finança capitalista* (1ª edição original em 2010).

“‘personificação’ (antropomorfismo) dos mercados” já que as decisões foram tomadas pelos gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas. E que isso permite revelar pelo menos três dimensões da ascensão do setor financeiro: a autonomização, o fetiche das formas financeiras e a inclusão/exclusão de lugares pelos operadores financeiros.

A primeira refere-se ao movimento de relativa autonomização da esfera financeira em relação à produção, e sobretudo, em relação à capacidade de intervenção das autoridades monetárias. A segunda tem a ver com o ‘fetichismo’ (ressaltado por Marx e também por Keynes) das formas de valorização do capital de natureza especificamente financeira. A terceira remete ao fato de que são os operadores que delimitam os traços da mundialização financeira, e que decidem quais os agentes econômicos, de quais países, para quais tipos de transição, que participarão desta. (CHESNAIS, 1998, p. 13).

Entretanto, apesar de reconhecer os processos de neoliberalização e de “personificação” dos mercados, o autor (idem, p.15) alerta que é preciso ter muita cautela com os termos autonomia e autonomização, porque, ao analisar as “raízes ‘reais’ do inchaço da esfera financeira”, ele considera que essa autonomia é relativa, já que a riqueza é gerada inicialmente na produção.

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram, invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. Uma parcela desses rendimentos - hoje em dia, uma parcela elevada - é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira e transferida para esta. Só depois desta transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização [...], que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros (CHESNAIS, 1998, p.15).

No entanto, mesmo compreendendo sua cautela ao interpretar a autovalorização do capital financeiro, ainda é necessário entender o que é interpretado por ele como acumulação financeira e capital financeiro que o levou à reelaboração sobre sua teoria da acumulação contemporânea renomeada como momento da “finança mundializada”. Tendo em vista que, assim como fez anteriormente, ele também apresenta nuances de mudanças entre as obras: “*A finança mundializada* se apresenta um pouco como o livro “sucessor” de *A mundialização financeira*”. Chesnais (2005, p.25) reitera o que já havia considerado antes sobre a necessidade de partir da análise da esfera financeira para entender a dinâmica atual da acumulação capitalista, e não mais como em “*A mundialização do capital*” partir da análise teórica que “unia a teoria da mundialização do capital à da internacionalização, entendida como a teoria da

formação e da expansão do grande grupo industrial transnacional”<sup>19</sup>. O autor pondera que as sequentes e constantes crises financeiras que ocorreram em diferentes países e setores econômicos, entre o final da década de 1990 até em 2003, quando escreve o livro, o fizeram reanalisar a crescente presença do capital financeiro, que culminou em uma hegemonia dos Estados Unidos e das instituições financeiras como centralizadoras do capital e, obviamente, do poder de decisão.

Portanto, para o autor, é necessário reavaliar o papel central dos Estados Unidos em complementar e renovar a expansão da neoliberalização, sem, contudo, deixar de reconhecer o papel do capital europeu como beneficiário; além de reavaliar o lugar da empresa multinacional nesse processo, tendo em vista que nos anos 2000 assistiu-se a um grande deslocamento para as instituições financeiras. Fato que o faz considerar que já não se trata apenas de um regime da mundialização do capital.

Hoje é necessário dar um passo a mais. Compreendido como um regime institucional internacional específico, tanto econômico como político, a mundialização capitalista da era neoliberal entrou em nova fase. [...] Doravante é na condição de capital concentrado, *em qualquer lugar onde ele se forma ou se consolida*, que as instituições do regime liberalizado, desregulamentado e privatizado operam (CHESNAIS, 2005, p.20, *italico no original*).

Como já mencionado, Harvey e Chesnais “trilham” por um caminho muito semelhante para explicarem o processo que culminou na predominância da esfera financeira na atual acumulação capitalista, tendo como raiz a expansão das políticas neoliberais. Contudo, ainda convém trazer a referência sobre o que é considerado capital financeiro e sua forma específica de acumulação. “Por acumulação financeira entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros - divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços.”<sup>20</sup> Por sua vez, o “capital portador de juros (também designado “**capital financeiro**” ou simplesmente *finança*)”<sup>21</sup>, é aquele que

[...] busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de ‘especulação bem-sucedida’. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos (CHESNAIS, 2005, p.35, grifo meu).

---

<sup>19</sup> CHESNAIS, 2005, pp.17-18.

<sup>20</sup> *Ibidem.*, p.37.

<sup>21</sup> *Ibidem.*, p.35.



Para melhor compreender as especificidades do capital portador de juros, também é necessário entender a especificidade do capitalista que é o portador do capital portador de juros, isso porque tais especificidades que caracterizam a acumulação financeira. Sobre isso, apoia-se nas elucidações de Chesnais (2010) que se ocupou em detalhar, a partir da interpretação da teoria de Marx, a transformação do capital de empréstimo em juro; a distinção qualitativa entre juro e lucro e da posterior supressão deste último pelo primeiro. Contudo, não se pretende aqui refazer o percurso do autor, mas apenas retomar algumas passagens que se considera importante para entender o que se tem comumente denominado por capitalismo rentista, tendo em vista que é este o caráter dominante do processo recente de acumulação capitalista.

Antes de diferenciar qualitativamente juro e lucro, é importante entender a junção deles, que se relaciona à conversão do dinheiro em capital de empréstimo.

Na sua formulação mais geral, a teoria é aquela do ‘capital emprestado enquanto massa de dinheiro que se conserva e que cresce, que [...] volta a seu ponto de partida e pode sempre recomeçar o mesmo processo’. [...] A formação desse capital resulta de formas específicas de centralização que Marx chama ‘acumulação de capital-dinheiro propriamente dita’. Ela conduz em seguida a uma ‘acumulação’ de ‘capital fictício’, que ele designa também em certas passagens como uma acumulação financeira (CHESNAIS, 2010, p.105, grifo e negrito meus).

Essa “acumulação de capital-dinheiro propriamente dita” faz parecer que ela se opõe à “acumulação verdadeira do capital” (extração da mais-valia pelo processo produtivo), assim, segundo Marx<sup>22</sup>, “o processo de produção aparece somente como um intermediário inevitável, um mal necessário para fazer dinheiro”. No entanto, o juro é extraído da mais-valia: “o *juro* é, então, nada mais do que uma parte do lucro (por seu lado, ele mesmo nada mais é do que *mais-valia*, de trabalho não pago) que o capitalista industrial paga ao proprietário do capital que não é seu [...].<sup>23</sup>”

Apesar de ambos (juro e lucro) serem provenientes da mais-valia, há uma distinção qualitativa entre eles que colabora na compreensão da especificidade do capital portador de juros, para tanto é importante passar pela diferenciação entre o “capitalista ativo” (empresário) e o “capitalista passivo” (prestamista e/ou financeiro) pois ela é o fio condutor do que vem a ser essa diferenciação/especificidade do capital que se acumula através do lucro daquele que se acumula através dos juros. Para Marx<sup>24</sup> “deveremos partir da hipótese que o capitalista financeiro e o capitalista produtivo se enfrentam efetivamente, não somente como pessoas

<sup>22</sup> MARX, 1885, p. 54 *apud* CHESNAIS, 2010, p.107.

<sup>23</sup> MARX, 1862, p. 556-7 (sublinhado no original) *apud* CHESNAIS, 2010, p.110.

<sup>24</sup> MARX, 1894b, p. 38 *apud* CHESNAIS, 2010, p.115.

juridicamente distintas, mas também como indivíduos desempenhando papéis muito diferentes no processo de produção.” Porque,

[...] aquilo que faz frutificar o capital, mesmo sendo ele o proprietário, representa duas pessoas: aquela que possui e aquela que utiliza o capital; [...] [este] se divide em *propriedade* de capital externo ao processo de produção que, como tal, rende juros, e o capital engajado no processo de produção, que produz o lucro da empresa como capital em movimento (MARX, 1894b, p. 41 *apud* CHESNAIS, 2010, p.115-116. Itálico no original, grifo meu).

É por este percurso antagônico da diferenciação/especificidade do capital portador de juros de se “auto remunerar” de maneira externa ao processo produtivo, que faz parecer que ele difere em termos de origem do capital produtivo, o que conseqüentemente faz parecer que ele apaga a contradição capital-trabalho. “[O] capital portador de juro não se opõe, enquanto tal, ao assalariado, mas ao capital ativo; o capitalista que empresta tem seu negócio diretamente com o capitalista ativo no processo de reprodução e de nenhuma maneira com o trabalho assalariado [...]. O capital portador de juro é o capital-*propriedade* frente ao capital *função*.”<sup>25</sup> Esse “poder” conferido ao capital portador de juro que faz com que ele suprima o lucro da empresa que passa a ser englobado na sua remuneração.

Daí é que Marx desenvolve, segundo Chesnais (2005, p.53) uma teoria da “autonomia da finança” é essa “capacidade autônoma” que explica a acumulação rentista. “Os capitalistas financeiros partilham com os proprietários fundiários, que não cultivam suas terras, mas confiam a gestão delas a fazendeiros, o traço rentista que consiste em se pôr em posição de exterioridade à produção.” Nesse sentido, o *capital-propriedade* se configura como uma forma específica de propriedade capitalista

a saber, a propriedade patrimonial. [...] Um patrimônio designa uma propriedade mobiliária ou imobiliária que foi acumulada e dirigida para o “rendimento” [...] A propriedade patrimonial cria direitos a rendas sob a forma de aluguéis, de rendas do solo (urbano ou rural) e de fluxo de rendas relacionadas às aplicações em Bolsa. A finalidade dela não é nem o consumo nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o “rendimento”. A propriedade patrimonial se faz acompanhar de diferentes estratégias de investimento financeiro. [...] [Algumas] formas de valorização [são] derivadas da definição de especulação dada por Kaldor como transação sobre uma mercadoria ‘em que o motivo [...] é a antecipação de ganho que nasce de uma variação de preço e não uma vantagem resultante do uso do bem, e uma transformação qualquer ou de uma transferência de um mercado para o outro’ (CHENNAIS, 2005, p. 48-50).

Essa autonomização do capital portador de juro, que se auto remunera através do rentismo e da especulação é tratada por Marx como fetiche.

<sup>25</sup> MARX, 1894b, p. 44 *apud* CHESNAIS, 2010, p.116. Itálico no original, grifo e negrito meus).

O capital parece ser a fonte misteriosa criando dela mesmo o juro, o seu próprio crescimento. [...] É então no capital portador de juro que esse fetiche automático é claramente liberado: valor que se valoriza por si mesmo, dinheiro gerando dinheiro; sob essa forma ele não traz mais as marcas de sua origem. [...] O dinheiro adquire assim a propriedade de criar valor, de render juros, tudo assim tão naturalmente como a pereira produz peras (MARX, 1894b, p. 56 *apud* CHESNAIS, 2010, p.120. Grifo e negrito meus).

O termo que complementa esse processo de acumulação rentista, via fetichismo da autonomização do capital financeiro é capital-fictício.

A noção de **capital fictício** concretiza a análise do fetichismo inerente ao capital portador de juro ou de aplicação financeira mais geral. Aquilo que parece aos olhos do portador de títulos [proprietário-acionista], ser para ele ‘capital’, ‘seu capital’, deve ser analisado como sendo uma pura ficção do ponto de vista do movimento do capital entendido como reprodução do capital produtivo (CHESNAIS, 2010, p.121. Grifo e negrito meus).

O autor prossegue explicando que essa “ficcionalização” não se restringe apenas à deturpação do capital pelo proprietário-acionista, mas como também se infiltra em outras esferas do próprio sistema financeiro: no crédito bancário e nos ativos dos bancos; a ficção da valorização das transações bursáteis, dos títulos e ações e a ficção sobre ter o direito garantido à renda futura (“acumulação de direito”).

O esforço teórico-interpretativo do autor tem como intenção, contudo, compreender esse “poder” de “autoacumulação” do capital portador de juro explicitado já em Marx, para analisar as determinações do atual período de acumulação financeira que culminou em grande centralização do capital fictício (sobretudo a partir da captação de rendas via crédito) e da concentração do mesmo pelos investidores institucionais<sup>26</sup>. “Nos termos destas transformações, instituições especializadas (antes pouco visíveis) tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis [bolsas de valores], as proprietárias dos grupos: **proprietários-acionistas de um tipo particular**, que têm estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, o “valor acionário”. Desta feita, o autor destaca que o mecanismo da acumulação financeira sobrelevou as funções de tais intuições, tornando-as as “pilotas” do processo recente de acumulação.

Correntemente designado pelo nome de ‘**investidores institucionais**’, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram a

---

<sup>26</sup> Acha-se importante reproduzir a NT: “O termo que é utilizado por convenção ao longo deste livro, necessita de uma explicação: é a tradução do inglês *institutional investor*, língua que não oferece, ao contrário do francês, a distinção entre investimento e aplicação financeira. O deslize semântico do termo *investor* leva a crer que esses agentes contribuem para a criação de capacidade produtiva por meio dos investimentos nas empresas, enquanto o essencial de suas operações trata da compra e venda de títulos que dão direito ao recebimento de juros e dividendos” (CHESNAIS, 2005, p. 36).

centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de acumulação financeira de grande dimensão (CHESNAIS, 2005, p.36).

### *1.1.2. Crises neoliberais: ajuste espacial e acumulação por espoliação*

A consequência da mundialização financeira juntamente com a neoliberalização, entretanto, foi de um “crescimento mundial muito lento e concentrado em um número muito restrito de lugares”. Em sua análise, Chesnais (2005, p.56) considera que as liberalizações, desregulamentações e privatizações; o aumento da exportação de capitais via maior circulação de mercadorias e/ou investimentos diretos podem ser analisados de duas maneiras: uma é que as promessas apologéticas neoliberais de crescimento, de emprego e de bem-estar social foram desfavoráveis, se não desastrosas. Por sua vez, se o objetivo neoliberal foi sua “revolução conservadora”, ele foi plenamente alcançado, já que ocorreu grande salto da concentração de centralização da riqueza.

As políticas neoliberais não inverteram o sentido da taxa de crescimento mundial. Ao contrário, elas foram contemporâneas do prosseguimento de sua redução. Esta caminhou junto com o aumento das diferenças nas taxas de crescimento. A economia capitalista sempre experimentou um desenvolvimento desigual, mas o crescimento do período de 1955-1975 foi marcado por uma tendência à convergência no plano internacional. Os anos 90 caracterizaram-se pelo retorno a uma configuração de desenvolvimento desigual, com o crescimento concentrando-se em duas zonas apenas. [...] no sudeste da Ásia e durou até o começo da crise em 1997; o outro nos Estados Unidos, até a quebra da Nasdaq na primavera de 2001. (CHESNAIS, 2005, p.57-58).

De maneira semelhante, no capítulo “Desenvolvimentos geográficos desiguais” do livro “O neoliberalismo”, Harvey<sup>27</sup> também demonstra que a guinada para acumulação financeira provocou o aumento das concentrações de riquezas e das conseqüentes desigualdades. “O progresso geral da neoliberalização viu-se [...] cada vez mais impelido *por* mecanismos de desenvolvimento geográfico desigual.” E ainda que alguns Estados, regiões ou cidades tenham se destacado na vanguarda de acumulação de capital, “as vantagens competitivas se mostram com demasiada frequência efêmeras, o que introduz no capitalismo global uma extraordinária volatilidade.”

Essa volatilidade vai aparecer, segundo o autor, mediante duas grandes ondas de crises financeiras nas décadas de 1980 e 1990, porque as crises foram “tanto endêmicas, quanto

---

<sup>27</sup> HARVEY, 2014, p.97.

contagiosas”. A primeira está vinculada ao endividamento dos países do “terceiro mundo” que repercutiu nos anos 1990 por crises inter-relacionadas, já que existe um padrão de “contágio” provocado, sobretudo, pela financeirização desregulada, que favorece, mesmo em momentos de crises, as fugas/ataques especulativos. Isso se deve ao que Harvey, (2014, p.103-105) denominou de “mentalidade de rebanho” dos financistas já que nenhum deles deseja ser o último a manter estoques de títulos, ações, moedas antes de suas desvalorizações, essa mentalidade “pode produzir expectativas autorrealizadoras, com manifestações tanto agressivas como defensivas”.

Chesnais (2005, p.62-63) também reconhece que a raíz das crises financeiras é basicamente promovida pelo comportamento especulativo dos investidores institucionais que leva a uma “instabilidade sistêmica” já que o problema “encontra-se no volume extremamente elevado dos créditos sobre a produção futura que os possuidores de ativos financeiros consideram poder pretender [...]. Em um contexto de crescimento lento em relação ao montante de capitais que buscam se valorizar em aplicações, é inevitável que crises graves estourem [...].”

Contudo, não apenas estas crises financeiras recentes são interpretadas por ele<sup>28</sup> como inerentes ao modo capitalista de produção. “As contradições do capitalismo sempre estiveram profundamente enraizadas nas relações sociais fundadas sobre a propriedade dos meios de produção e na obrigação da maioria da população vender (ou procurar vender) sua força de trabalho [...] É a situação atual, tal como no passado”. Destarte, essas contradições capitalistas “clássicas” resultaram, ao longo da sua geografia histórica, na oscilação de dinamismo de acumulação ou crises de superprodução. No entanto, “colocada sob a dominação econômica e social do capital portador de juros” as contradições e impasses próprios deste período da acumulação, denominadas pelo autor como patologias, “não desapareceram, mas foram contidas e sufocadas sob o efeito combinado de estratégias industriais oligopolistas [...] e de políticas estatais anticíclicas [...]”. Para Chesnais (2005, p. 60) as patologias da acumulação financeira se combinam com as contradições originais e, no regime da mundialização financeira, originam, o que ele denomina de “‘insaciabilidade’ da finança”, já que considera que acumulação financeira se mantém por meio de processos antagônicos suplementares, que “de um lado, [promove] uma acumulação branda e, de outro, o que a título de hipótese, chamarei de uma ‘insaciabilidade’ da finança quanto ao nível de suas punções.” A base dessa hipótese vem de referências de pesquisadores que, segundo ele, indicam que “uma economia só pode dar aos mercados [financeiros] o que ela tem”, daí sua hipótese.

---

<sup>28</sup> CHESNAIS, 2005, p.60. Negrito meu.

A propensão do capital portador de juros para demandar da economia ‘mais do que ela pode dar’ é uma consequência da sua exterioridade à produção. É uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações. Mas ela tende, também, a modelar a sociedade contemporânea no conjunto de suas determinações. No quadro da mundialização capitalista contemporânea, da qual a finança é uma das forças motrizes mais fortes, a autonomia que parece caracterizar o movimento de acumulação do capital [...] se acentua de forma qualitativa. Todos são obrigados a ‘se adaptar’ às exigências da ‘economia’ [...] Daí decorre esse encaminhamento paralelo de formas de expropriação nos países ‘emergentes’, as quais remetem à brutalidade quase sem mediação da acumulação primitiva, e de modalidades muito sofisticadas de modulação das relações sociais [...] para reproduzi-las sob uma forma de submissão à sombra da ‘ditadura’ dos mercados financeiros (CHESNAIS, 2005, p. 61, grifos meu).

Nota-se que a insaciabilidade da finança é o meio pelo qual a acumulação financeira consegue contornar as suas crises e ela se faz por mecanismos de acumulação por espoliação, ele destaca, sobretudo, “que a queda da taxa de lucro retido pela importação de capital estrangeiro, a extensão das privatizações dos serviços públicos e dos sistemas de previdência representa o pilar das políticas de sustentação e de alimentação dos mercados financeiros”<sup>29</sup>.

O regime institucional da mundialização abriu, ao capital concentrado nas suas diferentes formas organizacionais, possibilidades crescentes de apropriação do valor e do subproduto, mas muitas vezes também, de formas reativadas ou novas que David Harvey reagrupa sob o nome de acumulação por expropriação (*acumulation by dispossession*) (CHESNAIS, 2005, p.21, itálico no original).

Assim, o autor reitera que as crises financeiras neoliberais, movidas pela “insaciabilidade da finança” através de mecanismos de acumulação por espoliação, reafirmaram o desenvolvimento desigual, “assistimos ao reaparecimento, nos países pobres, dos piores flagelos de desnutrição [...], fome, doenças e sobretudo epidemias devastadoras”. Assim, como, “o aumento de desempregados, de precarizados e dos sem-teto nos países da OCDE.”<sup>30</sup> De forma semelhante, Harvey<sup>31</sup> também conclui que “um fato persistente no âmbito dessa complexa história da neoliberalização desigual tem sido a tendência universal a aumentar a desigualdade social e a expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade [...] ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebrosos da crescente marginalidade”.

Convém expor, contudo, ainda que resumidamente, o que se caracteriza por acumulação por espoliação, entendida como mecanismo de ajuste espacial para as crises neoliberais em

<sup>29</sup> CHESNAIS, 2005, p. 61.

<sup>30</sup> *Id., ib.*, 67.

<sup>31</sup> 2014, p.128.

tempos de acumulação rentista e financeira e que tem promovido e perpetuado o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção.

Como foi possível compreender até aqui, Harvey, em suas elaborações acerca da relação inerente entre a espacialidade e a acumulação de capital, explica que o ajuste espacial assume a forma simplificada de expansões e reestruturações geográficas, associadas ao deslocamento temporal dos capitais, à aceleração do tempo de rotação e à formação de uma coerência estruturada no espaço, envolvendo arranjos políticos, econômicos e sociais. Em “O novo imperialismo”, ele teria reformulado essa teoria como “‘uma fusão contraditória’ da política do Estado e do Império, e dos processos moleculares da acumulação do capital no espaço e no tempo”<sup>32</sup>.

A ideia básica de uma ordenação espaçotemporal [ajuste espacial] é bem simples. A sobreacumulação [crise] num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital [...]. Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou como gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2013a, p.93-94. Grifos meu).

O capitalismo repete de certo modo suas formas canibalísticas próprias da acumulação primitiva, porém combinadas com formas igualmente violentas que também desencadeiam pobreza, mas por vezes indiretamente.

A busca por múltiplos ajustes espaciais teve início e explodiu o desenvolvimento geográfico desigual. O fim da Guerra Fria acrescentou ainda mais oportunidades para empreendimentos e expansões estrangeiras lucrativas. Mas o capital tinha de encontrar um regime facilitador e também oportunidades adequadas para aplicar seus excedentes nos países em que penetrava. Ondas de privatização abriram novos setores para a aplicação lucrativa de capital [...], infraestruturas financiadas pelo Estado, fácil acesso aos recursos naturais, um ambiente regulatório facilitador, um bom clima para os negócios, todos esses elementos tinham de ser fornecidos para os excedentes de capital serem lucrativamente absorvidos. Se tudo isso significasse que as pessoas tinham de ser despojadas de seus bens e de seu patrimônio, que assim fosse (HARVEY, 2013a, p.31. Grifo meu).

No capítulo intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx descreve o processo primeiro da acumulação capitalista revelando que este se deu à custa de uma gama de mecanismos violentos, sobretudo, por vias de expropriação dos meios de produção da

---

<sup>32</sup> HARVEY, 2013a, p. 22.

população camponesa e a conseqüente transformação desta em trabalhadores assalariados. “E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1988, p. 341). Harvey<sup>33</sup> argumenta ser necessária “uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital [...]”. Pois, segundo ele, ocorre que no desenvolvimento capitalista muitos dos processos primitivos foram aprimorados, alguns renovados outros ainda foram criados, mas todos são características centrais da face do capitalismo contemporâneo onde a acumulação é baseada na atividade predatória, fraudulenta e violenta, não devendo esse processo ser relegado apenas à fase da acumulação primitiva, mas considerar-se que a reprodução capitalista se faz por vias espoliativas em um processo permanente de acumulação primitiva. Destarte, o autor propõe o conceito de “acumulação por espoliação” por parecer mais adequado já que se trata de um processo em andamento.

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. [...].

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2013a, p.121, grifos meu).

Para o autor<sup>34</sup>, dos mecanismos da acumulação capitalista que foram aprimorados e desempenham um papel bem mais forte que outrora, destaca-se “o sistema de crédito e o capital

---

<sup>33</sup> *Id., ib.*, p.120.

<sup>34</sup> *Id., ib.*, p.122-123.



financeiro [que] se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo". E por isso, "o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado".<sup>35</sup>

Reitera-se, contudo, o que já foi destacado anteriormente por Chesnais e Harvey sobre a predominância financeira ser um dos instrumentos fundamentais da acumulação por espoliação, e que, sendo rentista, a natureza do capitalismo contemporâneo é espoliadora e está assegurada pelo apoio do Estado e das políticas neoliberais. "Uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um "capitalismo de rapina" que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso" (HARVEY, 2013<sup>a</sup>, p.114).

Feita esta apresentação conceitual e contextual do processo geral da acumulação financeira contemporânea, antes de encaminhar para a contextualização mais específica da finança no espaço agrário brasileiro, cabe ainda refletir brevemente como os citados mecanismos de ajustes espaciais para resolução temporária das crises mundiais de superacumulação nesse período de neoliberalismo atravessaram o Brasil. A esse respeito, a economista Leda Paulani (2008) demonstra como se deu o processo de transformação do território brasileiro em uma "plataforma de valorização financeira internacional", ela resgata importantes fatos da política econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio "Lula" da Silva (principalmente entre 1995 e 2005/06) para explicar o papel do Estado brasileiro (através desses governos) como facilitador e promotor de políticas neoliberais de desregulamentação financeira que culminaram em oferecer um "Brasil *delivery*" para o mercado internacional de finanças.

Segundo a autora, em meados de 1996, o governo FHC já utilizava no país políticas neoliberais apologéticas ao Consenso de Washington "quais sejam: redução do tamanho do Estado (privatização), abertura comercial, políticas monetária e fiscal rígidas, taxas reais de juros elevada". Soma-se a isso que, a então diretoria do Banco Central,

[...] tratava de tomar as medidas necessárias para garantir a inserção que de fato importava: a admissão do Brasil no circuito internacional de valorização financeira. A renegociação da dívida externa, bem como sua securitização, e a criação dos títulos da dívida brasileira cotados em mercados internacionais já tinham se encarregado de parte das tarefas. Simultaneamente, a mesma diretoria se encarregava, na surdina, de outra parte, também fundamental: a desregulamentação do mercado financeiro. [...]

---

<sup>35</sup> *Id, ib.* p. 126.

Essas mudanças produziram a forma e a substância da inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas (PAULANI, 2008, p.41-42. Grifo meu).

A conclusão do projeto de economia política neoliberal brasileira é feita logo no primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006) através da reforma da Previdência que impulsionou a criação de fundos de pensão. De acordo com Paulani (2008, p 43-46. Grifo meu):

[...] o governo [Lula] propôs mudanças no sistema de previdência do funcionalismo que, concretamente, implicam a transição para um regime de ‘capitalização’ em substituição ao regime de ‘repartição simples’ até então vigente. [...] Ocorre que o regime de capitalização é por definição ‘rentista’ (interessam-lhe juros reais elevados e ativos fixos, de preferência papéis públicos, já que seus gestores têm de garantir, no longo prazo, o retorno individual das contribuições nos valores contratados), enquanto o regime de repartição é ‘produtivista’ (interessam-lhe emprego, renda e capital produtivo, visto que quem trabalha “paga” a renda de quem não trabalha). [...] Os fundos de pensão (que serão agora ainda mais numerosos e volumosos) funcionam como braço auxiliar da dívida pública, no papel de retirar da esfera da acumulação produtiva parcelas substantivas de renda real que poderiam, de outro modo, transformar-se em capital produtivo.

A autora lista e critica diversas ações do governo Lula que acabaram completando “a transformação idealizada por FHC”, que por isso mesmo, formulou e implantou políticas neoliberais, que, como já visto em Harvey<sup>36</sup>, configuram-se como expressões de ajustes-espaciais através do que o autor denomina de mecanismos de acumulação por espoliação.

As implicações do neoliberalismo em escala mundial mas que também atravessaram o território brasileiro são demonstradas pelo geógrafo Ariovaldo U. Oliveira (2016)<sup>37</sup>, embasado em Marilena Chauí (1994), em análises detalhadas, o autor apresenta as medidas políticas dos governos das décadas de 1990 e 2000 (FHC e PT) que culminaram em resultados: (i) o desemprego tornou-se estrutural; (ii) o monetarismo e o capitalismo financeiro no centro do capitalismo; (iii) a terceirização se tornou estrutural; (iv) o novo papel da ciência e tecnologia no processo produtivo capitalista monopolista mundializado; (v) a privatização de estatais e serviços mantidos pelo Estado também se tornou estrutural, tais como: privatização no setor de telecomunicações; siderúrgico; minero-metalúrgico; aeronáutico, eletromecânico e de material ferroviário; elétrico; petroquímico; de fertilizantes; transportes; no setor de pesquisa e

<sup>36</sup> A nível de curiosidade, Harvey, em “O novo imperialismo” (2013a, p.109) ao exemplificar as muitas formas coercitivas e crassas dos Estados Unidos impor sobre os demais países as práticas neoliberais, utiliza-se do Editorial do jornal *Buenos Aires Herald*, de 31/12/2002, em que o representante comercial norte-americano faz uma espécie de ameaça dizendo que se Lula não seguisse os planos de seu país para os livres mercados nas Américas, o Brasil teria que exportar para a Antártica. A escolha político-econômica feita pelo governo Lula, que, como criticada por Paulani (2008) e Oliveira (2016) complementa e concretiza as políticas neoliberais de FHC, faz pensar que, ao menos em parte, a ameaça tenha funcionado.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, 2016, p.18-90.

exploração de petróleo; (vi) A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo; (vii) A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta.

Diante deste cenário de neoliberalização no mundo e no Brasil é que o autor analisa o estreitamento da relação centro-periferia da acumulação capitalista e suas expansivas desigualdades.

A Geografia do mundo mudou mudando a Geografia do Brasil. Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das empresas mundiais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da empresa mundial não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais mundializando-os (OLIVEIRA, 2016, p.89, grifos meu).

Como destacado pelos autores aqui mencionados, a mundialização financeira “dá o tom” da acumulação contemporânea global, o ajuste espacial em nível mundial torna-se uma realidade, os lugares são vinculados instantaneamente à circulação monetária “sem pátria”. Por outro lado, o capital também se materializa, se territorializa. A exemplo do objeto de estudo dessa pesquisa, como os extensos canaviais e as duas preponderantes usinas canavieiras do grupo Adecoagro tornam evidente em Ivinhema e Angélica em Mato Grosso do Sul, que o capital se transforma em materialidade e depende da exploração do trabalho, do plantio, do processo industrial, entre outros processos reais para realizar sua valorização. As paisagens geográficas passam por um processo de “destruição criativa” (Harvey, 2014), as antigas culturas e a estrutura fundiária destes municípios em questão, com o modo de produção específico e a vida das relações nas cidades próximas são reconfiguradas e, no seu lugar, erguem-se as usinas e seu conjunto de elementos integrados, como novos ambientes construídos destinados a “ajustar” os capitais excedentes através da territorialização. Essa base material – usinas, terras, infraestruturas, máquinas - é parte das novas configurações territoriais que surgem como arranjos complexos envolvendo a esfera política, os capitais privados interessados e as relações de classe.

Como se pode notar, o “ [...] capital monetário é igualmente indiscriminado em relação aos seus usos” (HARVEY, 2013b, p.378), sendo assim, no contexto em questão desta pesquisa, o controle das terras juntamente com a produção de *commodities* e transações financeiras derivadas desta produção (emissão de títulos de agronegócio e mercado de carbono) foram as formas encontradas para a acumulação. O rentismo se torna parte integrante do processo de acumulação e não um empecilho a esse (PAULANI, 2012; HARVEY, 2013b), daí, como será visto no capítulo 2, a crescente coordenação dos investimentos em terras com os investimentos produtivos da empresa Adecoagro em países da América do Sul. A declaração de seus resultados é emblemática quanto a isso, pois, tendo em vista a valoração do seu patrimônio e das suas ações, capital produtivo e rentismo se associam, lucro e renda da terra passam a compor as estratégias da empresa (ALMEIDA; GUIDA, 2017).

O desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço, resultado de processos anteriores de acumulação, cria condições para o ajuste espacial engendrado por capitais financeiros, que coordenam e circunscrevem sua territorialização de acordo com as formas mais lucrativas, indiscriminadamente. Seja pela apropriação legal, pela grilagem ou arrendamento de terras; para a finalidade tanto especulativa, quanto produtiva (*commodities* agrícolas e minerais), ou pela exploração do conjunto de recursos naturais e suas possibilidades de transações financeiras, com tem sido denominado o *land grabbing* e *green grabbing* (SAUER; BORRAS Jr., 2016).

Compreendendo o ajuste espacial como totalidade em processo na geografia histórica do capitalismo, procura-se, portanto, apreender a totalidade na particularidade brasileira, considerando que é no particular que o universal se realiza. Daí que se passou a considerar que as recentes estratégias de empresas transnacionais do agronegócio, sobretudo os movimentos de capitais financeiros no mercado fundiário e de produção agrícola (*land grabbing*), podem ser interpretadas como um ajuste espacial dos capitais “ociosos” das crises financeiras no campo brasileiro (COUTO; GUIDA, 2014). A particularidade deste processo, no entanto, será analisada no capítulo 3 a partir da territorialização do grupo Adecoagro que construiu duas usinas canavieiras em Mato Grosso do Sul. A materialidade da construção das usinas engendrou, necessariamente, transformações espaciais como um todo, sobretudo a partir da expansão de canais em municípios que não realizavam essa produção agrícola. O capital financeiro “se ajustou” se territorializando em espaço considerado de expansão de fronteira agrícola para este setor, por meio de significativo financiamento público, expressão da acumulação por espoliação. Consequentemente o controle territorial exercido pela empresa transnacional sujeita a produção e o trabalho agrícola ao “modus operandi” da finança

capitalista rentista, estabelecendo e reforçando contradições do capitalismo rentista na agricultura brasileira e seu consequente desenvolvimento desigual.

## 1.2. MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: CAPITALISMO RENTISTA E NEOLIBERALISMO

### 1.2.1. *Capital financeiro e Economia do Agronegócio*

Recorre-se aos recortes histórico-temporais e às análises feitas por Guilherme C. Delgado (2012) para contextualizar, resumidamente, as implicações das relações entre a agricultura brasileira e a finança mundial, o autor apresenta os arranjos políticos governamentais que levaram à centralização e concentração do capital financeiro promovida pelo Estado, desde os anos de 1965 até 2010. Essa trajetória é denominada por ele como “economia do agronegócio” e possui três fases cíclicas bem configuradas: 1<sup>a</sup>- A modernização conservadora da agricultura brasileira (1965-1985); 2<sup>a</sup>- Período de transição - Da “modernização conservadora” à economia do agronegócio e 3<sup>a</sup>- Reestruturação da economia do agronegócio – Anos 2000. Para Delgado (2012, p. 7), em comum nas três fases “observa-se a estrutura real da propriedade fundiária praticamente intocada” e a predominância da acumulação rentista, via apropriação da renda fundiária expressa pelo preço da terra e pelo sistema de crédito público.

A primeira fase condiz com o período dos governos ditatoriais militares (1964-1985) e construiu as bases do que, nos anos 2000, será consolidado como um projeto de economia política do agronegócio. Estas duas décadas marcaram a passagem da economia agrícola convencional para a industrialização da agricultura (concentração de capitais), para, em seguida, conformarem uma integração (centralização) de capitais, originando os Complexos Agroindustriais (CAI’s). Como visto anteriormente em Harvey e Chesnais, esse período corresponde aos mecanismos iniciais da mundialização financeira e foi o “ajuste espacial” para a crise dos anos de 1970, realizado sobretudo a partir da exportação de capital via endividamento dos países do “terceiro mundo”. Para esse capital financeiro circular no setor agrícola nacional, foram necessários arranjos políticos que regulamentassem a constituição de um mercado de terras e de um sistema de créditos<sup>38</sup> que promovessem a expansão dos complexos agroindustriais. Nesse sentido que Delgado<sup>39</sup> considera que o Estado (via governos militares) construiu as bases de uma economia política voltada para a acumulação financeira na

---

<sup>38</sup> A exemplo das respectivas leis do Estatuto da Terra Lei n° 4.504 de 30/11/1964; Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) Lei n° 4.829 de 05/11/1965.

<sup>39</sup> 2012, p.91.

agricultura, já que, “no caso brasileiro, o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos sob o patrocínio do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura”.

Ressalta-se, portanto, o direcionamento da acumulação rentista via sujeição da renda da terra<sup>40</sup> que essa configuração da economia política da agricultura promoveu, juntamente com a facilidade da circulação e acumulação do capital financeiro neste setor por meio de várias atividades.

A acumulação de capital, sob múltiplas formas, é integrada ao capital aplicado em terras. E nessa integração de capitais, a captura da renda da terra é essencial. Da mesma maneira, a montagem institucionalizada de um sistema de crédito para a agricultura (SNCR) é também essencial ao processo de construção dos complexos agroindustriais e da função dos capitais aí operantes, com clara estratégia de perseguição da taxa média de lucro do capital aplicado em múltiplos setores e atividades (DELGADO, 2012, p.91-92).

Justamente essa “predominância da associação entre o capital agrário e a grande propriedade, albergados nos favores fiscais e financeiros do governo federal”<sup>41</sup> é que explica o motivo dessa política econômica ser denominada como “modernização conservadora”. Esse projeto da industrialização da agricultura brasileira ocorreu concomitante à - e como parte da - integração entre economia urbana, industrial e mercado externo, assim, a “modernização” das leis voltadas para a regulação do mercado de terras promoveram a expropriação de camponeses e a forçosa migração campo-cidade além de conservar e aprofundar a concentração fundiária e a pobreza no campo (OLIVEIRA, 2007). Por isso Delgado (2012, p.18), conclui que a “modernização” cumpriu papéis distintos “ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano, ora como provedora de novas zonas de apropriação capitalista das terras e da exploração de florestas nativas”.

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. [...] Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

---

<sup>40</sup> A apresentação da teoria sobre a categoria renda da terra e de sua sujeição ao capital está presente no capítulo 2 deste texto. Por ora, fica a compreensão mais simples de que a propriedade privada da terra rende ao seu proprietário um lucro extraordinário pelo mero fato de ser um proprietário privado de um bem natural não reproduzível socialmente, ou seja, que não provém da exploração e apropriação da parcela não paga (mais-valia) do trabalho humano (MARTINS, 1995).

<sup>41</sup> DELGADO, 2012, p.20.

A segunda fase denominada como um período de transição, ocorreu entre 1985 e 1999, e foi marcada fundamentalmente pelas crises cambiais de 1982 e 1999. No âmbito mundial a neoliberalização avançava e esse período coincide com as crises financeiras que promoveram, sobretudo, a alavancagem do comércio exterior mundial via investimentos estrangeiros e desvalorizações de moedas, que gerou novos contornos do desenvolvimento geográfico desigual, como demonstrado em Harvey (2014, p.97-131.)<sup>42</sup>.

Em resposta a essas crises mundiais, Delgado (2012, p.79) aponta que no Brasil “são realizadas sucessivas operações de ‘ajuste’ macroeconômico para tentar colocar a economia brasileira nos limites impostos pelas novas restrições externas”. Para realizar esses ajustes, as políticas ultraliberais dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) realizaram transformações na economia política opostas ao período anterior, basicamente, os governos militares regulamentaram diferentes mercados nacionais para promover a circulação do capital financeiro, nos anos 1990 o movimento foi o a da desregulamentação/liberalização e consequentes privatizações para atrair os investimentos financeiros externos.

Como a pauta econômica não era fundamentalmente a da exportação de produtos primário, mas sim da privatização deste setor, a “abertura comercial ao exterior promoveu a queda generalizada da renda agrícola. Essa conjuntura provoca desvalorização do preço da terra. Isso teve o efeito de facilitar, e ao mesmo tempo, dificultar a política de reforma agrária” (DELGADO, 2012, p.82). Se por um lado o barateamento do custo da terra “pode ser visto como desvalorização do poder econômico dos latifúndios”<sup>43</sup>; por outro, somada a queda da renda agrícola em geral, a economia política liberal do denominado “Estado mínimo” promoveu desmonte de organismos públicos de subsídios rurais, afetando sobretudo, a agricultura camponesa e familiar levando-as ao endividamento e falências, reduzindo assim o número de estabelecimentos rurais pequenos e aumentando a concentração fundiária.

Contudo, para contornar a crise econômica do final de 1998 e início de 1999, Delgado (2012, p.93-108) destaca que o governo FHC relança “a estratégia externa do agronegócio”, a partir de grande suporte público, que vai configurar as bases para a economia de exportação de *commodities* efetivada a partir dos anos 2000. Tais estratégias convergiram em: (1) prioridade para os investimentos em infraestruturas territoriais (meios de transporte e corredores comerciais) para *commodities* agrícolas e minerais; (2) direcionamento das pesquisas públicas da agropecuária (EMBRAPA) para as operações de empresas multinacionais do agronegócio;

---

<sup>42</sup> Discussão presente principalmente no capítulo 4 “Desenvolvimentos geográficos desiguais” do livro “O neoliberalismo: história e implicações” (HARVEY, 2014, cap. 4, p.97-131).

<sup>43</sup> DELGADO, 2012, p. 82.

(3) desregulamentação (ou “regulação frouxa”) do mercado de terras, que deixou de fora do poder público as terras devolutas e os latifúndios, tanto produtivos quanto improdutivos; (4) regulamentação da política cambial que tornou a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional (5) relançamento do sistema de créditos sob a provisão de fundos públicos (6) rearticulação dos complexos agroindustriais (que proporciona entre 2000 a 2010 um crescimento substancial de determinadas cadeias agroindustriais - “*boom das commodities*”).

Por fim, a terceira fase dos arranjos políticos que promoveram a economia do agronegócio, denominada por “reestruturação da economia do agronegócio” é marcada a partir dos anos 2000 até o momento presente<sup>44</sup>. Assim como demonstram Paulani (2008) e Oliveira (2007; 2010; 2016), Delgado (2012) também destaca que os governos de Lula continuaram e reforçaram a política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sobretudo as políticas para o agronegócio, marcando seus governos pelo recrudescimento da exportação do setor primário, em especial das *commodities* agrícolas, restaurando e reforçando o monopólio dos complexos agroindustriais. Duas características essenciais deste período de reestruturação do agronegócio brasileiro são: **“a remontagem do sistema de crédito rural público [...] e a intensa valorização e apropriação das terras [...] Esses processos ocorrem necessariamente por dentro do aparelho de Estado, onde de fato se estruturam ou desestruturam as estratégias de [acumulação do] capital financeiro na agricultura brasileira”** (DELGADO, 2012, p.132. Negrito meu).

Por isso o autor realiza um esforço teórico para compreensão do termo agronegócio brasileiro, porque trata-se de um pacto de economia política, muito além das noções descritivas de produção e circulação de *commodities* agrícolas, porque elas não desvendam as relações e movimentos estruturais do sistema econômico. Portanto, o esclarecimento conceitual do termo é fundamental para compreender que se trata de “um projeto de acumulação de capital no setor agrícola, [realizado] por dentro da política econômica e financeira do Estado.”<sup>45</sup>

Com base na teoria marxista da apropriação da renda capitalizada da terra pelo capital financeiro na agricultura<sup>46</sup> o autor demonstra que agronegócio se refere, portanto, a um projeto de economia política estruturado desde o início dos governos militares que promoveu arranjos políticos na estrutura interna (mercados fundiários, financeiros, complexos agroindustriais) para viabilizar a acumulação rentista do capital financeiro mundializado. Assim, o pacto entre

---

<sup>44</sup> Perpassando os governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, de acordo com DELGADO (2012; 2020).

<sup>45</sup> DELGADO, 2012, p.89.

<sup>46</sup> Denominada também por Delgado como estratégia de capital financeiro na agricultura.



capital financeiro e a grande propriedade agrícola brasileira, é um pacto das burguesias, nacionais e internacionais, como descreve Oliveira (2007; 2010; 2016), por reconhecer que o termo convencional agronegócio não revela este pacto, é que Delgado (2012, p.90) propõe a conceituação de economia política do agronegócio. “Falar em agronegócio no sentido convencional, de negócios no campo e nos ramos de produção a montante e a jusante da agricultura, como se costumava dizer no período da primazia de noção de complexos agroindustriais, é apenas uma informação técnica à busca de um esforço ulterior”.

Como historicamente a estratégia de capital financeiro na agricultura depende desses mercados organizados – de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais; e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica. Tudo isto é estranho à noção convencional de agronegócio, que não é nem tem pretensão de teoria do capital (DELGADO, 2012, p.92. Grifo meu).

A palavra “virtual” do trecho citado se justifica porque nos parágrafos seguintes, Delgado (2012) reforça que é apenas através da interpretação teórica da apropriação da renda capitalizada da terra (estratégia de capital financeiro na agricultura) que é possível uma compreensão “real” do pacto de acumulação de capital no setor denominado agronegócio, porque o pacto se alarga no contexto das relações de uma economia política “concreta”, que não se restringe aos limites da convencional empiria, como comumente o termo se refere.

Assim, o autor considera que “a ideia-força da acumulação de capital em múltiplos setores – agricultura, cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito -, sob patrocínio do Estado”, retornou sobretudo após os anos 2000 como principal estratégia econômica do comércio exterior, “mas também como pacto da economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral.”<sup>47</sup>

Apreender esse movimento resgatado por Delgado sobre a economia política nacional ter sido voltada para um pacto da economia do agronegócio evidencia a busca incessante pela renda fundiária, ou seja, reforça e contextualiza pelo viés da história político-econômica do país o debate do caráter tipicamente rentista da expansão do capitalismo no campo brasileiro, tão amplamente feito por Oliveira (1981; 2007; 2010; 2016). Destarte, o capital financeiro, que como já acentuado por Chesnais (2005; 2010), se mundializou sobretudo por via dos

---

<sup>47</sup> DELGADO, 2012, p.90.

financiamentos para países emergentes e que possui a “natureza rentista”, encontrou na industrialização da agricultura brasileira “terras férteis” para se autovalorizar.

Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram ressoldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votaram a legislação sobre a Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2001, p.186).

A entrada definitiva do capital financeiro na agricultura brasileira se fez por meio da dívida externa, como já mencionado, este passa a se acumular via renda fundiária e juros do sistema de crédito agrícola. A associação entre o movimento geral do capital financeiro que se mundializa e sua alocação no espaço agrário brasileiro pode ser interpretada como um ajuste espacial na geografia histórica do capitalismo (Harvey, 2006).

A expressão dessa relação no território brasileiro é analisada por Oliveira (1981) que também evidencia o processo de sujeição da renda da terra ao capital monopolista e suas consequências sobre os camponeses, como mencionado por Marques (2018b) esta leitura do autor foi fundamental por estabelecer nos estudos da geografia agrária brasileira a interpretação das relações pelo método histórico-dialético, propondo um caminho teórico que destaca as contradições do capital monopolista em sua expansão sobre o campo brasileiro.

A pesquisa de Oliveira (1981) que versa sobre a industrialização da agricultura brasileira, ou seja, sobre a expansão do capitalismo no campo na fase da “modernização conservadora”, semelhante a Delgado (2012) também ressalta a questão da inerente apropriação da renda fundiária na relação entre agricultura e indústria, porém, “o processo de apropriação da renda da terra pelo capital no caso brasileiro não se restringe aí”, o autor enfatiza a característica contraditória deste processo e suas particularidades no território agrário brasileiro, que “atua no sentido de subordinar toda a atividade produtiva não capitalista, e mesmo dentre as capitalistas, subjuga a dos setores mais frágeis e também alguns setores mais sólidos da economia. Esses mecanismos ficam mais claros na ação do capitalismo monopolista no campo” (OLIVEIRA, 1981, p.11).

Considerando o período analisado, ou seja, as transformações ocorridas pelas regulações no mercado de terras e início dos complexos agroindustriais nos anos de 1970, o autor<sup>48</sup> evidenciou as diferentes formas de apropriação da renda da terra pelo capital, sendo que esta ocorreu, fundamentalmente de maneira contraditória, que promoveu, “de um lado a unificação do proprietário [fundião] e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado o processo de sujeição da renda ao capital nos setores de produção não-capitalistas, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês” a sujeição da renda da terra ao capital se deu mediante a sujeição do trabalho camponês familiar não assalariado, “sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção”. Essa forma particular das relações sociais e do trabalho na expansão do capital monopolista pelo campo, que cindiu as classes de proprietários fundiários entre latifundiários capitalistas e proprietários camponeses, foi essencial para promover a circulação do capital financeiro no campo através das políticas de créditos agrícolas, sujeitando a pequena propriedade camponesa.

Nesse contexto Oliveira (1981, p.11) elenca as diferentes frentes de ação do capital monopolista no campo brasileiro naquela época, sendo a primeira a relação direta do (1) capital monopolista na produção do campo, por via das implementações de tecnificação, um processo que também ocorre desigualmente, já que existia a cisão entre a produção da pequena propriedade camponesa e do latifúndio. “Como já salientamos, o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. Dessa forma a sua expansão se faz de forma desigual e contraditória. É assim que ocorre com a chamada ‘modernização conservadora’ ou com a tecnificação ou ainda com o progresso técnico na agricultura”. Esse movimento do capital monopolista na produção transformou o produtor camponês em consumidor dos produtos da agroindústria.

A outra frente, por sua vez, ocorreu mediante a (2) subordinação da circulação à produção, ou, o monopólio na produção agrícola, que é a própria agroindústria. “Repete-se, nesse caso, o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, onde a circulação está completamente submetida à produção”. Interessante ressaltar que neste contexto de industrialização da produção agrícola brasileira, Oliveira (1981, p.20-21) exemplifica o monopólio do setor canavieiro na época e destaca a dependência deste em relação às políticas públicas. “É importante lembrar que este setor tem vivido dos subsídios do Estado e tem-se firmado ampliando o monopólio, de certa forma colocando-se no poder do Estado, através da “fatia do bolo” que lhe tocou na atual estrutura de poder no país.” Observa-se, assim, o projeto

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, 1981, p.9. Grifos meu.

de economia política do agronegócio em movimento, sobretudo no setor sucroalcooleiro, que, como será mencionado no capítulo 3, continua altamente dependente dos subsídios estatais.

A (3) produção subordinada à circulação ou o monopólio na circulação, segundo Oliveira (1981, p.23) foi “a prática do capital comercial e industrial [de] sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas.” O autor observou como o movimento do capital em monopolizar tanto a produção, quanto a circulação, monopolizava igualmente os preços dos produtos agrícolas, favorecendo as grandes empresas comerciais em detrimento dos pequenos estabelecimentos, e isso, mais uma vez, viabilizado por políticas públicas.

Essa forma de atuação tem sido gradativamente incorporada pelos grandes capitais (principalmente multinacionais) que pouco a pouco vai espremendo toda sorte de representantes do capital comercial (intermediários, maquinistas, atravessadores, atacadistas, etc.), confinando-os a setores menos rentáveis na atual conjuntura, inflacionando estes setores de concorrentes, o que apenas contribui para arruiná-los ainda mais.

Estamos, a cada dia mais, assistindo ao processo provocado pela absorção por parte das grandes empresas capitalistas dos rendimentos do trabalho agrícola através da criação de mecanismos praticamente compulsórios de comercialização das safras. [...]

Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução (OLIVEIRA, 1981, p.23).

Esse movimento de monopolização e subordinação da produção pela circulação exercido sobretudo por grupos multinacionais é crucial para compreender a configuração do modo capitalista de produção na agricultura brasileira nos anos subsequentes, em particular ao final dos anos 90, quando, favorecidas pelas políticas neoliberais, essas empresas se expandem pelo espaço agrário brasileiro, monopolizando-o ainda mais. Além disto, como será em seguida abordado, tal característica do capital monopolista/rentista também é crucial para a compreensão da atual configuração da acumulação capitalista no campo, pois, através dos arranjos da economia do agronegócio, esse capital não só monopoliza como também se territorializa na agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2007; 2016).

Entretanto, antes de passar para esta análise mais contemporânea, julga-se ser importante concluir o caminho do geógrafo sobre as frentes de ação do capital monopolista no período da industrialização da agricultura brasileira, porque ocorria uma diferenciação dos setores que eram controlados pelo capital industrial daqueles controlados pelo capital financeiro. Pela própria contradição da expansão capitalista no campo, os diferentes setores

produtivos não foram igualmente e instantaneamente subjugados ao capital monopolista por meio da circulação. Assim, o autor<sup>49</sup> diferencia aqueles em que (3.1) o monopólio era praticado predominantemente pelo capital industrial, ou seja, os lucros eram reinvestidos no setor produtivo e permitiam a reprodução das pequenas propriedades e produtores familiares agrícolas (capital mercantil); daqueles setores em que havia (3.2) predomínio do monopólio praticado pelo capital comercial que provocou cada vez mais “a perda de terreno pelo capital tipicamente mercantil, particularmente os pequenos e médios, para o capital industrial e financeiro” e esse processo encontrou “na ação do Estado [...] o respaldo para sua continuidade. E assim seguem, extraindo parte da renda da terra geralmente dos pequenos agricultores.” O que merece destaque é que tais produções controladas pelo capital financeiro estavam associadas às exportações, como por exemplo o café, o que favorecia ainda mais o monopólio do capital financeiro internacional na agricultura brasileira. “No fim do processo, o resultado é o mesmo dos demais setores, o capital internacional subordinando os agricultores e drenando para fora do país parte da riqueza nacional<sup>50</sup>”.

Da análise mais detida do período da industrialização da agricultura brasileira feita por Oliveira (1981, p. 60), ressalta-se, portanto, a característica contraditória deste processo, já que “a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada ao capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.” Esse atributo do capital monopolista no campo que levou “ao caso dominante na agricultura brasileira”, que é a monopolização e subordinação da produção agrícola por meio da circulação dos produtos exercida pelos grandes grupos empresariais, com favorecimentos do Estado.

Como relatado por Delgado (2012) essa articulação entre capital e agroindústria brasileira foi excepcionalmente promovido por arranjos políticos de diferentes governos, mas que fora iniciado e impulsionado pela situação da dívida externa do país. Oliveira (2016), embasado em Chesnais, irá analisar as transformações da articulação do capital monopolista na agricultura brasileira pelo processo da mundialização do capitalismo.

Configura-se, pois, uma nova forma de imperialismo, diferente, portanto, daquelas anteriores. Assim, o desenvolvimento do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial deve ser compreendido como processo de consolidação dos oligopólios mundiais que se originaram das empresas multinacionais, fossem elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. As empresas mundiais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as

<sup>49</sup> OLIVEIRA, 1981, p.47-48.

<sup>50</sup> *Id., ib.*, p.51.

contradições da disputa de mercados e do controle de fontes de matérias-primas entre as empresas ‘nacionais’. O domínio e expansão das empresas mundiais, dessa forma, apresentaram simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos mundiais de capitais; a produção capitalista mundial e existência de ações de governo em nível mundial (OLIVEIRA 2016, p. 88. Grifo meu).

Por meio destes processos, que reforça (como em Harvey, 2014 e Chesnais 1996; 2005) o excepcional papel das empresas multinacionais é que Oliveira (2016, p.100) considera que “a economia capitalista monopolista finalmente, engendrou sua própria mundialização. Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia.” Ou seja, o autor também se refere ao movimento de centralização e concentração de capitais no processo da finança mundializada.

A mundialização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A mundialização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas mundiais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial (OLIVEIRA, 2016, 100. Grifo meu).

Com o avanço das políticas neoliberais, esse processo de mundialização evidentemente também transformou a agricultura capitalista e neste particular o papel das empresas transnacionais não foi comprimido, ao contrário, se expandiu sobretudo subjugando a agricultura de base familiar camponesa em um processo mundial da aliança de classe da burguesia mundial através da consolidação de conglomerados agrícolas mundiais.

Assim, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. [...]

O segundo termo da tríade, são as bolsas de mercadorias e futuro que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. [...]

O terceiro termo da tríade foi a formação das empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), que permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do campo. Estas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias, etc. As empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as

empresas nacionais concorrentes (OLIVEIRA, 2016, p.123-125. *Itálico no original*).

Torna-se imprescindível portanto, compreender a partir da exposição anterior o processo de mundialização da agricultura como parte do processo de centralização e concentração do capital financeiro em seu próprio movimento de mundialização, como explicado por Chesnais (1996; 2005; 2010). No caminho da neoliberalização “mundo afora”, a agricultura mundial, ou melhor, o setor primário, tal qual o secundário e terciário, “tornou-se lugar seguro” para “ajustamento” do capital em seu processo dialético de acumulação-crise. No Brasil, de maneira geral, esse processo retoma/reforça o mecanismo da acumulação rentista na agricultura.

Oliveira (2016) realiza ampla caracterização da mundialização da agricultura capitalista no Brasil, resumidamente, essa acumulação passa pelos seguintes movimentos: (I) Territorialização dos monopólios na agricultura; (II) Monopolização do território na agricultura; (III) Metamorfoses do monopólio do território em territorialização do monopólio. Nos três processos é evidenciada a centralidade das empresas transnacionais no “comando” do movimento de acumulação. O que os diferencia, no entanto, é a questão da posse da propriedade fundiária, tendo em vista que algumas empresas se territorializam e são proprietárias da terra e da agroindústria produtiva; outras controlam a produção sem, contudo, adquirirem a propriedade (através de arrendamentos, por exemplo) e outras empresas realizam ambos os processos.

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica. [...]

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o **controle monopolístico do território** (*monopolistic control of the territory*), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto também, quer dizer, que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras. [...]

Metamorfoses do monopólio do território em territorialização do monopólio.

Entre outros exemplos da aliança de classe de setores da burguesia brasileira com a burguesia mundial, estão as novas empresas nacionais que

começaram a nascer a partir de 2007, principalmente no setor de grãos, e, que estão abrindo seus capitais em bolsas de valores, ou seja, fazendo seus IPOs (*Initial Public Offering* - Oferta Pública Inicial de ações em Bolsas). [...]

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal (OLIVEIRA, 2016, p. 127, 233 e 391, *negrito no original, grifos meu*).

Até este momento do texto (segunda parte do primeiro capítulo), procurou-se reforçar a sujeição da renda da terra ao capital no modo capitalista de produção na agricultura brasileira (OLIVEIRA, 1981; 2007) e sua conseqüente mundialização (OLIVEIRA, 2016) através do projeto de economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), porque considera ser fundamental para a análise do caso estudado da territorialização da empresa Adecoagro no Brasil (capítulos 1 e 2). Faz-se necessário ter em mente que as ações rentistas mais recentes do capitalismo no campo brasileiro estão associadas ao movimento geral de um “ajuste espacial” dos capitais sobreacumulados pelas crises financeiras; contudo para analisar o caso específico das estratégias de uma *holding* do agronegócio é imperativo saber reconhecer que muitas delas estão em nova “roupagem”, apresentam-se em “trajes típicos” da finança mundializada (CHESNAIS, 2005), o que não significa, no entanto, que o caráter rentista do capital sobre o território (agrário, mineral, florestal) brasileiro seja uma novidade, como lembra Delgado (2020). A seguir, procura-se contextualizar, brevemente, esses movimentos recentes da acumulação capitalista no agronegócio brasileiro a partir da centralidade sobre a questão do controle da propriedade privada fundiária nos debates da geografia agrária.

### 1.2.2. “*Land Grabbing, Green Grabbing*”: *Rentismo e territorialização do capital financeiro na agricultura brasileira século XXI*

Nas primeiras décadas do século XXI, principalmente a partir das denominadas crises financeiras, energética e de alimentos nos anos de 2007/2008 (OLIVEIRA, 2016), tem-se multiplicado a retórica sobre a recente “corrida mundial por terras”, em que fundos financeiros estão investindo em muitas empresas agrícolas transnacionais produtoras de *commodities* e biocombustíveis, que estão adquirindo e/ou arrendando terras agricultáveis em vários países. (FREDERICO; GRAS, 2016).



Tal fenômeno tem tido demasiada circulação na grande imprensa e suscitado debates acadêmicos internacionais, com estudos e publicações sobre o interesse recente do sistema financeiro mundial em investir em terras agrícolas. Embora existam muitos termos e interpretações, ele se popularizou principalmente através do termo *land grabbing*, e as publicações apontam para alguns consensos: (a) de que há predomínio de fundos financeiros participando de investimentos em terras agrícolas; (b) de que os principais países alvos desses investimentos são aqueles que possuem disponibilidade de recursos naturais (terra, água), minerais e florestais com potencial agrícola, localizados em várias regiões da América do Norte, América Latina, África, Ásia, Oceania e Leste Europeu; (c) de que essa demanda mundial por terras agrícolas tem resultado na potencialização da concentração fundiária dos países, acarretando problemas de soberania alimentar, impactos ambientais, políticos e sociais que afetam, sobretudo, os produtores familiares (BANCO MUNDIAL, 2010; GRAIN, 2011; FAO, 2011; OXFAM, 2011; ILC, 2012; TNI, 2013).

São muitos os artigos acadêmicos e jornalísticos que passaram a reproduzir essa retórica, o que levou a uma “corrida mundial por teses” (SAUER, BORRAS Jr., 2016; BOECHAT, PITTA, TOLEDO, 2020). Os termos mais comuns para designar tal fenômeno têm sido: “apropriação de terras agrícolas” (*farmland grab*), “apropriação mundial de terras” (*global land grabbing*), “estrangeirização de terras” (*extranjeirización de tierras*, e *foreignization of land*, em espanhol e inglês, respectivamente), “grilagem de terras” e/ou “neogrilagem de terras” (*land grabbing*), “pressão comercial sobre a terra” (*commercial pressures on land*), “apropriação e concentração de terras e recursos naturais em larga escala” (*appropriation and concentration of land and natural resources in large scale*) (OLIVEIRA, 2010; BORRAS Jr. et al., 2012).

Não se pretende nesta pesquisa retomar essas discussões e nem propor análises a esse respeito, ressalta-se, porém, a consideração feita por Sauer e Borrás Júnior (2016) de que, mediante a diversidade de formas de se apropriar e controlar a propriedade fundiária, a melhor interpretação para o termo *land grabbing* seria *apropriação de terras*.

Diante das dificuldades conceituais – que não se reduzem a problemas linguísticos –, a melhor opção (certamente com baixo apelo midiático) é traduzir ‘land grabbing’ como *apropriação de terras*. Em primeiro lugar, *apropriação* descreve o fenômeno porque ‘[...] implica na transferência de propriedade, de direitos de uso e do controle’ sobre terras que ‘eram propriedades pública ou privada’ (FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012, p. 238). A transferência pode se dar via diferentes tipos de transações – legais, ilegais ou mesmo não legítimas –, o que não necessariamente implica em compra, pois há muitos casos de *leasing* ou arrendamentos, mas sim no controle sobre terras e sobre recursos (SAUER; BORRAS Jr., 2016, p. 13).

Assim, considera-se que a interpretação como “apropriação de terras” se refere à apropriação e controle de terras e recursos (hídricos, minerais e florestais) potencializados pelas recentes crises mundiais: financeira, energética e alimentar e coincide com o atual processo de acumulação financeira e rentista.

O atual fenômeno mundial de aquisição e controle do uso de terras agrícolas pelo capital financeiro se popularizou, principalmente, através do termo *landgrabbing*. Em uma análise sobre alguns desses casos em países da América Latina, Borras et. al. (2012) chamam a atenção para importantes pontos interpretativos do fenômeno, entre os quais destacam-se: o esclarecimento de que a apropriação de terras agrícolas significa, essencialmente, o controle (monopólio) do uso da terra e demais recursos naturais (hídricos, minerais e florestais), sendo que esse controle nem sempre seguirá de expropriação da população local; e que o recente interesse dos investidores financeiros que estão promovendo o *landgrabbing* reflete as estratégias da dinâmica da acumulação de capital, que responde à convergência de múltiplas crises: alimentar, energética, climática e financeira. Assim, [...] a chave interpretativa sobre a recente aquisição e controle de terras e demais recursos naturais, deve ser feita pela análise mais ampla do processo da acumulação capitalista contemporânea (ALMEIDA; GUIDA, 2017, p. 168).

A interpretação de *land grabbing* como um mecanismo de acumulação por espoliação e como um ajuste espacial (HARVEY, 2006; 2014) também foi acatada nas propostas conceituais de interpretação do tal fenômeno. A esse respeito, Boechat, Toledo e Pitta (2020, p.25) mencionam duas fases distintas nas elaborações teóricas interpretativas, “sendo a primeira pautada pelas tentativas de quantificar o fenômeno, e a segunda caracterizada por uma ‘virada qualitativa’, a buscar elementos teóricos, políticos e metodológicos para melhor interpretar (ou gerenciar) o processo”. Eles consideram que dentro dessa virada qualitativa há uma “virada crítica” pelas interpretações feitas com base na teorização marxista, sobretudo a partir das teorias de Harvey. Assim, o *land grabbing* interpretado como um ajuste espacial indica que “quanto mais o capital se impõe, mais ele parece requerer a expansão territorial, e parece, pois, recolocar a importância da terra como mecanismo de mitigação da sua crise imanente.” Nesse sentido, destacam que a apropriação recente de terras “adquire um sentido social e histórico distinto do que já teve para as fases da mobilidade do trabalho e da industrialização nacional, e seus elos com o capital financeiro precisam ainda ser buscados” (BOECHAT; TOLEDO; PITTA, 2020, p.50-51).

Os “elos com o capital financeiro” dentro desse fenômeno recente de apropriação de terras parece ser a questão central para entendê-lo, pois, conforme demonstrado em outros trabalhos (TRALDI, 2021; MORENO et al., 2021), o interesse sobre na terra para a apropriação dos recursos naturais também é muito expressivo. A esse respeito Sauer e Borras Júnior. (2016),

destacam que mesmo analisado como parte do processo tipicamente capitalista de acumulação, ele não se restringe apenas à questão da terra agrícola.

[...] mesmo sendo um processo ‘típico’ de acumulação, é fundamental não restringir a agenda de pesquisa à questão agrária, pois a apropriação de terras se dá também para atividades não-agrícolas (mineração, extração de outros recursos). Essas estão vinculadas inclusive à comercialização de outros recursos naturais (água), com a criação e implantação de mecanismos de redução de emissões (REDD+ e outros) via comercialização de títulos, compensações ou serviços ambientais, entre outros mecanismos de apropriação (BENJAMINSEN e BRYCESON, 2012), dando novas dimensões e perspectivas à clássica discussão sobre a terra e às populações do campo. [...] A busca por terras está associada também a outros interesses (energia e produção de biocombustíveis, por exemplo), inclusive à demanda de *commodities* não agrícolas, as quais devem ser estudadas e entendidas no contexto global de acumulação capitalista (SAUER; BORRAS Jr., 2016 p.31-32).

Do ponto de vista do sistema financeiro, os gestores dos fundos que estão investindo nas empresas que compram terras agrícolas em diversos países, normalmente usam a mesma combinação de argumentos para justificar tais investimentos: 1- As tendências macro globais positivas: o crescimento populacional; o crescimento dos mercados emergentes; o aumento da demanda por alimentos, especialmente vegetais e animais; o aumento da demanda por biocombustíveis, que levam ao aumento da demanda de recursos naturais como terras e água. 2- As fortes tendências de financeirização dos diferentes setores da economia mundial. 3- A atração das finanças pelo setor agrícola: por exemplo, o aumento dos preços de terras agrícolas e dos preços das *commodities* garantem altas rentabilidades, e os mercados fundiários são investimentos de menores riscos que garantem a segurança e a proteção de inflação. 4- Oportunidade de inovação e diversificação para a carteira de investimentos dos fundos (FC BUSINESS INTELLIGENCE, 2011; BERGDOLT; MITTAL, 2012; LUYT, 2013).

Esses fundos financeiros têm diferentes origens, com destaque para: (a) fundos de pensão e de doações (como, TIAA-CREEF, PGGM, Fundo de Doações da Universidade de Harvard); (b) fundos privados e fundos de cobertura (Ospraie Management, Insight Investment, Ceres Partners, Soros Fund Management); e (c) fundos soberanos (Qatar Investment Authority - Qatar, Abu Dhabi Investment Company – Emirados Árabes, Hassana Investment Company – Arábia Saudita, China Investment Corporation – China). De um modo geral, as duas primeiras classes de fundos (a e b), procuram os investimentos em terras agrícolas e produção de *commodities* e biocombustíveis, esperando auferir alta rentabilidade e obter altos retornos do capital investido, sobretudo devido à alta da cotação dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Já os fundos soberanos, justificam que os investimentos em empresas

transnacionais agrícolas visam garantir o abastecimento interno de alimentos (GRAIN, 2011; BERGDOLT; MITTAL, 2012; LUYT, 2013; FREDERICO; ALMEIDA, 2019).

De um modo geral, o mercado financeiro se caracteriza pela predominância de capitais “ociosos” que buscam a possibilidade de valorização. Em momentos de instabilidade econômica, a especulação com o mercado de terras exerce o papel de facilitar a circulação do capital financeiro (PITTA et al. 2014). Tem-se dessa forma, que a propriedade da terra como um ativo financeiro<sup>51</sup> possui um aspecto estratégico por ser considerada um investimento seguro e de grande rentabilidade em meio à crise financeira.

Como apontado por Oliveira (2010; 2012; 2016) as transformações mais recentes no espaço agrário brasileiro têm sido engendradas em grande parte pelas atividades monopolistas de empresas transnacionais, que passaram a atuar tanto no processo produtivo no campo, quanto no mercado fundiário nacional - quando começaram a adquirir terras. Segundo o autor, as recentes transformações no campo são reflexos da mundialização da agricultura brasileira. Esta foi promovida, sobretudo, pela aliança de classe da burguesia nacional com a internacional, por meio do processo em que várias empresas nacionais abriram capital em bolsas de valores e várias corporações transnacionais passaram a atuar no setor agropecuário e no mercado fundiário em período mais recente. Este processo é o que o autor considera como metamorfoses do monopólio do território em territorialização do monopólio. De acordo com Oliveira (2010) a melhor pista teórica para entender esse processo mundial recente de procura por terras por empresas mundiais está na possibilidade de controlar a produção de combustíveis renováveis, e destaca que no Brasil os setores em que as corporações mais estão comprando terras é o sucroenergético e o de celulose e papel. Das empresas destacadas por ele que demonstram esse processo, estão: Raízen, Biosev, ADM, Bunge, Odebrecht, SLC Agrícola, Agrifirma, Adecoagro, Calyx Agro, Vision Brazil Investments, Tiba Agro, Sollus Capital, LG Agro, BrasilAgro, Agrinvest, Los Grobo, e El Tejar.

Delgado (2012, pp. 44 a 72) explica que teoricamente na articulação do mercado financeiro com o mercado de terras, a terra se transfigura para um ativo financeiro qualquer, mas, contudo, contém suas especificidades, pois além do retorno esperado pela valorização dos rendimentos futuros, como um ativo em si, ela pode render lucros se colocada para produzir e, ainda, o investidor pode auferir o rendimento extraído pelo fato de ser mero proprietário de um bem não reproduzível socialmente, ou seja, auferir a renda da terra.

---

<sup>51</sup> A teoria da terra como um ativo financeiro está desenvolvida no capítulo 2 deste texto.

Dessa forma, destaca-se que a articulação do setor financeiro com o mercado de terras nacional, por meio da aquisição de terras por empresas agrícolas transnacionais, revela o processo de acumulação de capital via apropriação da renda fundiária. Para Oliveira (2010), os setores da produção no campo em que essa estratégia de acumulação via lucro da produção e apropriação da renda da terra se fazem mais evidentes são os setores da agroindústria canavieira e o setor de celulose e papel.

O primeiro setor, em função da compra de empresas nacionais (usinas e destilarias) pelas transnacionais que tinham em seus ativos muita terra, além, do crescimento da demanda interna de etanol motivada pela ampliação da frota de carros flex. E, o segundo porque tinha planos de expansão e necessitava de plantar mais áreas com silvicultura (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Pitta e Mendonça (2014) procuram demonstrar esse “traço rentista” ao analisarem a recente especulação no mercado de terras brasileiro promovida, sobretudo, por empresas do setor sucroenergético, que, segundo eles, estão entre as principais empresas do campo que demandam por terras brasileiras. Para os autores, o controle das terras por parte das usinas canavieiras, seja por aquisição ou por arrendamento, garante às agroindústrias a matéria-prima necessária para a produção e o cronograma de funcionamento.

Em relatório da FAO (2012, pp.116, 117) também é destacada a participação do setor financeiro como um dos principais investidores no mercado de terras brasileiro e no setor sucroenergético. Sendo a lista completa dos principais investidores em terras agrícolas do Brasil, a seguinte:

- a) Empresas (nacionais ou transnacionais) do próprio setor agropecuário, como produtores e *tradings* agrícolas, interessados em atuar também no mercado de terras;
- b) Empresas (nacionais ou transnacionais) tradicionais do setor agroenergético, interessados em terras para expandir a produção devido à demanda mundial por biocombustíveis;
- c) Empresas (nacionais ou transnacionais) não tradicionais do setor agroenergético, como as da indústria petroquímica, automotiva, da biotecnologia, da construção e logística e outras; atraídas igualmente pela demanda mundial por biocombustíveis, em particular o etanol feito da cana-de-açúcar e pela produção da bioeletrecidade a partir do bagaço da cana.
- d) Empresas do setor imobiliário (rural ou urbano), atraídas pela valorização do mercado fundiário brasileiro, que têm a intenção de comercializar as terras agrícolas;
- e) Estados interessados em garantir seu abastecimento de alimento (China, Países Árabes, Coreia do Sul e Japão), atuando por meio de empresas estatais e dos fundos de investimentos soberanos;
- f) Fundos de investimentos financeiros atraídos pela demanda mundial de *commodities* agrícolas;
- g) Diversos investimentos financeiros atraídos pelas possibilidades de ganhos na esfera dos “serviços ambientais”, assim como no mercado do crédito de carbono glebas de terras para futuras preservações ambientais estão sendo comercializadas;
- h) Empresas (nacionais e transnacionais) de mineração e petróleo que demandam por novas áreas para exploração.

Como visto, a FAO (2012), enfatiza a presença do sistema financeiro atuando na produção do campo brasileiro, seja por meio das empresas nacionais com capital aberto em bolsa de valores, seja pelas empresas transnacionais, seja ainda pelos próprios fundos de investimentos. De todo modo, o que fica evidente é a presença recente desses novos agentes no campo brasileiro. Pitta, Mendonça e Xavier (2014) também destacam a entrada desses novos agentes a partir da crise de 2008.

A crise econômica mundial gerou uma mudança no perfil do agronegócio no Brasil e estimulou a presença de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras. Este processo ocorre principalmente através de fusões e aquisições, causando maior concentração de capitais. As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terra, subsidiárias, entre outros (PITTA et al., 2014, p.6).

Esse movimento de “internacionalização” das usinas sucroalcooleiras ocorreu sobretudo através principalmente de fusões e aquisições por empresas transnacionais (FREITAS; ROSSINI; QUEIRÓS, 2014;). Em dissertação de mestrado, Pinto (2011) reforça que a maioria das empresas entrantes no setor canavieiro é proveniente de diversos setores da economia, sem histórico na atividade agrícola ou sucroalcooleira, sendo muitas empresas controladas por fundos de investimentos.

Este processo recente de concentração e centralização de capitais financeiros na agroindústria canavieira do Brasil reflete o movimento atual da acumulação capitalista, em que o sistema financeiro procura se rentabilizar nos mais diversos setores da economia mundial (CHESNAIS, 2005; 2010). A produção agropecuária brasileira oferece “segurança” e rentabilidade para o capital financeiro mundial baseada, sobretudo, em um mecanismo de abertura econômica que foi sendo promovido pelo Estado e que culminou no que Delgado (2012) chama de economia política do agronegócio, realizada por meio de políticas internas que possibilitam o estabelecimento dos projetos hegemônicos do capitalismo contemporâneo.

Frederico e Gras (2016, p.17) ressaltam que as políticas internas de desregulamentação de setores da economia nacional (sucroalcooleiro, mercados fundiário e financeiro, entre outros), bem como o maior acesso aos sistemas de créditos, irão facilitar a entrada das empresas transnacionais que estão promovendo o *land grabbing* no Brasil por meio de estratégias que “vinculam a obtenção de lucros atrelados à produção de grãos, agrocombustíveis e florestas plantadas, e a captura da renda da terra por intermédio da especulação imobiliária”.

As ações especulativas, e o aumento na demanda por terras associadas à crise financeira mundial, provocaram um forte processo de apreciação no mercado fundiário brasileiro. Ferraz

(2009, p.62), destaca que, “com a atual crise financeira, a tendência de dirigir o capital especulativo para ativos mais seguros deve continuar sustentando o fator produtivo terra”, para ele, “as terras são a nova menina-dos-olhos do agronegócio brasileiro”. Cabrera e Ferraz (2013, p.50) afirmam que a “conjuntura econômica mundial criou um fator que estimula o mercado de terras do Brasil [...], seguro e com alto potencial de valorização em longo prazo, mostra-se muito atraente”. E o resultado foi que “entre o primeiro bimestre de 2003 e o último de 2012, o preço médio da terra no Brasil aumentou em 227%”.

Em outra edição, a consultoria do Relatório Agriannual volta a associar a crise financeira ao aumento da especulação de terras no Brasil “com a atual crise financeira dos Estados Unidos, a tendência de dirigir o capital especulativo para ativos mais seguros deve continuar sustentando o fator produtivo terra, portanto, o mercado de terras brasileiro”. (FERRAZ p. 62, 2009).

A conjuntura econômica mundial criou um fator que estimula o mercado de terras do Brasil. Trata-se da baixa taxa de juros dos maiores mercados de capital do mundo. Em muitos casos, as aplicações têm rendimento negativo. O desempenho inexpressivo das bolsas de valores e a acentuada sensação de risco do momento somam-se a isso, favorecendo a busca de outras opções de investimento. O mercado de terras, seguro e com alto potencial de valorização em longo prazo, mostra-se muito atraente. (CABRERA; FERRAZ, 2013, p. 50. Grifo meu.)

O mercado de terras se tornou alvo dos capitais ociosos que estão à procura de valorização diante da crise financeira de 2008, além da vasta disponibilidade de terras e de ser um dos maiores produtores mundiais de *commodities* agrícolas, o Brasil ainda possui baixos preços: “como as terras têm se valorizado em todo o mundo, as do Brasil continuam baratas em relação às de outros países de grande produção agropecuária” (CABRERA; FERRAZ, 2013, p. 49).

**O mercado de terras vem se revelando um novo filão especulativo, pois tem a participação não só do setor produtivo, mas também do financeiro.** Empresas sem nenhum histórico no agronegócio estão comprando grandes áreas em regiões ainda baratas. Planejam realizar o lucro na venda dos imóveis daqui a 5 ou 10 anos. Na mesma direção se movimentam empresas brasileiras do agronegócio. **Nota-se uma mudança no perfil do comprador de terras no Brasil** (FERRAZ, p. 62, 2009. Grifo e negrito meu).

A grande demanda por terras agrícolas brasileiras e o aumento no número de aquisições de propriedades fundiárias pelas corporações transnacionais levaram a Advocacia Geral da União (AGU) em 2010, a reafirmar a lei federal de 1971 que restringe a aquisição de terras por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou por empresas brasileiras que possuem pessoas físicas

ou jurídicas estrangeiras como maioria na participação do seu capital social, segundo Hage, Peixoto e Vieira Filho (2012).

A propriedade da terra entendida como um investimento seguro em momentos de instabilidade econômica torna-se alvo de capitais especulativos procurando valorização. Este parece um caminho para entender a recente “corrida mundial por terras”. Países agroexportadores como o Brasil, que condicionam vários determinantes que são “chamarizes” do capital financeiro, atraíram nos últimos anos novos investidores para o mercado fundiário. Como destacado pelos analistas do mercado brasileiro (trecho acima), “nota-se uma mudança no perfil do comprador de terras no Brasil” pela entrada do sistema financeiro como novo investidor neste mercado.

Diante do exposto, é devido à centralidade que o sistema financeiro tem assumido nas transformações mais recentes da produção agropecuária do país - seja por via dos fundos de investimentos de diversos tipos, empresas transnacionais ou mesmo operações de crédito -, em especial nas atividades ligadas à produção de biocombustíveis e no mercado fundiário, que se propõe nesta pesquisa entender se a expansão e consolidação da empresa Adecoagro Vale do Ivinhema, e o conseqüente controle territorial exercido por ela, conformam uma saída para a “valorização” de capitais financeiros que buscam lugares rentáveis e seguros. Ou seja, procurar explicar a expansão da Adecoagro por meio do processo de ajuste espaço-temporal (Harvey, 2006; 2013<sup>a</sup>; 2013b)

Se considerarmos como Harvey (2006) que as crises financeiras têm sido recorrentes desde os anos 1970 – resultado da liberalização e desregulamentação progressiva das finanças mundiais -, tem-se que a circulação destes capitais a nível global busca se reproduzir via ajustes espaciais (no interior de cada Estado e/ou externos a eles). Nesse sentido é que se propõe pensar a hipótese de um deslocamento espacial e temporal dos capitais sobreacumulados para a produção da agroindústria canavieira do Brasil. O recorte neste setor é justificado pela sua recente centralização de capitais nacionais e estrangeiros, como Pitta e Mendonça (2014) e Oliveira (2010).

Entre os grupos estrangeiros que entraram no setor da agroindústria canavieira via aquisição de usinas nacionais, está o grupo Adecoagro, que adquiriu em 2006 a Usina Monte Alegre localizada no município de Monte Belo em Minas Gerais, que antes pertencia à Família Vieira desde 1933. A Adecoagro é uma empresa originalmente argentina com capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Após a aquisição da Usina Monte Alegre, o grupo expandiu sua atividade sucroenergética para o estado de Mato Grosso do Sul, onde inaugurou mais duas usinas, uma em 2008 no município de Angélica-MS e outra em 2013, em Ivinhema-MS, se



consolidando como uma das empresas mais competitivas do setor. Na ocasião, teve grande repercussão nos meios de comunicação do setor agrícola porque na época o reconhecido financista George Soros era o principal acionista do Grupo.<sup>52</sup> As estratégias de territorialização da empresa no setor sucroenergético<sup>53</sup> será discutida no capítulo 3.

Além deste setor, o Grupo também já atuou em outros dois segmentos do agronegócio no Brasil: mercado fundiário, com a compra e venda de propriedades rurais e na produção de *commodities* para exportação. Configurando-se, dessa forma, como uma das empresas que estão à procura da valorização dos capitais, tanto pelo lucro obtido pela comercialização das *commodities* agrícolas, quanto pela possibilidade de auferir a renda da terra por meio da compra e venda de propriedades (DELGADO, 2012). A seguir serão descritas as estratégias de realização das principais atividades desenvolvidas pela empresa nos três países em que ela produz, a fim de compreender a relação mais direta entre finanças e transnacionais agrícolas.

---

<sup>52</sup> Ver, por exemplo, as reportagens publicadas pela redação do Jornal da Cana: “Soros intensifica a atuação no setor de álcool no país”, publicada em 06 de junho de 2007, disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/soros-intensifica-atuacao-no-setor-de-alcool-no-pais/>> acesso em dezembro de 2022. E “o especulador e o etanol”, publicada em 13 de julho de 2007, disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/o-especulador-e-o-etanol/>> acesso em dezembro de 2022.

<sup>53</sup> O setor sucroalcooleiro passa a ser denominado de sucroenergético porque as indústrias canavieiras passaram a produzir energia a partir do bagaço da cana moída na produção de álcool e açúcar. A energia gerada sustenta o parque industrial como também pode ser comercializada (UNICA. Setor Sucroenergético. Histórico do setor).

## CAPÍTULO 2

### **GRUPO ADECOAGRO: rentismo na produção de *commodities* e no mercado fundiário**

Neste capítulo, procura-se compreender as estratégias territoriais de acumulação da Adecoagro no setor agrícola da América do Sul, como expressão da estratégia da acumulação financeira contemporânea. Sobretudo, naquilo que Chesnais (2005; 2010) destacou acerca do sistema de finanças no neoliberalismo gerar uma forma específica de propriedade capitalista, a propriedade-patrimonial, que é representada, por sua vez, pela nova figura do capitalista, o proprietário-acionista, ou melhor, o acionista institucional, que detém títulos da empresa. Essa especificidade da acumulação financeira promove um grupo específico de proprietários, os investidores institucionais, que detém monopólio das ações no mercado financeiro mundial. Dessa forma, procura-se na primeira parte deste capítulo, observar essas configurações das finanças no setor agrícola no caso da Adecoagro, com a ideia de analisar, qualitativamente, o rentismo típico da acumulação contemporânea, do histórico de formação como uma *holding*, às análises da estrutura societária, divisão em empresas subsidiárias e grupo gestor, formado pelo Conselho Administrativo e Conselho Executivo.

Na segunda parte, é realizada breve análise da expansão territorial da empresa na América do Sul, expansão esta compreendida como um ajuste espacial. Como visto em Harvey (2006; 2013a) a expansão geográfica está intrinsicamente ligada à reprodução ampliada do capital, e no atual regime de acumulação financeira (CHESNAIS, 2005; 2010), a acumulação se dá, predominantemente, mediante processos de acumulação por espoliação, que evolve, entre outros, mecanismos de privatizações de recursos naturais. Com isso, apresenta-se os “ajustes espaciais da empresa”, em sua forma mais direta, o da produção capitalista do espaço, da “coerência estruturada” no agronegócio na Argentina, Brasil e Uruguai, pela consolidação e expansão de uma banco de terras próprio, produção de *commodities* agrícolas, construção de agroindústrias, exercendo controle territorial por ação monopolista, tanto no controle da produção agropecuária, quanto no mercado fundiário, expressões do fenômeno atual denominado por *land grabbing*.

Na sequência, na terceira parte deste capítulo, busca-se compreender o “negócio de transformações de terras”, assim denominado pela empresa. Se nas seções anteriores será possível mensurar, qualitativamente, sobre as estratégias de acumulação do capital financeiro em através de emissões de ações das atividades da transnacional agrícola; a terceira parte pretende-se mensurar sobre a estratégia de acumulação via renda capitalizada da terra, ou

melhor, acumulação via da renda da terra semelhante a um ativo financeiro (DELGADO, 2012) empreendida pelos investidores institucionais.

## 2.1. FINANÇAS E TRANSNACIONAIS AGRÍCOLAS: *HOLDING* E PROPRIETÁRIOS-ACIONISTAS (INVESTIDORES INSTITUCIONAIS)

Como visto no capítulo anterior, o economista marxista François Chesnais, ao longo de livros organizados por ele (geralmente coletâneas de textos próprios e outros pesquisadores) tem avançado no debate da mundialização financeira no contexto da acumulação capitalista contemporânea. De maneira geral, ele aborda a caracterização econômica do capital portador de juros e sua estreita interpenetração com o capital industrial. Procurando entender a natureza e os efeitos dessa relação, ele expõe as etapas da acumulação financeira que culminou na mundialização dos mercados financeiros.

Para o autor é tempo de uma nova forma de propriedade capitalista, a propriedade patrimonial, cujos seus detentores são instituições financeiras, que operam por meio de investidores institucionais (geralmente fundos financeiros mútuos ou fundos de pensão).

Para que esse capital “faça dinheiro por si próprio” (CHENAIS, 2005; 2010) foi preciso que alguns processos ocorressem, sobretudo uma grande centralização e concentração de capital. À medida que ocorriam, foram reorganizando os mecanismos dessa acumulação financeira, que delimitou os investidores institucionais como principais detentores desse capital portador de juros.

Assim, a centralização dos lucros não reinvestidos das empresas, bem como a centralização das rendas não consumidas das poupanças das famílias, associadas a mecanismos governamentais que possibilitassem a livre circulação desses capitais, foram “o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão” (CHESNAIS, 2005, p.36). Essa acumulação, portanto, exigiu mecanismos que garantissem essa “autovalorização”, e esse é o papel das instituições especializadas “que têm por encargo valorizá-los [lucros não reinvestidos e rendas não consumidas] sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (p.37).

A partir dessa compreensão da acumulação financeira contemporânea e do papel nela desempenhado pelos investidores institucionais, pretende-se analisar como ocorre a constituição de uma transnacional agrícola, que tem sua fundação planejada por estes novos proprietários capitalistas, os denominados proprietários-acionistas, para, em seguida, compreender as consequências desse sistema de finanças no mercado fundiário.

Faz-se necessário destacar que as análises que se seguem são qualitativas, apenas para elucidar as interpretações teóricas empreendidas no Capítulo 1. Não será realizada nenhuma análise quantitativa sobre a obtenção de juros, lucros ou renda, nem correção de preços divulgados pela empresa, tão pouco cálculo contábil da diferença entre lucro e dívidas, como realizada em Pitta (2016) e Boechat (2020). Serão utilizados materiais divulgados pela própria empresa em seus relatórios anuais publicados na SEC (como já mencionado na introdução desta pesquisa). O objetivo desta análise qualitativa é para elucidar as formas específicas de atuação das transnacionais agrícolas nesse período de financeirização da economia.

A Adecoagro está entre as principais *holdings* do agronegócio que atuam na América do Sul, suas empresas subsidiárias produzem e comercializam *commodities* agrícolas no Brasil, Argentina e Uruguai. Possui três linhas de atividades principais: (a) Agricultura e agroindústria, com a produção de grãos (soja, milho, algodão e arroz) e leite; (b) Transformação de terras e (c) Produção de açúcar, etanol e energia. Essas atividades são realizadas em mais de 430.000 hectares, entre terras próprias e terras arrendadas, possuía em 2020, 28 fazendas, 3 usinas canavieiras, 3 usinas de beneficiamento de arroz, 2 agroindústrias de leite, 1 produtora e processadora de sementes de girassol, distribuídas nos três países.

Somos uma empresa agroindustrial líder na América do Sul, com operações na Argentina, Brasil e Uruguai. Atualmente, estamos envolvidos em uma ampla gama de negócios, incluindo culturas agrícolas e outros produtos agrícolas, operações de laticínios, produção de açúcar, etanol e energia e transformação de terras. Nosso modelo de negócios sustentável está focado em (i) um modelo de produção de baixo custo que alavanca o crescimento ou a produção de cada um de nossos produtos agrícolas em regiões onde acreditamos ter vantagens competitivas, (ii) reduzindo a volatilidade de nossos retornos por meio da diversificação de produtos e geográfica e uso de tecnologia avançada, (iii) beneficiar-se da integração vertical em segmentos-chave da cadeia agroindustrial, (iv) adquirir e transformar terras para melhorar sua produtividade e realizar a valorização da terra por meio de vendas estratégicas. Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos um total de 245.213 hectares, compostos por 19 fazendas na Argentina [228.745ha], 8 fazendas no Brasil [13.291ha] e 1 fazenda no Uruguai [3.177ha]. Além disso, possuímos e operamos várias unidades de produção agroindustrial, incluindo três unidades de processamento de arroz na Argentina, três *free-stalls* de laticínios com 11.477 vacas leiteiras e duas unidades de processamento de leite na Argentina, uma unidade de processamento de amendoim e uma unidade de processamento de girassol na Argentina, duas plantas de manuseio e condicionamento de grãos na Argentina e três usinas de açúcar e etanol no Brasil com capacidade de moagem de cana de 14,2 milhões de toneladas. (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p. 61, tradução minha, grifos meus.).

A empresa foi constituída na Argentina em 2002, a partir de um grupo de produtores agrícolas argentinos que se uniram a fundos de investimentos dos Estados Unidos que queriam entrar no negócio para comprar terras e transformá-las<sup>54</sup>. Foi fundada por Alan Leland Boyce (então consultor do fundo de George Soros, *Soros Fund Management*), Mariano Bosch, Walter Marcelo Sánchez e Ezequiel Garbers, que são proprietários rurais e agrônomos argentinos com experiência nas principais empresas agrícolas desse país, estes três ocupam desde a fundação até o momento os cargos de CEO (diretor de executivo), CCO (diretor comercial) e *Country Manager* (gerente nacional) para a Argentina e Uruguai, respectivamente. Iniciaram a capitalização da empresa por meio da parceria com Alejandro Octavio Quentin (foi acionista na Bunge, sendo sobrinho do antigo presidente dessa empresa), que atraiu outros investidores argentinos e Richard Robert Halderman, do fundo *Halderman Farm Management Service Inc.*, que se interessava em especular terras na América do Sul<sup>55</sup>. Assim, criaram um fundo subsidiário da Adeco Agropecuária SA (o então nome da empresa), o *International Farmland Holdings* (IFH) que foi a principal plataforma de expansão territorial da Adecoagro. No mesmo ano de 2002, a empresa, através do IFH, iniciou suas operações a partir da aquisição de cem por cento das participações acionárias da Pecom Agropecuaria SA, empresa então pertencente à *holding* argentina Perez Companac, que tinha como principal ativo terras agrícolas e de pastagem distribuídas em diferentes regiões da Argentina, que totalizavam 74.000 hectares. A transação foi de 54 milhões de dólares e essa aquisição representou uma das maiores transações de compra de ações na América do Sul naquele ano, e fez com que a empresa se tornasse rapidamente uma das maiores empresas agrícolas da Argentina (RELATÓRIO ANUAL, 2011).

Em setembro de 2002, iniciamos nossas operações com a aquisição de 100% das participações acionárias da Pecom Agropecuaria S.A., uma empresa argentina (*sociedad anónima*) e rapidamente nos tornamos uma das maiores empresas agrícolas desse país. Totalizando mais de 74.000 hectares de terras agrícolas, esta aquisição representou uma das maiores transações de compra de ações na América do Sul em 2002. Em conexão com a aquisição, Pecom Agropecuaria SA mudou seu nome para Adeco Agropecuaria AS. A Adeco foi a plataforma a partir da qual executamos nossos planos de expansão, incluindo a aquisição de terrenos adicionais e a diversificação de nossas atividades de negócios.

Em 2004, iniciamos nossa expansão regional e adquirimos uma fazenda no Uruguai (aproximadamente 5.086 hectares) e três fazendas no oeste da Bahia (20.419 hectares) [...].

<sup>54</sup> Entrevista realizada em 2010 e gentilmente cedida por Carla Gras, socióloga e doutora em Geografia da Universidad de Buenos Aires, com o diretor Ezequiel Garbers, cofundador e *Country Manager* (Gerente Nacional) para a Argentina e Uruguai da Adecoagro, no escritório em Buenos Aires.

<sup>55</sup> Ver mais na reportagem: “*Adecoagro: La empresa de Soros que compró a Pilagá*” Publicado pela redação do jornal Infocampo em 26/09/2006. Disponível em: <<https://www.infocampo.com.ar/adecoagro-la-empresa-de-soros-que-compro-a-pilaga/>> Acesso em dezembro de 2022.

Em 2005, adquirimos nossa primeira usina de açúcar e etanol, a Usina Monte Alegre SA (UMA), com capacidade de moagem de 0,9 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por ano na época. A UMA tornou-se nossa plataforma de expansão no setor sucroalcooleiro brasileiro RELATÓRIO ANUAL, 2020, p. 57, tradução minha, grifo meu.)

Observa-se por esse histórico da constituição da empresa, que, anterior à abertura de capital na bolsa de valores (que ocorre em 2011), a empresa já era gestada por investidores institucionais, a organização societária foi sendo formada, a partir de criação de subsidiárias e novos investidores, mesmo sem negociar ações no mercado bursátil. Caso bem elucidativo do que Chesnais (2005; 2010) discute sobre a mobilidade do capital financeiro, em se alocar em diferentes setores, além do óbvio poder de investimento desses “novos proprietários capitalistas”, os investidores institucionais.

Antes de prosseguir descrevendo as estratégias de expansão e territorialização da Adecoagro, faz-se necessário mencionar o contexto argentino que favoreceu a atração e entrada de investidores internacionais no setor agrícola deste país. Durante a década de 1990, destacam-se dois fatores fundamentais para a expansão do capital financeiro na produção agrícola argentina: (1) políticas de desregulamentação no mercado financeiro e agrícola através dos decretos de *Desregulación y de Emergencia Económica* que privatizou inúmeros bancos públicos e desmantelou organismos estatais que regulavam os mercados agrícolas; e a criação da Lei n. 24.441 de 1994, que estabeleceu o marco jurídico dos *fideicomiso*, uma forma de financiamento que atraiu para o setor agropecuário investidores de outros ramos da economia, conforme contextualizam Frederico e Gras, 2017. Esses arranjos políticos neoliberais de privatizações e desregulamentações dos mercados nacionais (como os *fideicomisos*, na *Argentina*) são etapas fundamentais para garantir a circulação do capital financeiro nos países, como destacado por Chesnais (2005; 2010).

Em um *fideicomiso*, uma das partes (o fiduciante) transmite um ou mais bens a outra parte (o fiduciário), quem está obrigado a exercer a propriedade fiduciária em benefício de quem se designe beneficiário e a transmiti-lo ao fiduciante ou ao beneficiário ao término de um prazo ou condição. O papel do fiduciário pode ser de inversão, garantia, administração ou misto (FREDERICO; GRAS, 2017, p.26).

Muitas das empresas transnacionais que são originárias na Argentina se constituíram nesse período, em razão de se beneficiarem dos *fideicomisos*, a exemplo dos grupos Adecoagro, El Tejar, Los Grobo e Cresud. Foi um número restrito de grandes empresas que foram favorecidas por esse financiamento e foram se territorializando no território argentino por meio do arrendamento de terras na região pampiana, uma das mais férteis do país, e assim conseguiram vantagens significativas, como destacam Frederico e Gras (2017). A Adecoagro é

um dessas empresas que também se territorializou na região de fronteira, conhecida como “Pampas Úmidos”, como será visto adiante, sua produção de arroz se localiza nessa região e é beneficiada pelo clima, solo e hidrografia favoráveis. Os autores também ressaltam que na década seguinte, ou seja, anos 2000, as empresas começam a se expandir para os demais países do Cone Sul, particularmente, Brasil, Paraguai e Uruguai, num processo denominado de “translatinização” por Borrás Jr. et al. (2012).

No caso particular da Adecoagro, inicialmente a expansão ocorreu por meio da então chamada Adeco Agropecuária SA, que foi se expandindo territorialmente e diversificando suas atividades através de aquisições de outras empresas agrícolas. Em 2004 adquiriu a Fazenda La Macarena (5.086 hectares), em uma das áreas mais produtivas do Uruguai, além da aquisição de três fazendas no Oeste da Bahia (20.419 hectares) (RELATÓRIO ANUAL, 2011).

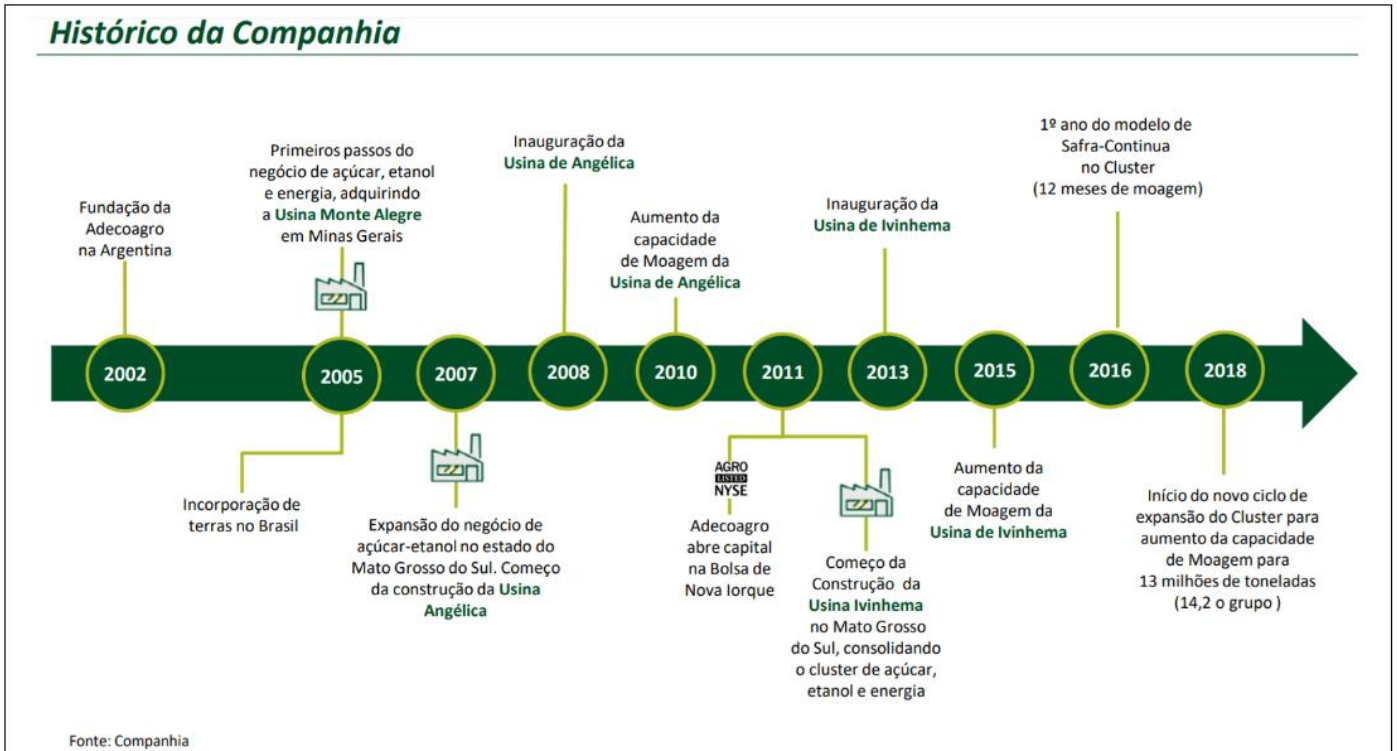
Em 2005 comprou a Usina Monte Alegre em Minas Gerais, que foi o meio para a empresa entrar no setor sucroenergético. Já em 2006 iniciou os projetos de expansão da agroindústria canavieira através da construção da usina Adecoagro Angélica Agroenergia no município de Angélica em Mato Grosso do Sul, que passou a operar no ano de 2008. Em 2013 consolidou a expansão com a inauguração de outra usina no município de Ivinhema-MS, a Usina Adecoagro Vale do Ivinhema entrou em operação em abril de 2013 e em menos de um ano (em março de 2014) iniciou as obras para aumentar sua capacidade de moagem (RELATÓRIO ANUAL, 2011).

Concomitante à consolidação da produção sucroenergética no Brasil, na Argentina a Adecoagro prosseguiu sua expansão adquirindo outras empresas e se estabelecendo em outras atividades. Destaca-se a aquisição da Pilagá SA em 2007, uma das maiores e mais antigas empresas agrícolas, com mais de 88.000 hectares e duas instalações de processamento de arroz. Durante 2007, também expandiu a atividade de laticínios, quando iniciou a construção da primeira fazenda leiteira estabelecida da América Latina, na província de Santa Fé, com capacidade para ordenhar 3.000 vacas. A segunda instalação do grupo foi construída em 2012 com capacidade para 3.500 vacas leiteiras (RELATÓRIO ANUAL, 2011; 2015).

Em fevereiro de 2013, a Adecoagro formou a CHS Agro SA, uma *joint venture* com a CHS (uma das maiores transnacionais agrícolas), com 50% de participação. A CHS Agro construiu uma unidade de processamento de semente de girassol localizada na cidade de Pehuajo, província de Buenos Aires, Argentina. A unidade processa o óleo de soja e o girassol de confeitaria em produtos específicos, como sementes oleaginosas, que serão totalmente exportadas para mercados na Europa e no Oriente Médio (RELATÓRIO ANUAL, 2015). A Figura 2 resume o histórico da expansão territorial da empresa.

À medida que se expandia territorialmente, a empresa aumentou o seu banco de terras, estando atualmente entre as principais transnacionais proprietárias de terras agrícolas na América do Sul, a Adecoagro possui 28 fazendas que totalizam aproximadamente 245.000 hectares de terras produtivas na Argentina, Brasil e Uruguai que foram avaliadas em aproximadamente 770.000.000 de dólares em setembro de 2020, conforme a Tabela 1.

**Figura 2** – Adecoagro: histórico da expansão da empresa (2002-2018).



Fonte: (Extraído de) Adecoagro. Material publicitário, 2019.

**Tabela 1-** Adecoagro: Banco de terras na Argentina, Uruguai e Brasil em 2020.

País	Nº de propriedades	Área total (hectares)	Preço (dólar) <sup>56</sup>
ARGENTINA	19	228.745	
URUGUAI	1	3.177	
BRASIL	8	13.291	
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>245.213</b>	<b>763.215.053</b>

Fonte: Adecoagro. Avaliação de Imóveis (*Appraisal of real property*) de 2020<sup>57</sup>. Organização da autora.

Nota-se que da totalidade do banco de terras do Grupo em 2020, aproximadamente 93% (228.745 hectares) das terras agrícolas estão localizadas na Argentina, enquanto cerca de 5%

<sup>56</sup> Preço referente ao dia 30 de setembro de 2020, ele não foi corrigido em valores atuais, reproduziu-se exatamente o que foi publicado no documento de referência.

<sup>57</sup> Relatório *Appraisal of real property* (2020) elaborado anualmente pela Cushman & Wakefield Argentina S.R.L. Disponível em: [https://ir.adecoagro.com/uploads/Executive\\_summary\\_Adecoagro\\_2020.pdf](https://ir.adecoagro.com/uploads/Executive_summary_Adecoagro_2020.pdf) Acesso em dezembro de 2022.



(13.291 hectares) se localizam no Brasil e os quase 2% (3.177) restante estão no Uruguai. Esses dados vão de encontro às divulgações trimestrais que a empresa realiza na imprensa, como também o que é apresentado em seus Relatórios Anuais. Como visto, a maior concentração de propriedades e terras na Argentina pode ser justificada pelo fato da empresa ter iniciado suas operações neste país. Contudo, importante observar que a empresa controla um banco de terras com mais de 470.000 hectares entre terras próprias e arrendadas<sup>58</sup>, na Argentina, Brasil e Uruguai, conforme demonstra a Figura 3.

**Figura 3** – Adecoagro: Banco de terras (próprias e arrendadas), safras 2018/2019 (grãos) e 2019/2020 (cana), na Argentina, Brasil e Uruguai.



Fonte: Extraído de Adecoagro<sup>59</sup>. Banco de terras (*landbank*), 2022.

Observa-se que nas safras mencionadas no infográfico a Adecoagro estava controlando um banco de terras de aproximadamente 472.000 hectares, sendo que cerca de 48% (229.000 hectares) deles são fazendas próprias localizadas na Argentina, o que reafirma o dado da Tabela 1, de que a maioria de suas propriedades estão nesse país. Considerando os dados da Figura 3, a distribuição do banco de terras do Grupo era a seguinte: na Argentina, aproximadamente 73% (229.000 hectares) das terras agrícolas administradas são próprias, sendo pouco mais da metade voltada para produção agrícola (119.000 hectares) e o restante para a produção pecuária da

<sup>58</sup> Os termos utilizados pela empresa são *leas*, *leasing*, *leased*, que podem ser compreendidos como alugar, locar, arrendar. Para ficar mais próximo do termo usado no Brasil, será traduzido como arrendamentos.

<sup>59</sup> Disponível em: [https://ir.adecoagro.com/uploads/Landbank\\_Adecoagro.pdf](https://ir.adecoagro.com/uploads/Landbank_Adecoagro.pdf) Acesso em dezembro de 2022.

agroindústria leiteira (110.000 hectares); as terras arrendadas são em sua totalidade (82.000 hectares) voltadas para a produção agrícola. No Brasil ocorre o inverso, cerca de 93% (143.000 hectares) das terras manejadas pelo Grupo são de parcerias agrícolas e/ou contratos de arrendamentos, e ambas as modalidades de propriedades (próprias e arrendadas) são canaviais. Por sua vez, o banco de terras no Uruguai é o menor entre os três, totaliza pouco mais que 7.000 hectares, sendo aproximadamente 50% (3.177 hectares) de terras próprias divididas em produção agrícola (2.294 hectares) e pecuária (883 hectares), já a outra metade (3.999 hectares) são terras arrendadas.

Até o ano de 2011 a capitalização da empresa ocorrera, aparentemente, por via de investimentos dos acionistas, lucro dos negócios e financiamentos, essa reflexão deriva do fato de que, como visto na Figura 2 (p.79), parte significativa da expansão territorial e constituição do banco de terras da Adecoagro foi anterior à abertura de capital na bolsa de valores de Nova Iorque.

No momento em que a empresa abre seu capital, ou seja, realiza sua IPO (*Initial Public Ofert*, em português, Oferta Pública Inicial), em 2011, os investidores que passaram a ser os seus principais acionistas, já eram sócios. A empresa foi constituída com a finalidade de lançar ações no mercado bursátil, como descrevem no documento Relatório Anual (2011, p.8, tradução minha) que antecede a IPO, o próprio registro jurídico da empresa como uma *holding* foi feito para facilitar as negociações em bolsas de valores. “Somos uma corporação organizada sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo sob a forma de uma sociedade anônima e formada como *holding* para o propósito, entre outros, de facilitar a IPO de ações ordinárias”. Com essa declaração da empresa, retomasse a reflexão feita por Chesnais (2005;2010) da flexibilidade do capital portador de juro em se mover para diferentes setores, e sobretudo, da aposta da acumulação rentista dos investidores institucionais, que constituíram uma transnacional agrícola com objetivo de negociar no mercado bursátil.

Antes da análise da composição acionária da empresa, faz-se importante entender a sua estrutura organizacional em *holding*. Como explicado por Chesnais (2010, p.164), a partir dos anos de 1980, concomitante ao processo de desregulamentações políticas diversas, houve uma rápida expansão desse tipo de empresa, porque uma de suas principais funções é oferecer maior “liquidez” aos investidores, já que o período coincide com o momento de ampliação das finanças. De acordo com esse autor, nessas empresas, “mais que os critérios industriais [...] são as opiniões dos investidores, moldados pelos analistas financeiros, que decidirão o grau de centralização (de capital), sendo os elementos bursáteis os determinantes [...]” O autor

prosegue explicando uma vantagem desse formato de corporação, que é ser controladora administrativa de várias filiais de produção, portanto, que externaliza a produção.

Uma das funções mais importantes da forma “holding” é de dar às filiais de produção de grupos a forma “líquida” exigida pelos investidores, para quem “a preferência pela liquidez” supera qualquer outra consideração, além do “rendimento sobre o investimento”, isto é, sobre o pacote de ações que eles detêm. As filiais de produção que são em geral de transnacionais têm, por seu lado, externalizado fortemente as atividades em direção a empresas menores, controladas sem a tomada do capital. Cada uma delas têm em seu entorno uma constelação de filiais, mas também de firmas sobre as quais exercem uma influência muito grande a título de “parcerias” e de contratos de subcontratação”. (CHESNAIS, p. 164, 2010).

A Adecoagro é um exemplo de *holding* com grande número de empresas subsidiárias, de acordo com o Relatório Anual de 2021 ela tinha um total de quarenta e uma subsidiárias: duas em Luxemburgo, quinze na Espanha, doze na Argentina, quatro no Uruguai e oito no Brasil, conforme a relação no Quadro 1.

Interessante observar que somente as subsidiárias localizadas na América do Sul que são filiais de produção, já que suas atividades se concentram aqui, as europeias são subsidiárias de gestão e finanças. Como explica Chesnais (2010, p. 164), “o círculo das filiais de primeira linha inclui empresas especializadas unicamente em finanças”.

Outro ponto importante se refere às oscilações existentes no quadro de subsidiárias. Como todas elas possuem capital fechado, ou seja, todas são controladas por um único grupo de acionistas, quando o Grupo expande alguma atividade, por exemplo, o quadro é alterado. Ao comparar as subsidiárias do ano de 2017<sup>60</sup>, com as de 2021, observa-se as seguintes alterações: era um total de trintas e oito empresas, sendo duas em Luxemburgo, quinze na Espanha, dez na Argentina, três no Uruguai e seis no Brasil. O aumento de subsidiárias pode ser justificado pela expansão das atividades agropecuárias. No Brasil, por exemplo, as duas empresas que foram acrescentadas são da área de geração de energia, provavelmente para a comercialização da energia, já que essa atividade é recente.

---

<sup>60</sup> Ver Apêndice A.

**Quadro 1 – Adecoagro: Subsidiárias do Grupo em 31 de dezembro de 2020.**

<b>NOME</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
<b>Subsidiárias majoritárias</b>	
1 Adecoagro GP	Luxemburgo
2 Adecoagro LP S.C.S.	Luxemburgo
3 Kadesh Hispania S.L.U.	Espanha
4 Leterton España S.L.U.	Espanha
5 Global Calidon S.L.	Espanha
6 Global Acamante S.L.	Espanha
7 Global Mirabilis S.L.	Espanha
8 Global Carelio S.L.	Espanha
9 Global Asterion S.L.U.	Espanha
10 Global Pindaro S.L.U.	Espanha
11 Global Acasto S.L.U.	Espanha
12 Global Pileo S.L.U.	Espanha
13 Global Anceo S.L.	Espanha
14 Global Laertes S.L.U.	Espanha
15 Peak Texas S.L.U.	Espanha
16 Global Hisingen S.L.	Espanha
17 Global Neimoidia S.L.U.	Espanha
18 Adeco Agropecuaria S.A.	Argentina
19 Pilagá S.A.	Argentina
20 Cavok S.A.	Argentina
21 Establecimientos El Orden S.A.	Argentina
22 Agro Invest S.A.	Argentina
23 Forsalta S.A.	Argentina
24 Bañado del Salado S.A.	Argentina
25 Dinaluca S.A.	Argentina
26 Compañía Agroforestal de Servicios y Mandatos S.A.	Argentina
27 Girasoles del Plata S.A. (previously CHS AGRO S.A.)	Argentina
28 Maní del Plata S.A.	Argentina
29 L3N S.A.	Argentina
30 Energia Agro	Uruguai
31 Ladelux S.A.	Uruguai
32 Kelizer S.A.	Uruguai
33 Adecoagro Uruguay S.A. (previously Agroglobal S.A.)	Uruguai
34 Adecoagro Brasil Participações S.A.	Brasil
35 Adeco Agropecuária Brasil Ltda.	Brasil
36 Usina Monte Alegre Ltda.	Brasil
37 Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	Brasil
38 Adecoagro Agr. e Participações Ltda.	Brasil
39 Adecoagro Energia Ltda.	Brasil
40 Monte Alegre Energía Ltda.	Brasil
41 Angélica Energia Ltda.	Brasil
<b>Entidades afiliadas (não consolidadas)</b>	
1 Humber Holdings S.A.	Argentina
2 Sima Software S.A.	Estados Unidos

Fonte: Relatório Anual, 2020. Organização da autora.

Todas as subsidiárias relacionadas no Quadro 1 são controladas por um mesmo grupo de acionistas, segundo divulgado pela empresa, ou seja, ela mantém as subsidiárias com capital fechado. De acordo com o Relatório Anual (2020<sup>61</sup>, p.145) na data de 27 de abril de 2021 o Grupo Adecoagro possuía 117.812.864 ações em circulação na bolsa de Nova Iorque, sendo que destas, 93.735.672 ações, aproximadamente 77,0% das ações em circulação, eram detidas por fundos registrados nos Estados Unidos. A Figura 4, relaciona a composição acionária do Grupo na mesma data (27/04/2021) e estão relacionados os acionistas que possuíam no mínimo 5% das ações em circulação, e a soma das ações pertencentes ao grupo de diretores.

**Figura 4-** Adecoagro: composição acionária em 27 de abril de 2021.

	Número	Por cento
<b>Principais Acionistas:</b>		
Al Gharrafa Investment Company (1)	15.983.265	13.6 %
Stichting Pensioenfonds Zorg en Welzijn (2)	15.381.385	13.1 %
LP de Investimento Route One (3)	14.444.844	12.3 %
EMS Capital LP (4)	11.692.837	9.9 %
Brandes Investment Partners LP (5)	7.268.631	6.2 %
<b>Diretores, Diretores Executivos e funcionários da Empresa como um Grupo*</b>	<b>6.926.297</b>	<b>5.9 %</b>

\* Nenhum possui mais de 1% com base no número total de ações em circulação, exceto Mariano Bosch e Alan Boyce, que possuem 1,03%, respectivamente.

(1) O endereço da Al Gharrafa Investment Company é C/O Intertrust Corporate Services (Cayman) Limited, 190 Elgin Street, George Town, Grand Cayman, KY1-9005, Ilhas Cayman.

(2) O endereço da Stichting Pensioenfonds Zorg en Welzijn é PO BOX 4001 NL-3700 KA Zeist Holanda.

(3) O endereço da Route One Investment LP é 1 Letterman Drive, Building D, Suite 200, San Francisco, CA 94129, Estados Unidos.

(4) O endereço da EMS Capital LP é 767 Fifth Avenue 46th floor, New York, NY 10153.

(5) O endereço da Brandes Investment Partners LP é 11988 El Camino Real, Suite 600, PO Box 919048, San Diego, CA 92130-9048, Estados Unidos.

Fonte: Extraído do Relatório Anual de 2020, p. 145 (tradução automática Google).

Adiante serão feitos comentários mais detalhados dos acionistas do Grupo Adecoagro para elucidar a aliança de classe entre os proprietários-acionistas, como classificado por Chesnais (2005) . Por ora, seguem apenas breves comentários sobre a composição acionária do Grupo na referida data, o fundo *Al Gharrafa Investment Company*, acionista majoritário detentor de 13,6% das ações, é um fundo subsidiário do fundo soberano do Catar (*Qatar Investment Authority - QIA*) e já compunha o quadro societário do Grupo antes do lançamento da IPO (abertura de capital). O mesmo ocorre com o segundo maior acionista, com 13,1% da ações, o *Stichting Pensioenfonds Zorg em Welzijn* (PFZW atual PGGM) é o segundo maior

<sup>61</sup> O relatório de 2020 se refere ao ano fiscal terminado em 31 de dezembro de 2020, contudo, ele é lançado em abril de 2021, por isso a data da composição acionária se refere a data de 27/04/2021.

fundo de pensões de funcionários da área da saúde da Holanda e também já era investidor na Adecoagro.

O quadro de acionistas (Figura 4) são detentores de todas as empresas subsidiárias do Grupo Adecoagro relacionadas no Quadro 1. A sede desse grupo global está localizada em Luxemburgo por razões fiscais, mas não há nesse país nenhum negócio e nem escritório de comando, apenas um escritório pequeno, de poucos funcionários, para funcionar como sede. Na Argentina, Brasil e Uruguai, há escritórios que são as sedes das empresas controladas, mas as sedes do Brasil e do Uruguai se reportam à sede da Argentina porque lá fica a maioria dos diretores executivos do grupo global.<sup>62</sup>

A Figura 5 demonstra a organização corporativa do Grupo Adecoagro em 2020. Observa-se que a “Adecoagro S.A.” é a *holding* - denominada como controladora ou grupo global – as negociações na bolsa de valores de Nova Iorque são feitas por ela através da sigla AGRO. Ela detém 100% das ações da subsidiária “Adecoagro LP S.C.S.”, esta, por sua vez, é a empresa à qual as demais (controladas) se reportam. Ambas possuem sede em Luxemburgo (como visto no Quadro 1, p. 83). A partir desta subsidiária as ações são divididas entre as demais controladas, que possuem capital fechado, mas detém porcentagens pequenas de ações entre si.

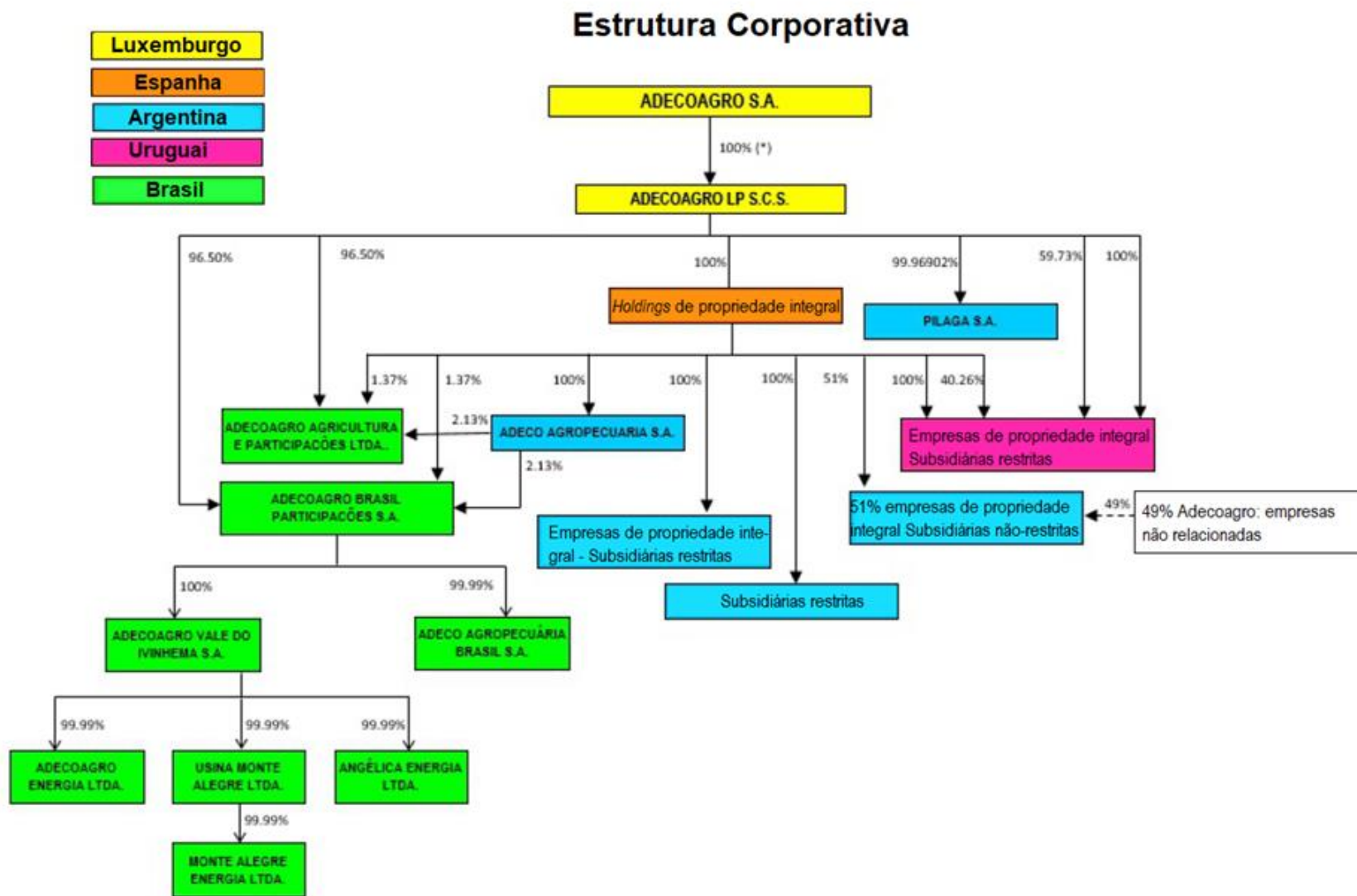
No caso brasileiro, por exemplo, aparecem duas controladas diretas da “Adecoagro LP S.C.S.”, “Adecoagro Agricultura e Participações Ltda.” e “Adecoagro Brasil Participações S.A.”, sendo esta última a principal empresa do Grupo no país, que divide suas ações em outras duas controladas, “Adecoagro Agropecuária Brasil S.A.” e “Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.”, a empresa subsidiária do setor sucroenergético (analisada no capítulo 3). Esta, por sua vez, controla mais 4 subsidiárias do setor, totalizando 8 empresas no Brasil, como aparece no Quadro 1 (p. 83).

Na Argentina, a Figura 5 relaciona um total de 5 subsidiárias, sendo a empresa “Pilagá S.A.” a única controlada que reporta diretamente à “Adecoagro LP S.C.S.”, sediada em Luxemburgo. As demais subsidiárias argentinas se vinculam ao um grupo de *holdings* localizados na Espanha, não foi realizada pesquisa sobre tais empresas, mas no Quadro 1 são listadas 15 subsidiárias localizadas na Espanha. Como o Grupo não possui atividade produtiva neste país, acredita-se que são empresas do setor financeiro/administrativo e porque todas as subsidiárias do setor produtivo nos três países (Argentina, Brasil e Uruguai), também se reportam às *holdings* espanholas.

---

<sup>62</sup> Essas informações estão contidas na entrevista realizada na sede da Adecoagro em São Paulo, com o Diretor Renato Junqueira Santos Pereira em dezembro de 2015.

Figura 5- Grupo Adecoagro: Estrutura Corporativa em 2020.



Fonte: (extraído com adaptação de) Relatório Anual, 2020, p.59 (tradução minha).

Exceto pela “Adeco Agropecuaria S.A.,” as demais subsidiárias argentinas aparecem na Figura 5 fragmentadas em dois grupos: “subsidiárias restritas” e “subsidiárias não-restritas”, estas possuem capital fechado (empresas de propriedade integral) mas 49% de suas ações aparecem como empresas não relacionadas da própria Adecoagro. No Quadro 1 (p. 83), estão listadas um total de 12 empresas na Argentina, muitas possuem os nomes de fazendas do Grupo, como será visto adiante no Mapa 1 (p. 100) e Quadro 3 (p. 103).

Por fim, no organograma (Figura 5) da estrutura corporativa da Adecoagro, não aparecem os nomes das subsidiárias uruguais, aparecem como subsidiárias restritas e, semelhante às argentinas e às brasileiras, elas também se reportam diretamente ao grupo de *holdings* espanholas e à subsidiária luxemburguesa, no Quadro 1, constam um total de 4 empresas nesse país.

Acerca da estrutura corporativa, cabe ainda o comentário sobre a transferência da sede do Grupo de Delaware, Estados Unidos, para Luxemburgo, em 2015, denominada como “redomiciliação”. Segundo o Relatório Anual (2020, p.59), a transferência ocorreu em 01 de abril de 2015, quando a Adecoagro S.A, por via de inúmeras transações, transferiu seu domicílio para Luxemburgo, através da Adecoagro LP S.C.S., as transações ocorreram sem dissolução ou liquidação. A partir de 02 de abril, a empresa (Adecoagro LP S.C.S) continuou sua existência corporativa, mas como uma *société en commandite simple* (S.C.S.) organizada ao abrigo da lei luxemburguesa, desde então seus negócios estão sendo regidos pelos seus estatutos e pela lei luxemburguesa. Luxemburgo é popularmente reconhecido como um “paraíso fiscal” pois suas leis oferecem vantagens e seguranças jurídicas às empresas ali sediadas, em favorecimento dos investidores institucionais. De maneira geral, as leis possibilitam evasões fiscais porque “desligam” os ativos de seus proprietários.<sup>63</sup>

De maneira simplificada, a “Adecoagro S.A.” é o Grupo global, a controladora, a “Adecoagro LP S.C.S.” é a Companhia, que administra diretamente as atividades das subsidiárias. A emissão de títulos ocorre por meio da Companhia e as subsidiárias são as “garantidoras”, fiadoras dos títulos. Por exemplo, em 2017, ela emitiu 500 milhões de dólares do valor principal de suas Notas Sênior com vencimento em 2027, as subsidiárias Adeco Agropecuaria S.A., Pilagá S.A, Adecoagro Brasil Participações S.A, Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. e Usina Monte Alegre Ltda., foram as fiadoras e o agente fiduciário foi o banco *The Bank of New York Mellon*, de acordo com o Relatório Anual (2020, p.59).

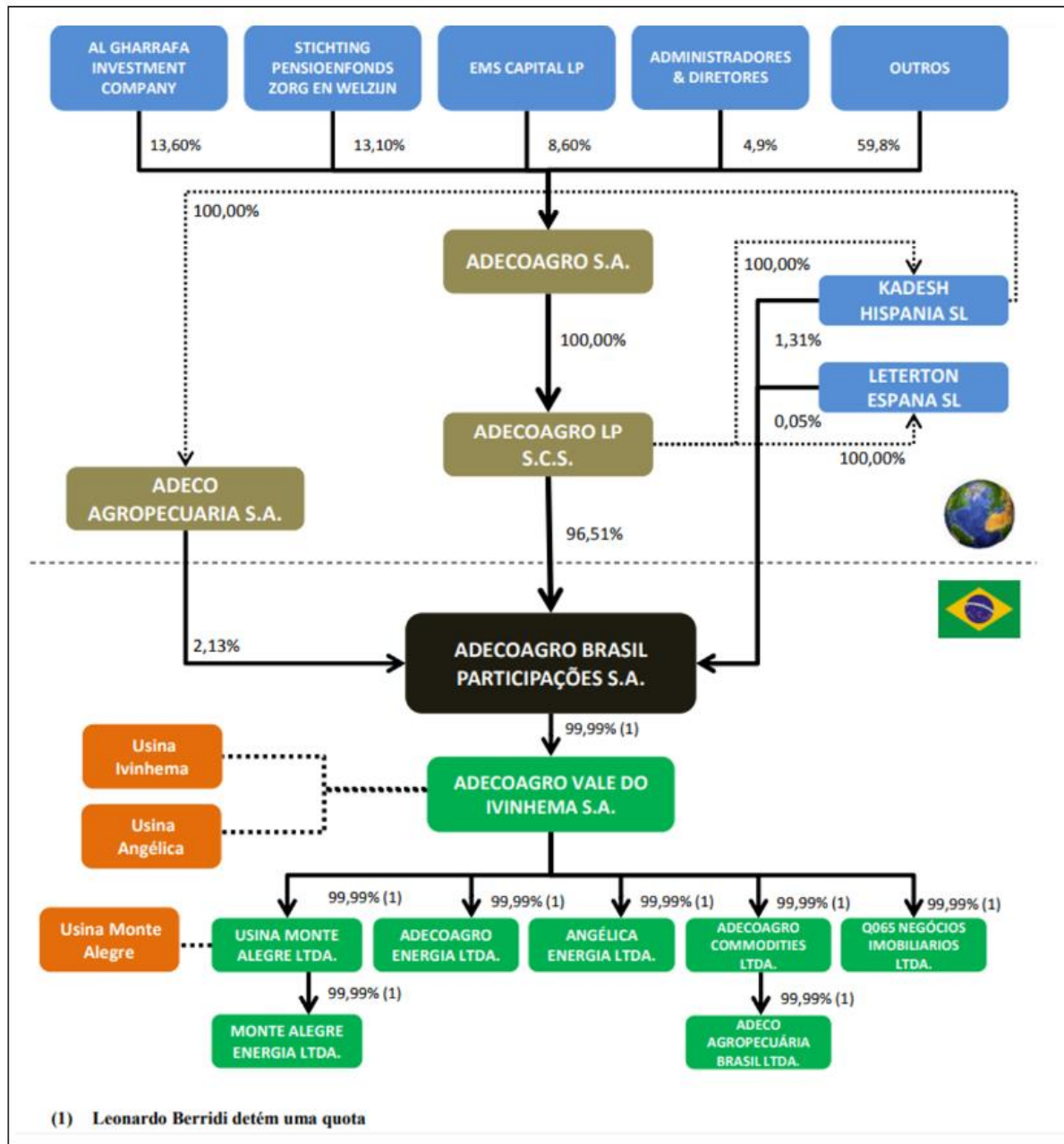
---

<sup>63</sup> Ver a respeito em: Revista Piauí. Luxemburgo, o cofre secreto da Europa. Seção: Projeto de Investigação sobre Crime Organizado e Corrupção. Publicada em 08 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/luxemburgo-o-cofre-secreto-da-europa/> Acesso em dezembro de 2022.



Em 05 de dezembro de 2019, a Adecoagro Vale do Ivinhema colocou 400 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com vencimento em novembro de 2027 e remuneração de IPCA de + 3,80% ao ano.<sup>64</sup> A Figura 6 foi extraída do Prospecto Definitivo da emissão de CRA da Adecoagro coordenado pela XP Investimentos.<sup>65</sup>

**Figura 6** – Adecoagro: Organograma da estrutura societária em 2018.



Fonte: (Extraído de) ADECOAGRO. Material Publicitário, 2019, p. 176.

<sup>64</sup> Relatório Anual, 2020, p.59.

<sup>65</sup> Disponível em:

[https://www.b3.com.br/data/files/62/15/36/D6/0CBCE610A9724BE6AC094EA8/ADECOAGRO\\_DEFINITIVO.pdf](https://www.b3.com.br/data/files/62/15/36/D6/0CBCE610A9724BE6AC094EA8/ADECOAGRO_DEFINITIVO.pdf) Acesso em dezembro de 2022.

Como mencionado, no Brasil à medida que a empresa modifica e/ou expande suas atividades, também é modificado o número de subsidiárias, o trecho abaixo publicado no Diário Oficial Empresarial (DOE-2018), corrobora com as informações contidas nos Relatórios Anuais da empresa, confirmando que ela declara que no Brasil, todas as subsidiárias são controladas pela empresa registrada como Adecoagro Brasil Participações S.A.

A Adecoagro Brasil Participações S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na capital do Estado [sic] de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em empresas sediadas no Brasil. Seu principal controlador é a Adecoagro LP SCL, com sede em Luxemburgo, subsidiária indireta da Adecoagro S.A. [...]. A Companhia exerce a atividade de controladora do Grupo Adecoagro no Brasil, com participação societária em empresas controladas (adiante denominadas “controladas”), as quais atuam na produção de açúcar, etanol na cogeração e comercialização de energia elétrica, produção, processamento, armazenamento, comercialização, importação e exportação de produtos relacionados à agricultura, a saber: • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (“AVI”); • Usina Monte Alegre Ltda. (“UMA”); • Adecoagro Commodities Ltda. (“ACO”); • Adeco Agropecuária Brasil Ltda. (“AAB”); • Adecoagro Energia Ltda. (“AEN”). [...] Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de rateio [...]. (DOE, p.14, 2018).

Possuir muitas empresas subsidiárias parece ser uma estratégia de gestão das empresas agrícolas argentinas, esse processo é denominado “*pools* de sementeira”, conforme verificado por Gras e Nascimento (2017) ao pesquisarem a empresa BrasilAgro que é uma subsidiária brasileira do grupo argentino Cresud. De maneira geral, esse mecanismo de subsidiárias, que atuam como terceirizadas, facilita transações no mercado fundiário e questões que se relacionam com legislações trabalhistas.

Trata-se de um sistema argentino em que há uma variedade de empresas ‘terceirizadas’, com diferentes escalas e níveis de capital próprio, especializadas nas mais diferentes atividades produtivas no processo de arrendamento, compra e venda de terras; colheita; armazenamento; transportes; maquinários agrícolas, entre outros.” (GRAS E NASCIMENTO, 2017, p.130)

A estrutura e formação da *holding*, que possibilita que investidores de diversos países deliberem sobre a produção das subsidiárias da Adecoagro no interior de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, por exemplo, é resultado do processo denominado por Chesnais (2010) como a “remodelagem” dos grupos industriais, em que a estrutura deles é alterada mediante a atual fase do capitalismo.

É sobre as empresas que a produção e a apropriação do valor e da mais-valia repousam. Isso era verdadeiro ontem e hoje. Entretanto, a configuração das empresas não é fixa. A cada fase do capitalismo ela se modifica sob o efeito do movimento próprio do capital, que inclui a produção de novas tecnologias, as transformações do quadro institucional resultante de lutas políticas e sociais, e mudanças das políticas dos Estados que elas permitem. Assim, hoje a configuração e os modos de operação de grupos industriais visam extrair o máximo da liberalização e da desregulamentação dos movimentos de capitais, das trocas e dos investimentos diretos no estrangeiro. Sem esse conjunto de mudanças institucionais, os analistas financeiros e os escritórios de consultoria não teriam jamais podido fixar as normas de rentabilidade associadas à *corporate governance* (CHESNAIS, 2010, p.163. Itálico no original).

Como consequência, todas essas modificações que promoveram a “remodelagem” dos grupos industriais, possibilitaram que a finança se alojasse no cerne da própria indústria e isso só foi possível porque houve uma espécie de fusão entre a figura do administrador financeiro e o administrador industrial, conforme explica Chesnais, (2005, p.53,54). “A partir dos anos 80, os proprietários-acionistas despenderam energia e meios jurídicos, ou quase jurídicos, consideráveis para subordinar os administradores-industriais e os transformar em gente que interiorizasse as prioridades e os códigos de conduta nascidos do poder do mercado bursátil”.

A remodelada estrutura da *corporate governance* gerou um certo tensionamento entre os acionistas e *managers*. Antes, estes últimos tinham responsabilidade exclusiva sobre a gestão da produção, agora, com a finança interiorizada, em que a produção responde à sua rentabilidade, precisaram aderir à cultura financeira dominante, daí muitos deles serem acionistas também.

O acompanhamento da gestão se limita às decisões estratégicas e repousa quase que exclusivamente nos indicadores financeiros. [...] É com base nos resultados trimestrais das empresas e na valorização das ações que eles [gestores financeiros] adquirem os títulos ou deles se desfazem. Mas esses objetivos são hoje totalmente aceitos pelos *managers*. A nova relação os obriga a interiorizar as exigências da finança e a recorrer a uma comunicação financeira sofisticada. Mas eles o fazem muito mais facilmente quando têm a sua formação nas *business schools* [...]. Dominando os mistérios dos mercados financeiros e da indústria de serviços financeiros, os novos *managers* estão bem adaptados à “governança corporativa” [...] (CHESNAIS, 2010, p.161).

A governança corporativa da Adecoagro é dividida em Conselho de Administração, composto por onze conselheiros e Diretores Executivos, composto por nove diretores, conforme demonstrado no Quadro 2.

**Quadro 2 – Adecoagro: Governança Corporativa.**

CONSELHO ADMINISTRATIVO			DIRETORES EXECUTIVOS		
Nome	Cargo	Ingresso	Nome	Cargo	Ingresso
Plínio Musetti	Presidente	2011	Mariano Bosch	CEO (Diretor executivo)	2002
Guillaume van der Linden	Diretor	2009	Carlos A. Boero Hughes	CFO (Diretor financeiro)	2008
Mariano Bosch (cofundador)	CEO	2002	Walter Marcelo Sanchez	CCO (Diretor comercial)	2002
Alan Leland Boyce (cofundador)	Diretor	2002	Emilio F. Gnecco	Diretor Jurídico	2005
Mark Schachter	Diretor	2009	Mario José Ramón Imbrosciano	Diretor de Desenvolvimento de Negócios	2003
Andrés Velasco Brañes	Diretor	2011	Leonardo Berridi	<i>Country Manager</i> (Gerente Nacional) Brasil	2003
Daniel González	Diretor	2014	Ezequiel Garbers (cofundador)	<i>Country Manager</i> (Gerente Nacional) Argentina e Uruguai	2002
Walter Marcelo Sanchez (cofundador)	CCO	2002	Renato Junqueira Santos Pereira	Diretor de operações de açúcar, etanol e energia	2010
Marcelo Weyland Vieira	Diretor	2005	Juan Ignacio Galleano	Gerente de relações com os investidores	2015
James David Anderson	Diretor	2016			
Ivo Andrés Sarjanovic	Diretor	2017			

Fonte: RELATÓRIO ANUAL, 2019. Elaboração da autora.

A análise do histórico do quadro de governança corporativa (Conselho Administrativo e Conselho Executivo - Apêndices B e C), a partir da data da abertura de capital (IPO) de 2011 até 2017, demonstra que poucas alterações foram realizadas, no geral, as alterações no Conselho Administrativo variaram de acordo com as posições dos principais acionistas. Por exemplo, até meados de 2017, Abbas Farouq Zuaiter era o presidente da Adecoagro desde 2011, ele ingressou no grupo em 2003, quando era diretor de operações do *Soros Fund Management LLC*, e saiu do cargo no mesmo ano em que o fundo de George Soros deixou de ser acionista da empresa (ver mais adiante). Abbas também atua nos conselhos da *Gavilon Holdings LLC*, uma das maiores empresas de comercialização de grãos, ingredientes de rações e fertilizantes agrícolas, segundo o Relatório Anual de 2016.

O atual presidente da Adecoagro é o brasileiro Plínio Musetti, como visto no Quadro 2, que assumiu o cargo em maio de 2018, mas participa do Conselho da Administração desde 2011. Ele possui experiência na gestão de fundos de *private equity*, foi sócio-gerente na Pragma Gestão de Patrimônios e diretor na *Janos Holding*, ambas são empresas de administração e gestão de fundos de investimentos. De 2008 a 2009, atuou como Diretor Presidente da Satipel Industrial S.A. e liderou o processo de IPO, plano de expansão e fusão com a Duratex S.A. Também foi diretor executivo da empresa Elevadores Atlas Schindler SA e liderou a abertura de capital dela. Foi sócio da *JP Morgan Partners* e diretor executivo da sua subsidiária Vitopel S.A., onde liderou seus investimentos em *private equity* na América Latina (RELATÓRIO ANUAL, 2019). Apesar da experiência na área financeira, o atual presidente é um dos poucos conselheiros que não possui atuação na área agrícola, aparentemente uma possível ligação com a empresa pode ter se dado enquanto ele trabalhou na JP Morgan, já que este banco é um dos acionistas da Adecoagro.

Mariano Bosch, o CEO, é cofundador da empresa e é membro do conselho consultivo da *Teays River Investments LLC.*, uma firma de gestão de investimentos em terras agrícolas nos Estados Unidos, presidida por Richard Halderman, que também é presidente e herdeiro do fundo *Halderman Real Estate & Farm Management*, que foi o principal acionista no momento da constituição da Adecoagro (RELATÓRIO ANUAL, 2019).

Por sua vez, Alan Leland Boyce, outro cofundador do Grupo, pode ter sido quem, aparentemente, estabeleceu relações da empresa com o fundo de George Soros, devido à sua experiência profissional em negócios de Soros. Até a data consultada (Relatório Anual de 2019), ele era o presidente da *Absalon Project*, uma *joint venture* entre *Soros Fund Management e VP Securities A.S.* (empresa de consultoria financeira da Dinamarca) que ajuda na organização de um mercado padronizado de títulos lastreados em hipotecas no México. E é consultor do fundo de Soros, onde trabalha para implementar o sistema de hipotecas dinamarquês nos Estados Unidos. Na parte agrícola atuou como diretor financeiro da *Boyce Land Co. Inc.*, uma empresa de gestão de terras agrícolas nos Estados Unidos.

Embora tenha iniciado suas atividades em 2002, a Adecoagro abriu o capital somente no ano de 2011, quando lançou ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque e teve uma capitalização de mais de 308.000.000 de dólares em um momento em que as cotações de *commodities* agrícolas e os preços dos alimentos estavam em alta.<sup>66</sup> Segundo divulgado pela

---

<sup>66</sup> Reportagem sobre a abertura de capital da Adecoagro., ver: SPEARS, L.; ORIHUELA, R., 2011. “Adecoagro, de George Soros, reduz preço para IPO nos EUA”. Publicada em 28/01/2011. Disponível em:

empresa, após a abertura de capital o grupo dobrou sua produção agropecuária, de 1,0 milhão de toneladas em 2010 para 1,9 milhões na safra 2016/2017<sup>67</sup>

Segundo o Relatório Anual de 2011, no momento da abertura de capital a distribuição do controle acionário da Adecoagro era a seguinte: *Humid Pampas LLC* (subsidiária do *Soros Fund Management LLC*) detinha 33,95% das ações; *HBK Master Fund LP* (25,59%); *Stchting Pensioenfonds Zorg em Welzijn* (13,51%); *Ospraie Special Opportunities Master Holdings Ltd.* (11,71%) e *Al Gharafa Investment Company* (subsidiária da Qatar Holding LLC, com 6,48%) e outros acionistas (8,76%). Como visto na Figura 4 (página 84), alguns acionistas ainda permanecem no quadro societário do Grupo.

Em 30 de outubro de 2010, como parte de uma reorganização societária, a AFI Ltd., uma subsidiária da IFH LLC e controladora da Adecoagro LLC, distribuiu sua participação na Adecoagro LLC para a IFH LLC e iniciou um processo de dissolução, tornando a IFH LLC a controladora direta da Adecoagro LLC. Posteriormente, nossos acionistas transferiram 98% de suas participações na IFH LLC para a Adecoagro SA (sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, sem participações ou operações anteriores, formada com o objetivo, entre outros, de facilitar nosso IPO) em troca de 100% das ações ordinárias da Adecoagro.

Em 28 de janeiro de 2011, concluímos com sucesso a oferta pública inicial de nossas ações listadas na NYSE e em 2 de fevereiro de 2011 emitimos 28.405.925 ações, ao preço de US\$ 11 por ação. As ações são negociadas sob o símbolo “AGRO” (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p.58, trad. minha).

O fundo do reconhecido financista George Soros, o *Soros Fund Management*, foi um dos principais investidores da empresa desde a sua constituição. Nos últimos anos, ele foi reduzindo a participação acionária e em 2016 vendeu todas as suas ações do grupo, deixando de ser acionista. No Relatório Anual de 2016, a empresa informa que em março daquele ano concluiu a oferta secundária (quando oferece ações já existentes, que pertence a outros acionistas) das ações que pertenciam ao *Quantum Partners LP* e *Geosor Corporation* (subsidiárias da *Soros Fund Management*). Foram ofertadas 12 milhões de ações a 11,70 dólares por ação. Este é o único comunicado emitido pela empresa sobre a venda das ações do grupo de George Soros. Aparentemente, a justificativa é que o fundo está realizando uma reorganização na carteira de investimentos, de acordo com reportagem publicada pelo jornal argentino Clarín<sup>68</sup>.

---

<<https://exame.com/invest/mercados/adecoagro-de-george-soros-reduz-preco-para-ipo-nos-eua/>> Acesso em dezembro de 2022.

<sup>67</sup> ADECOAGRO, 2018. “Adecoagro Investor Day”. Publicado em 5 de outubro de 2018. Disponível em: <[http://ir.adecoagro.com/uploads/1544472330\\_1539028557\\_AGRO%20Investor%20Day%202018\\_VF-ilovepdf-compressed.pdf](http://ir.adecoagro.com/uploads/1544472330_1539028557_AGRO%20Investor%20Day%202018_VF-ilovepdf-compressed.pdf)>. Acesso em dezembro de 2022.

<sup>68</sup> CLARÍN, 2017. “El multimilionário Soros se va de una de las mayores empresas agrícolas del país”. Publicado em 18 de agosto de 2017.

Frequentemente o fundo de George Soros era associado ao fenômeno do *land grabbing* pela imprensa e por pesquisadores do tema, exatamente por ser, durante muito tempo, o principal investidor da Adecoagro<sup>69</sup>. Embora não seja mais acionista do grupo, é válido destacar algumas questões sobre os seus investimentos em empresas agrícolas que vão além da empresa argentina. O financista, através de seus veículos de investimentos, *Soros Fund Management* (SFM) e *Soros Economic Development Fund* (SEDF), foi reconhecido como um dos maiores investidores em terras agrícolas no mundo. Em 2008, o fundo SFM (que serve como o principal assessor do *Quantum Group of Funds*), começou a investir no *Ospiraie Special Opportunities Fund* (OSO, também já foi investidor da Adecoagro) e em empresas americanas de armazenagem de grãos. Por meio desta relação, o fundo envolveu-se em algumas compras controversas de terras agrícolas em Missouri, Estados Unidos (BERGDOLT; MITTAL, 2012; LUYT; SANTOS; CARITA, 2013).

Através do seu outro fundo, SEDF, George Soros tem vários investimentos em terras agrícolas na África. Em 2010 seu fundo fez parceria com as organizações *Alliance for a Green Revolution in Africa* (AGRA) e *Lundin Foundation* para o lançamento de um fundo de investimento agrícola na África Ocidental, o WAAIF, que tem como alvo pequenas e médias empresas agrícolas em Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Mali e Nigéria. O fundo *Soros Economic Development* também é investidor do fundo *Fanisi Venture Capital Fund*, sediado em Luxemburgo, que investe em empresas de alto crescimento em Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda através de uma ampla gama de setores, incluindo a agricultura. Por fim, George Soros controla o *ManoCap*, um gestor privado de fundos de *private equity*, que opera em Serra Leoa, Libéria e Gana, administra dois fundos: o *Sierra Investment Fund* (investindo em uma ampla gama de setores, exceto o setor de mineração) e o *ManoCap Soros Fund* (investidor no agronegócio especificamente) (BERGDOLT; MITTAL, 2012; LUYT; SANTOS; CARITA, 2013).

O principal investidor da Adecoagro em 2021, como visto na Figura 4 (p. 84), é o fundo soberano do Catar (*Qatar Investment Authority* - QIA), controlando aproximadamente 13,6% das ações da empresa. De acordo com a pesquisa elaborada pela FAO em 2013<sup>70</sup>, os fundos soberanos são investidores ativos na produção agrícola mundial, sendo que o QIA é considerado

---

Disponível em: <<https://www.pressreader.com/argentina/clar%C3%ADn/20170816/281775629267028>> Acesso em 27/11/2022.

<sup>69</sup> Ver, por exemplo, a reportagem de CHATTERJEE, 2013. “Argentine Farm Sales Raise Questions of Land Speculation By Soros. Publicada em 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/21530-argentine-farm-sales-raise-questions-of-land-speculation-by-soros>> Acesso em: 27/11/2022.

<sup>70</sup> LUYT; SANTOS; CARITA, 2013.

um dos maiores investidores: além da Adecoagro, ele possui a subsidiária *Hassad Food*, especialista em investimentos agrícolas na Austrália, Paquistão, Omã, Sudão, Ucrânia, Turquia e em regiões da África e Américas do Norte e do Sul, ela foi criada em 2008 com o objetivo de atender até 60% da demanda alimentícia do Qatar (LUYT; SANTOS; CARITA, 2013).

No Brasil, além dos investimentos feitos através da Adecoagro, o fundo soberano do Qatar pretende aumentar seus ativos agrícolas, em 2014 uma funcionária da embaixada brasileira responsável por negócios entre os dois países apresentou resultados de uma pesquisa da Embrapa que divulgava as potencialidades da agricultura brasileira a representantes do fundo *Hassad Food*, que ficaram muito interessados em adquirir terras agrícolas. Mas, devido a lei de restrição de aquisição de terras por estrangeiros, a parceria estaria sendo reavaliada e estariam pensando em plantações em campos diversos ao invés de um grande projeto que envolveria uma aquisição de grandes áreas de terras (LUYT; SANTOS; CARITA, 2013).<sup>71</sup>

Outro fundo soberano que já esteve entre os principais acionistas da Adecoagro é o de Cingapura, *GIC Private Limited*, que controlou 5,4% das ações do grupo. Esse fundo administra as reservas internacionais de Cingapura e, de acordo com a reportagem do Estadão<sup>72</sup>, ele iniciou suas operações no Brasil em 2014, com foco em investimentos nos setores de empreendimentos imobiliários, saúde, financeiro, serviços, recursos naturais e infraestrutura. O fundo possui mais de 100 bilhões de dólares sob gestão e aplica em investimentos flexíveis, incluindo bens imóveis, *private equity*, ações e renda fixa.

De acordo com um documento da organização GRAIN de 2011<sup>73</sup> os fundos de pensões eram os principais investidores em terras e *commodities* agrícolas no mundo atraídos sobretudo, pelos altos retornos financeiros. Já no relatório publicado pela FAO em 2013<sup>74</sup>, os autores não consideram possível diagnosticar qual é o principal veículo de investimentos financeiros que lidera o ranking no setor agrícola mundial, embora também ressalte a grande participação dos fundos de pensões. Ambos os estudos destacam o fundo de pensão da Holanda, *Stichting Pensioenfonds Zorg en Welzijn* (PFZW) que é acionista da Adecoagro com 13,1% das ações (Figura 4), como um dos maiores investidores em terras agrícolas no mundo.

---

<sup>71</sup> Sobre a parceria do Catar e do Brasil, ver reportagem publicada pelo *Farmlandgrab*: “Brazil’s ‘extensive research’ in farming can be of help to Qatar” (“Extensa pesquisa brasileira” em agropecuária pode ajudar Catar) disponível em: <<http://farmlandgrab.org/post/view/24279-brazil-s-extensive-research-in-farming-can-be-of-help-to-qatar>> Acesso em dezembro de 2022.

<sup>72</sup> DECLOEDT, Cynthia. “Fundo Soberano de Singapura inicia operações no Brasil”. Publicado por Estadão, 01 de abril de 2014. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundo-soberano-de-cingapura-inicia-operacoes-no-brasil,180965e>> Acesso em dezembro de 2022.

<sup>73</sup> GRAIN, 2011. *Fondos de pensiones: actores claves em el acapariamiento mundial de tierras agrícolas*. A Contrapelo. GRAIN, junho de 2011. Disponível em: <https://grain.org/e/4289> Acesso em dez de 2022.

<sup>74</sup> LUYT; SANTOS; CARITA, 2013.



Segundo relatório anual de 2014 publicado pelo fundo<sup>75</sup>, PFZW (também conhecido como PGGM, que era seu antigo nome) é o segundo maior fundo privado de pensão da Holanda (o quinto maior da Europa) e administra a aposentadoria dos funcionários dos setores da saúde e assistência social desse país, seu principal objetivo é obter altos retornos (próximos a 20% anuais) por isso ele investe em “setores-chave”, como os da área de mudanças climáticas e redução da poluição e segurança alimentar, entre outros. No primeiro, o fundo se utiliza do argumento do aquecimento global para justificar seus investimentos em empresas que atuam “contra” o aumento da temperatura, como as produtoras de biocombustíveis, e destaca ser acionista da Adecoagro por ser uma empresa que produz e comercializa etanol no Brasil. No setor de segurança alimentar a justificativa é de que muitos países, sobretudo os mais pobres, não têm autossuficiência na produção de alimentos e precisam de empresas que possam desempenhar esse papel, novamente aqui é destacada a sua participação na Adecoagro, como uma das maiores produtoras de alimentos na América Latina. Também é investidor dos fundos *Black River Food Fund I e II*, e em 2014 compraram uma fazenda produtora de leite na China; investe também na *Sundrop Farm*, uma empresa que cultiva legumes e frutas nas principais áreas desérticas do mundo; bem como é um grande investidor em empresas do setor de produção de óleo de Palma no Sudeste Asiático.

Através do Robobank (principal banco privado holandês financiador agrícola), o fundo PPGM se associou ao fundo TIAA-CREF, fundo de pensão dos professores de Harvard, Estados Unidos, criaram a subsidiária *Rabo Europe Fund Farm*, que investiu em terras agrícolas na Europa Central e Leste Europeu, com o objetivo principal da atividade de transformação de terras. Como divulgado pelo próprio fundo nesse mesmo relatório: “A segurança alimentar é uma importante área de foco para PGGM, tanto na questão social, como no retorno financeiro”<sup>76</sup>.

Entretanto, cabe mencionar que atualmente a subsidiária *Rabo Europe Fund Farm* está desativada, em 2015 o fundo foi denunciado por promover apropriação ilegal de terras agrícolas na Romênia (DW, 2015)<sup>77</sup>. Na sequência, em 2018, foi denunciado o esquema que envolvia grilagem de terras brasileiras pela fundo TIAA-CREF (REDE SOCIAL, 2018)<sup>78</sup>

<sup>75</sup> Documento: “PGGM Annual Report” de 2014. Disponível em: [https://www.pggm.nl/media/bmlpwegs/pggm-nv-annual-report\\_2014.pdf](https://www.pggm.nl/media/bmlpwegs/pggm-nv-annual-report_2014.pdf) Acesso em out de 2022.

<sup>76</sup> Documento “Alternative Investment Strategies. Investing in Farmland. Rabo Farm”. Disponível em: [https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/150326\\_Presentation\\_Amsterdam.pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/150326_Presentation_Amsterdam.pdf) Acesso em out de 2022.

<sup>77</sup> Publicada na DW, em 12/11/2015, Reportagem: “Land grabbing in Romania” Disponível em: <https://www.dw.com/en/rabobank-raids-rural-romania/a-18842971> Acesso em out de 2022.

<sup>78</sup> Relatório “O FIASCO AGRÍCOLA BILIONÁRIO DA UNIVERSIDADE DE HARVARD”, Publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: [https://www.social.org.br/files/pdf/PT\\_FINAL\\_PDF\\_Harvard.pdf](https://www.social.org.br/files/pdf/PT_FINAL_PDF_Harvard.pdf) /acesso em out de 2022.

Por sua vez, o *fundo Ospraie Management* (OM) não está relacionado na Figura 4 (página 84) porque possui atualmente menos de 5% das ações do grupo Adecoagro, entretanto, merece breves comentários por configurar um fundo especialista em investimentos agrícolas. De acordo com um relatório do *The Oakland Institute* de 2012<sup>79</sup>, *Ospraie Management* (OM) é um gestor de investimentos de fundos de *hedge*, focado em *commodities* e indústrias de base, foi fundado em 1999 para lucrar com o movimento de longa subida do preço de *commodities*. Possui dois principais veículos de investimentos, *Ospraie Special Opportunities Fund* (OSO) e *Ag Real Value Fund*, sendo este último um fundo de *private equity* criado em 2009 a partir de uma *joint-venture* entre o OSO e o fundo de Soros (SFM), com o objetivo de investir em terras agrícolas nos Estados Unidos.

*Ospraie Management* já era acionista da Adecoagro anterior à abertura de capital da empresa em 2011. A relação do fundo OM como acionista da empresa pode ser justificada pela parceria com o fundo *Teays River Investments*, já que Mariano Bosch, fundador e CEO da Adecoagro, integra o Conselho Consultivo do *Teays*. Outra parceria que também coincide na relação entre acionistas da Adecoagro, é entre o fundo OSO e o fundo de George Soros; em 2008 eles compraram a empresa agrícola norte-americana *ConAgra Trading Group*, que passou a se chamar Gavillon e se tornou a terceira maior comerciante e distribuidora de grãos nos EUA e uma empresa líder de gestão de mercadorias após uma série de aquisições estratégicas. Só foi possível para o fundo OSO realizar a aquisição da Gavillon junto com o fundo de Soros devido à capitalização de seu principal investidor, o *Credit Suisse Bank*. Como destacado no relatório do *The Oakland Institute*, para os grandes bancos de investimentos financeiros, investir em fundos agrícolas lhes permite atender às necessidades de altos retornos para seus clientes e expandir seus serviços de financiamento da dívida (BERGDOLT, C; MITTAL, A., 2012).

Nesta primeira parte do capítulo 2, foi possível verificar, as inúmeras interações e interconexões que são estabelecidas pelos investidores institucionais que têm investido em empresas agrícolas. Observou-se também que os acionistas da Adecoagro são fundos financeiros mundialmente conhecidos e que também possuem investimentos em outras empresas agrícolas, ou seja, observa-se a formação de um tipo específico de monopólio, é uma espécie de aliança entre essa classe específica de proprietários, os investidores institucionais. Analisou-se parte da configuração e estratégias de gestão da empresa a fim de compreender, como aponta Chesnais (2010) a nova “remodelagem” das transnacionais, que passaram a interiorizar a dinâmica financeira em sua gestão. Agora, será analisada a produção

---

<sup>79</sup> BERGDOLT, C; MITTAL, A., 2012.

agroindustrial e em seguida o negócio de especulação de terras para procurar entender o entrelaçamento entre finança e produção no caso específico da Adecoagro.

## 2.2. “AJUSTE ESPACIAL” NA AMÉRICA DO SUL: ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS MONOPOLISTAS

Como mencionado anteriormente, a Adecoagro é uma das *holdings* do agronegócio que está entre as maiores detentoras de terras produtivas na América do Sul, suas produções ocorrem nas regiões de solos mais férteis da Argentina, Brasil e Uruguai. As atividades agrícolas da empresa estão divididas em três setores: Agricultura; Transformação de terras; Açúcar, etanol e energia.

Dos três negócios desenvolvidos pela empresa, a atividade por ela denominada Agricultura corresponde à produção agrícola de grãos e oleaginosas, de arroz e de leite. Essa produção ocorre em grande maioria na Argentina, principalmente na região considerada mais fértil para a agropecuária, conhecida como “Pampas Húmidas” e em 2004 o grupo expandiu essas operações de grãos e oleaginosas para o centro-oeste do Uruguai e oeste da Bahia, que também são áreas conhecidas como grandes regiões produtoras de agronegócios (RELATÓRIO ANUAL, 2019).

A empresa considera essas localizações estratégicas, pois possibilita a produção agrícola de baixo custo e altos lucros, porque possuem “um modelo produtivo sustentável e eficiente que nos converte no produtor de mais baixo custo da região”, onde “todas as nossas atividades estão focadas no baixo custo da produção e também na rentabilidade, a fim de extrairmos o maior valor possível por tonelada”, por isso “a diversificação geográfica de nossas terras na Argentina, Brasil e Uruguai minimiza o risco de prejuízo relacionado às condições climáticas”<sup>80</sup>.

Um dos fatores estratégicos mais explorados pela Adecoagro e demais transnacionais agrícolas se refere aos baixos preços das terras em regiões de fronteira agrícola nos países do Cone Sul. Esse aspecto foi abordado por Bernardes e Maldonado (2017), que analisam que um dos principais fatores que atraem os investimentos do capital financeiro internacional para o campo brasileiro e argentino se refere à facilidade de compor um grande banco de terras em decorrência dos baixos preços nesses mercados, além do suporte e estrutura promovidos pelos governos desses países a partir da década de 1990, que os transformou em grandes exportadores mundiais de *commodities* agrícolas e facilitou a entrada dessas empresas transnacionais.

---

<sup>80</sup> RELATÓRIO ANUAL, 2020, p.61.

Dessa maneira, essa “diversidade geográfica” destacada pela Adecoagro, em que ela se expande e ocupa as áreas de fronteiras agrícolas nos países em que produz, é uma forma específica de sua territorialização. O Mapa 1 demonstra que as atividades produtivas do grupo se concentram nas regiões pampianas da Argentina e nas áreas do cerrado brasileiro, sendo uma estratégia do capital financeiro, como discorrem Bernardes e Maldonado (2017), tais vantagens de localização fazem com que a empresa se destaque na produção do agronegócio na América do Sul, conforme divulgado por ela.

Acreditamos que somos:

- Um dos maiores proprietários de terras agrícolas produtivas na América do Sul, com mais de 184.000 hectares produtivos próprios em 31 de dezembro de 2020 (excluindo as reservas legais de terras de acordo com os regulamentos locais e outras reservas de terras) localizadas na Argentina, Brasil e Uruguai, produzindo um ampla gama de produtos agrícolas;
- Líder na produção de grãos e oleaginosas na América do Sul. Na safra 2019/2020, colhemos 196.256 hectares (incluindo 94.985 hectares arrendados e 34.556 hectares segunda safra) e produzimos 720.059 toneladas de grãos, incluindo soja, milho, trigo, amendoim, girassol e algodão, entre outros;
- Um dos maiores produtores totalmente integrados de arroz bruto (não processado) do mundo, plantando 41.544 hectares (incluindo 2.382 hectares arrendados) e produzindo 278.348 toneladas na safra 2019/20, o que representou 23% da produção total argentina de acordo com a *Confederación de Molinos Arroceros del Mercosul* (Conmasul). Também somos um grande processador e exportador de arroz branco (processado) na Argentina, respondendo por 19% da capacidade total de produção e 45% do total de exportações durante 2020;
- Líder na produção de laticínios na América do Sul em termos de tecnologia de ponta, produtividade por vaca e eficiência de conversão de grãos, produzindo 145,2 milhões de litros de leite cru em 2020, agregando valor em nossas instalações de processamento. Somos um varejista líder de produtos lácteos, incluindo três marcas populares, “Las Tres Niñas”, “Apóstoles” e “Angelita”;
- Um crescente produtor de açúcar e etanol no Brasil, onde atualmente possuímos três usinas de açúcar e etanol, com capacidade instalada total de 14,2 milhões de toneladas por ano e capacidade total de cogeração (a geração de eletricidade a partir do bagaço de cana - porção de fibra da cana-de-açúcar que permanece após a extração do caldo de cana) de 241 MW em 31 de dezembro de 2020. Nossa operação é altamente integrada, o que significa que 94% da cana-de-açúcar moída em nossas usinas é fornecida por nossos próprios plantios. Em 31 de dezembro de 2020, nossa plantação de cana-de-açúcar consistia em 176.651 hectares; e
- Uma das empresas líderes na América do Sul envolvida na aquisição e transformação de terras mal administradas para usos mais produtivos, gerando maiores rendimentos de caixa. Durante os últimos quatorze anos fiscais, vendemos consistentemente uma parte de nossas terras agrícolas totalmente maduras todos os anos. No total, vendemos cerca de 102.913 hectares gerando ganhos de capital de aproximadamente US\$ 250 milhões (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p.62, tradução minha, grifos meus).

**Mapa 1: Territorialização da Adecoagro na Argentina, Brasil e Uruguai (2020).**



Fonte: Relatórios Anuais, 2011, 2014, 2017 e 2020. Organização dos dados: autora.

Ao observar o Mapa 1, faz-se necessário reproduzir as considerações acerca da empresa em relação a sua territorialização na América do Sul, já que, conforme divulgado por ela, possuir uma banco de terras próprio localizados estrategicamente é um dos pontos fortes que a tornam mais competitiva.

Acreditamos que nossos pontos fortes competitivos são:

- Base de ativos única e estratégica: Possuímos terras agrícolas e ativos agroindustriais estrategicamente localizados na Argentina, Brasil e Uruguai. Atuamos na melhoria contínua de nossas operações e práticas, resultando na redução de custos operacionais e aumento de produtividade, aumentando o valor de nossas propriedades e gerando ganhos de capital. Nossas operações também se beneficiam de instalações industriais estrategicamente localizadas na Argentina e no Brasil, aumentando a eficiência operacional e reduzindo os custos operacionais e logísticos.

**Possuir uma parcela significativa dos terrenos em que operamos é um elemento-chave do nosso modelo de negócios.**

- Produção de baixo custo alavancando vantagens competitivas agroecológicas: Cada um dos produtos *commodities* que cultivamos é produzido em regiões onde as condições agroecológicas proporcionam vantagens competitivas e que, através da implementação de nosso modelo de produção eficiente e sustentável, nos permitem ser um dos produtores de menor custo.

- Nossa produção de grãos e oleaginosas está sediada na região do pampa úmido argentino, onde a fertilidade do solo, chuvas regulares, clima temperado, disponibilidade de terras e proximidade de portos contribuem para a redução do uso de fertilizantes e agroquímicos, alta produtividade e rendimentos estáveis e logística eficiente, em última análise, resultando em um dos menores custos por tonelada de grãos produzidos e entregues.

- Nossa operação de arroz está localizada nas províncias do Nordeste da Argentina, uma das melhores regiões de cultivo de arroz do mundo devido à luz solar abundante, disponibilidade abundante de água para irrigação de baixo custo e grande potencial de expansão.

- Nossa operação leiteira está situada na região do pampa úmido argentino, onde a ração para vacas (grãos, oleaginosas e forrageiras) é produzida de forma eficiente e abundante a baixo custo e as condições climáticas e sanitárias são ótimas para o conforto das vacas, o que aumenta a produtividade, as taxas de reprodução das vacas e qualidade do leite.

- Produzimos cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil, onde a combinação de solo e clima resulta em alta produtividade e qualidade da cana-de-açúcar, resultando em um dos menores custos de produção do mundo, significativamente menor do que outras grandes regiões produtoras de açúcar, incluindo Índia, China, Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha. (RELATÓRIO ANUAL, 2019, p.

Observa-se o destaque dado pela empresa sobre sua estratégia de possuir terras agrícolas em áreas produtivas como ponto forte de sua competitividade. De um lado os acionistas possuem o ‘direito garantido’ de auferir o lucro (através dos juros) por serem os proprietários

dos títulos (ações) da empresa; por outro lado, o grupo administrativo procura, entre outras estratégias, a acumulação por via renda fundiária da terra, como proprietária de um grande banco de terras bem localizado, ela possui esse “direito garantido”. Esta é das expressões da relação do capital financeiro no mercado mundial de *commodities* agrícolas, através do “direito adquirido” como menciona Chesnais (2010), o proprietário das ações, ou seja, os investidores institucionais, auferem ganhos de capital através dos juros (do mercado de ações), lucros (da produção agroindustrial) e da renda capitalizada da terra.

Antes de prosseguir com a análise do setor propriamente especulativo no mercado de terras, denominado pela empresa como “Negócios de transformação de terras”, serão feitas breves considerações sobre as atividades da Adecoagro nos outros países. Como visto no Mapa 1, em 2020 a empresa possuía 19 fazendas na Argentina, 8 no Brasil e 1 no Uruguai, o Quadro 3 relaciona o banco de terras da empresa em 2020, indicando o tamanho de cada propriedade.

Observa-se que o banco de terras da Argentina é dividido de acordo com os usos para a produção de grãos, arroz e pecuária. A respeito da produção de arroz, como já mencionado o grupo se destaca como um dos maiores produtores do país, o que o coloca entre um dos maiores do mundo. Eles produzem cerca de 240.000 toneladas de arroz bruto ao ano, em mais de 40.000 hectares distribuídos em fazendas no nordeste argentino, uma das regiões mais férteis. A produção ocorre através do controle de toda a cadeia produtiva: produção de sementes, produção de arroz bruto, beneficiamento, armazenamento, embalagem e venda nos mercados interno e externo. As sementes produzidas são utilizadas para manter a própria produção e são comercializadas para produtores da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. A Adecoagro possui três usinas de beneficiamento que estão estrategicamente localizadas na região arrozeira e juntas beneficiam 335.000 toneladas de arroz por ano (enumeradas no Mapa 1 como 46,47 e 48). A maior parte da produção arrozeira do grupo é exportada para vários países, sendo que uma quantidade menor é vendida no mercado interno através da marca própria Molinos Ala<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Relatório Anual, 2020.

**Quadro 3** – Adecoagro: Banco de terras (propriedades, uso e área) em 2020.

<b>NOME DA PROPRIEDADE</b>	<b>ÁREA (hectare)</b>	<b>USO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO*</b>
<b>ARGENTINA</b>			
<i>Las Horquetas</i>	2.086	Grãos	<i>Buenos Aires</i>
<i>El Meridiano</i>	6.302	Grãos	<i>Buenos Aires</i>
<i>San Carlos</i>	4.215	Grãos	<i>Buenos Aires</i>
<i>Huelen</i>	4.633	Grãos	<i>Buenos Aires</i>
<i>Ita Caabó</i>	22.888	Arroz, grãos, pecuária	<i>Corrientes</i>
<i>Oscuro</i>	33.429	Arroz, grãos, pecuária	<i>Corrientes</i>
<i>Doña Marina</i>	14.755	Arroz	<i>Corrientes</i>
<i>El Ombú</i>	18.321	Grãos, pecuária	<i>Formosa</i>
<i>Los Guayacanes</i>	7.242	Grãos	<i>Salta</i>
<i>La Garrucha</i>	3.606	Grãos	<i>Salta</i>
<i>Abolengo</i>	6.662	Grãos, laticínios	<i>Santa Fe</i>
<i>Carmen</i>	10.021	Grãos, laticínios	<i>Santa Fe</i>
<i>El Orden</i>	6.875	Grãos, arroz	<i>Santa Fe</i>
<i>La Carolina</i>	8.444	Grãos, arroz	<i>Santa Fe</i>
<i>La Rosa</i>	4.087	Grãos, arroz	<i>Santa Fe</i>
<i>San Joaquin</i>	37.273	Arroz, grãos, pecuária	<i>Santa Fe</i>
<i>Santa Lucía</i>	17.495	Grãos, pecuária	<i>Santiago del Estero</i>
<i>La Guarida</i>	15.451	Grãos, pecuária	<i>Santiago del Estero</i>
<i>El Colorado</i>	4.960	Grãos	<i>Santiago del Estero</i>
<b>URUGUAI</b>			
<i>La Pecuaria</i>	3.177	Grãos	Durazno
<b>BRASIL</b>			
Bela Manhã	381	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Ouro Verde	679	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Don Fabricio	3.302	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Takuare	489	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Água Branca	1.614	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
Nossa Senhora	540	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
Sapalio	6.140	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
Carmen	146	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
<b>ÁREA TOTAL</b>	245.213 hectares		

\*Província em Argentina e Uruguai e município e estado no Brasil.

Fonte: Adecoagro. Avaliação de Imóveis (*Appraisal of real property*) de 2020<sup>82</sup>. Organização própria.

Como destacado, a empresa busca localizar sua produção de arroz nas regiões mais favoráveis a este plantio para reduzir os custos de produção e obter vantagens relativas, por isso as fazendas arrozeiras e as usinas estão localizadas nas províncias de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. “Desenvolvemos nosso negócio de arroz no nordeste argentino, onde as condições agrícolas são ideais, [...] Além disso, ao contrário de grande parte do mundo, esta região conta

<sup>82</sup> Relatório *Appraisal of real property* (2020) elaborado anualmente pela Cushman & Wakefield Argentina S.R.L. Disponível em: [https://ir.adecoagro.com/uploads/Executive\\_summary\\_Adecoagro\\_2020.pdf](https://ir.adecoagro.com/uploads/Executive_summary_Adecoagro_2020.pdf) Acesso em dezembro de 2022.



com grande disponibilidade de água, mantendo a irrigação da área”<sup>83</sup>. Devido à essa busca pela melhor localização a Adecoagro já se envolveu em duas situações de ilegalidade no uso de recursos hídricos que levariam a formas de “privatização”. A primeira se refere à constituição em 2005 de uma *joint-venture* com os principais grupos produtores de arroz da Argentina, cujos sócios majoritários eram a Pilagá (subsidiária da Adecoagro) e a Copra (empresa agrícola do vice-presidente do Grupo Clarín, Jose Antonio Aranda), que tinha como objetivo construir uma barragem para represar cerca de 8.000 hectares, com a água do Ribeirão Ayuí Grande, afluente do Rio Uruguai (Província de Corrientes), para irrigar cerca de 70.000 hectares de produções arrozeiras e pastagens das empresas envolvidas. Como se trata de uma área natural protegida por leis ambientais nacionais e internacionais, o projeto não foi autorizado pelo Governo argentino e em 2010 o grupo Adecoagro saiu da sociedade.<sup>84</sup>

Ainda na Província de Corrientes, descobriu-se mais recentemente que a Adecoagro estava irrigando de maneira ilegal suas produções arrozeiras da região norte da província com águas do rio Paraná. De acordo com a investigação feita em 2012 pelo jornal *Tiempo Argentino*<sup>85</sup>, a empresa adquiriu em 2011 a fazenda Doña Marina que pertencia à empresa agrícola Dinaluca, esta, por sua vez, tinha uma “licença precária” (irregular perante as exigências ambientais) para a utilização do rio. No momento da aquisição pela Adecoagro, essa licença foi renovada junto ao órgão da Província competente devido às relações políticas, da mesma maneira irregular que já se encontrava. Além disso, a fazenda Doña Marina se encontra

---

<sup>83</sup> Informação retirada do site da empresa, disponível em: <https://www.adecoagro.com/pt/nossos-neg%C3%B3cios/arroz> Acesso em out. de 2022.

<sup>84</sup> O rio/córrego Ayuí Grande é um afluente natural do rio Miriñay e pertence a bacia hidrográfica do rio Uruguai, localizado em Corrientes, Argentina. O rio/córrego é cercado por florestas de galerias com vasta flora e fauna que são pertencentes ao domínio público, por isso são protegidos por leis nacionais. O Projeto da Barragem previa um represamento/espelho d’água de cerca de 8.000 hectares de terras, para formar a fim de armazenar água para irrigar culturas de um grupo de empresas privadas que formaram uma joint venture. O projeto em questão propõe a criação de um lago artificial de 8.000 hectares no lugar do próprio leito do rio Ayuí grande para cerca de 50 quilômetros sinuosos com florestas de galeria, iria desaparecer sob as águas deste espelho de pé, irrigação destino de cerca de 25.000.000 hectares de arroz, que por sua vez afetam um total de 70.000 hectares de pastagem aproximada, tendo em conta a agricultura itinerante em rotações. Em 2005 George Soros, através da Adecoagro (Pilagá) e José Antonio Aranda, vice-presidente do Grupo Clarín, através da empresa Copra SA, fizeram uma *joint-venture* que tinha objetivo de construir uma represa no ribeirão Ayuí Grande para irrigar seus campos de arroz, como o projeto envolvia duas grandes empresas de poderosos empresários, teve o apoio do governo de Corrientes, além desse apoio político ainda teve o apoio midiático, aproveitando-se do sócio Aranda. Mas felizmente o projeto teve levado a uma mobilização de grupos ambientalistas e outras entidades da sociedade civil, pois além dos impactos ambientais, ele também estava sendo ilegal, pois previa passar por cima das leis do órgão nacional do meio ambiente, além de violar as leis sobre o tratado do rio Uruguai, fato que causaria conflitos com esse país. Fonte: Fernando Pittaro, “George Soros riega sus campos arroceros com aguas del Paraná” publicada se seção Investigação do Jornal *Tiempo Argentino* (Ano 2, nº 637) em 19 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/83388267/SOROS#>

<sup>85</sup> Fernando Pittaro. “George Soros riega sus campos arroceros com aguas del Paraná” publicada se seção Investigação do Jornal *Tiempo Argentino* (Ano 2, nº 637) em 19 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/83388267/SOROS#> Acesso em dezembro de 2022.

na faixa de fronteira (Argentina e Paraguai) e em 2011 o governo argentino promulgou a lei que restringia a aquisição de terras por estrangeiros, e impedia aquisição em faixas de fronteira. No entanto, até a data de publicação da reportagem, os trâmites dessa venda estavam paralisados já que o grupo entrou com processo de aquisição em maio e a lei foi promulgada em dezembro.

Esta situação que envolve a agroindústria arroseira da Adecoagro na Argentina é elucidativa a respeito do fenômeno recente no mercado mundial de terras denominado por *land grabbing*. Ela destaca a questão da apropriação de terras agrícolas juntamente com recursos hídricos, expressa a territorialização do capital financeiro através da apropriação e controle de recursos naturais, mencionado em Sauer e Borras Jr. (2012). Como será visto no próximo capítulo, no Brasil, a empresa também está envolvida com problemas de impactos ambientais em recursos hídricos, mais uma situação que corrobora com a interpretação das estratégias territoriais dessas *holdings* do agronegócio global, pela leitura do *land grabbing* entendido como apropriação e controle dos usos dos recursos naturais.

De modo geral, até esse momento do capítulo 2, procurou-se compreender e conhecer a formação do Grupo Adecoagro enquanto uma das principais *holdings* do mercado do agronegócio sul-americano, na intenção de analisar a relação recente entre as finanças e a constituição das transnacionais agrícolas. Na sequência, para analisar a atividade do mercado imobiliário da empresa, como expressão da relação mais direta da acumulação do capital financeiro via apropriação da renda fundiária, será necessário retomar teoricamente como ocorre a acumulação capitalista na agricultura.

### 2.3. ESPECULAÇÃO NO MERCADO FUNDIÁRIO: A TERRA COMO ATIVO FINANCEIRO

#### 2.3.1. A sujeição da renda da terra ao capital

O objetivo nesta parte da pesquisa é analisar a atividade especulativa no mercado de terras agrícolas promovida pelo Grupo Adecoagro. Contudo, para apreender sobre a relação mais direta da circulação do capital financeiro no mercado fundiário, é necessário compreender a especificidade do processo de acumulação capitalista na agricultura. A partir de Martins<sup>86</sup> (1995) e Oliveira (2007; 1986) pretende-se retomar, brevemente, as contradições da expansão do capitalismo no setor agrícola e a conseqüente sujeição da renda ao capital, meio pelo qual ocorre a acumulação via apropriação da renda fundiária. Mediante a acumulação financeira, a posse da propriedade privada da terra garante ao seu proprietário o direito de auferir a renda

---

<sup>86</sup> José de Souza Martins. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes. 5ª edição. 1995, p. 151-177.

como se a terra agrícola fosse um ativo financeiro. Resgata-se as análises teóricas de Delgado (2012) e Harvey (2013b) sobre a circulação do capital financeiro no mercado fundiário, para compreender como, na atualidade da acumulação rentista/especulativa, a renda da terra passa a ser tratada como equivalente a um ativo financeiro.

A acumulação capitalista na agricultura ocorre mediante a apropriação da renda da terra pelo capital: “A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital” (MARTINS, 1995, p.177, Grifo meu). Para analisar as transformações no espaço agrário brasileiro na década de 1970 decorrentes dos arranjos iniciais do projeto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), Martins (1995) expõem em seu texto que tal compreensão só é possível pela interpretação marxista do processo histórico de sujeição da renda da terra ao capital. Para isso, o autor expõe as contradições do processo de acumulação capitalista na agricultura, enfatizando as seguintes: trabalho *e* capital; terra *e* capital; propriedade privada da terra *e* expansão capitalista; concentração da propriedade fundiária *e* concentração de capital; renda pré-capitalista *e* renda capitalista; produção do capital *e* reprodução capitalista do capital. Para, a partir disso, se fazer entender que a sujeição da renda da terra ao capital é o processo primeiro da expansão das relações capitalistas na agricultura, tanto na grande quanto na pequena propriedade. Assim, o entendimento do processo de apropriação da riqueza produzida no campo pelo capital é a única maneira de compreender o alastramento rápido e violento de conflitos pela terra e as tensões produzidas pela estrutura fundiária concentrada no campo brasileiro.

No período em que escreve, a preocupação do autor em discorrer sobre o processo de acumulação capitalista na agricultura, à luz da teoria marxista, torna-se necessária devido à “invasão positivista no modo de pensar”<sup>87</sup> a expansão das relações capitalistas no campo brasileiro. Dessa forma, ao longo do texto, o autor faz observações dos equívocos que estes estudos sob esta “invasão” denotam, principalmente quanto às interpretações errôneas das contradições provenientes do modo capitalista de produção – em especial a terra *e* o capital e a propriedade privada da terra *e* a expansão capitalista. Porque, para o ele, tais interpretações veem nas relações da sociedade apenas o revelado, desconsideram o que está oculto no processo, ou ainda, analisam somente a aparência, se esquivando da essência. Essa análise superficial leva a uma visão deturpada, a uma ilusão da realidade, como por exemplo, as considerações de que há relações feudais de produção no Brasil ou que há um modo camponês de produção<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> *Ibid.* p.172.

<sup>88</sup> *Ibid.* pp. 172-173.

A expansão da exploração capitalista de produção na agricultura se dá, essencialmente, na apropriação da renda da terra pelo capital, que domina tanto a produção familiar de tipo camponês (sem trabalho assalariado), quanto a produção tipicamente capitalista (com trabalho assalariado) porque “o proprietário da terra não é uma figura de *fora* do capitalismo, mas de *dentro*” (MARTINS, 1995, p.170. Grifo no original). Portanto, a sujeição da renda da terra ao capital é um processo de acumulação do capital, que se realiza através de relações capitalistas e não-capitalistas de produção, como demonstra Oliveira (1986).

Para que as análises não se tornem simplistas ao “nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo” (MARTINS, 1995, p. 152), é importante compreender estruturalmente o funcionamento do modo capitalista de produção, que ocorre sob a lei da acumulação capitalista. Ou seja, é imprescindível a compreensão de que, no processo capitalista, a acumulação de capital é a essência de sua reprodução. “Desde logo convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei de reprodução crescente, ampliada.<sup>89</sup>”

Contudo, existem as contradições inerentes ao próprio processo de reprodução, por exemplo,

[...] quando falam na expansão do capitalismo no campo, as pessoas querem se referir a duas coisas, pelo menos, combinadas entre si: de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem-terra. O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar (MARTINS, 1995, p.152.).

O trecho acima é importante por incitar questões imperativas para o entendimento do modo capitalista de produção, em geral, e na agricultura, em específico. Primeiramente, é realçada a questão da propriedade privada. Tudo aquilo que é privado implica em se privar às outras pessoas o acesso àquilo que se privou. Os camponeses foram expulsos, expropriados da terra, e após isso ocorre a realização da propriedade privada da terra, foram privados de ter acesso às terras. Este é um importante fato do desenvolvimento do capitalismo, com a expropriação dos trabalhadores e a instituição da propriedade privada ocorre a separação do trabalhador de seus meios de produção. Em decorrência disto, os trabalhadores rurais que foram expropriados das terras, separados dos seus meios de produção, passam a serem detentores

---

<sup>89</sup> *Ibid.* p. 152

somente da sua força de trabalho, o que acontece é a transformação dos trabalhadores em trabalhadores livres, libertos de qualquer propriedade que não sua própria força de trabalho. E esta é outra questão crucial para a compreensão do capitalismo: ao se tornarem trabalhadores livres (possuem somente sua força de trabalho) se veem obrigados a trabalharem para o proprietário dos meios de produção, assim, está posta a relação social capitalista. Que, no entanto, deve-se ressaltar, são homens livres e iguais perante a forma jurídica (contrato), onde um “vende” sua força de trabalho e o outro a “compra”.

Em suma, o que se pretendeu frisar são as contradições iminentes do desenvolvimento do capitalismo: “no campo ou na cidade, na agricultura ou na indústria, depende, em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção. Sem ela não pode existir relação capitalista” (MARTINS, 1995, p. 158). A relação social capitalista é estabelecida entre homens iguais e livres, ainda que sejam essencialmente diferentes: uns sendo os trabalhadores, proprietários apenas de sua força de trabalho e os outros são os capitalistas, proprietários dos meios de produção necessários para a realização da produção. E, por isso, “[...] produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, que são o salário e o lucro (o valor a mais criado pelo trabalhador e que não fica com ele, a mais-valia), personificado por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista”<sup>90</sup>

A acumulação por via da apropriação de mais-valia é intrínseca ao processo da apropriação do trabalho do trabalhador pelo capital, pois, para entender a exploração capitalista na agricultura é fundamental compreender o processo contraditório entre trabalho e capital. Aparentemente parece que é o capital que está acumulando mais capital, parece que o capital se autovaloriza, no entanto, na essência do modo de produção capitalista, só o trabalho produz valor. A aparência sobrepõe à essência, o capital parece gerar valor (mais-valia, lucro), enquanto na realidade o que gera a mais-valia (o capital acumulado) é o trabalho (explorado e não pago).

[...] o capital é produto do trabalho não pago, da conversão em capital do trabalho que excede aquele que se materializou em salário. Por isso, é fundamental a constatação de que o capital *aparece como fosse* produto do próprio capital, como se o capital se valorizasse a si mesmo, crescesse por sua própria conta; mas que, não obstante, essa ilusão, que é por sua vez também ilusão do capitalista, o capital é produto do trabalho, é materialização de trabalho não pago, é mais-valia extraída do trabalhador, valor a mais gerado pelo trabalhador, além daquele que o capitalista gastou em salários para manter o trabalhador na condição de operário. Assim, as ferramentas e máquinas com as quais o trabalhador realiza o seu trabalho e os materiais, as matérias-primas, os objetos sobre os quais e nos quais esse trabalho é

---

<sup>90</sup> *ibid*, p. 155.

efetivado, são capital, e, apesar de serem propriedades do capitalista, são produtos do trabalho dos trabalhadores (MARTINS, p.158, 1995).

Dessa forma, compreender que a acumulação da mais-valia se faz pela apropriação do trabalho do trabalhador pelo capital e, portanto, o capital acumulado é o trabalho explorado, não pago, é essencial para entender a reprodução ampliada do capitalismo, no entanto, no setor agrícola existe uma especificidade: “há um aspecto em que a expansão do capitalismo na agricultura se diferencia da expansão do capitalismo na indústria”<sup>91</sup>. Esse aspecto se refere à forma como ocorre a apropriação da terra pelo capital: a renda da terra. Renda esta que é, em essência, paga pelo trabalho explorado e não pago de todos os trabalhadores da sociedade em geral, ou seja, é uma apropriação pelo capital da mais-valia global.

Nesse percurso, torna-se importante compreender a diferença entre a terra e o capital, pois, embora a terra opere como capital (comprada com dinheiro e usada para explorar a força de trabalho), eles são diferentes: o capital se acumula através da exploração do trabalho do trabalhador, destarte, é o trabalho que produz valor, por isso, o capital é fruto do trabalho explorado; no entanto, a terra não é resultado da exploração da mais-valia. Ela é “um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho.”<sup>92</sup>

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é (MARTINS, 1995, p. 159-160).

Contudo, existe uma semelhança entre o processo de apropriação da terra pelo capital e o processo de apropriação do trabalho do trabalhador pelo capital, que é a transformação da terra em mercadoria. A apropriação da terra pelo capital ocorre através da *renda da terra*, transformada em renda capitalizada da terra (mercadoria).

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra: pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho, nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra (MARTINS, 1995, p. 160).

Para que o capitalismo possa se expandir para o campo, subordinando a agricultura, ele necessita se apropriar da terra porque ela é o principal meio de produção da agricultura. “Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura.”<sup>93</sup> Por

---

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>92</sup> *ibid.* pp. 159.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 160.

esse motivo é que a terra aparece como um “empecilho” à expansão do capitalismo na agricultura, e é este aspecto que a diferencia da expansão capitalista na indústria. “A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra.”<sup>94</sup>

Nesse sentido, o pagamento da renda da terra revela a contradição entre a terra e o capital, já que “o pagamento da renda da terra representa uma *irracionalidade* para o capital.”<sup>95</sup> É uma irracionalidade porque ao pagar pela renda da terra, o capitalista está imobilizando esse capital, convertendo-o em renda. Essa conversão é improdutiva já que para efetivar a produção agrícola e promover a extração da riqueza, o capitalista tem que adquirir os demais instrumentos, ferramentas e adubos necessários para o trabalho agrícola e, assim, precisará empregar ainda mais capital. Entretanto, esta irracionalidade não significa que a apropriação da terra não ocorra segundo os critérios capitalistas. “A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital.” Contudo, ainda que a terra opere como capital, ela continua sendo diferente: “De fato, o que ela [terra] produz, do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. [...] este produz *lucro* [...] a terra produz *renda*” (MARTINS, 1995, p.162. Itálico no original).

Entretanto, a renda capitalista da terra assim como o lucro é extraída da mais-valia: “o trabalhador produziu mais-valia, incrementou a riqueza para o capitalista. Quando este paga a renda ao proprietário, não está *produzindo* nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraía dos seus trabalhadores.”<sup>96</sup> Esta é a razão que a renda capitalista da terra não é oriunda da produção, mas sim na distribuição da mais-valia, e é nesta diferença na formação da renda que se estabelece a diferença entre a renda capitalista e a renda pré-capitalista da terra. Pois, a renda pré-capitalista se origina na produção: o próprio produtor entrega diretamente para o proprietário o excedente que foi acordado como pagamento (este pode ser em trabalho, em produto ou em dinheiro), portanto, tem o caráter de um tributo pessoal. Enquanto que a renda capitalista nasce na distribuição da mais-valia: o excedente é o tempo de trabalho não pago, por isso, não vai para o proprietário da terra, e sim para o proprietário do capital, “entre a produção da riqueza e a sua transformação em renda da terra, existe a mediação do capital” (MARTINS, 1995, p.163), tendo o caráter de um tributo social. Oliveira (2007, p. 43, negrito no original) também afirma o caráter de tributo social da renda capitalista da terra, ao considerar que “a

---

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 161.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 162. Itálico no original.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 163, grifos no original.

renda da terra é uma fração da mais-valia, é mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia.”

Com isso, fato importante de se frisar é que a renda capitalista da terra é um lucro excedente, a mais, que a terra gera ao seu proprietário. “Renda da terra ou renda fundiária é o que uma terra rende ao seu proprietário, além do lucro obtido pelo investimento de capital” (MALAGODI, 2005, p. 402). Portanto, a diferença fundamental entre a renda capitalista da terra e os demais tipos de renda da terra que ocorriam no feudalismo, por exemplo, é que a renda da terra capitalista enquanto um lucro extraordinário pago por toda a sociedade (um tributo social) é um fator da acumulação de capital, reprodução do sistema capitalista.

Sobre as variáveis que constituem a formação dos diferentes tipos de renda da terra na agricultura, Oliveira (2007) faz uma exposição esclarecedora através de tabelas que simulam os diversos comportamentos da renda da terra segundo determinadas situações. Assim demonstra as diferentes formas da renda capitalista da terra - a renda da terra diferencial I e II, a renda da terra absoluta e a renda da terra de monopólio; e as pré-capitalistas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. Com base no autor, destacam-se a seguir as principais tendências e leis gerais de comportamento da renda da terra, que possibilitam entender o caráter rentista do capitalismo na agricultura brasileira.

### 2.3.1.1. A categoria Renda da terra

#### *Renda da terra diferencial*

A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção, resulta da concorrência entre os produtores capitalistas, e ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir. No capitalismo, é o preço de produção do pior solo (menos fértil ou pior localizado em relação ao mercado) que regula o preço de mercado, “a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular, e o preço de produção geral, que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados” (OLIVEIRA, 2007, p.44. itálico meu). As diferenças entre os solos que estão no processo produtivo correspondem, basicamente, à fertilidade natural do solo e à localização da área de produção em relação ao mercado. Assim, a renda da terra diferencial apresenta-se sob duas formas: a renda da terra diferencial I e a II. Sendo a diferença entre elas o investimento aplicado para melhorar a fertilidade natural dos solos, onde, a renda diferencial I é aquela que não depende deste investimento; a renda diferencial II decorre diretamente deste investimento.



### *Renda da terra absoluta*

A renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo, a propriedade privada da terra é monopólio de uma classe, a classe dos proprietários fundiários, por isso, tem o “direito” de “cobrar” um tributo da sociedade inteira para produzir, portanto, “é o monopólio da propriedade privada das terras a base sobre a qual se assenta esta forma de renda da terra.”<sup>97</sup> Isso significa que a renda não é oriunda somente do trabalho agrícola explorado na terra, e sim fração da massa da mais-valia global, produto do trabalho não pago aos trabalhadores em geral da sociedade. A formação desta renda, deriva do desvio entre os preços de mercado e os preços de produção, ou seja, da elevação do preço de mercado acima do preço de produção. Ela é lucro acima do lucro médio, procedente do aumento do preço de um produto no mercado, portanto, até o solo menos fértil gera renda da terra absoluta. Por esse motivo, esta renda pode ser auferida quando se coloca a terra para produzir e o preço de mercado é superior ao preço da produção particular, ou pode ser auferida, de uma só vez, com a venda da terra (OLIVEIRA, 2007).

### *Renda da terra de monopólio*

A renda da terra de monopólio é bastante específica, é oriunda do preço de certa mercadoria considerada, pelos consumidores, como rara. Não depende do preço da produção particular ou geral, e sim da capacidade de pagamento dos compradores. Ela não pode ser regulada em função das pressões sociais, porque as mercadorias tidas como “raras”, não compõem o consumo necessário da população. Portanto, é o preço de monopólio que gera a renda da terra de monopólio. No entanto, quando a produção da mercadoria rara se expande, e deixa de ter um preço de monopólio, ela deixa de existir.

### *Renda da terra pré-capitalista*

A respeito da existência da renda da terra pré-capitalista no modo de produção capitalista, o autor demonstra como sua formação denota uma contradição própria do desenvolvimento do capitalismo. Esta contradição provém do fato que esta renda tem caráter de tributo pessoal, ou seja, é paga diretamente ao proprietário da terra, sem a mediação do capital, como já mencionado; no entanto, ela ocorre no modo capitalista de produção na agricultura. É uma contradição, pois, como tendência geral, o capital tende a impor relações de trabalho assalariado em todas as atividades econômicas. Todavia, o capitalismo é um sistema contraditório, e é de sua lógica “gerar aquilo que deveria destruir e construir aquilo que será a sua própria superação” (OLIVEIRA, 2007, p.62). É dessa forma que se deve compreender a

---

<sup>97</sup> OLIVEIRA, 2007, p. 55.

existência das diversas formas de rendas da terra pré-capitalistas, sob a expansão do modo capitalista de produção.

São três as formas de renda pré-capitalista. A *renda em produto* ocorre quando o trabalhador cede parte da sua produção ao proprietário da terra, pela cessão do direito de trabalhar em suas terras. A *renda em trabalho* acontece quando o trabalhador com seus instrumentos de trabalho, trabalha as terras de outrem por tempo determinado, em troca, durante este tempo, ele também poder lavrar essas terras para si próprio. A *renda em dinheiro* é a metamorfose da renda em produto, ou seja, o trabalhador paga em dinheiro o uso que fez da terra (OLIVEIRA, 2007).

### 2.3.2. Capital financeiro e mercado fundiário: acumulação rentista da Adecoagro

Para explicar a circulação do capital financeiro no mercado fundiário, Delgado (2012, p. 45, grifo meu) retoma teoricamente a questão da mobilidade do capital segundo as abordagens de Hilferding e Keynes, “[...] a função básica da circulação financeira é a de retransformação do capital, descongelando-o de suas aplicações fixas, para fazê-lo circular no circuito financeiro.”

A partir de Hilferding, Delgado (2012) explica que a mobilidade do capital (na livre concorrência) está na possibilidade de os capitalistas retirarem o capital investido sob a forma de dinheiro e investirem em outras aplicações. No entanto, quanto maior for a composição orgânica do capital (maiores investimentos em capitais fixos, visando o aumento da produtividade, em detrimento dos investimentos em capital variável - por exemplo, investimentos em maquinários agrícolas), menor é a mobilidade do capital, pois este encontra resistência para ser transferido para outras atividades econômicas. A nivelção da taxa de lucro está condicionada à mobilidade dos capitais, ou seja, quando capitais migram para determinado setor produtivo, com taxas de lucro elevadas, estas tendem a se nivelar com as de outros setores.

A tendência à nivelção da taxa de lucro encontra resistência, em proporções cada vez maiores, na impossibilidade de se retirar de um ramo de produção o capital produtivo, cujo componente principal está formado pelo capital fixo. O movimento real da nivelção somente se realiza lentamente [...] sobretudo mediante a reinversão da mais-valia aplicada em esferas onde prevalece a taxa de lucro mais elevada, com omissão de aplicação para os ramos com menor taxa de lucro. (HILFERDING, 1963, p. 151, apud DELGADO, 2012, p.45).

A citação acima confirma que a mobilidade do capital, ou seja, a capacidade deste ser transferido para outros ramos e, portanto, a nivelção da taxa de lucro dos setores em geral está condicionada ao nível de investimentos em capital fixo. Tendo em vista que na realidade os capitais preferem os setores onde há taxas de lucros mais elevadas em detrimento dos setores

de menores taxas de lucros, o sistema financeiro passa a garantir a mobilidade dos capitais investidos, e por consequência tende à nivelção da taxa de lucro, pois, “[...] a taxa de juros em contraste com a taxa de lucros, é, em qualquer momento dado, igual e geral. A igualdade de todo o capital [...] encontra sua expressão adequada na generalidade da taxa de juros” (HILFERDING, 1963, p.151 apud DELGADO, 2012, p. 45). Ou seja, os autores mostram que a circulação financeira (que garante a taxa de juros) é quem descongela o capital aplicado, ele dá mobilidade ao capital pela circulação na esfera financeira.

A mobilidade de capitais na esfera que rende juros (financeira) pressupõe a negociabilidade de ações ou títulos de renda em geral, então, essas ações ou títulos ao assumirem a função monetária de deter o controle de liquidez<sup>98</sup> geral da economia, tornam-se peças imprescindíveis para bancar a negociação de quaisquer títulos de renda. Essa negociação de papéis enseja a organização de um mercado de títulos, que é institucionalizado na Bolsa de Valores. Os valores dos títulos e ações transacionados na Bolsa se distinguem autonomamente do capital produtivo, a que se referem então, nominalmente. (DELGADO, 2012). O que se observa então é a separação da esfera do capital produtivo em relação à esfera financeira, sendo essa uma das maiores expressões do capitalismo contemporâneo, ou seja, o capital rentista.

Então, já que ocorre uma separação da esfera produtiva e da esfera financeira, a formação dos preços dos títulos financeiros se dá de maneira diferente da esfera produtiva, enquanto nesta o preço é determinado a partir do custo de produção, na esfera financeira a formação dos preços dos títulos negociados em Bolsa se baseia no rendimento futuro que pode vir a ter. Os “[...] preços dos títulos de propriedade com direito à renda [títulos de empresas, por exemplo], e mais especificamente, das ações, depende da avaliação presente dos rendimentos futuros capitalizados” (DELGADO, 2012, p.47).

A terra, quando considerada um ativo financeiro, tem a formação do seu preço em conformidade à formação dos preços dos títulos financeiros.

O mesmo princípio de formação do preço dos títulos financeiros com direito à renda, aplica-se à formação do preço da terra, não apenas sob seu aspecto formal – preço como capitalização dos rendimentos futuros – mas, ainda, sob o aspecto da racionalidade financeira<sup>99</sup>, que passa a governar o cálculo

---

<sup>98</sup> Liquidez. Disponibilidade em moeda corrente, meios de pagamento, ou posse de títulos, ou valores conversíveis rapidamente em dinheiro. Dependendo do tipo de aplicação financeira a liquidez pode ser maior ou menor, sendo inversamente proporcional aos prazos em que as aplicações financeiras forem feitas: por exemplo aplicações de longo prazo têm menor liquidez que aplicações de curto prazo. A liquidez absoluta, no entanto, só é possuída pelo papel-moeda e pela e a moeda metálica numa economia. Entre títulos ou aplicações com o mesmo prazo de vencimento terão maior liquidez aqueles títulos que possam ser vendidos mais facilmente no mercado, como acontece, no mercado acionário (SANDRONI, P. Dicionário de Economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005

<sup>99</sup> Delgado (2012) se apoia à Teoria Geral de Keynes e explica que a formação dos preços de títulos financeiros depende da avaliação do rendimento futuro. Essa avaliação é revisada diariamente pelos operadores do mercado

econômico, numa fase avançada do capitalismo, em que a terra assume inteiramente o caráter de ativo mercantil (DELGADO, 2012, p.48).

Dessa forma, Delgado (2012) explica que quando o sistema financeiro se articula no mercado fundiário, ocorre que a propriedade privada da terra é negociada como um título financeiro e, assim, se espera o retorno dos rendimentos que ela pode vir ter. Para melhor entender a terra como um ativo financeiro, Delgado (2012), a partir de Keynes, explica que o mercado financeiro negocia tanto os títulos em geral como os títulos patrimoniais (*securities*).

Os títulos patrimoniais (*securities*) em geral consistem de propriedades que não podem ser inteiramente reproduzidas, de recursos naturais que não podem ser reproduzidos de nenhuma maneira [terra], e do valor capitalizado das rendas antecipadas da posse [...] (KEYNES, 1977, p. 222 apud DELGADO, 2012, p. 48).

Assim, no mercado fundiário a propriedade da terra é considerada como um ativo financeiro, um título patrimonial monopolizável. Ocorre que a circulação financeira “se constitui numa forma autônoma de avaliação, onde concorrem outros títulos patrimoniais monopolizáveis (ações, obrigações e títulos da dívida pública) e, ainda, o dinheiro. É da lógica financeira homogeneizar os diferentes rendimentos de diferentes títulos” (DELGADO, 2012, p.48. Grifo meu).

Sendo da lógica financeira homogeneizar os rendimentos dos diferentes títulos, fica clara a articulação do capital financeiro no mercado de terras, em que a propriedade passa a ser compreendida como um ativo financeiro, que retorna rendimentos aos seus inversores. O caráter de ativo financeiro da terra agrícola é demonstrado no estudo de Raydon et al. (2006), sobre o ativo terra agrícola em carteiras de investimento<sup>100</sup>. Os autores concluem que, devido à segurança propiciada pela terra ao investidor, no mercado fundiário brasileiro muitos negociantes de terra não são do setor agrícola.

A propriedade da terra é tratada como ativo financeiro mediante a formação de seu preço, destarte, o rendimento esperado dela também é o esperado de um ativo financeiro, Delgado (2012) interpreta que no atual estágio do capitalismo, o direito à renda capitalizada da terra, ou seja, a renda fundiária que a terra rende por ser uma propriedade não reproduzível socialmente (MARTINS, 1995), tende a se assemelhar ao ganho do capital fictício.

A formação do preço da terra de forma similar ao de outros ativos financeiros é apenas uma das transformações que se operam no desenvolvimento capitalista. **Há que considerar, ainda, outras manifestações do capital**

---

financeiro, tal procedimento, Delgado (2012), com base em Keynes, diz tratar de uma racionalidade financeira, ou seja, uma sistematização da operação financeira.

<sup>100</sup> Chesnais (1996, p. 56) explica que carteiras de investimento designam o conjunto dos depósitos bancários e das aplicações financeiras sob forma de títulos públicos ou privados. Elas são próprias das transações financeiras.

**financeiro nesse mercado [funditário], pelo lado da criação e circulação dos títulos de propriedade, à semelhança da potencialidade de emissão do ‘capital fictício’ [...] (DELGADO, 2012, p. 50. Negrito meu).**

Sobre a articulação do sistema financeiro no mercado funditário, Harvey (2013b), chega à semelhante constatação que Delgado, onde a posse da terra, e a seguinte expectativa quando ao seu rendimento futuro, se assemelha ao rendimento esperado do capital fictício<sup>101</sup>.

A teoria da renda funditária resolve o problema de como a terra, que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. A renda funditária, capitalizada como o juro sobre algum capital imaginário, constitui o “valor” da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda funditária produzido por ela. O dinheiro exposto é equivalente a um investimento que rende juros. O comprador adquire um direito sobre as receitas futuras antecipadas, um direito sobre os frutos futuros do trabalho. O direito à terra se torna, em resumo, uma forma de capital fictício (HARVEY, 2013b, p. 471. Grifo meu).

No trecho acima, Harvey (2013b) realiza um breve resgate sobre a teoria da renda da terra capitalizada e demonstra que, assim como para Delgado (2012), a propriedade da terra negociada como ativo financeiro se torna um capital fictício, pois que, sendo o preço da terra estabelecido pela renda futura que a propriedade pode dar, o que se negocia então é a renda que pode ser auferida pela propriedade, sendo o direito à renda futura da terra, então, uma forma de capital fictício.

Essa leitura da circulação do capital financeiro no mercado funditário tem sido feita por pesquisadores brasileiros para interpretar os recentes investimentos especulativos no mercado de terras nacional. Em Maia (2013), o autor estuda a articulação do sistema financeiro no mercado funditário a partir de empresas de capital aberto, em bolsas de valores, que estão adquirindo terras brasileiras. A partir disso, o autor identificou no Brasil um processo de financeirização do mercado de terras. Pitta e Mendonça (2014) chegam à conclusão parecida, e mostram que a concentração de terras por empresas transnacionais trata-se mesmo de pura especulação no mercado funditário, pela possibilidade dos ganhos obtidos pela renda financeirizada da terra. O caráter de ativo financeiro da terra também é destacado no estudo de Souza (2013) sobre a relação da produção brasileira de etanol, o preço da terra, a concentração funditária e a homogeneização da paisagem. Marques (2018), por sua vez, apoiada na explicação de Harvey (2013b) quanto a tendência da terra em ser tratada por seus proprietários como um mero ativo financeiro, destaca as características próprias do mercado funditário, quando do momento da circulação do capital financeiro, onde o mercado de terras

---

<sup>101</sup> O capital fictício a que se reporta é àquele empregado por Paulani (2013) como capital circulante que rende juros, que dá um rendimento, sem passar pela esfera produtiva.

[...] tende a funcionar como um ramo particular da circulação do capital portador de juros, que possui características próprias. Dentre essas características, destacamos a remuneração dos investimentos em geral a longo prazo e o fato de ser um mercado segmentado. São fatores que determinam a sua segmentação: (1) as diferenças entre as leis que regulam o acesso à terra em cada país; (2) as diferenças entre espaços rurais ou urbanos; (3) processos históricos sociais e biofísicos distintos, que conformam mercados regionais; (4) o tipo de atividade realizada na terra. Quando se trata de terras agrícolas, também pode haver uma segmentação determinada pelo tipo de cultivo dominante na região” (MARQUES, 2018, P.3824-25)

Com base na discussão até aqui apresentada, da estratégia de apropriação da renda fundiária pelo capital portador de juros empreendida por transnacionais agrícolas, procura-se a seguir demonstrar como ocorre no caso particular da empresa Adecoagro.

O negócio denominado pela empresa como Transformação de terras (*Land Transformation Business*) consiste, basicamente, em adquirir terras agrícolas “subdesenvolvidas/baixa utilização/subutilizadas” (que não estão produzindo no seu mais alto potencial), aplicar práticas que aumentam a produtividade como adubação, fertilização, e, após a propriedade alcançar um maior potencial produtivo, vendê-las por preço muito superior ao do momento da aquisição. Portanto, é um negócio especulativo. Esse período em que a empresa aplica os insumos, fertilizantes, para iniciar a produção agrícola, é chamado por ela de maturação, geralmente dura de 5 a 7 anos. Posterior a esse período considera-se que a propriedade alcançou sua maturidade produtiva, então ela é vendida e o capital adquirido na transação é reinvestido no negócio, a fim de ser aplicado em novas aquisições e transformações de terras. “A otimização do uso da terra melhora a produção e aumenta o seu valor. Após atingir seu desenvolvimento total, nós começamos a analisar a melhor estratégia para a venda destes bens. Isto nos permite monetizar o ganho de capital e realocá-lo com eficiência, maximizando o retorno investido” (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p.42, trad. minha)

Nosso modelo de transformação de terras consiste em mudar o uso de terras agrícolas subutilizadas ou mal administradas para atividades agrícolas geradoras de caixa mais rentáveis, como transformar pastagens de gado de baixo rendimento em terras cultiváveis de alto rendimento, permitindo atividades agrícolas rentáveis, como colheita, produção de arroz e cana-de-açúcar. [...]

O processo de transformação da terra começa pela determinação do potencial produtivo das áreas. Isso irá variar de acordo com as propriedades do solo, clima, riscos produtivos e tecnologia disponível em cada região específica.

O processo de transformação de terras não desenvolvidas exige que façamos investimentos iniciais durante um período de um a até três anos, e a terra atinge a capacidade produtiva estável do terceiro ao sétimo ano após o início das atividades de transformação da terra (RELATÓRIO ANUAL, 2022, p.63).

Como visto no excerto, a atividade do mercado fundiário da empresa, visa auferir rentabilidade a partir da renda diferencial da terra, o investimento de melhorias da propriedade é feito para aumentar seu valor no mercado. O investimento nas propriedades depende do tipo de terra, a empresa classifica o processo da transformação/valorização de terras em três categorias, sendo, basicamente: (a) formação de propriedade, que envolve desmatamento e preparo do solo; (b) fertilização e correção química do solo de propriedades já formadas, mas consideradas de baixa produtividade; e (c) produção

- Terras não desenvolvidos (savanas e pastagens naturais)[*Undeveloped land (savannahs and natural grasslands)*]:

Esta é a fase de transformação mais drástica, pois exige transformação física e química do solo. Primeiramente, o terreno é desmatado mecanicamente para retirada da vegetação nativa. O solo é então nivelado mecanicamente para operações agrícolas: no caso de terrenos transformados para produção de arroz, este processo envolve movimentos pesados de terra e sistematização necessária para canais de irrigação e drenagem, estradas e pontes. No caso de terras destinadas a plantações de cana-de-açúcar, também serão necessárias movimentações de terras para a construção de terraços para evitar o escoamento excessivo de água. Certos solos devem ser tratados quimicamente e corrigidos com a incorporação de nutrientes como calcário, gesso e fósforo, como é o caso da região do Cerrado brasileiro. A correção do solo não é necessária na Argentina ou no Uruguai devido à fertilidade natural do solo. Pesticidas e fertilizantes são então aplicados ao solo em preparação para o plantio. No caso de terras destinadas à produção agrícola (grãos e oleaginosas), a soja, que às vezes é chamada de cultura colonizadora, é geralmente plantada durante os primeiros anos devido à sua resistência a pragas, ervas daninhas e condições climáticas e de solo extremas. Depois disso, a terra entrará num esquema de rotação de culturas para reduzir a incidência de pragas e doenças e para equilibrar os nutrientes do solo. No caso do arroz e da cana-de-açúcar, produzidos em sistema de monocultura, não há cultura colonizadora nem rotação envolvida. Controles intensivos de pragas e ervas daninhas e correções adicionais do solo terão lugar durante estes primeiros três a cinco anos. A produtividade ou rendimento da terra, medida em toneladas de soja ou outras culturas por hectare, será inicialmente baixa e aumentará gradualmente de ano para ano [...]. Desde a nossa criação em 2002, colocamos em produção cerca de 70.000 hectares de terras não desenvolvidas em terras aráveis produtivas.

- Terras agrícolas subutilizadas (pastagens cultivadas e agricultura pouco produtiva)[ *Undermanaged or underutilized farmland (cultivated pastures and poorly managed agriculture)*]:

Este processo de transformação é mais leve do que o descrito acima, uma vez que não requer a limpeza mecânica inicial da vegetação ou nivelamento do terreno. Somente no caso de a terra ser preparada para a produção de arroz será necessário o nivelamento para uma irrigação por inundação eficiente. A transformação das pastagens de gado ou da agricultura precária na região do *Cerrado* brasileiro começará com a correção e preparo do solo em preparação para o plantio da primeira safra de soja ou cana-de-açúcar . O processo continuará então conforme descrito no caso acima. [...] Desde a nossa criação em 2002, colocamos em produção mais de 100.000 hectares de terras agrícolas subgeridas ou subutilizadas em terras aráveis.

•Transformação contínua de terras aráveis [*Ongoing transformation of arable land*]: aplicação de tecnologias de produção agrícola eficientes e sustentáveis e práticas recomendadas, como o “plantio direto”, rotações de culturas, manejo integrado de pragas e ervas daninhas e fertilização equilibrada, entre outros, aumentam gradativamente a qualidade do solo e a produtividade da terra ao longo do tempo, maximizando o retorno sobre o capital investido e aumentando o valor da terra de nossas propriedades. Todo o nosso portfólio de terras agrícolas passa constantemente por esta fase de transformação de terras (RELATÓRIO ANUAL, 2022, p. 63, 64).

A empresa se denomina como um dos “principais *players*” no mercado fundiário na América do Sul, para isso, possui uma equipe específica para localizar propriedades agrícolas que possam ser incorporadas em seus negócios, segundo ela, são profissionais que possuem experiência em finanças e produção agrícola.

Acreditamos que somos um dos players mais ativos no negócio de terrenos na América do Sul. Desde a nossa criação em 2002, executamos transações de compra e venda de terrenos por mais de US\$ 780 milhões. Nossa equipe de desenvolvimento de negócios é responsável pela análise, seleção, aquisição e venda de terrenos. A equipe adquiriu ampla experiência na avaliação e aquisição de terras agrícolas em toda a América do Sul e possui um sólido conhecimento do potencial de produtividade de cada região e do potencial de transformação e valorização de terras. Desde 2002, a equipe analisou mais de 11 milhões de hectares de terras agrícolas com um valor total de aproximadamente 16 milhões de dólares. Desenvolvemos uma metodologia para analisar oportunidades de investimento, levando em consideração preço, potencial de transformação, modelo produtivo, projeções financeiras e necessidades de investimento, entre outros. Nossa análise também utiliza tecnologia de informação avançada, incluindo o uso de imagens de satélite, registros de chuva e temperatura, análise de solo e mapas topográficos e de drenagem. Ocasionalmente, poderemos aproveitar a nossa posição favorável e conhecimento do mercado fundiário para nos envolvermos em transações oportunas de compra e venda (RELATÓRIO ANUAL, 2022, p. 64).

O caráter especulativo do negócio imobiliário é explicado no seguinte trecho:

Vendemos estrategicamente propriedades agrícolas que atingiram a maturidade produtiva (três a sete anos após o início do processo de transformação de terras) para realizar e rentabilizar os ganhos de capital resultantes do processo de transformação de terras. As receitas das transações são, por sua vez, reinvestidas na compra de terras agrícolas estratégicas com potencial de transformação e valorização. A rotação do nosso portfólio de terrenos nos permite alocar capital de forma eficiente. Esses ganhos de capital são gerados por três fatores principais:

**(i) aquisição de terrenos a preços inferiores ao valor de mercado ou valor justo do terreno;**

(ii) a transformação da terra e o processo contínuo de transformação da terra descrito anteriormente aumentam a produtividade e a rentabilidade da terra, aumentando, em última análise, o valor da terra; e

(iii) valorização geral dos terrenos no mercado, impulsionada pelo aumento dos preços das matérias-primas e pela dinâmica da oferta e da procura no



mercado fundiário. O valor das fazendas que vendemos, bem como o nosso portfólio geral de terras, foi impactado positivamente por este fator externo.

A Figura 7 traz o resumo das transações fundiárias da Adecoagro de 2002 a 2020, ela não contabiliza os valores das aquisições e alienações de propriedades, mas identifica a o *land bank* do negócio de especulação no mercado fundiário da empresa. No Relatório Anual de 2022 (p. 64) , a empresa divulgou que já vendeu mais de 25 fazendas, com ganhos de capital de aproximadamente 250 milhões de dólares. Na tabela, a coluna “aquisições” demonstra a quantidade de hectares comprados por ano, a coluna seguinte relaciona as vendas anuais, por fim, a última coluna traz o total de hectares que formam o land bank da Adecoagro e podem ser negociados.

**Figura 7** – Adecoagro: Land Bank e resumo das transações fundiárias por ano.

	Aquisições	Alienações (vendas) (in hectares)	Land Bank (banco de terras)
2002	74,898	—	74,898
2003	—	—	74,898
2004	34,659	—	109,557
2005	22,262	—	131,819
2006	5,759	3,507	134,071
2007	113,197	8,714	239,274
2008	43,783	4,857	278,200
2009	—	5,005	273,195
2010	14,755	5,086	282,864
2011	12,992	2,439	293,417
2012	—	9,475	283,942
2013	—	14,176	269,766
2014	—	12,887	257,036
2015	—	10,905	246,139
2016	—	—	246,139
2017	—	—	246,139
2018	—	14,427	231,712
2019	—	6,082	225,630
2020	—	5,444	220,186
2021	—	336(*)	219,850

Fonte: (Extraído de) RELATÓRIO ANUAL, 2022, p. 64.

As propriedades adquiridas pela Adecoagro são registradas, geralmente, em nome de empresas subsidiárias, onde os acionistas são os mesmos que investem na *holding* (empresa global)<sup>102</sup>.

No Brasil, foram vendidas fazendas produtoras de café, localizadas no oeste da Bahia e sudeste do Tocantins (ver Mapa 1, p. 100), estavam registradas em nome da empresa agrícola

<sup>102</sup> Essa informação sobre as subsidiárias foi coletada em entrevista realizada com o diretor do setor de açúcar, etanol e energia da Adecoagro, Renato Junqueira Santos Pereira, no escritório da empresa em São Paulo em 12 de dezembro de 2015. A maioria das transações no mercado fundiário o grupo realiza através da aquisição de venda de ações de empresas agrícolas (subsidiárias) que possuem capital fechado.

Fazenda Mimoso Ltda., esta, por sua vez, que foi negociada no momento da venda. De acordo com reportagem do Valor Econômico, as fazendas foram vendidas por 20,8 milhões de dólares e com isso a empresa encerrou as atividades no setor cafeeiro<sup>103</sup>.

Como visto, o *land bank* e as transações imobiliárias da Adecoagro, ou seja, sua territorialização, ocorre nas regiões de expansão agrícola, denominadas de fronteiras agrícolas, assim, são investimentos especulativos que tendem a aumentar os preços das terras agrícolas, (FAIRBAIRN, 2014; PITTA; MENDONÇA, 2014). A expectativa sobre o aumento no preço das terras agrícolas é que permite à empresa – ou melhor, aos acionistas do grupo – especular no mercado fundiário, semelhante ao mercado de ações, a terra agrícola é tratada como um ativo financeiro, especificamente como menciona Delgado (2012, p.50), como capital fictício.

Através da negociação de uma parte de nossas terras podemos reinvestir o capital com eficiência e continuar expandindo nossas operações através do investimento em outras terras ou bens dentro da cadeia de valor do agronegócio, que oferecem retornos atrativos e riscos ajustáveis, permitindo a empresa continuar seu crescimento e aumentando o benefício oferecido aos acionistas (ADECOAGRO<sup>104</sup>, 2022).

Dessa forma, considera-se que o negócio com terras desenvolvido pela Adecoagro é uma expressão particular do fenômeno discutido anteriormente, conhecido como *land grabbing*, que busca a acumulação por via da apropriação da renda fundiária. Como explicado por Paulani (2012) e Chesnais (2005; 2010), período preponderantemente rentista, em que os investidores institucionais, enquanto proprietários de ações, têm o direito à renda fundiária. É também por essa atividade de especulação imobiliária que fica mais evidente o comportamento da terra agrícola como ativo financeiro, que irá render ao seu proprietário juros semelhantes ao de outros ativos, segundo as abordagens de Delgado (2012) e Harvey (2013b).

No entanto, o que se tem discutido até agora sobre a mobilização do capital em torno da terra, engendra outras consequências territoriais. Segundo Harvey (2013, p. 472), quando o capital financeiro circula no mercado fundiário, “ele realiza algumas funções de coordenação importantes e, desse modo, legitima e justifica a apropriação da renda dentro da lógica geral do modo de produção capitalista”. Na mesma direção, Delgado (2012) enfatiza que a tendência do capital portador de juros ao circular no mercado fundiário - seja por via de aquisição ou de

---

<sup>103</sup> Reportagem “Adecoagro tem lucro líquido de US\$ 2,5 milhões no 1º tri de 2013”. Publicada pelo jornal Valor Econômico em 15/05/2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2013/05/15/adecoagro-tem-lucro-liquido-de-us-25-milhoes-no-1o-tri-de-2013.ghtml> Acesso em outubro de 2022.

<sup>104</sup> Retirado do site da empresa, seção negócios, transformação de terras, disponível em: <http://www.adecoagro.com/DinamicPage.aspx?midpid=83&mimid=19&miid=81> Acesso em out. de 2022.

arrendamentos -, é de reorganizar e reorientar o uso da terra, o que conseqüentemente altera o seu preço. Além, evidentemente, de provocar monopólios e controles territoriais.

Sem adentrar nos pormenores da acumulação financeira e o caráter rentista, Borrás Jr. et. al. (2012) ressaltam, concordando com os autores supracitados, a questão do controle territorial empreendido pelos investidores institucionais que controlam as transnacionais agrícolas, destacando a concentração e, sobretudo, o monopólio do uso da terra agrícola.

A esse respeito, do controle territorial exercido pelo capital, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira tem feito amplo debate, por ora, vamos destacar de sua obra mais recente, “A mundialização da agricultura brasileira” (2016), a contribuição sobre o processo particular de territorialização do monopólio que ocorre no setor sucroenergético e que leva a uma fusão territorial monopolística, elucida muito a estratégia de expansão da Adecoagro dentro deste setor. Essa será, portanto, a discussão do próximo capítulo, analisar o controle/monopólio que ocorre pela territorialização da Adecoagro Vale do Ivinhema, nos municípios de Ivinhema e Angélica, em Mato Grosso do Sul.

### CAPÍTULO 3

#### **FUSÃO TERRITORIAL MONOPOLÍSTICA: A territorialização da Adecoagro Vale do Ivinhema**

##### 3.1. EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM MATO GROSSO DO SUL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Na primeira década deste século, ocorreu uma reorganização do setor sucroenergético nacional, promovida sobretudo, pelo maior entrelaçamento de mecanismos financeiros, seja por via de programas governamentais de financiamento ou, sobremaneira, pela entrada de empresas transnacionais. O que promoveu grande concentração e centralização de capital financeiro neste setor (OLIVEIRA, 2010; PITTA et. al, 2014; BERNARDES; CASTILLO, 2019; BOECHAT, 2020).

O contexto desta financeirização recente da agroindústria canavieira está atrelado à confluência de diversas crises do mercado de finanças global, como o esgotamento de reservas mundiais de petróleo e a crescente demanda pela transição energética, sobretudo por biocombustíveis e agroenergia; a crise do início dos anos 2000, com a quebra de bolsas de empresas de tecnologia, que forçou a migração do capital financeiro para outros setores, sendo um dos pilares do *chamado boom das commodities*, que se “materializou numa enorme expansão do agronegócio sucroenergético [...], entrelaçando-se com o capital financeiro e seus novos mecanismos, e abrindo as portas para investimentos de grupos estrangeiros interessados nessa expansão, como fundos de investimentos e empresas transnacionais de diversos ramos [...]” (BOECHAT, 2020, p.15).

Esse movimento de financeirização do setor nacional refletiu e retroalimentou a posição do Brasil no mercado mundial de produção de açúcar, no período entre 2001 e 2010 o Brasil produziu quase 90% de toda a cana-de-açúcar comercializada no mercado mundial. “No cômputo geral, houve no planeta um aumento total de cerca de 428 milhões de toneladas de cana entre as safras de 2001 e 2010, sendo que apenas o Brasil contribuiu com 372 milhões (87% do total)” (SAMPAIO, 2019, p.24).

A posição de liderança do país nesse mercado mundial é justificada por algumas vantagens em comparação aos demais países produtores de cana-de-açúcar, principalmente porque a produção é destinada a dois mercados distintos: o de alimentos (voltado para a exportação de açúcar); e o de bioenergia, voltado para o abastecimento interno, e que é amplamente influenciado por políticas energéticas governamentais. Contudo, mesmo no mercado doméstico, a produção canavieira não se destaca apenas para etanol e bioeletricidade,

porque o país ocupa a 5ª posição no mercado consumidor mundial. “Essa complementaridade entre os mercados alimentar (voltado para fora) e energético (voltado para dentro) possibilita ao setor agroindustrial canavieiro do Brasil em certa medida, tirar proveitos e reduzir perdas associadas às volatilidades do mercado açucareiro global” (SAMPAIO, 2019, p.30).

Mundialmente o debate sobre a transição energética estimulou muitos países a alavancarem determinadas cadeias produtivas de *commodities* agrícolas que também servem como matérias-primas para a agroenergia. Aqui novamente o Brasil de certa maneira possui outra vantagem em relação aos demais países, pois desde a década de 1970 o biocombustível é dinamizador da cadeia de cana-de-açúcar. Foram inúmeros apoios governamentais desde o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) de 1975 até a criação do Departamento de Biocombustíveis do BNDES em 2007. Nesse contexto, o Brasil tem ocupado uma posição quase hegemônica e monopólica no mercado mundial de produção de cana-de-açúcar, sobretudo na exportação de açúcar (SAMPAIO, 2019).

Os diversos incentivos e financiamentos públicos para o setor sucroenergético nacional, durante as últimas décadas, mencionados por Sampaio (2019), são parte integrante do arranjo institucional de diferentes governos para a estruturação da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), por meio de diferentes mecanismos que favoreceram a circulação do capital financeiro no setor agropecuário nacional como referido no capítulo 1 desta pesquisa. Contudo, o setor sucroenergético se destacou nesse contexto de financeirização e mundialização do agronegócio brasileiro, com a territorialização de empresas transnacionais, e é exatamente esse o contexto da expansão recente de grupos internacionais, via fusões e aquisições para o estado Mato Grosso do Sul (BACKES, 2009; CENTENARO, 2012; DOMINGUES, 2015; 2017; ARRUZZO; CUNHA, 2019).

A expansão mais recente da agroindústria canavieira para o estado do Mato Grosso do Sul está atrelada à demanda mundial por etanol e, conseqüentemente, às possibilidades de lucro neste setor por grandes grupos mundiais, segundo demonstram Backes (2009); Domingues (2015; 2017) e Arruzzo e Cunha (2019). Em comum as pesquisas demonstram que esta expansão teve dois momentos fundamentais: um primeiro atrelado ao período do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), principalmente na década de 1980; e o segundo ocorreu a partir dos anos 2000, quando houve uma expansão mais significativa dentro do contexto da internacionalização da agroindústria canavieira brasileira.

O Proálcool ou Programa Nacional do Álcool (PNA) foi lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1975) cujo objetivo foi ampliar a produção do álcool (anidro e hidratado), o que colocou a produção de cana-de-açúcar em um novo patamar de

modernização, já que fomentou a mecanização da produção e a industrialização do refino dessa matéria-prima. Via financiamento público, o Proálcool financiava as implantações de destilarias autônomas (somente destilarias, sem agroindústria de açúcar) e anexas (às agroindústrias de açúcar existentes), durante o período de 1975 a 1990 o montante de crédito subsidiado ao setor sucroalcooleiro foi de aproximadamente 7 bilhões de dólares (PITTA et al. 2014).

Backes (2009) explica que a expansão da agroindústria canavieira para o estado Mato Grosso do Sul durante o período do Proálcool (1975-1990) se deu em conformidade com as três fases que marcaram este programa. Na primeira fase, mais especificamente entre os anos de 1975 e 1979, foram aprovadas as implantações das primeiras destilarias de álcool no estado<sup>105</sup>, porém a produção da cana era ainda incipiente. Mas ela se caracteriza, principalmente, pelo financiamento para a expansão de destilarias, ao todo foram aprovados 209 projetos, sendo 136 de destilarias anexas (às fábricas já existentes) e 79 de destilarias autônomas (construção de fábricas alcooleiras).

Foi durante a segunda fase do Proálcool (entre 1980 e 1985) que ocorreram as instalações e entraram em funcionamento as primeiras destilarias do Mato Grosso do Sul, que foram aprovadas para implantação na fase anterior. Com isso, na safra de 1985/1986, a produção de álcool do Mato Grosso do Sul correspondeu a 1,97% da produção nacional (BACKES, 2009).

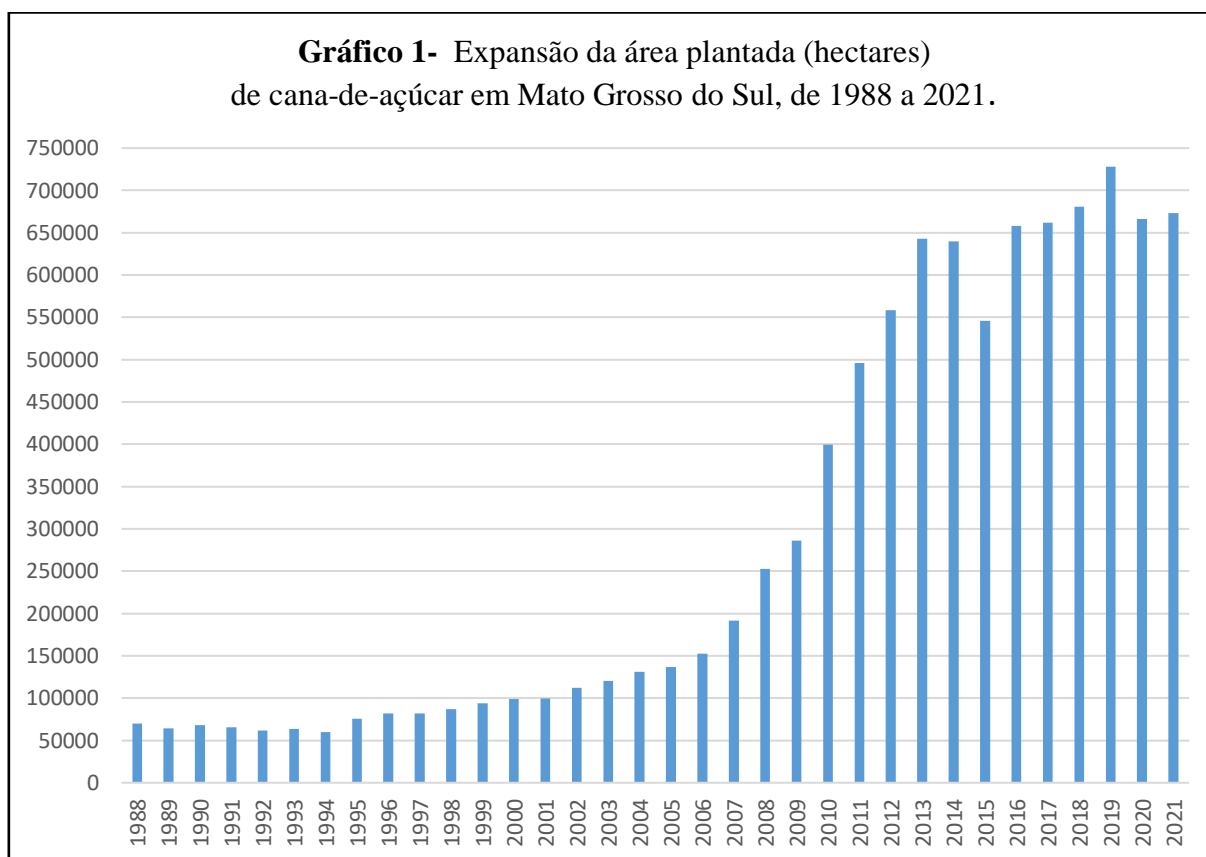
A terceira fase do programa (1986 ao início dos anos 1990) pode ser compreendida a partir de dois momentos: um primeiro que é a continuidade da produção de álcool, que alcançou seu auge em 1988; e o segundo momento que está relacionado à queda do preço do petróleo (a partir de 1986), fato que aumenta a demanda por gasolina em detrimento do uso do álcool como combustível, principalmente a partir de 1989. Esse período é marcado pela desaceleração e crise do Proálcool no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo ocorre a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) que representou o momento de liberalização econômica do setor nacional (BACKES, 2009; DOMINGUES, 2015).

O Gráfico 1 demonstra a expansão da área plantada de cana-de-açúcar (em hectares) entre 1988 e 2021, observa-se que os períodos de expansão coincidem com os dados mencionados anteriormente sobre as instalações de usinas através do Proálcool e, a partir da metade da década de 2010, o crescimento expressivo acompanha o período da referida

---

<sup>105</sup> Vale mencionar que, até 1977, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul conformavam um único estado brasileiro (o Mato Grosso). Foi nesta data que ocorreu o desmembramento do Mato Grosso do Sul.

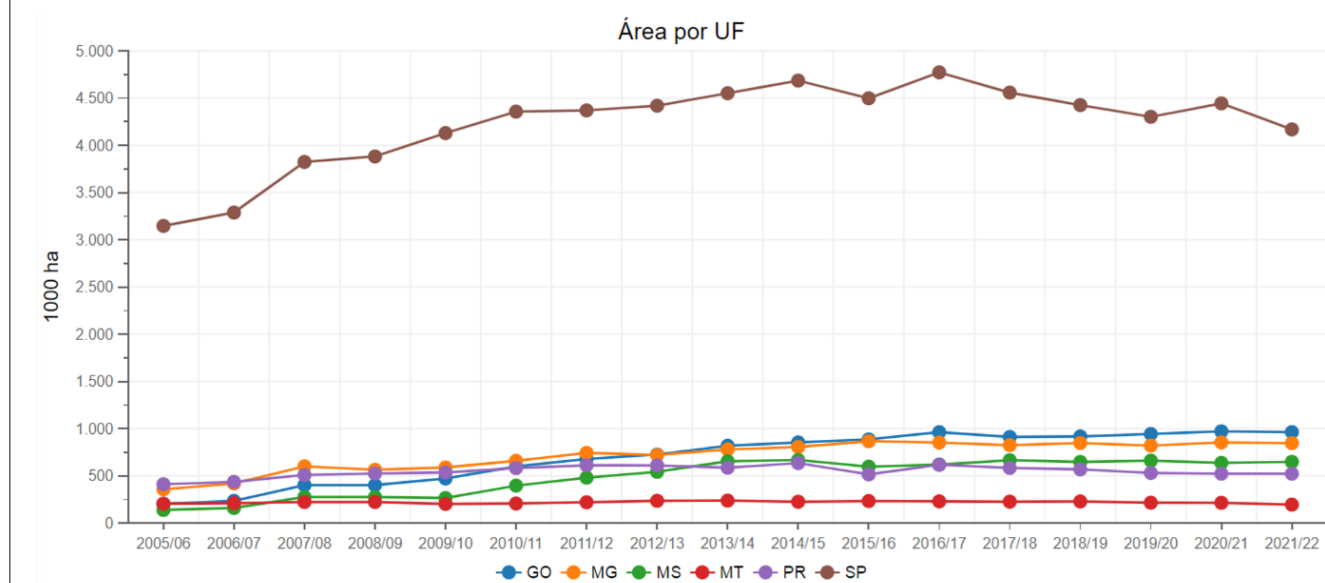
internacionalização do setor. O ano de 2015 apresenta uma queda, que se refere ao período de crise no setor nacional (BOECHAT, 2020).



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM-SIDRA) 2021. Elaboração da autora.

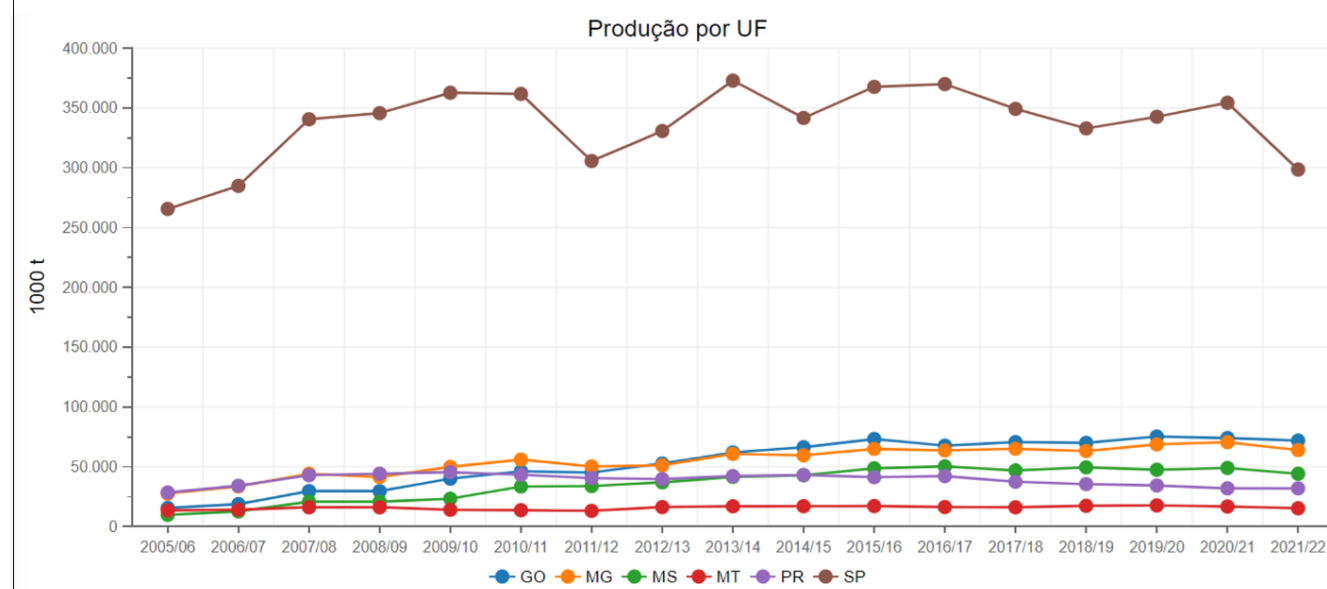
A expansão do setor sucroalcooleiro a partir do Proálcool provou também uma nova espacialização dos canaviais nacionais, historicamente a concentração da produção de cana-de-açúcar era localizada na região Nordeste do país, com os incentivos do programa, essa concentração migrou para estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, é neste contexto de mudança da concentração espacial dos canaviais que se insere a territorialização da cana em Mato Grosso do Sul, segundo Backes (2009) e Domingues (2015). De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, atualmente (safra 2021/22) os maiores produtores de cana-de-açúcar no país são os seguintes estados, respectivamente: São Paulo (SP), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e Mato Grosso (MT), conforme demonstram os Gráficos 2 e 3.

**Gráfico 2 - Área plantada de cana-de-açúcar (1000 hectares) nos principais estados produtores, período: safras 2005/06 a 2021/22.**



Fonte: (Extraído de) CONAB, 2022<sup>106</sup>.

**Gráfico 3 - Produção de cana-de-açúcar (1000 toneladas) nos principais estados produtores, período: safras 2005/06 a 2021/22.**



Fonte: (Extraído de) CONAB, 2022<sup>107</sup>.

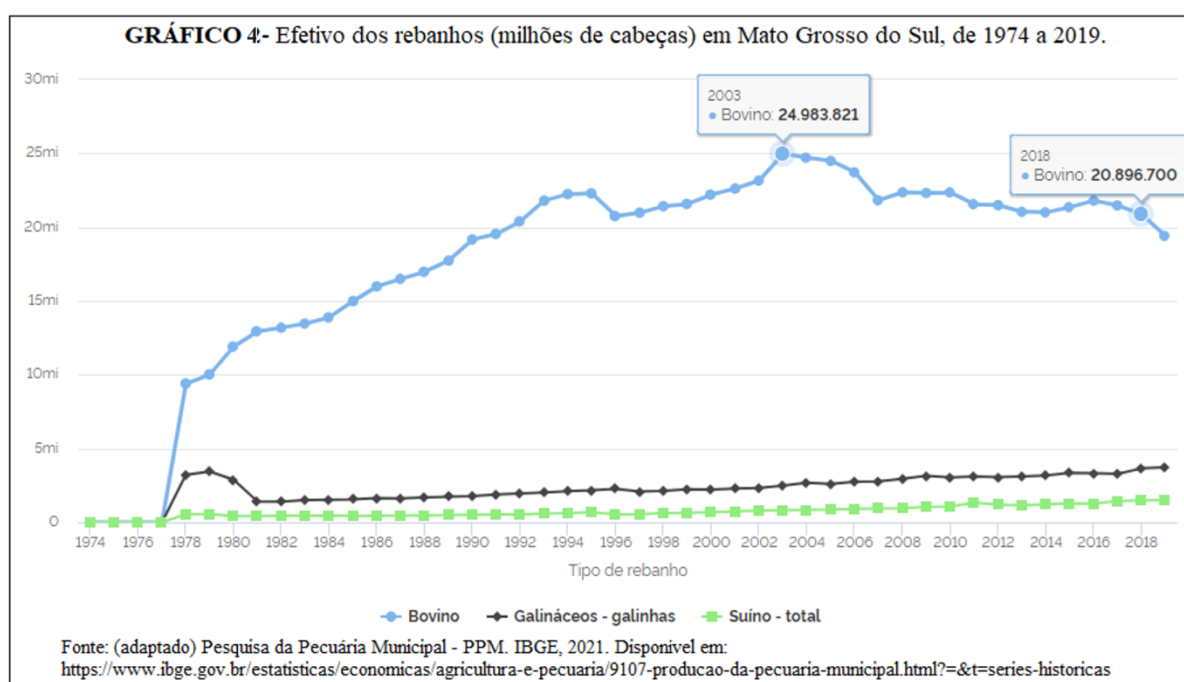
<sup>106</sup> Dados extraídos do site da CONAB, seção série histórica da produção de cana-de-açúcar, disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-cana-de-acucar.html> Acesso em: abril de 2022.

<sup>107</sup> Dados extraídos do site da CONAB, seção série histórica da produção de cana-de-açúcar, disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-cana-de-acucar.html> Acesso em: abril de 2022.



Verifica-se nas Gráficos 2 e 3 que desde a safra 2009/10 o estado de Mato Grosso do Sul teve um crescimento tanto na área dos canaviais, quanto na produção, se estabelecendo até a última safra 2021/22, na posição de 4º lugar em ambas as variáveis, entre os seis estados de maior produção nacional.

A respeito dessa expansão de canaviais em Mato Grosso do Sul, Domingues (2015; 2017) e Arruzzo e Cunha (2019), destacam que a cana-de-açúcar está se expandindo em terras agrícolas destinadas à pastagem. Essa informação pode ser verificada através da comparação do Gráfico 1 (p. 126) com o Gráfico 4, observa-se que a partir da metade da década de 2000 o rebanho de bovinos começa a declinar no estado, enquanto a expansão da cana-de-açúcar inicia um crescimento expressivo.



Os dados da série histórica da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, no Gráfico 4, demonstram o destaque na criação de bovinos entre os principais rebanhos em Mato Grosso do Sul, e, observa-se também, que desde o ano de 2003, quando o rebanho de bovinos atingiu seu ápice (totalizando perto de 25 milhões de cabeças), ocorre uma redução do mesmo, alcançando quase 21 milhões de cabeças em 2018 e permanecendo em queda no ano de 2019. Segundo dados do IBGE, publicados em reportagem do site G1, a queda do rebanho permanece.

O rebanho bovino de Mato Grosso do Sul em 2021 era de 18,6 milhões de cabeças. O número é 2,2% menor que o registrado em 2020, quando o estado tinha 19 milhões de animais, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), divulgada nesta quinta-feira (22), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo análise do IBGE, o quadro registrado em 2021 em Mato Grosso do Sul é uma continuidade de uma retração iniciada em 2017 e segue na “contramão da produção nacional que vem crescendo

desde 2019” e no ano passado atingiu o recorde da série histórica do país, chegando a 224,6 milhões de cabeças. A entidade ressalta, entretanto, que apesar da retração, Mato Grosso do Sul se mantém como quinto maior produtor brasileiro. Apenas Mato Grosso (32,4 milhões de cabeças), Goiás (24,2 milhões), Pará (23,9 milhões) e Minas Gerais (22,8 milhões), têm rebanhos maiores” (G1-MS, 2022, grifo meu).<sup>108</sup>

Como visto, o rebanho bovino em Mato Grosso do Sul permanece em queda até 2021, apesar desses dados não incluir a variação da área da pastagem para o rebanho bovino, a análise da variação do tamanho do rebanho pode contribuir para a observação de que os canaviais estão se expandindo sobre a área de pastagens.

Os dados até agora analisados, demonstram, portanto, que a expansão do setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul acompanha o movimento nacional, em especial ao deslocamento geográfico para a denominada região Centro-Sul do país. Outra importante informação sobre essa expansão é verificada em Aruzzo e Cunha (2019), as autoras mencionam uma vantagem do referido estado em relação aos demais, pois este se destaca em possuir aptidão de melhores solos para os canaviais. Segundo a pesquisa das autoras, no Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (ZAEcana), feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2016, com a finalidade de subsidiar políticas públicas para a produção sustentável de cana no Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul se destacou como o que apresentava a maior disponibilidade de áreas de alta aptidão para a expansão da cana em todo território nacional. “Do total de áreas consideradas de alta aptidão para expansão em todo Brasil, cerca de 48% estão no estado. Somando as áreas de aptidão alta, média e baixa, o estado fica atrás apenas de Minas Gerais em extensão de terras consideradas aptas ao cultivo, representando 21% do total” (ARUZZO; CUNHA, 2019, p. 114).

Todas essas informações colaboram para contextualizar a territorialização do grupo Adecoagro em Mato Grosso do Sul, foi uma das empresas multinacionais que investiu na produção sucroenergética no estado a partir dos anos 2000, exatamente quando ocorre uma internacionalização do setor nacional. A respeito desse período de internacionalização da agroindústria canavieira brasileira nos primeiros anos da década de 2000, Oliveira (2010; 2016), ressalta que ele é marcado essencialmente pelas empresas nacionais que abriram capital em bolsas de valores e pela entrada no setor de grupos estrangeiros, principalmente por via de aquisições de usinas tradicionais que estavam endividadas e por fusões e aquisições (F&A) entre grupos nacionais e estrangeiros.

---

<sup>108</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/09/22/rebanho-bovino-cai-22percent-mas-ms-se-mantem-como-quinto-maior-do-brasil-aponta-ibge.ghtml> Acesso em novembro de 2022.

Em estudo sobre os investimentos estrangeiros na agroindústria canavieira em Mato Grosso do Sul, Centenaro (2012) demonstra que das vinte e duas usinas em operação no estado no ano de 2012, onze tinham participação parcial ou total de capital estrangeiro, sendo ainda que duas usinas entraram em operação em 2013, e as duas são de grupos estrangeiros, das quais uma delas é a Usina Adecoagro Vale do Ivinhema. Dessa forma, naquele ano, mais de 50% das usinas em Mato Grosso do Sul eram controladas pelo capital estrangeiro, a referida pesquisa também destaca que o modo de estabelecimento do capital estrangeiro foi semelhante ao nacional, sendo a maioria via fusões e aquisições (F&A) e por via de projetos *greenfield*. Esse último tipo de forma de investimento é assim denominado na área das ciências econômicas e de administração em geral, quando ocorrem instalações de novos projetos, em vez de investir na aquisição de uma empresa já atuante no setor, o investidor coloca seus recursos na construção de novas usinas (PINTO, 2011), esse é exatamente o caso das usinas da Adecoagro em Mato Grosso do Sul, como será tratado adiante.

O Quadro 4 elenca a relação das usinas que estavam em operação no ano de 2014 em Mato Grosso do Sul, ele expressa a internacionalização do setor sucroalcooleiro e a tendência ao controle territorial exercido sobretudo, pelos grupos transnacionais, ou seja, expressa a financeirização dele. Do total das vinte e quatro unidades, oito eram controladas por apenas três grupos: Adecoagro, Biosev, Odebrecht. Estes grupos consideram essa concentração geográfica como uma estratégia, uma vantagem competitiva, denominada pela área das ciências econômicas como um arranjo em *clusters*<sup>109</sup>. Para Oliveira (2016), essa situação trata-se de um processo de *fusão territorial monopolística*, como será visto adiante.

---

<sup>109</sup> Porter (1999) entende que o *cluster* se forma quando empresas de uma mesma atividade, não apresentando necessariamente uma relação entre si, estão localizadas próximas geograficamente.

**Quadro 4** – Usinas da agroindústria canavieira no estado Mato Grosso do Sul, em 2014.

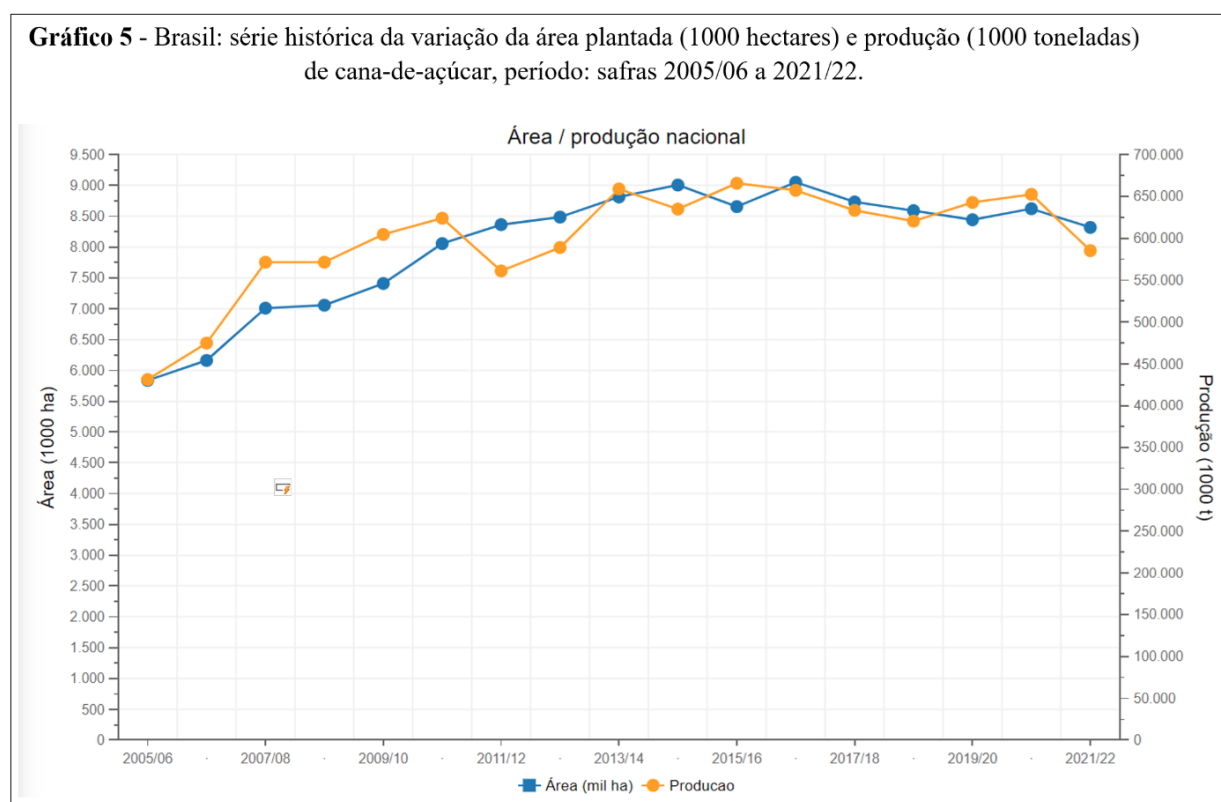
Nº DE UNIDADES	GRUPO	USINA	MUNICÍPIO	POSSUI CAPITAL ABERTO
1	Adecoagro	Vale do Ivinhema	Ivinhema	Sim
2	Adecoagro	Angélica Agroenergia	Angélica	Sim
3	Unialco	Alcoolvale S/A	Aparecida do Taboado	Sim
4	Biosev	Biosev Maracaju	Maracaju	Sim
5	Biosev	Biosev Passa Tempo	Rio Brilhante	Sim
6	Biosev	Biosev Rio Brilhante	Rio Brilhante	Sim
7	Bunge	Bunge Monteverde	Ponta Porã	Sim
8	CBAA	CBAA Brasilândia	Brasilândia	Sem informações
9	CBAA	CBAA Sidrolândia	Sidrolândia	Sem informações
10	Central Energética Vicentina	Energética Vicentina	Vicentina	Sem informações
11	DCOIL	DCOIL	Iguatemi	Sem informações
12	Santa Helena	Energética Santa Helena	Nova Andradina	Sem informações
13	Fátima do Sul Agroenergética	Fátima do Sul Agroenergética	Fátima do Sul	Sem informações
14	Iaco Agrícola S/A	Iaco Agrícola S/A	Chapadão do Sul	Sem informações
15	Odebrecht Agroindustrial	Unidade Costa Rica	Costa Rica	Sim
16	Odebrecht Agroindustrial	Unidade Eldorado	Rio Brilhante	Sim
17	Odebrecht Agroindustrial	Unidade Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul	Sim
18	Raízen	Raízen Caarapó	Caarapó	Sim
19	São Fernando Açúcar e Alcool	Usina São Fernando Açúcar e Alcool	Dourados	Sem informações
20	Tonon Bionergia	Tonon Bionergia Unidade Vista Alegre	Maracaju	Sim
21	Usina Aurora Açúcar e Etanol Ltda	Usina Aurora Açúcar e Etanol Ltda	Anaurilândia	Sem informações
22	Usina Laguna Alcool e Açúcar	Usina Laguna Alcool e Açúcar	Bataiporã	Sem informações
23	Usina Sonora	Usina Sonora	Sonora	Sem informações
24	Usinavi S/A	Usinavi S/A	Naviraí	Sem informações

Dados: Biosul, 2014; Centenaro, 2012; Nova Cana, 2014. Organização própria.

Fonte: GUIDA, 2019.

Atualmente a situação das empresas atuantes no setor sucroenergético de Mato Grosso do Sul está diferente do Quadro 4. Houve redução no número de usinas em virtude de falências e processos de recuperação judicial, como visto em Aruzzo e Cunha (2019). Contudo, a crise estadual foi reflexo da crise nacional que ocorreu neste setor. A esse respeito Boechat (2020) explica que a própria expansão do setor sucroenergético brasileiro no início do anos 2000 deve ser entendida como expressão da crise capitalista em geral, ou seja, a expansão entendida “como meio de caracterizar a mobilidade do capital para esse setor nas primeiras décadas do século

XXI como parte de uma bolha financeira que procurou nas *commodities* um meio para transformar dinheiro em mais dinheiro” (BOECHAT, 2020, p.18). Contudo, os efeitos da concentração e centralização do capital, motivados pela concorrência e acelerados pelo sistema de crédito, levou à crise deste setor. O Gráfico 5 demonstra a variação da produção nacional de cana-de-açúcar, entre as safras de 2005/06 e 2021/22.



Fonte: (Extraído de) CONAB, 2022<sup>110</sup>.

A análise da Gráfico 5 demonstra o movimento recente de expansão e crise do setor sucroenergético no país. Observa-se uma crescente expansão da área plantada e produção da cana entre as safras de 2005/06 até 2010/11. A partir da safra 2011/12, nota-se declínio da produção, que só volta a crescer a partir da safra 2013/14, pesquisas como Pitta (2016) e Boechat (2020), revelam as consequências dessa variação de crescimento e queda da produção nacional para o setor, de maneira geral, para os autores, essa variação é expressão da instabilidade geral da crise capitalista mundial, que se fez evidente em 2008 e, sobretudo, se expressa atualmente pela crise imanente de capitais financeiros, que possuem essa vulnerabilidade mais evidente da contradição do processo de acumulação-crise do capital.

<sup>110</sup> Dados extraídos do site da CONAB, seção série histórica da produção de cana-de-açúcar, disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-cana-de-acucar.html> Acesso em: abril de 2022.

Conseqüentemente, a crise nacional impactou a produção dos estados, e ao realizar uma breve atualização do Quadro 4 (página 131), percebe-se o reflexo da mesma no caso do estado sul-mato-grossense. No “Mapa da Bioenergia” de 2022, a Associação dos Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul (BioSul)<sup>111</sup> indica a existência de 18 indústrias de geração de bioenergia em operação no estado, sendo que uma delas produz etanol a partir do milho. Ou seja, em comparação aos dados de 2014 (Quadro 4), observa-se que nesse ínterim 7 usinas deixaram de operar. Praticamente todas as usinas controladas pelos grupos transnacionais permaneceram operando, no entanto, não significa que essas corporações ficaram ilesas à crise do setor, o mecanismo que mais ocorreu entre esses grupos foi o aprofundamento do monopólio através de fusões e aquisições.

A Raízen concluiu em 2022 as aquisições do grupo Biosev, que deixou de existir. Ao todo o grupo adquiriu 9 usinas, espalhadas em São Paulo, Minas Gerais e adquiriu 3 usinas da Biosev, que operam nos municípios de Maracaju-MS (1 unidade) e Rio Brilhante-MS (2 unidades).

São Paulo, abril de 2022 – A Raízen, líder global em biocombustíveis e maior produtora de açúcar e etanol do Brasil, concluiu neste mês o processo de integração da Biosev. Com o acordo de compra, que ocorreu em agosto de 2021, [...]. O grande desafio para a companhia foi incorporar, em menos de nove meses, cerca de 10 mil funcionários que atuavam na operação das nove usinas da Biosev, sendo cinco no Estado de São Paulo, três no Mato Grosso do Sul e uma em Minas Gerais.

Juntas, as novas unidades possuem cogeração de energia e capacidade de exportação de 1.316 GWh de energia elétrica. Com a chegada delas, a Raízen passou a contar com 35 parques de bioenergia, que totalizam uma capacidade total instalada de até 105 milhões de toneladas de cana em cerca de 1.3 milhão de hectares de área cultivada. [...] A partir de agora, a marca Biosev deixa de existir e todas as unidades passam a exibir identidade visual Raízen (RAÍZEN, 2022<sup>112</sup>).

Em 2017 a Odebrecht Agroindustrial, braço sucroenergético do conglomerado empresarial brasileiro passou a se chamar Atvos “um dos maiores grupos de cana-de-açúcar do Brasil, com capacidade instalada para processar 36 milhões de toneladas por safra, a agora denominada Atvos surgiu há 10 anos e possui usinas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo” de acordo com a reportagem da Reuters (2017). Nela, a justificativa

<sup>111</sup> Ver mais em “Mapa da Bioenergia” no site da BioSul, disponível em: <<https://biosulms.com.br/setor/mapa-da-bioenergia-de-ms/>> Acesso em maio de 2022.

<sup>112</sup> Reportagem: “Raízen finaliza integração com a Biosev, incorpora 10 mil funcionários e nove unidades em menos de um ano” disponível em: <<https://www.raizen.com.br/sala-de-imprensa/raizen-finaliza-integracao-com-a-biosev-incorpora-10-mil-funcionarios-e-nove-unidades-em-menos-de-um-ano>> Acesso em maio de 2022.

de mudança de nome seria devido a “um período de dificuldades para a empresa, que no ano passado [2016] chegou a ser sondada pela Glencore, interessada em algumas de suas usinas”.<sup>113</sup> A empresa possui três polos industriais, considerando usinas e escritórios e eles se dividem em quatro estados São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Mato do Sul, em que o grupo permaneceu com as três usinas em Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul e Costa Rita (ATVOS, 2022).<sup>114</sup>

A Usinavi, em Naviraí, por sua vez, chegou a paralisar a operação, teve suas terras leiloadas e após isso, no processo de recuperação judicial foi adquirida por um acionista e voltou a operar com o novo nome: Rio Amambai Agroenergia – RAA.

A RAA é uma empresa nova, constituída em 2016, quando adquiriu a planta industrial e alguns canaviais no leilão judicial da antiga USINAVI.

É, portanto, uma empresa nova, sem nenhuma ligação com os antigos proprietários. Desde a aquisição reformou a planta industrial e renovou e expandiu o canavial visando retomar a sua capacidade plena.

Na década de 1980, um grupo de pioneiros de Naviraí se juntou e fundou uma cooperativa denominada COOPERNAVI.

Eles construíram uma destilaria de etanol que posteriormente foi ampliada para a produção de açúcar.

A Usina funcionou muito bem durante mais de 20 anos.

Em 2006 a COOPERNAVI foi vendida para o Grupo Infinity. A Infinity posteriormente se associou ao grupo Bertin.

Em 2014 a empresa passava por dificuldades financeiras e a usina, que então se chamava USINAVI foi paralisada.

Em 2016 a Usina foi levada a leilão judicial. A AMERRA é uma gestora de fundos de investimentos sediada em NY, que já era credora da USINAVI e conhecia o potencial da Usina e da região. Ela se associou a outros investidores, e arrematou a planta industrial e o canavial. A nova empresa foi denominada RIO AMAMBAI AGROENERGIA - RAA.

Em 2017 a AMERRA torna-se a única acionista da RAA.

A planta industrial foi reformada e modernizada, os canaviais renovados e tratados adequadamente. Novas áreas foram incorporadas à produção de cana e muitos novos empregos foram gerados.

Em 2018, na primeira safra da RAA, foram processadas 700 mil ton de cana.

Em 2019 a RAA processou 1,700 mil ton de cana, um crescimento de 142%.

Em 2020 foram processadas 2,300 mil ton de cana, mais um crescimento notável, de 35%. Esperamos atingir a plena capacidade da planta industrial, de 3,300 mil ton de cana até 2023 (RAA, 2022)<sup>115</sup>.

Um dos casos mais explícitos de falências e que envolveu processos trabalhistas são as duas usinas pertencentes ao Grupo José Pessoa (de São José do Rio Preto -SP) que formavam

<sup>113</sup> Reportagem: “Odebrecht Agroindustrial muda nome para Atvos e fala em novos investimentos”, por Reuters, publicada na página do G1, em 12/12/2017, disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/odebrecht-agroindustrial-muda-nome-para-atvos-e-fala-em-novos-investimentos.ghtml>> Acesso em março de 2022.

<sup>114</sup> Documento: Relatório Anual safra 2020/2021, disponível em: [https://atvos.com/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-Anual-Atvos-2021-2022\\_PT.pdf](https://atvos.com/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-Anual-Atvos-2021-2022_PT.pdf) Acesso em março de 2022.

<sup>115</sup> Seção “Nossa História” no site da empresa RAA, disponível em: <https://www.rioammbaiagroenergia.com.br/raa> Acesso em março de 2022.

as usinas CBAA-Sidrolândia e CBAA-Brasilândia. Em uma breve linha do tempo do grupo, tem-se que as primeiras denúncias de exploração do trabalho, com a presença de trabalho análogo à escravidão surgiram na década de 1990 feitas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também são recolhidos dados sobre a quantidade de indígenas trabalhando nas destilarias. Ao longo desta década surgem os principais conflitos trabalhistas na Usina Santa Olinda (Sidrolândia) e na Destilaria DEBRASA (Brasilândia). Foi em 2007 que ocorreu o primeiro flagrante de trabalho análogo à escravidão em Brasilândia, quando são libertados 1.011 trabalhadores em operação fiscal do Grupo Móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De 2007 a 2010 outras operações ocorreram com a libertação de mais de 500 trabalhadores, em 2010 a situação se acirra depois que ocorre o suicídio do jovem indígena Júlio Gonçalves Rocha, da Terra Indígena Passo Piraju, devido às precárias condições de trabalho na Usina Santa Olinda. A partir de 2011 o grupo passou a ser condenado em diferentes ações do Ministério Público do Trabalho estadual ao pagamento das dívidas trabalhistas e danos morais coletivos. O pagamento não ocorreu e de 2013 a 2015, foram realizadas inúmeras intervenções por parte dos trabalhadores que reivindicavam seus direitos, manifestações, acampamentos<sup>116</sup>. Até 2017 as usinas estavam desativadas e o grupo ainda não tinha resolvido a situação com os trabalhadores

Por conta da incapacidade de acompanhar o potencial de produção ao qual se encontram as modernas usinas brasileiras, o presidente do Grupo CBAA, o empresário José Pessoa de Queiroz Bisneto não pretende reativar as 4 unidades pertencentes ao grupo que atualmente encontram-se hibernadas. São elas: Usina Sidrolândia (MS), Usina Brasilândia (MS), Usina Icem (SP) e Usina Sergipe (SE).

De acordo com Pessoa, a ruptura tecnológica que elevou a capacidade de produção das usinas fez com que o grupo com moagem inferior a 5 milhões de toneladas de cana, migrasse por completo suas ações e capital para o setor agrícola.

O grupo atualmente possui uma área de 12 mil hectares plantados de eucalipto ofertados ao mercado de papel e celulose. Há também 10 mil hectares plantados de soja e mais 10 mil hectares de cana-de-açúcar, parte na região Nordeste e outra parte no Centro-Sul. “Essa mudança estratégia nos permitiu retomar a receita e cumprir com os compromissos de recuperação judicial. Em abril publicaremos um edital convocando credores que ainda não receberam. Ao liquidarmos nossos compromissos pretendemos manter a área agrícola como core business”, revela Pessoa (JORNAL CANA, 2017).<sup>117</sup>

<sup>116</sup><https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ms-usina-santa-olinda-tem-dividas-milionarias-por-escravizar-indigenas-e-trabalhadores-rurais-reivindicam-seu-territorio-alem-de-indenizacoes-por-reintegracao-de-posse-truculenta-e-indevida/>

<sup>117</sup> Reportagem: “Com 4 usinas hibernadas, Grupo CBAA investe em fornecimento de cana-de-açúcar” publicado pela Redação do Jornal Cana em 17 de abril de 2017. Disponível em: <https://jornalcana.com.br/com-4-usinas-hibernadas-grupo-cbaa-investe-em-fornecimento-de-cana-de-acucar/> Acesso em março de 2022.



Observa-se, portanto, com as análises feitas até aqui, o contexto e o desenrolar da geografia da crise do setor sucroenergético (BOECHAT, 2020) no caso de Mato Grosso do Sul. Diante do exposto, considera-se importante relembrar a teoria da crise de superacumulação de David Harvey explicitada no capítulo 1 desta pesquisa. Se, por um lado, o *boom das commodities* é resultado, ao menos em parte, da convergência de diferentes crises do início dos anos 2000 (crise financeira, ambiental, energética de alimentos); tendo no caso brasileiro destaque para o agronegócio sucroenergético; por outro lado, a centralização e concentração de capitais neste setor impulsiona nova crise (PITTA, 2016; BOECHAT, 2020). Ou seja, se a financeirização do setor sucroenergético nacional foi no início dos anos 2000 o ajuste espacial (HARVEY, 2006) de capitais financeiros em crise, na década de 2010 a concentração e centralização inflou os preços das mercadorias - variável de uma crise típica de superacumulação -, e gerou nova crise, corroborando com as observações de Harvey (2013a) de que os ajustes são sempre ajustes espaço-temporais (ordenações espaço-temporais).

A partir desta breve contextualização do setor sucroenergético nacional, será visto a seguir o caso da territorialização das usinas do Grupo Adecoagro, nos municípios de Angélica-MS e Ivinhema-MS, como parte desse fenômeno de internacionalização do setor brasileiro.

### 3.2. ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA: FUSÃO TERRITORIAL MONOPOLÍSTICA

De acordo com a literatura das ciências econômicas, quando as empresas de capital aberto que não possuem tradição no setor sucroenergético vão para este setor, suas formas são, geralmente, por via de aquisição seguida de *greenfield* porque permite amenizar as desvantagens por não terem o conhecimento da produção sucroenergética (PINTO, 2011). Este foi exatamente o caso da empresa Adecoagro, que entrou no setor por meio da aquisição total da Usina Monte Alegre em Monte Belo, Minas Gerais em 2005, trata-se de uma usina tradicional que operava desde 1953 e pertencia à família Viera (Fagundes; Vale 2014; Silva 2021). Após essa aquisição o antigo sócio proprietário da Usina Monte Alegre, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, foi nomeado como diretor do setor de álcool, açúcar e energia da Adecoagro, cargo que ocupou até o ano de 2010 quando foi substituído por Renato Junqueira Santos Pereira, aqui cabe mencionar que Renato era o CFO do Grupo Moema (que tinham seis usinas canavieiras) sendo inclusive o responsável por preparar o lançamento de ações na Bolsa de Valores e a sequente venda do Grupo Moema à Bunge em 2009. Essas relações entre os antigos sócios e diretores das usinas familiares que foram vendidas para grupos internacionais não ocorreram “ao acaso”, é exatamente esta relação que Oliveira (2010) se refere como a

aliança entre a classe da burguesia agrária nacional com a burguesia mundial, que favoreceu e facilitou a ação monopolista dessas empresas sobre o território brasileiro, em especial no setor sucroenergético.

Interessante observar que a territorialização do grupo Adecoagro no Brasil ocorre justamente no período de crise do setor sucroenergético, quando muitas empresas nacionais são compradas por grupos transnacionais, aquisições impulsionadas sobretudo, pelo endividamento dos grupos nacionais, como visto em Oliveira (2010; 2016), Pitta (2016) e Boechat (2020). A aquisição da Usina Monte Alegre (UMA), localizada no município de Monte Belo, em Minas Gerais, é tratada pela empresa como uma plataforma de expansão.

Em 2005, adquirimos nossa primeira usina de açúcar e etanol, a Usina Monte Alegre S.A. (UMA), com capacidade de moagem de 0,9 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por ano na época. A UMA tornou-se nossa plataforma de expansão no setor sucroalcooleiro brasileiro (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p. 57, tradução minha).

Em consulta à matrícula da propriedade da UMA, obtida no Cartório de Registro de Imóveis de Monte Belo-MG, é possível observar o movimento de endividamento seguido da consequente compra da usina, a sequência das averbações realizadas na matrícula do imóvel, indicam uma série de Aditivos de Rerratificação da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária, ou seja, renegociação da dívida feita através de crédito rural.

A Figura 8 é a digitalização da Folha 01 (frente) do registro do imóvel, nela é feita a descrição da propriedade rural, destaca-se a área do imóvel, de aproximadamente 86 hectares (oitenta e seis hectares, quarenta e seis ares e oitenta e quatro centiares). Nas averbações presentes no referido documento, nenhuma se refere à venda ou aquisição de áreas adjacentes, portanto, nesta matrícula, a quantidade de terras registradas como propriedade da Adecoagro, corresponde à área da sede da Usina Monte Alegre. Essa informação coincide com os Relatórios Anuais publicados pela empresa, não há registro de outras propriedades além da sede da agroindústria.

Figura 8 – Digitalização: Folha 01 (frente). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).

LIVRO Nº 2 — REGISTRO GERAL      REGISTRO DE IMÓVEIS - MONTE BELO - MG

matrícula      folha

1.101      01

Bel. Ricardo Antonio Alves Ferreira  
Oficial

Monte Belo, 29 de SETEMBRO de 19 95.

**IMÓVEL:** Uma sorte de terras com a área de "86.46,84 Ha" (Oitenta e seis hectares, quarenta e seis ares e oitenta e quatro centiares), onde se localiza a sede da **USINA MONTE ALEGRE LTDA**, neste município, dentro do círculo delimitativo seguinte: Começa no canto do muro com uma carreira de jabuticabeira e desce por uma cerca de arame em direção ao antigo lavadouro de café, segue / por este até um ponto por onde volta a esquerda por casa, daí a direita por casa e grade de ferro, até o canto do muro na cabeceira do terreiro de café, daí a esquerda por muro, até o canto do picadeiro, daí à direita por muro de pedra até o canto do curral do engenho da serra, daí à esquerda por uma porteira, pelos fundos do almoarifado velho e depois por muro até atravessar a antiga estrada de altomóvel onde cruza com o canal de tijolos, que conduz água de "Anhumas", para a Usina, por este canal acima até o reservatório anhumas pelo aterro deste reservatório, até o canal de tijolos que o abastece, à esquerda pela / margem desse reservatório até alcançar a reta da entrada da Usina ao correio no fundo do bosque das palmeiras imperiais; à esquerda, pela referida entrada até o corredor que divide a serra da BOA VISTA, com o pastinho onde se encontra o "posto meteorológico, sobe pelo corredor por cerca de arame até o curral que se encontra junto ao bosque das casuarinas, daí a esquerda por cerca de arame, até encontrar a cerca à margem do córrego da / várzea onde se encontra o marco, daí a direita, por cerca de arame, em direção ao canto da cerca na extremidade superior do / campo de viação por esta cerca até encontrar a estrada que vai / a fazenda MONTE ALEGRE para a "Serra dos Lemes", onde se encontra outro marco pela referida entrada até alcançar o final do a terro do rego d'água que passa a marca-lá, seguindo por este canal passando por traz da pensão até o ponto do canto do mato, seguindo pela orla deste outro ponto, onde o canal faz uma curva / em direção a Usina daí a direita em linha reta até alcançar o canto superior do antigo campo de futebol e canavial, segue margeando o referido campo e canavial em reta até encontrar a / encontrar a entrada que vai para a fazenda Vista Alegre à esquerda pela referida estrada até um mata-burro de ferro à direita por / cerca de arame até um ponto situado aproximadamente a 11 metros além do canto da cerca do transformador, daí a esquerda até en-

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis, Monte Belo – MG. Livro N. 2, Registro Geral.

A próxima página digitalizada (Figura 9), refere-se à Folha 6 (frente) do registro do imóvel da Usina Monte Alegre (UMA), destacam-se partes das averbações (representada pela sigla AV) de números 018 e 019, ambas correspondem à Aditivos de Rerratificação da Cédula Rural Pignoratória e Hipotecária. Observa-se, portanto, a situação do endividamento da empresa, que corrobora a análise da Adecoagro se territorializar no setor sucroenergético no

período identificado por Pitta (2016) e Boechat (2020) como crise do setor. Na sequência das averbações da negociação da dívida, a Usina Monte Alegre altera seu Contrato Social (Figura 10).

**Figura 9** – Digitalização: Folha 06 (frente). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre):

LIVRO Nº 2 – REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS - MONTE BELO - MG

Bel. Ricardo Antonio Alves Ferreira  
Oficial

matrícula: 1.101      folha: 06

Monte Belo, 30 de MARÇO de 2000.

qualificada. CREDOR: BANCO BRADESCO S/A, já qualificado. A cédula ora aditada, teve seu vencimento alterado por diversas vezes através de aditivos, sendo que o vencimento atual está fixado para 07/08/2000. Do saldo devedor de 01/03/2000, ou seja, R\$ 2.797.090,24, a quantia de R\$ 2.256.144,28, foi renegociada com base na Resolução 2.471 de 26/02/98 do Banco Central do Brasil, e por instrumento particular firmado entre as partes, datado de 01/03/2000, restando o saldo de R\$ 540.945,96, equivalente nesta data a US\$ 305.878,49, que deverá ser pago parceladamente de acordo com o presente aditivo, aos valores mencionados no aditivo serão acrescidos juros de 18,00% ao ano, calculados a partir de 01/03/2000, os quais serão exigidos nos respectivos, digo, respectivos vencimentos juntamente com o principal. Ratificam as partes neste ato, todas as demais cláusulas e condições da cédula ora aditada, não alteradas por este instrumento. Todas as demais cláusulas e condições deste aditivo, ficam fazendo parte integrante deste registro, digo, desta averbação, o qual uma via ficou arquivada em Cartório para os devidos fins de Direito.

Monte Belo, 30 de março de 2000.

*Ricardo Antonio Alves Ferreira* Oficial.

AV.019.MATR.1.101: Foi apresentado nesta data para averbação, um Aditivo de Re-Ratificação à CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA Nº 97/0001-3. EMITIDA: 25/02/2002. DEVEDOR: Usina Monte Alegre Ltda, já qualificada. CREDOR: Banco Bradesco S/A, já qualificado, resolvem EMITENTE e CREDOR, aditar a referida Cédula de Crédito Rural, nos termos do artigo 12 do Decreto Lei 167/67. para o fim de alterar as condições de atualização monetária e juros, e ficar constando que à vista do disposto na Medida Provisória nº: 9, de 31/10/2001, regulamentada pela resolução nº: 2.909, expedida pelo Banco Central do Brasil, em 26/12/2001, a EMITENTE fará jus, a partir de 01/11/2001, a redução nos encargos financeiros, desde que sejam devidamente cumpridas as avenças pactuadas na Cédula acima mencionada (bônus de adimplência), nos seguintes termos: 1) Para cada parcela de juros liquidada integralmente até o respectivo vencimento, a EMITENTE fará jus a determinados percentuais de rebates, a título de bônus de adimplência, os quais foram instituídos pela Resolução nº: 2.919, de 26/12/2001, da seguinte forma: A) ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA: O saldo devedor será atualizado pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro título, taxa ou índice que legalmente venha a substituí-lo, no período anual imediatamente anterior ao mês de aplicação, limitado a 9,5% a.a. (nove inteiros e cinco décimos por cento ao ano), e será acrescida dos juros a seguir descritos: PARÁGRAFO ÚNICO: O limite de 9,5% a .a, estabelece a variação do IGP-M, no item "A" retro, tem como exclusiva finalidade possibilitar o cálculo dos encargos financeiros, descritos no item "B", a seguir, não se aplicando, por consequência, à atualização do principal da dívida negociada. B) JUROS: Sobre o valor da dívida, atualizando na forma do "caput" desta cláusula, incidirão juros apurados e capitalizados mensalmente, conforme segue: a) sobre o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis, Monte Belo – MG. Livro N. 2, Registro Geral.

Figura 10 – Digitalização: Folha 06 (verso). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).

matrícula	folha
1.101	06
	verso

reais, juros à taxa efetiva anual de 3% (três Por cento ao ano); b) sobre o valor da parcela superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), juros à taxa efetiva anual de 4% (quatro por cento ao ano); c) sobre o valor da parcela superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), juros à taxa efetiva anual de 5% (cinco por cento ao ano). PARÁGRAFO ÚNICO: Sendo a dívida de valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), os encargos financeiros serão calculados pela média ponderada, observados os intervalos fixados nas alíneas a, b, e c, retro. 2) A EMITENTE somente poderá se utilizar e terá bônus acima previsto, desde que esteja em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações perante o credor, em decorrência da cédula ora aditada. 3) Ratificam as partes, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da Cédula ora aditada, não alteradas por este instrumento, especialmente no tocante às garantias inicialmente constituídas, as quais permanecerão vinculadas até o cumprimento final e integral de todas as obrigações por elas amparadas. 5) Os avalistas comparecem no presente aditivo, declarando-se cientes e concordes com seus termos. 6) A EMITENTE e os avalistas, por si e sucessores, de forma irrevogável e irretroatável, declaram que o presente aditamento não induz novação de débito. Todas as demais cláusulas e condições deste aditivo, ficam fazendo parte integrante desta averbação a qual uma via fica arquivada em Cartório para os devidos fins de Direito.

Monte Belo, 11 de Março de 2002

\_\_\_\_\_  
OFICIAL.

AV.020.MATR.1101: Fica baixado o registro nº: 14 por autorização do Banco Credor, datado de 23/08/2004. (Documentação arquivada em Cartório para os devidos fins de Direito).

Monte Belo, 12 de Setembro de 2004

\_\_\_\_\_  
OFICIAL.

AV.021.MATR.1101: Por força do Requerimento dirigido ao Oficial deste CRI, pelos Diretores MARCELO WEYLAND BARBOSA VIEIRA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG M-6.219.870 SSP/MG e CPF: 192.308.506-91, residente e domiciliado na Fazenda Monte Alegre, neste município e GUSTAVO ABEL DE LEMOS VIEIRA, brasileiro, divorciado, advogado e agropecuarista, RG 2.964.836 IFF/RJ e CPF: 271.538.196-49, residente e domiciliado na Fazenda Santa Helena, município de Areado-MG, a USINA MONTE ALEGRE LTDA, retro qualificada, de agora em diante por deliberação dos Sócios, constante da 20ª (vigésima) alteração do Contrato Social, datado de 09/01/2004, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob nº: 63.309, em 20/10/53, tendo sido objeto de sucessivas alterações, sendo a 19ª e última delas, datada de 15/07/99, arquivada na referida Junta Comercial sob nº: 1799.350, em 17/08/99, tendo em vista a expansão e modernização dos negócios e relações societárias da USINA MONTE ALEGRE LTDA, desde sua constituição, bem como as recentes alterações introduzidas pelo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 11/01/2002, a empresa acima passou a denominar-se USINA MONTE ALEGRE S/A, permanecendo o mesmo nº do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica, ou seja nº: 22.587.687/0001-46. (Contrato Social e CNPJ, arquivados em Cartórios para os devidos fins de direito).

Monte Belo, 12 de Setembro de 2004

\_\_\_\_\_  
OFICIAL.

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis, Monte Belo – MG. Livro N. 2, Registro Geral.

A Figura 10 (Folha 06, verso) apresenta a continuação da averbação 019 e inclui averbação (AV) 021, que se refere à alteração do Contrato Social da Usina Monte Alegre, a empresa altera seu registro de empresa de Sociedade Limitada (LTDA) para empresa de Sociedade Anônima. Basicamente, a diferença jurídica entre esses tipos de contratos está na divisão do capital social da empresa, na Sociedade Limitada (LTDA) o Capital Social é dividido entre seus sócios por quotas, previamente estabelecidas no Contrato Social, enquanto na

Sociedade Anônima (SA), o Capital Social é dividido por ações<sup>118</sup>, ou seja, para lançar ações no mercado bursátil uma empresa precisa ser uma SA.

**Figura 11** – Digitalização: Folha 07 (verso). Registro do Imóvel (Usina Monte Alegre).

33°35'37" NE e percorre 30.97 m por muro que faz divisa com terrenos de Usina Monte Alegre S/A., até o marco 19, segue com o rumo de 64°14'02" NW e percorre 29.96 m, até o marco 20, segue com o rumo de 25°45'58" NE e percorre 33.00 m, até o marco 21, segue com o rumo de 64°06'49" NW e percorre 13.07 m, até o marco 22, segue com o rumo de 24° 11 '35" NE e percorre 51.86 m, até o marco 23, segue com o rumo de 9°59'32" NW e percorre 105.62 m, até o marco O=PP, onde teve início esta descrição" (doravante "Faixa de Servidão"): Condições: 1) concede aos Outorgados, gratuitamente, o direito irrevogável e irretratável de servidão perpétua de passagem na referida Faixa de Servidão, servidão esta que é outorgada sem prejuízo de outras passagens e acessos existentes, e se acha devidamente demarcada na planta assinada neste ato pelos contratantes, a qual fica fazendo parte integrante e complementar desta escritura; 2) Que a Outorgante fica obrigada, no caso de venda do imóvel de matrícula 1.101, a dar conhecimento ao adquirente da existência da presente servidão, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos que a omissão no cumprimento desta venha a causar aos Outorgados; 3) Que, a Outorgante se obriga ainda a não realizar na Faixa de Servidão qualquer tipo de obra ou planta industrial sem o consentimento prévio e por escrito dos Outorgados, sendo certo que os Outorgados terão o direito de remover, podar ou erradicar qualquer obstáculo que, dentro da Faixa de Servidão, interrompa ou impeça a livre passagem. 4) Pela Outorgante e Outorgados, me foi dito que estão de pleno e inteiro acordo com a presente escritura e seus efeitos, tal como nela se contém e declara, em tudo perfeita e valiosa para todos os efeitos de direito; bem como conhecem dos ônus constantes das referidas matrículas. Dá se a presente o valor de R\$1.000,00.

Monte Belo, 19 de Abril de 2006

*Carula Busti Vieira Santos*

OFICIAL

AV-R.023.MATR.1101: Por força do requerimento dirigido ao Oficial deste CRI, datado de 09/03/2007, pelo Sr. Jorge Celestino Vieira, gerente e procurador da Usina Monte Alegre S/A, o qual juntou com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Usina Monte Alegre S/A, realizada aos 26/02/2006, que dentre outras deliberações, transferiu o controle acionário para ADECO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 07.835.579/0001-51 e INTERNACIONAL FARMLAND HOLDINGS LLC, CNPJ: 07.843.983/0001-77, sendo que o capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 2.520.000,00 (dois milhões, quinhentos e vinte mil reais), dividida em 1.680.000 (um milhão, seiscentos e oitenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as demais cláusulas e condições desta Ata, ficam fazendo parte integrante deste registro, o qual uma via fica arquivada em cartório para os devidos fins de direito.

Monte Belo, 15 de Março de 2007

*Carula Busti Vieira Santos*

OFICIAL

AV.024.MATR.1101: Certifico e dou fé que por um erro de digitação, onde consta no Av.R.023, acima descrito a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Usina Monte Alegre S/A, realizada aos 26/02/2006, o correto é R.023, realizada em 16/02/2006.

Monte Belo, 22 de Março de 2007

*Carula Busti Vieira Santos*

OFICIAL

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis, Monte Belo – MG. Livro N. 2, Registro Geral.

O que se pretende a partir da análise do registro do imóvel da Usina Monte Alegre é destacar o contexto de territorialização da Adecoagro no Brasil. É elucidativo para compreensão da referida crise do setor sucroenergético nacional, embora não sejam explorados os cálculos

<sup>118</sup> Ver a respeito no site JusBrasil, disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/as-principais-diferencas-entre-ltda-e-sa/142156865> Acesso em dezembro de 2022.

contábeis para afirmar que a empresa estava efetivamente endividada, faz-se uma ilustração devido ao contexto geral do setor no mesmo período. Sendo este o endividamento de inúmeros grupos nacionais, relacionado à tomada de crédito para produção futura devido ao aumento do preço do açúcar nos mercados internacionais, como detalha a tese defendida por Pitta (2016). Esses dados mostram, portanto, mais um exemplo das inúmeras transações que levaram ao que foi determinado como internacionalização da produção sucroalcooleira e energética, ou, nos termos discutidos em Boechat (2020), uma geografia da crise do capital no agronegócio sucroenergético.

Em Oliveira (2010), o autor alertava sobre a necessidade da compreensão do fenômeno da “corrida mundial por terras” estar associada, sobremaneira, à crise do capital com consequências para subida dos preços do alimentos (*boom das commodities*) e no Brasil o setor sucroenergético ser um “carro-chefe” da referida estrangeirização de terras (FERNANDES, 2010). No caso específico da agroindústria canavieira, a quantidade de terras que foi efetivamente transacionada nos contratos de fusões e aquisições dos grupos nacionais pelos grupos transnacionais, nem sempre equivalia a grandes propriedades rurais, explica Oliveira (2010; 2016), é o caso mencionado da Adecoagro em Minas Gerais – adquiriu as terras correspondente a área da usina, 86 hectares. A partir destas observações que o autor propõe analisar a territorialização recente do capital no agronegócio sucroenergético a partir do que denominou “fusão territorial monopolística”, o controle da produção do campo neste setor, não implica, necessariamente, em aquisições de propriedades rurais, pois tradicionalmente a cana é obtida pelas usinas através de contratos de fornecedores e arrendamentos de terra (a forma específica da territorialização do monopólio neste setor (THOMAZ JR., 2002).

Nesta perspectiva teórica que se procura compreender a territorialização da Adecoagro, principalmente a sua expansão no setor sucroenergético para Mato Grosso do Sul, a partir da construção de duas usinas. A seguir, serão apresentados os termos *cluster* e *greenfield* recorrentemente usado pelas empresas ao se referir à expansão territorial, apenas para elucidação, entretanto, reforçar-se que correspondem ao controle territorial exercido por grupos monopolistas, como problematiza Oliveira (2016).

No ano de 2006 a Adecoagro iniciou sua expansão para o Mato Grosso do Sul através da implantação do seu primeiro projeto *greenfield*, com a construção da Usina Angélica Agroenergia (primeiro nome), iniciaram o projeto com a plantação de cana-de-açúcar e a construção da usina começou em 2007 e foi feita em duas fases, sendo que a primeira foi concluída em 2008, ano em que a indústria entrou em operação, e a segunda fase foi concluída em 2010, quando passou a operar com a capacidade total de moagem de 4 milhões de toneladas

por safra e comportar a armazenagem de 120.000 metros cúbicos de etanol e 90.000 toneladas de açúcar, produzindo açúcar, etanol (anidro e hidratado) e cogeração de energia (RELATÓRIO ANUAL, 2021).

A usina de Ivinhema está localizada a uma distância de 45km da usina de Angélica, também foi construída por via de projeto *greenfield* em duas fases, sendo que a primeira iniciou em 2012 e foi concluída em 2013 quando a usina entrou em operação, neste momento as duas usinas passaram a se chamar Adecoagro Vale do Ivinhema, já que se trata de uma mesma empresa organizada em *cluster*, segundo a literatura das ciências econômicas (será melhor explicado adiante). A segunda fase foi concluída em 2015 quando passou a operar com capacidade total de moagem de 5 milhões de toneladas de cana e capacidade de armazenagem de 40.000 metros cúbicos de etanol e 120.000 toneladas de açúcar, assim como a unidade de Angélica, em Ivinhema também é produzido açúcar, etanol (anidro e hidratado) e cogeração de energia (RELATÓRIO ANUAL, 2021).

Atualmente a produção no setor sucroenergético no Brasil é a seguinte:

Cultivamos e colhemos cana-de-açúcar que é processada em nossas próprias usinas para produzir açúcar, etanol e energia. Em 31 de dezembro de 2020, nossa plantação de cana-de-açúcar total consistia em 176.651 hectares nos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, Brasil, dos quais 13.291 hectares de cana-de-açúcar foram plantados em terras próprias e 163.360 hectares foram plantados em terras arrendadas de terceiros sob contratos de longo prazo. Atualmente possuímos e operamos três usinas de açúcar e etanol, [Usina Monte Alegre] UMA, Angélica e Ivinhema, com uma capacidade total de moagem de 14,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano em 31 de dezembro de 2020.

[Usina Monte Alegre] UMA é uma pequena, mas eficiente usina localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 1,2 milhões de toneladas por ano, plena capacidade de cogeração e marca associada de açúcar com forte presença no varejo regional (Açúcar *Monte Alegre*). **Plantamos e colhemos 99,7% da cana-de-açúcar moída na UMA, com os 0,3% restantes adquiridos de terceiros.** A UMA também se dedica à produção de açúcar orgânico e em 2020 exportou o produto pela primeira vez, após ter recebido a certificação necessária para exportar açúcar orgânico para a União Europeia.

**Angélica e Ivinhema são duas novas e modernas usinas, que construímos no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, com capacidade atual de moagem de cana-de-açúcar de 5,6 e 7,4 milhões de toneladas por ano, respectivamente. Ambas as usinas estão localizadas a 45 km de distância e formam um cluster cercado por uma grande plantação de cana-de-açúcar.** Angélica e Ivinhema são equipadas com caldeiras a vapor de alta pressão e turbo-geradores com capacidade de aproveitar todo o subproduto do bagaço da cana para gerar eletricidade. Aproximadamente 28% da eletricidade gerada é usada para alimentar a usina e o excesso de eletricidade é vendido para a rede elétrica local, resultando nas usinas com capacidade total de cogeração.

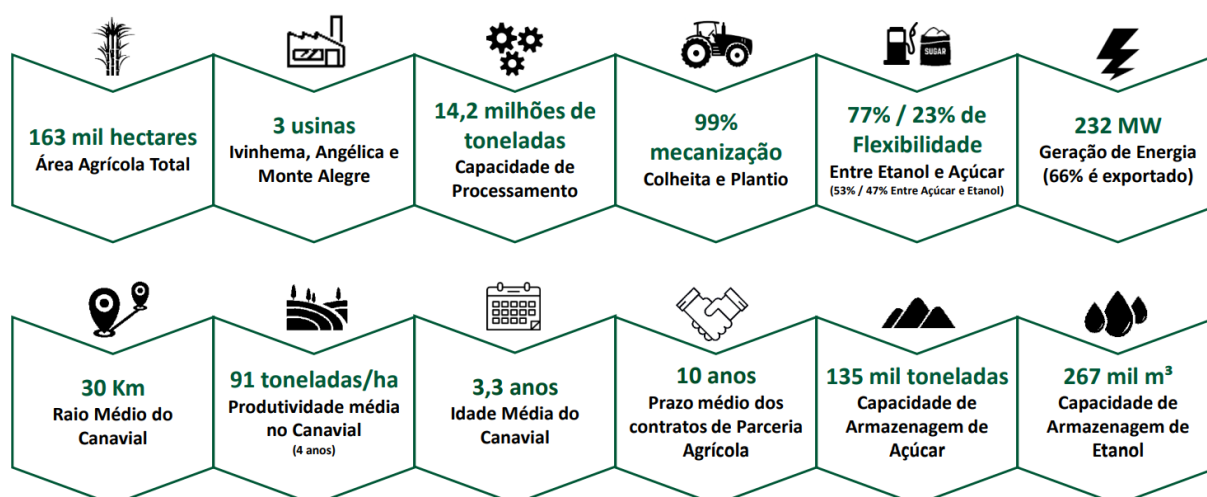


**No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, moemos 11,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Nossas usinas produzem açúcar e etanol e, conseqüentemente, temos alguma flexibilidade para ajustar nossa produção (dentro de certos limites de capacidade que geralmente variam entre 40% e 80%) entre açúcar e etanol, para aproveitar a demanda de mercado mais favorável e preços a determinados pontos no tempo. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, produzimos 646.981 toneladas de açúcar e 502.170 metros cúbicos de etanol** ADECOAGRO, RELATÓRIO ANUAL, 2021, p. 57-58, negrito meu).

Como já mencionado, não se pretende nesta pesquisa realizar revisão bibliográfica sobre os termos e conceitos empregados nas ciências econômicas e usados pelos grandes grupos empresariais, mas é importante mencionar como o termo “*cluster*” aparece na literatura dos meios de comunicação e sobretudo, na notas e relatórios dos grupos empresariais como uma grande vantagem no modelo de produção da empresa, no caso específico, na produção sucroenergética. “Projetos *greenfields*”, “formação de *clusters*” evidenciam a territorialização de grandes monopólios do agronegócio mundial em território brasileiro, são expressões da mundialização da agricultura (OLIVEIRA, 2010; 2016).

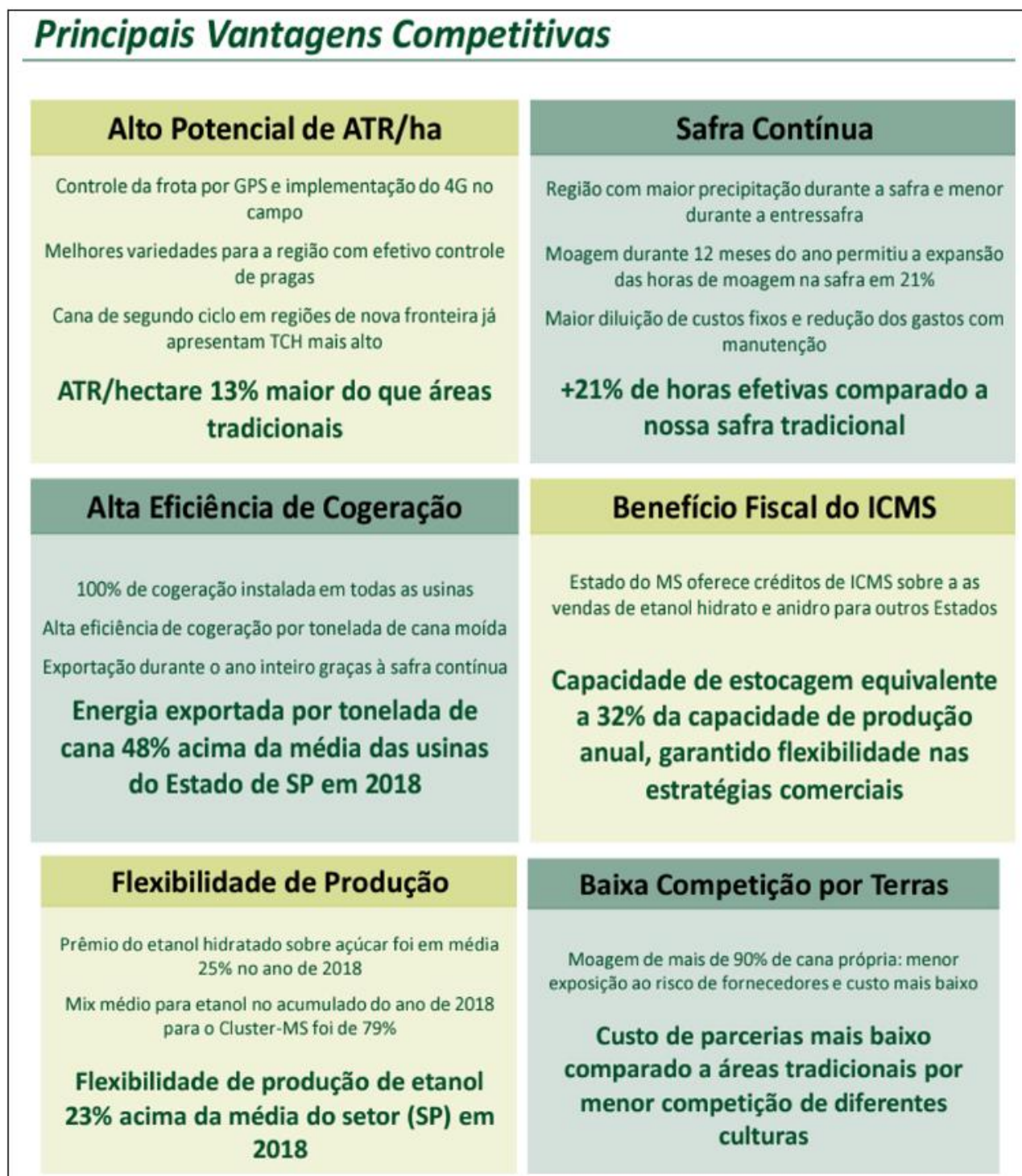
O texto do Relatório Anual tem como objetivo anunciar as denominadas “vantagens competitivas” que a empresa possui frente a outras, ao ressaltar que o *cluster* em Mato Grosso do Sul é o seu projeto inovador e moderno. As Figuras 12 e 13 foram extraídas de um material publicitário da Adecoagro divulgado em sites de consultores financeiros, coordenado pela XP Investimento Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., para emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), demonstram-se as vantagens do modelo “cluster” de produção no setor sucroenergético da empresa.

**Figura 12-** Adecoagro: Infográfico da produção sucroenergética em 2018.



Fonte: (Extraído de) ADECOAGRO. Material Publicitário, 2019, p.6.

**Figura 13-** Adecoagro: estratégias de territorialização no setor sucroenergético.



Fonte: (Adaptado de) ADECOAGRO. Material Publicitário, 2019, p. 10.

Salienta-se que a empresa destaca seus projetos de modernização a partir da mecanização do plantio e da colheita (99% mecanizada), do controle da frota e da instalação de internet 4G, além da moderna infraestrutura das usinas que possuem 100% de cogeração de energia para a comercialização do excedente gerado. Como analisado por Pitta, Leite e Kluck

(2020), esses projetos de modernização das usinas envolvem muita precarização do trabalho, sobretudo dos trabalhadores do plantio e colheita da cana. Nesta pesquisa não se realizou levantamento de dados específicos sobre o quadro de funcionários da Adecoagro, reproduz-se a seguir os dados divulgados pela empresa (Figura 14). Observa-se que entre o ano de 2019 a 2022, no cômputo de todos os setores, houve aumento de funcionários, de 8.237 para 9.104, respectivamente. O setor da atividade de Açúcar, Etanol e Energia é o que mais emprega trabalhadores, aproximadamente 65% (5.930) em 2021. Segundo os dados do Relatório Anual (2022) , em 2021, considerando-se o total de funcionários (9.104), 91% deles eram sindicalizados (entende-se registrados) e 9% correspondiam a contratos temporários. Reforça-se, contudo, que estes dados não foram confrontados a partir de outra fonte de pesquisa. O trabalho de Silva (2021) sobre a aquisição da Usina Monte Alegre pelo grupo Adecoagro, apresenta entrevistas realizadas nesta usina e conclui, entre outras mudanças existentes, que teve aumento no quadro de funcionários terceirizados e de contratos temporários.

**Figura 14-** Adecoagro: Quadro de funcionários, por setor, nos anos de 2019, 2020 e 2021.

	Em 31 de dezembro,		
	2021	2020	2019
Agricultura e Transformação de Terras	2.156	1.794	1.627
Açúcar, Etanol e Energia	5.930	6.093	5.805
Administrativo	1.018	829	805
<b>Total</b>	<b>9.104</b>	<b>8.716</b>	<b>8.237</b>

Fonte: (Adaptado de) RELATÓRIO ANUAL, 2022, p. 123.

Destacam-se também a partir das Figuras 12 e 13 a questão dos incentivos fiscais e da vantagem da expansão para o estado para uma área de fronteira agrícola, como aquisição de propriedades por preços abaixo do mercado e baixa competição por terras.

Em relação aos financiamentos e benefícios fiscais para a construção das usinas em Mato Grosso do Sul, o grupo Adecoagro se beneficiou de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A construção da unidade de Angélica custou cerca de 527.000.000 de reais e recebeu financiamento de 151.000.000 de reais destinados à construção da usina, à formação da lavoura de cana-de-açúcar e à instalação de cogeração de energia elétrica. Já a construção da unidade de Ivinhema teve para a conclusão da primeira fase um financiamento de 488.600.000 reais e em 2014 emprestou mais 55.000.000 de reais, conforme especificado na Tabela 8.

**Tabela 2 – Adecoagro: financiamentos concedidos pelo BNDES.**

Ano	Valor do financiamento (R\$)	Finalidade	Usina
2007	151.000.000,00	Implantação de usina e formação de lavoura	Angélica
2013	466.600.000,00	Implantação de usina	Ivinhema
2014	55.000.000,00	Área industrial (armazenagem de etanol)	Ivinhema

Fonte: BNDES<sup>119</sup>, org. da autora.

Como apresentado no capítulo 1 deste trabalho, a partir de Delgado (2012), compreende-se que a atividade denominada por agronegócio como um projeto do Estado brasileiro, que promoveu o estabelecimento do mesmo a partir de um conjunto de políticas públicas, especialmente através da concessão de créditos. Esta é a expressão mais direta do capital financeiro na agricultura, a discussão empreendida por Pitta et. al (2014), Pitta (2016) e Boechat (2020), expõe a dependência do setor sucroenergético brasileiro por financiamentos, principalmente de instituições públicas. A Figura 14 se relaciona os principais empréstimos concedidos às empresas subsidiárias da Adecoagro no Brasil.

**Figura 15 – Adecoagro no Brasil: relação dos principais empréstimos.**

Banco	Data de concessão	Quantia nominal (Em milhões)	Capital em aberto em 31 de dezembro			Data de vencimento	Taxa de juros anual
			2021		2020		
			Milhões de reais	Equivalente em dólares (milhões)	Equivalente em dólares (milhões)		
Banco Do Brasil (FCO) (1)	Outubro de 2012	R\$ 130,0	R\$ 17,7	3,17	7,08	Novembro de 2022	2,94% menos 15% de bônus de desempenho
Itaú BBA (FINAME) (2)	dezembro 2012	R\$ 45,9	R\$ 2,1	0,37	1,40	Dezembro de 2022	2,50%
Banco do Brasil/Itaú BBA (FINEM) (3)	Setembro de 2013	R\$ 273,0	R\$ 26,5	4,75	9,51	Janeiro de 2023	7,29%
BNDES (FINEM)(4)	novembro de 2013	R\$ 215,0	R\$ 29,5	5,28	10,66	Janeiro de 2023	4,63%
Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA)	Dezembro de 2019	R\$ 467,0	R\$ 467,0	83,68	77,92	Novembro de 2027	3,80% +IPCA
Debênture	Dezembro de 2020	R\$ 447,0	R\$ 447,0	80,10	14h43	Dezembro de 2026	4,24% +IPCA
ING Bank NV (5)	Outubro de 2018	US\$ 75,0	US\$ -	-	75,0	Outubro de 2023	6,33%

(1) Garantido por (i) hipoteca da Fazenda Carmen (sede da usina em Ivinhema-MS) e (ii) gravames sobre a usina e equipamentos de Ivinhema

(2) Garantido por (i) hipoteca da Fazenda Carmen (sede da usina em Ivinhema-MS), (ii) gravames sobre a usina e equipamentos de Ivinhema e (iii) contratos de compra de energia de longo prazo (PPA).

(3) Garantido por (i) gravames sobre a usina e equipamentos de Ivinhema e (ii) contratos de compra de energia de longo prazo (PPA).

(4) Garantido por contratos de compra de energia de longo prazo (PPA).

(5) Cancelado durante 2021.

Fonte: (Adaptado de) RELATÓRIO ANUAL, 2022, p. F 64.

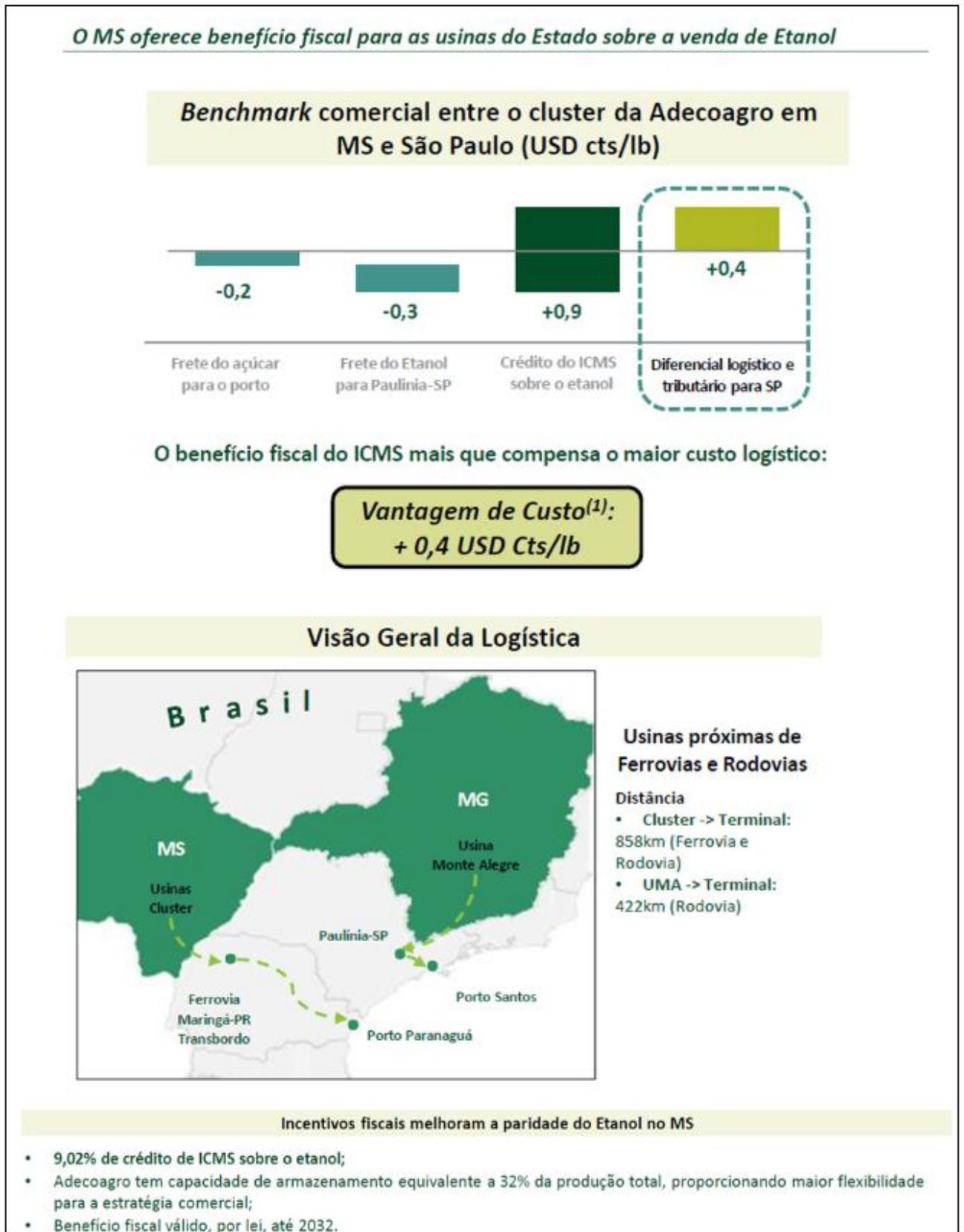
<sup>119</sup> Estes dados foram extraídos do site do BNDES, a partir de consulta simples na barra de busca, disponíveis em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20071126\\_not267\\_07](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20071126_not267_07) e [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20130114\\_adecoagro](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20130114_adecoagro) Acessos em out. de 2022.

De acordo com o Relatório Anual (2022), os empréstimos estão garantidos principalmente por ativos imobilizados, plantações de cana-de-açúcar, contratos de exportação de açúcar e ações de determinadas subsidiárias do grupo. A esse respeito, importante mencionar que as subsidiárias da Adecoagro no Brasil correspondem integralmente à atividade de produção de açúcar, etanol e energia – como visto nas figuras 5 (p. 86) e 6 (p.88), portanto, os empréstimos relacionados na figura 14 envolvem a atividade do setor sucroenergético da empresa. Observa-se também que não estão relacionados todos o empréstimos realizados pela empresa, mas apenas os divulgados por ela como principais, e neles se destacam entre os credores o bancos públicos (Banco do Brasil e BNDES).

A análise da relação dos empréstimos da Adecoagro ilustra a centralidade do capital portador de juros na atividade das empresas transnacionais, como discutido em Chesnais (2005; 2010). Nas negociações no mercado de ações, a própria dívida das empresas equivale a ativo financeiro, Pitta (2016) e Boechat (2020) ressaltam em suas pesquisas que a rolagem das dívidas é uma estratégia de reprodução no caso específico das empresas do setor sucroenergético brasileiro.

Em relação especificamente ao papel do Estado na territorialização da Adecoagro, observa-se que este extrapola a função de credor, como visto pelos empréstimos concedidos via Banco do Brasil e BNDES. A empresa também conta com os chamados benefícios fiscais do estado de Mato Grosso do Sul que, por não estar próximo aos portos, oferece benefícios via ICMS para atrair os grandes grupos industriais para o território estadual. Como ressaltado pela própria Adecoagro em seu material publicitário (Figura 15), “o benefício fiscal do ICMS mais que compensa o maior custo logístico”. Tais arranjos são fundamentais para a Fusão Territorial Monopolística da Adecoagro na região. Por fim, o material é uma divulgação dos arranjos políticos para o desenvolvimento da economia política do agronegócio do setor sucroenergético sul-mato-grossense.

**Figura 16** – Adecoagro: Benefício fiscal (via ICMS) ofertado pelo estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: (Extraído de) ADECOAGRO. Material Publicitário, 2019.

Como explicitado na figura 15, o estado de Mato Grosso do Sul atrai as agroindústrias do setor canavieiro a partir de benefícios fiscais para “compensar” os custos que as empresas possuem em relação à logística. Obviamente a Adecoagro não é a única empresa a se beneficiar, Domingues (2017, p.145-147) relaciona em sua pesquisa diversas políticas públicas para o desenvolvimento do setor sucroenergético nas esferas federal, estadual e municipal, no que tange à esfera estadual, entre 1982 e 2015 o estado de Mato Grosso do Sul implementou 17 Projetos de Lei que beneficiam diretamente o setor. Os projetos envolvem diferentes vertentes, como exoneração fiscal, financiamentos, concessão de áreas públicas, regulamentações sobre a queimada da cana sem prejuízos para as agroindústrias canavieiras, entre outros. Segundo o autor, as empresas atuantes no estado se beneficiam do conjunto de legislações que estão articuladas entre si “a legislação federal atua mais no sentido de proteção, financiamento e regulamentação do setor, já a legislação estadual, intervém para os incentivos fiscais e, a legislação municipal, ordena no que diz respeito à questão ambiental. Em alguns casos, estas leis se entrelaçam, mas todas permanecem atuando em favor do setor agroindustrial canavieiro.”

Dessa forma, os dados elucidam, de maneira geral, a relação contraditória entre Estado e acumulação capitalista contemporânea, como discutido no capítulo 1. Seja na escala internacional, como apresentam Harvey (2014) sobre a expansão do neoliberalismo e Chesnais (2005; 2010) sobre a mundialização da finança a partir da desregulamentação do mercado financeiro internacional; seja na esfera nacional, como discorrem Delgado (2012) e Oliveira (1981) acerca dos arranjos institucionais para a promoção da economia política do agronegócio e Pitta (2016), Bernardes e Castillo (2019) e Boechat (2020), a respeito das políticas públicas específicas para o setor sucroenergético; ou nas esferas estaduais e municipais, como presentes em Domingues (2017); o Estado exerce a função de facilitador e promotor da territorialização e reprodução dos grupos transnacionais.

Da parte das empresas, como no caso da Adecoagro, a estratégia da organização busca a redução dos custos de produção através da economia de escala, que permite alcançar a ampliação da produção, sem, contudo, elevar os custos. A formação do *cluster* Adecoagro Vale do Ivinhema possibilitou reduzir os custos através das várias “sinergias” conseguidas pela economia de escala, são elas: (1) Uma grande área de plantação de cana sob controle da empresa que fornece para as duas usinas; (2) Equipe de gerenciamento centralizada; (3) Otimização da logística da cana até as indústrias; (4) Eficiência e flexibilidade da colheita; (5) Viabilidade de participação em projetos de logística (RELATÓRIO ANUAL, 2022, p. 57-69).

Entretanto, a partir de Oliveira (2016), problematiza-se tais conceitos das ciências econômicas sobre “economia de escala”, “vantagens competitivas”, formação de *cluster*,

projetos *greenfield*; em uma análise direta, todos esses termos correspondem ao controle territorial feito pelos grupos monopolistas, promovidos pelo Estado. Daí que se recorre à interpretação da expansão da Adecoagro em Mato Grosso do Sul como uma Fusão Territorial Monopolista. O autor esclarece que tais construções teórico-conceituais têm suas origens, sobretudo, nas *Business Schools* dos Estados Unidos, para o geógrafo, esse conceito de *cluster* encontrou eco na Geografia Quantitativa quando esta corrente do pensamento geográfico apresenta os fenômenos através dos conceitos de aglomerações, agrupamentos, polos. É nesse sentido que Oliveira (2016) faz a opção pela proposta conceitual de **fusão territorial monopolística**.

Este conceito designa, portanto, a concentração territorial a partir das aquisições e fusões entre empresas, que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos agroindustriais monocultores territorializado que se formam.

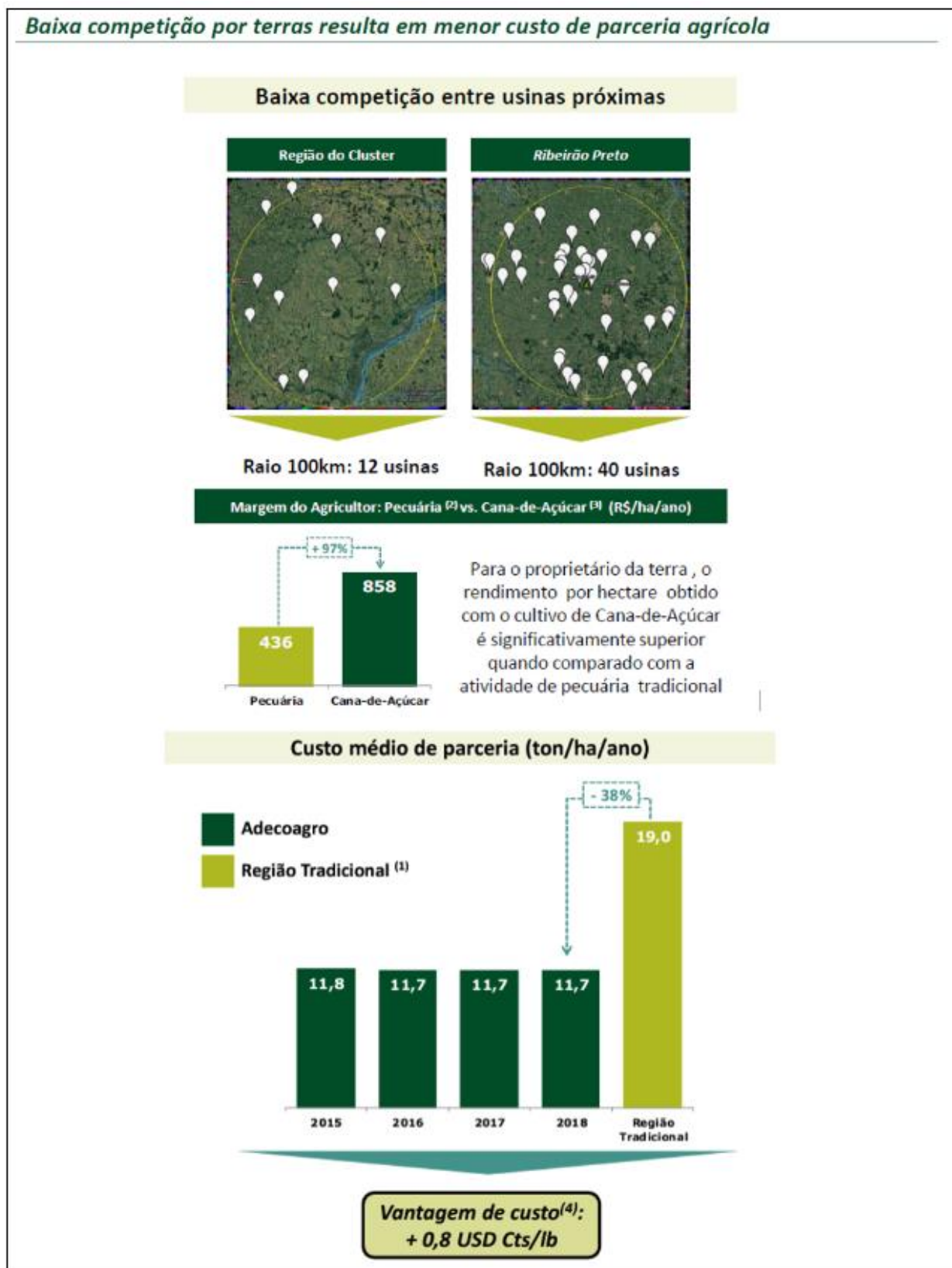
Portanto, as fusões territoriais monopolísticas (*monopolistic territorial fusions*) constituem-se na expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético. Neles ocorrem as soldagens das alianças de classes e frações de classes entre os capitalistas industriais, que podem ser também, capitalistas agrícolas e proprietários de terra, e os demais proprietários de terra que podem ser também, capitalistas agrícolas fornecedores de matéria prima das unidades industriais, ou mesmo simples proprietários de terra rentistas que as cedem sob contratos de arrendamentos, ativando ou desativando unidades industriais, visando simultaneamente o uso (OLIVEIRA, 2016, p.157. Negrito e itálico no original e grifo meu).

Em sua pesquisa Bellentani (2014) utiliza a proposta conceitual de Oliveira (2016) para interpretar o fenômeno da recente territorialização da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, mostrando como as grandes empresas mundiais atuam constituindo fusões territoriais monopolísticas, territorializando o monopólio através das usinas canavieiras.

Antes de realizar uma análise mais detalhada do controle territorial da empresa por meio da expansão dos canaviais em terras próprias e arrendadas, considera-se que o material publicitário da empresa (Figura 17) é autoexplicativo do processo da Fusão Territorial Monopolística e da estratégia rentista da acumulação na agricultura capitalista.



**Figura 17-** Adecoagro (material publicitário) “Baixa competição por terras resulta em menor custo de parceria agrícola”.



Fonte: (Extraído de) ADECOAGRO. Material Publicitário, 2019.

A Figura 17 evidencia que a expansão do agronegócio para áreas consideradas como fronteira agrícola é uma importante estratégia para a sua reprodução. Na comparação feita pela Adecoagro, a empresa destacada ser beneficiada pela vantagem da baixa concorrência na disputa por terras que existe na região em que ela construiu suas usinas em Mato Grosso do Sul, em relação à região de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, considerada região tradicional de produção. Entretanto, como mencionado, a expansão para essas áreas corresponde a um projeto político do Estado, e a denominada “baixa competição por terras”, implica efetivamente em maiores facilidades para controle da produção no campo e concentração fundiária.

Além da comparação entre a disponibilidade de terras, a empresa divulga o benefício em relação ao estabelecimento de contratos de arrendamentos e ou parcerias agrícolas, tanto no interior da própria região em que se territorializou, quanto na comparação em relação à região de Ribeirão Preto. Tal “benefício” explicita a estratégia de controle territorial sem a necessidade de aquisição de propriedades agrícolas.

Observa-se, portanto, a estratégia da acumulação via renda capitalizada da terra, conforme explicitado em Delgado (2012), onde, mesmo sem ser o proprietário de fato da propriedade fundiária, a empresa realiza a apropriação do direito à renda fundiária através dos contratos de arrendamentos e ou parcerias agrícolas. Enquanto o proprietário das terras também se beneficia, como destacado no material, o rendimento recebido com o cultivo de canavial é praticamente o dobro da renda da pecuária (antigo uso).

Analisado sob esse ponto de vista (acumulação via apropriação da renda fundiária), torna-se clara a estratégia do capital financeiro por via do *land grabbing*, tanto pelo monopólio via arrendamento, quanto pela aquisição de terras, pois, como a Adecoagro também é proprietária de terras na região, a valorização do mercado de terras proveniente da sua territorialização pode não afetar negativamente, ao contrário, ela pode se beneficiar por meio do conceito explicado por Delgado (2012, p.54) de ganho de fundador que seria “uma forma de incentivar a criação do chamado capital fictício também no mercado de terras [...] Por aí [...] é possível, ainda, entender o movimento real do grande capital na agricultura brasileira e, especificamente, sua estratégia de diversificação no mercado de terras”.

Para melhor compreensão da estratégia de acumulação rentista da empresa, analisa-se na sequência a produção o estabelecimento dos canaviais e a forma de abastecimento das usinas que são as expressões tanto da territorialização do monopólio, quanto da monopolização do território, de acordo com Oliveira (2016).

### 3.2.2. Territorialização do monopólio e monopolização do território

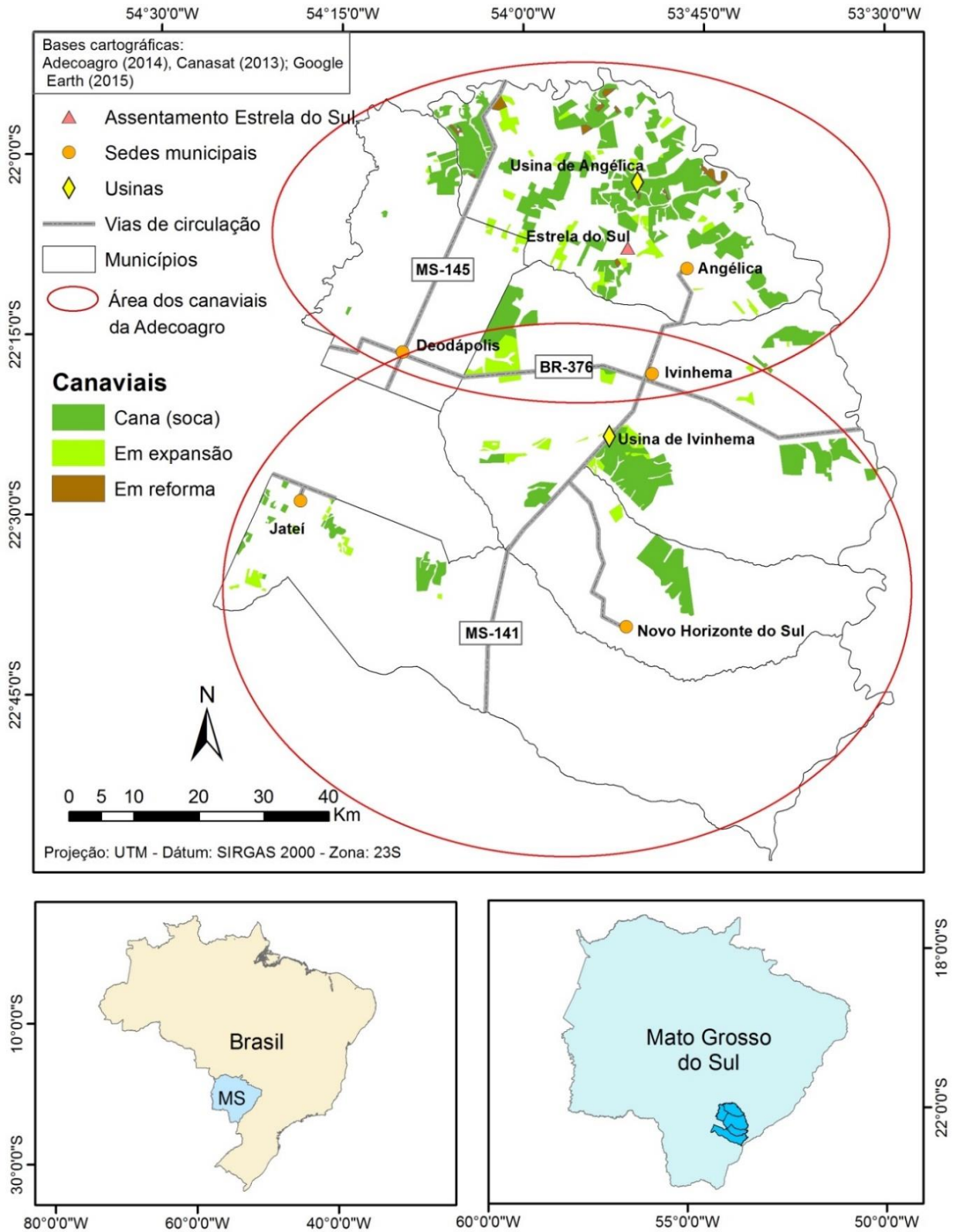
Em relação à expansão territorial da Adecoagro em área de fronteira agrícola, como destacado pela empresa, esta obteve facilidade para consolidação dos canaviais que fornecem cana às usinas devido à baixa competição na agroindústria canavieira na região dos municípios de Ivinhema-MS e Angélica-MS. Fato que pode ser melhor visualizado na Mapa 2, que demonstra que a territorialização das usinas Adecoagro Vale do Ivinhema passou a ter o monopólio do processo produtivo do campo não só nos municípios em que se instalaram, como também nos adjacentes.

Em Oliveira (1983, p.20), o autor já frisava que na produção sucroalcooleira “o capital tem sabido implantar-se de forma monopolista neste setor”. A respeito dos processos recentes nesta atividade, o autor destaca que as empresas passaram a ter o monopólio da propriedade da terra, seja por via de aquisição direta ou através de arrendamento, nesse sentido, “as fusões territoriais monopolísticas (*monopolistic territorial fusions*) constituem-se na expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético.”(OLIVEIRA, 2016, p.157)

Por meio dessa interpretação, a análise do Mapa 2 expressa, portanto, a fusão territorial monopolística da subsidiária Adecoagro Vale do Ivinhema, em Mato Grosso do Sul. Observa-se que a área circulada em vermelho corresponde ao território controlado pela empresa, com canaviais nos municípios de Angélica e Ivinhema, onde foram construídas as usinas, mas também nos municípios vizinhos: Deodápolis, Jateí e Novo Horizonte. Evidencia-se a informação reproduzida no Relatório Anual (2022, p.57) sobre a empresa ter “uma grande área de plantação de cana sob controle da empresa que fornece para as duas usinas”. As infraestruturas municipais, malha rodoviária presentes na área controlada pela Adecoagro é o que caracteriza, nas ciências econômicas, as denominadas vantagens e sinergias da economia de escala através do *cluster*, como referido nas figuras 12 e 13 (p. 144 e 145, respectivamente).

De acordo com Renato Junqueira, diretor do setor sucroenergético da Adecoagro, para a produção agrícola das usinas existem basicamente três modelos de produção: (a) Modelo integrado: a empresa é proprietária das terras e produz cana nelas; (b) Modelo intermediário: a empresa estabelece contratos de parcerias agrícolas (arrendamento de terras) e é dona da cana plantada nessas terras; (c) Modelo menos integrado: a empresa compra 100% da cana de fornecedores.

Mapa 2- Fusão Territorial Monopolística da Adecoagro Vale do Ivinhema (2014).



O modelo que predomina na empresa é o intermediário, justificado pelo diretor, devido aos seguintes fatores: (a) a cana não é uma cultura tradicional na região, portanto esse modelo permite o maior controle do processo produtivo agrícola; (b) após a construção das usinas da Adecoagro, houve aumento dos preços das terras, por isso o custo desse modelo produtivo é mais baixo, atualmente é mais barato do que adquirir novas terras; (c) como a cultura canavieira não é tradicional, há poucos fornecedores.

Em relação aos canaviais em terras próprias, a empresa possui um total de 8 fazendas canavieiras que somam cerca de 13.000 hectares. Em Angélica, possui quatro propriedades com um total de 4.858 hectares, e em Ivinhema possui outras quatro propriedades que somam 8.423 hectares, conforme mostra o quadro 5.

**Quadro 5** – Área (hectares) das propriedades agrícolas da Adecoagro em Mato Grosso do Sul em 30 de setembro de 2022.

PROPRIEDADE	ÁREA (ha)	USO	MUNICÍPIO-UF
Bela Manhã	381	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Ouro Verde	683	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Don Fabricio	3.304	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Takuarê	490	Cana-de-açúcar	Angélica-MS
Água Branca	1.614	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
Nossa Senhora	540	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
Sapalio + Sítio Amandina	6.123	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
Carmen	146	Cana-de-açúcar	Ivinhema-MS
<b>TOTAL DA ÁREA (ha)</b>	<b>13.281</b>		

Fonte: Adecoagro: Avaliação de Imóveis (*Appraisal of real property*) de 2022<sup>120</sup>. Org. da autora.

Como visto no capítulo 2, a empresa *holding*, que negocia ações no mercado bursátil, necessita publicizar seus ativos financeiros para valorizar as suas ações. Um dos ativos mais divulgados pela Adecoagro é seu banco de terras (*land bank*), sobretudo porque ela tem uma atividade específica de transações no mercado fundiário. Por isso, anualmente a empresa divulga um relatório de Avaliação de Imóveis (*Appraisal of real property*), elaborado pela consultoria Cushman & Wakefield, com valores reais de suas propriedades nos três países. No último relatório, referente a data de 30 de setembro de 2022, a empresa registrava um total de 22 propriedades rurais, 17 na Argentina, total aproximado de 217.810 hectares; 8 no Brasil, de 13.281 hectares; e 1 no Uruguai, com 3.177 hectares. Na data mencionada, o cômputo da banco de terras do grupo foi avaliado em 745.301.226 milhões de dólares.

<sup>120</sup> Documento disponível em:

[https://ir.adecoagro.com/uploads/Executive%20summary%20Adecoagro%202023\\_VF.pdf](https://ir.adecoagro.com/uploads/Executive%20summary%20Adecoagro%202023_VF.pdf) Acesso em out. de 2022.

No quadro 5, observa-se que a Fazenda Monte Alegre, instalação de usina homônima, não consta na relação de propriedades brasileiras. Mediante esse dado, foi consultado no Cartório de Registro de Imóveis do município de Ivinhema, todas as Certidões de Matrículas de Imóveis registradas em nome da Adecoagro (2015), demonstrado no Quadro 6. Verificou-se que a empresa possui no município seis propriedades que totalizam pouco mais de 8.450 hectares, aproximadamente 27 hectares a mais do que o publicado no documento de avaliação de imóveis do grupo.

**Quadro 6** – Adecoagro: Registro do imóveis rurais em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, 2015.

<b>CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS – COMARCA DE MONTE BELO-MG</b>			
<b>Número da matrícula do imóvel</b>	<b>Área do imóvel (hectares)</b>	<b>Nome da propriedade</b>	<b>Município</b>
1.101	86,46,84	Fazenda Monte Alegre	Monte Belo - MG
<b>CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS – COMARCA DE IVINHEMA-MS</b>			
8.399	6.062,863	Fazenda Sapalio	Ivinhema - MS
9.879	326,70	Fazenda N. S. Aparecida	Ivinhema – MS
9.881	243,93	Fazenda N. S. Aparecida 2	Ivinhema – MS
10.077	1.614,2547	Fazenda Água Branca	Ivinhema - MS
10.660	60,5000	Sítio Amandina	Ivinhema - MS
10.888	145,8093	Fazenda Carmen	Ivinhema - MS

Fonte: Cartórios de Registro de Imóveis em Monte Belo-MG e Ivinhema-MS. Org. da autora.

A comparação entre os dados dos quadros 5 e 6, mostra uma diferença no total de propriedades rurais no município de Ivinhema-MG, de 4 e 6 propriedades, respectivamente. A diferença ocorre porque o registro da Fazenda Nossa Senhora está dividido em duas matrículas e o Sítio Amandina conta também com matrícula própria, diferente do divulgado pela empresa em seu relatório (quadro 5). Contudo, a soma de hectares é aproximada, 8 hectares e 423 ares no quadro 5, e 8 hectares e 450 ares registrados em cartório (quadro 6).

Todas essas fazendas da Adecoagro (quadros 5 e 6) são voltadas exclusivamente para a produção dos canaviais, exceto a Fazenda Carmen, que é a sede da usina em Ivinhema-MS e a Fazenda Takuarê, sede da usina em Angélica-MS. Entretanto, a maior parte dos canaviais que abastecem essas agroindústrias são de terras de arrendamento e/ou parcerias agrícolas.

Como já mostrado por Thomas JR. (1988, 2002) o processo de territorialização do monopólio das agroindústrias canavieiras é evidenciado via apropriação da renda fundiária e controle do processo produtivo, sendo que os contratos de arrendamento também implicam em uma nova configuração do território. É exatamente o que pode ser analisado pela produção

agrícola da Adecoagro quando a empresa destaca que 94% da cana-de-açúcar moída em suas usinas, são provenientes de contratos de arrendamentos.

**Em 31 de dezembro de 2020, nossas plantações de cana-de-açúcar consistiam em 176.651 hectares de cana-de-açúcar plantados em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, Brasil. Aproximadamente 94% de nossa cana-de-açúcar é plantada em terras arrendadas por meio de parcerias agrícolas.** De acordo com esses contratos, nossos parceiros arrendam terras para nós por períodos de um a dois ciclos de cana-de-açúcar, equivalentes a períodos de 7 a 14 anos, nos quais cultivamos a cana-de-açúcar. Os pagamentos do arrendamento baseiam-se no valor de mercado da cana-de-açúcar estabelecido pelos regulamentos do *Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo do Estado de São Paulo*, ou “Consecana”). [...]

*Arrendamento de terras e parcerias agrícolas.* Celebramos contratos de arrendamento operacional com base em critérios relativos à qualidade e rentabilidade projetada da propriedade, bem como nossos objetivos de produção e rendimento a curto ou médio prazo. Geralmente, tomamos conhecimento de fazendas disponíveis para aluguel diretamente por meio dos proprietários das fazendas próximas às nossas fazendas e, em alguns casos, por meio de corretores regionais.

**Temos a tendência de ser mais abertos ao arrendamento de terras para a produção de cana-de-açúcar do que para nossos negócios agrícolas, onde possuímos a maior parte das terras que cultivamos. Arrendamos terras para a produção de cana-de-açúcar principalmente porque os arrendamentos neste setor são de longo prazo, com duração entre um ou dois ciclos da cana-de-açúcar (com cada ciclo durando geralmente 6 anos), o que nos permite implementar e colher os benefícios de produtividade de nossas estratégias de transformação de terras.** O pagamento do arrendamento da cana-de-açúcar é estabelecido em termos de toneladas de cana-de-açúcar por hectare, dependendo da produtividade da terra em termos de toneladas por hectare e teor de sacarose por hectare e também da distância da propriedade à usina. Os preços da cana-de-açúcar são baseados no valor de mercado da cana-de-açúcar estabelecido pelos regulamentos do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar do Estado de São Paulo (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, ou “Consecana”). Dada a localização estratégica de nossas usinas na região e a ineficiência inerente ao cultivo de outras culturas além da cana-de-açúcar nesta região. (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p.78-84, negrito meu).

O trecho evidencia a estratégia de acumulação via renda fundiária por meio de contratos de arrendamento. Thomas Jr. (1988, 2002) demonstrou como os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas sempre foi um “trampolim” para a expansão e territorialização da agroindústria canavieira nacional. No período mais recente, de financeirização e internacionalização do setor sucroenergético nacional, essa estratégia permanece fundamental, como discutido em Pitta et. al. (2014), Pitta (2016), Domingues (2017), Boechat (2020), todos esses estudos destacam a prática do capital financeiro, via usinas das empresas transnacionais, se apropriar da renda da terra mediante arrendamentos e contratos de parcerias. Fato característico das estratégias de fusão territorial monopolística, discutido em Oliveira (2016).

A tabela 3 apresenta a série histórica (2007 a 2020) da produção de açúcar, etanol e energia da Adecoagro. Sua análise deixa evidente que, historicamente, predomina o modelo de produção de cana em terras arrendadas.

**Tabela 3** - Adecoagro: Série histórica\* da moagem e produção de açúcar, etanol e energia e área do canavial (total, terras próprias e arrendadas) das 3 usinas.

Ano	Açúcar (t)	Etanol (m <sup>3</sup> )	Energia (MWh)	Canavial (hectares)		
				Terras próprias	Terras arrendadas	Total
2007	72.372	29.375	-	1.366	21.012	22.378
2008	67.772	70.067	-	3.369	29.247	32.616
2009	52.968	132.492	128.291	9.085	40.385	49.470
2010	235.690	174.303	168.644	9.907	43.892	53.799
2011	247.805	161.385	245.474	9.145	56.163	65.308
2012	281.622	183.713	238.540	9.145	76.386	85.531
2013	335.643	268.053	300.208	9.145	90.264	99.409
2014	413.687	299.810	445.705	9.145	115.267	124.412
2015	464.929	361.001	553.090	9.145	120.154	129.299
2016	701.060	422.395	751.037	9.145	125.446	134.591
2017	567.068	434.015	712.425	9.145	134.472	143.617
2018	344.137	675.001	705.539	9.145	134.472	143.617
2019	213.256	756.494	853.139	8.748	157.293	166.041
2020	646.981	502.170	717.915	8.748	167.903	176.651

(\*Referência: ano terminado em 31 de dezembro)

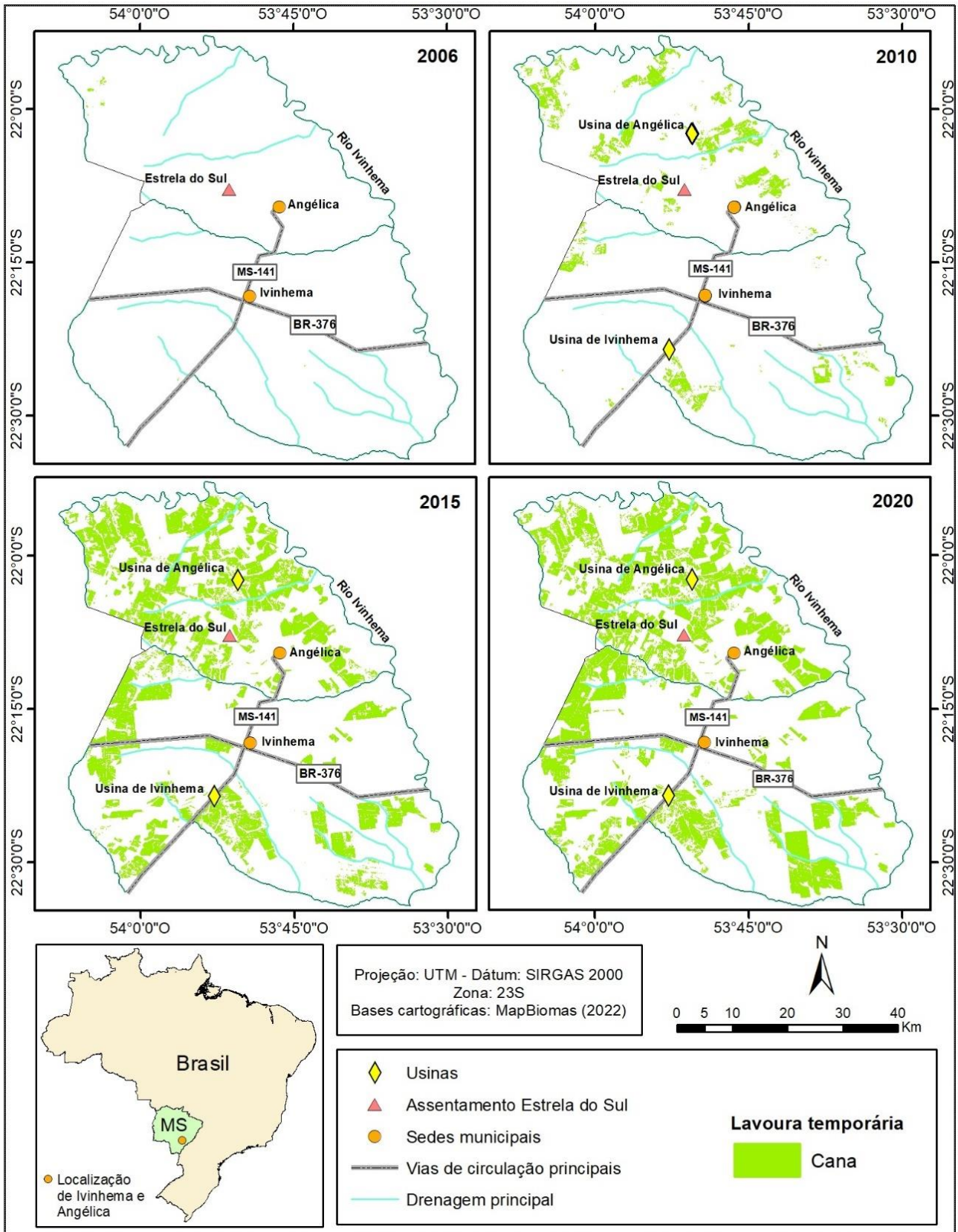
Fonte: Dados de RELATÓRIOS ANUAIS, 2011; 2014; 2017; 2020. Org. da autora.

O controle territorial promovido pela estratégia de acumulação rentista (THOMAS JR., 2002; DELGADO, 2012; OLIVEIRA, 2016) sobre os canaviais, próprios e arrendados, analisados até o momento, implicam em consequências diretas para a produção do campo. A análise de dados sobre a expansão dos canaviais nos municípios de Angélica e Ivinhema, revelam a expressão da fusão territorial monopolística, por meio de expansão para área de fronteira agrícola, que não possuía a tradição da cultura de cana-de-açúcar, como demonstra o Mapa 3.

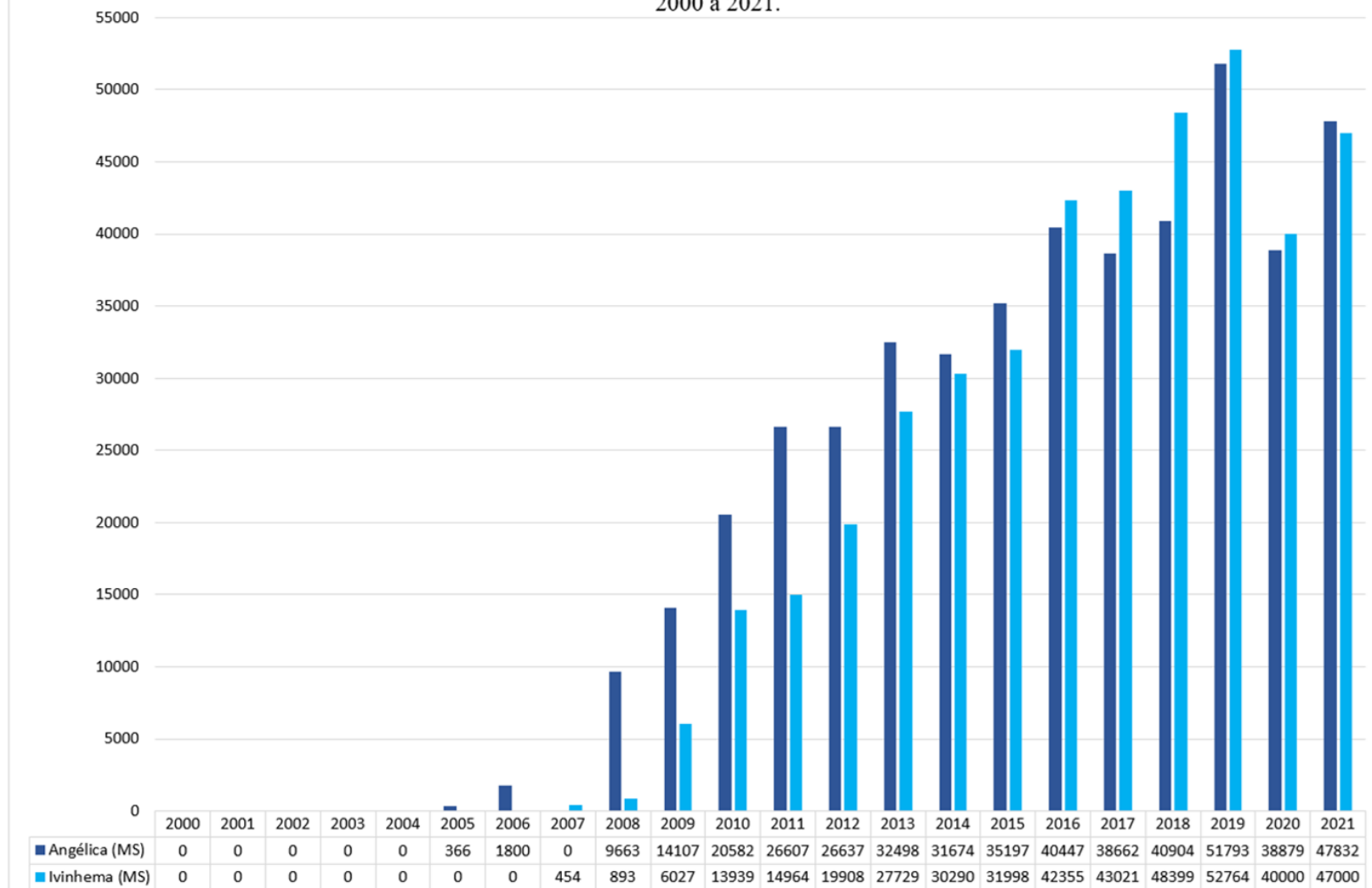
Nele se evidencia a interferência direta na produção agrícola dos municípios a partir da construção das usinas da Adecoagro. Os anos representados, 2006, 2010, 2015 e 2020, foram propositalmente selecionados para ilustrar a expansão dos canaviais mediante as datas de construção das usinas. Observa-se que no 2006, quando a empresa começou a construir a usina em Angélica, praticamente não havia produção de cana-de-açúcar nos municípios. A usina de Angélica entrou em operação no ano de 2008. Em 2010, início da construção da usina de Ivinhema; observa-se a expansão de canaviais nos dois municípios. Os anos de 2015 e 2020 demonstram a contínua expansão e consolidação dos canaviais da Adecoagro. A monopolização e o controle territorial, através sobretudo, do controle do uso da terra agrícola ficam evidentes. Essas dados também são visualizados no Gráfico 6, que demonstra a série histórica (2000 a 2021) da produção de cana em cada um dos municípios.



**Mapa 3-** – Expansão de cana-de-açúcar em Angélica-MS e Ivinhema-MS (2006-2020).



**GRÁFICO 6** - Expansão da área plantada (hectares) de cana-de-açúcar em Angélica-MS e Ivinhema-MS, de 2000 a 2021.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal - SIDRA, 2021.

Elaboração da autora.

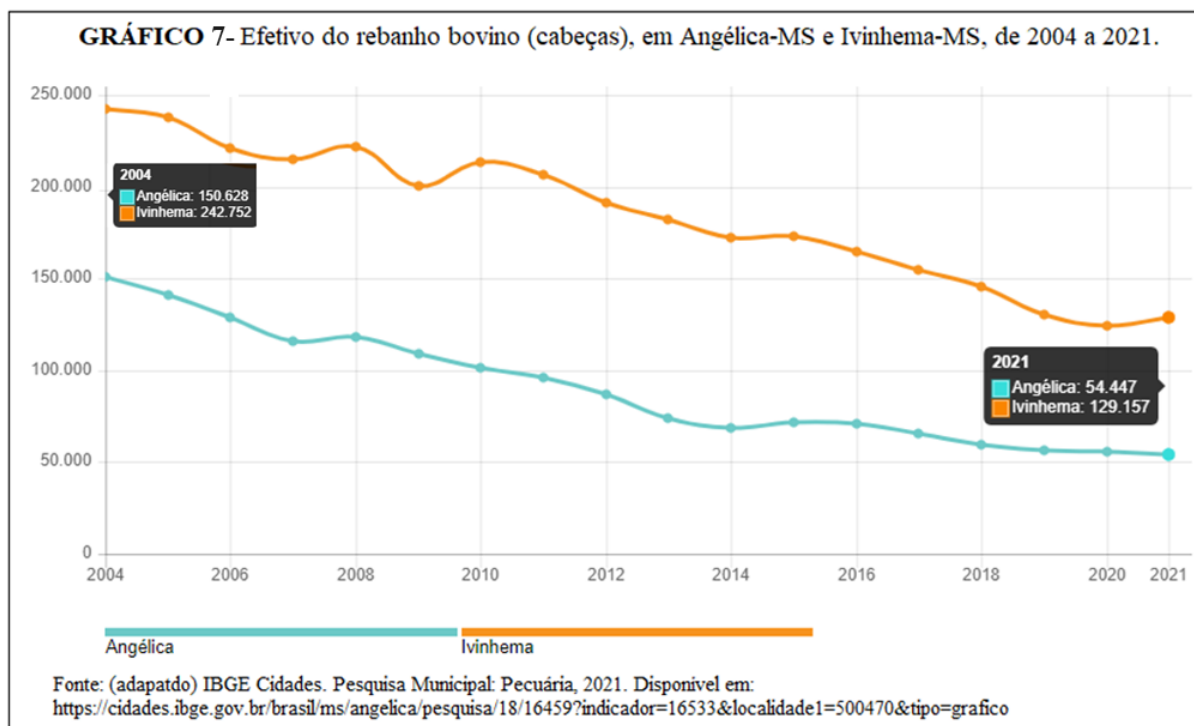
Observa-se no gráfico 6 que entre o 2004 e 2021, ocorreu uma expansão crescente e constante de canaviais, nos dois municípios, com exceção do ano de 2020, provavelmente em decorrência da pandemia provocada pelo vírus Covid-19. Esse dado confrontado com a história da territorialização da Adecoagro no setor sucroenergético, revela que as primeiras plantações de cana-de-açúcar que se iniciam em Angélica e Ivinhema ocorrem justamente por causa dos projeto de construção das duas usinas da Adecoagro. A usina de Angélica começou sua operação no ano de 2008, logo, a plantação dos canaviais precisava ocorrer nos anos anteriores. É óbvia a constatação da Adecoagro ser a responsável pela início, expansão e consolidação de canaviais nestes municípios, torna-se mais evidente também, a afirmação da empresa de que nesta região “a competição por terras entre usinas é baixa” (Figura 17, p. 153).

Em 2005, adquirimos nossa primeira usina de açúcar e etanol, a Usina Monte Alegre SA (UMA), com capacidade de moagem de 0,9 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por ano na época. A UMA tornou-se nossa plataforma de expansão no setor sucroalcooleiro brasileiro [...].

No Brasil, durante 2007, iniciamos a construção de um *cluster* canavieiro em Mato Grosso do Sul com capacidade projetada de moagem de 10,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Angélica foi a primeira usina *greenfield* que construímos com capacidade nominal de moagem de 4,9 milhões de toneladas, desde o início da operação. Também compramos aproximadamente 13 mil hectares de terras agrícolas para plantio de cana-de-açúcar para abastecer a usina. Angélica começou a operar em agosto de 2008 e atingiu plena capacidade operacional em abril de 2010 [...].

Durante março de 2013, iniciamos a construção do segundo projeto *greenfield* em nosso cluster canavieiro em Mato Grosso do Sul, a usina Ivinhema, com capacidade de moagem de 5,7 milhões de toneladas de cana, está localizada a 45 km ao sul de Angélica. Esta fábrica nos permitiu consolidar nosso *cluster*, gerar importantes sinergias e economias de escala, além de melhorar as margens operacionais e o Fluxo de Caixa Livre [*Adjusted Free Cash Flow*]. A fábrica de Ivinhema foi construída em duas fases: a primeira fase com capacidade de moagem de 2,0 milhões de toneladas foi concluída em abril de 2012, e a segunda fase com capacidade de moagem de 3,0 milhões de toneladas foi concluída em meados de 2015 (RELATÓRIO ANUAL, 2022, p.38-39. Grifo meu).

A expansão da monocultura canavieira nestes municípios, consolidou-se principalmente em propriedades agrícolas de pastagens e sobre a área de outras culturas agrícolas. Conforme demonstrado em Teixeira (2015), Domingues (2017) e Arruzzo e Cunha (2019), ocorre uma concentração das agroindústrias canavieiras em Mato Grosso do Sul nas regiões centro-sul e sudeste do estado, principalmente sobre propriedades agrícolas usadas para pastagens e foram substituídas por canaviais. Semelhante ao que foi observado no Gráfico 4 (p.128) em relação à redução do rebanho bovino no estado, ocorre também em Angélica e Ivinhema (Gráfico 7).



Observa-se o declínio do rebanho bovino em ambos os municípios a partir do ano de 2004 (quando se inicia a produção de cana-de-açúcar em Angélica) e continua até o ano de 2021. Em Ivinhema ocorre uma redução de aproximadamente 50% do rebanho (de 242.752 cabeças em 2004, para 129.157 cabeças em 2021) e em Angélica, há redução de aproximadamente 36% (150.628 cabeças em 2004, para 54.447 cabeças em 2021). Estes dados não indicam a expansão dos canaviais sobre as pastagens em hectares, entretanto, a redução do rebanho de bovinos permite chegar a tal conclusão. Soma-se a esses dados, a nota da empresa sobre a vantagem que ela possui nestes municípios em conseguir contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas a custo inferior que outros lugares, como no interior de São Paulo. Ela destaca que essa vantagem é obtida porque para o proprietário de terra o rendimento por hectare obtido com o cultivo de cana-de-açúcar é significativamente superior quando comparado com a atividade da pecuária tradicional, como visto na Figura 17 (p.152).

Na pesquisa sobre a expansão canavieira nos municípios que compõem a bacia hidrográfica do rio Ivinhema (incluindo Angélica e Ivinhema), Teixeira (2015, p.168) também conclui que a cana-de-açúcar se expandiu, sobretudo, em áreas de pastagens, nas entrevistas realizados pelo autor, verifica-se que “a maior parte dos produtores entrevistados exercia a pecuária como atividade principal em seus estabelecimentos (81,4%) antes da canavicultura [sic], enquanto 12% trabalhavam com outras lavouras, principalmente soja e milho. Esses dados confirmam a maior expansão das lavouras de cana-de-açúcar sobre áreas de pastagens.”

A pesquisa também identifica a questão apontada pela Adecoagro sobre a preferência dos proprietários no arrendamento para a cana em substituição ao arrendamento para a pecuária que ocorre após a territorialização de grupos da agroindústria canavieira na região.

Na pesquisa de campo, observamos que a maior parte dos produtores rurais entrevistados arrendou suas terras às empresas, nos últimos anos, para o plantio de cana-de-açúcar. Do total dos entrevistados, 56% arrendaram nos últimos dez anos, 32% plantaram cana-de-açúcar por conta própria, normalmente com contrato de fornecimento para alguma usina da região (TEIXEIRA, 2015, p.168).

Portanto, compreende-se que a expansão recente do setor sucroenergético para Mato Grosso do Sul impulsionou o mercado fundiário através do aumento expressivo do preço/hectare pago aos proprietários de terra em contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas. Para além da redução de criação de rebanhos promovida pela substituição de canaviais nas áreas de pecuária, o aumento no preço dos contratos de arrendamento incidiu sobre pequenos produtores de mandioca, que são arrendatários, inviabilizando que conseguissem pagar o novo preço do arrendamento, como mostra pesquisa de Costa (2012).

A recente expansão do setor sucroenergético coincide com a região tradicionalmente reconhecida como a maior produtora de farinha de mandioca, a expansão das agroindústria canavieira afetou a reprodução da agroindústrias de fecularias, através de vários fatores que provocaram o aumento da produção de mandioca, como preço nos arrendamentos de terra, redução de área plantada, perda da mão de obra para as usinas de cana (COSTA, 2012).

O município de Ivinhema historicamente é um dos principais produtores de mandioca na região e elucidada o declínio desta atividade após a construção da usina da Adecoagro. Em conversa realizada com o então secretário municipal do município, José Corte Real Coelho<sup>121</sup>, foi relatado que essa foi exatamente a situação que ocorreu com os produtores de mandioca na cidade. A maioria arrendava as terras para realizar a produção, entretanto, após a territorialização do grupo, os altos preços nos arrendamentos de terra, foi um dos fatores determinantes que encareceu a produção e prejudicou muitos mandioqueiros do município. Tal situação provocou a mobilização: “Produtores de mandioca de MS protestam por melhoria do preço. Eles querem que grama da fécula passe de R\$ 0,28 para R\$ 0,55. Produtores apontam prejuízo de mais de R\$ 3 mil por alqueire” (VIEGAS, 2015<sup>122</sup>).

---

<sup>121</sup> Entrevista feita em junho de 2015.

<sup>122</sup> Reportagem publicada pelo G1, disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2015/03/produtores-de-mandioca-de-ms-protestam-por-melhoria-do-preco.html> Acesso em out. de 2022.

Evidentemente, outras produções agrícolas foram impactadas devido à expansão dos canaviais da Adecoagro. As Tabelas 4 e 5 demonstram a variação da área plantada de culturas<sup>123</sup> temporárias e permanentes, em Angélica e Ivinhema, no período entre o ano 2000 a 2021.

Em Angélica (Tabela 4), observa-se que ocorreu expressiva expansão da área total de culturas agrícolas (temporárias e permanentes) no período analisado. No ano 2000, registrou-se área total plantada de 5.431 hectares; em 2021, registrou-se 70.931 hectares, ou seja, nesse ínterim, aproximadamente 65.500 hectares foram incorporados à produção agrícola. Em ordem decrescente, em 2021, as maiores plantações foram: cana-de-açúcar, 47.832 hectares; soja, 12.935 hectares; milho, 8.400 hectares; e mandioca, 1.205. A plantação de cana em 2021 ocupou aproximadamente 70% do total da área agrícola plantada no município. Dado que corrobora com as análises anteriores sobre a Adecoagro exercer controle do processo produtivo do campo e sobre sua expansão em área de fronteira agrícola.

Em Ivinhema (Tabela 5), a dinâmica da produção agrícola municipal é idêntica à Angélica. No cômputo da área agrícola total, observa-se a incorporação de aproximadamente 78.617 hectares à produção agrícola, entre 2000 (7.256) e 2021 (85.873), neste último ano, a área plantada com cana ocupou aproximadamente 55% (47.000 hectares) do total da área agrícola municipal (85.873 hectares). Seguida pelas plantações de soja, 21.000 hectares; milho, 13.700 hectares; e mandioca, 3.200 hectares.

No geral, as variações das plantações agrícolas registradas em Angélica e Ivinhema se assemelham à dinâmica agrícola regional e foram provocadas pela expansão recente do setor sucroenergético. O crescimento da área plantada de soja, milho e urucum, por exemplo, também ocorreu em outros municípios, conforme apontado por Teixeira (2015). Em relação à soja e ao milho, especificamente, segundo as entrevistas realizadas pelo autor, a expansão dessas culturas foi provocada pela crise do setor sucroalcooleiro; com a falência de muitos grupos e alto no preço da soja, muitos produtores migraram para essa produção.

Os dados apresentados nas Tabelas 4 e 5, somam-se, portanto, às demais evidências discutidas até o momento sobre a centralidade do capital monopolista de controlar a produção do campo e as estratégias de acumulação rentista da Adecoagro, expressas pela incorporação e transformação de áreas agrícolas em canaviais, para garantir seu abastecimento.

---

<sup>123</sup> Foi feito levantamento de dados de todas as culturas (temporárias e permanentes) que apresentou algum registro de produção, entre 2000 e 2021.

**TABELA 4- Série histórica (2000 a 2021) da área plantada (hectares) de lavouras permanentes e temporárias em Angélica-MS.**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>PERMANENTES</b>																						
Café	91	106	106	159	168	60	60	60	60	30	27	27	24	5	4	3	4	4	4	4	4	4
Limão	-	-	-	6	6	-	-	-	-	5	5	5	5	4	4	4	4	4	-	2	2	2
Urucum	-	-	-	-	-	-	-	10	11	11	16	30	34	34	34	41	41	50	62	64	50	50
Total	91	107	106	173	174	60	60	70	71	46	48	62	63	43	42	48	49	58	66	70	56	56
<b>TEMPORÁRIAS</b>																						
Algodão	90	180	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim	-	-	-	-	4	11	11	11	229	180	116	-	-	290	1230	556	500	85	-	400	900	500
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	366	1800	-	9663	14107	20582	26607	26637	32498	31674	35197	40447	38662	40904	51793	38879	47832
Cebola	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão	400	130	266	792	1500	600	30	-	5	-	5	-	165	-	-	-	4	10	-	-	5	-
Mamona	-	-	-	10	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	1300	350	958	304	1534	1250	1100	400	950	700	500	590	840	1030	1100	1100	1100	1000	720	1205	1205	1205
Melancia	30	1	4	6	-	8	3	-	-	-	-	-	2	8	3	3	21	-	-	-	-	3
Milho	1400	1600	1580	2135	5680	3550	5300	6447	1620	1060	881	770	1145	1890	2500	2520	2200	2800	4100	4900	5000	8400
Soja	2000		1446	3859	8616	9600	10000	8000	4246	2550	1507	1238	1880	2000	2500	2520	2200	3500	3700	6100	9935	12935
Sorgo	-	-	15	409	847	153	-	-	-	-	125	82	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomate	-	-	-	2	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5340	3236	4269	7520	18187	15561	18244	14858	16713	18597	23716	29287	30714	37716	39007	41896	46472	46057	49424	64398	55924	70875
<b>TOTAL</b>	<b>5431</b>	<b>3343</b>	<b>4375</b>	<b>7693</b>	<b>18361</b>	<b>15621</b>	<b>18304</b>	<b>14928</b>	<b>16784</b>	<b>18643</b>	<b>23764</b>	<b>29349</b>	<b>30777</b>	<b>37759</b>	<b>39049</b>	<b>41944</b>	<b>46521</b>	<b>46115</b>	<b>49490</b>	<b>64468</b>	<b>55924</b>	<b>70931</b>

Fonte: IBGE – SIDRA, 2000-2021. Elaboração própria.

**TABELA 5- Série histórica (2000 a 2021) da área plantada (hectares) de lavouras permanentes e temporárias em Ivinhema-MS.**

LAVOURAS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>PERMANENTES</b>																						
Café	1130	1310	1600	1465	1490	1330	1330	1330	1330	790	790	890	970	970	850	970	300	300	150	150	150	150
Goiaba	-	-	-	-	-	-	-	18	27	22	20	30	30	30	22	22	20	22	12	12	10	10
Mamão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	2	2	2	1	1	1
Maracujá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	10	10	10	1	3	2	1	-	-
Tangerina	1	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Urucum	-	-	-	-	-	-	-	-	35	33	50	63	63	82	115	150	300	150	350	380	380	300
<b>Total</b>	<b>1131</b>	<b>1320</b>	<b>1610</b>	<b>1475</b>	<b>1490</b>	<b>1330</b>	<b>1330</b>	<b>1348</b>	<b>1392</b>	<b>845</b>	<b>860</b>	<b>986</b>	<b>1066</b>	<b>1093</b>	<b>999</b>	<b>1154</b>	<b>623</b>	<b>477</b>	<b>516</b>	<b>544</b>	<b>541</b>	<b>461</b>
<b>TEMPORÁRIAS</b>																						
Abacaxi	1	6	9	13	13	20	24	68	68	45	45	40	40	40	40	40	40	40	10	40	2	2
Algodão	20	60	120	60	45	30	15	30	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim	-	-	30	20	20	30	30	45	45	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600	-	500
Arroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	13	20	15
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	13	20	15
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	454	454	6027	13939	14964	19908	27729	30290	31998	42355	43021	48399	52764	40000	47000
Feijão	150	150	200	200	160	50	60	50	50	150	36	55	20	20	120	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	5000	5000	6900	4150	4920	5800	2600	3900	3900	2450	4200	2660	2460	1440	4000	4000	4000	4000	3000	3000	3205	3200
Melancia	24	19	31	50	28	50	67	10	10	-	25	19	10	22	65	65	40	22	8	-	-	4
Milho	400	1050	1400	3143	3750	3500	2800	1250	1250	850	850	974	1144	1120	2500	8000	10000	12000	12000	15000	12600	13700
Soja	530	530	630	779	2525	3427	3400	750	750	2508	1308	1388	1400	1400	3500	8200	10000	15000	17000	17000	19000	21000
Sorgo	-	-	-	-	480	-	-	-	-	-	404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Tomate	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6125</b>	<b>6815</b>	<b>9320</b>	<b>8421</b>	<b>11952</b>	<b>12910</b>	<b>8996</b>	<b>6557</b>	<b>6557</b>	<b>12045</b>	<b>20807</b>	<b>20100</b>	<b>24982</b>	<b>31771</b>	<b>40515</b>	<b>52303</b>	<b>66435</b>	<b>74093</b>	<b>80430</b>	<b>88424</b>	<b>75122</b>	<b>85412</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7256</b>	<b>8135</b>	<b>10930</b>	<b>9896</b>	<b>13442</b>	<b>14240</b>	<b>10326</b>	<b>7905</b>	<b>7949</b>	<b>12890</b>	<b>21667</b>	<b>21086</b>	<b>26048</b>	<b>32864</b>	<b>41514</b>	<b>53457</b>	<b>67058</b>	<b>74570</b>	<b>80946</b>	<b>88968</b>	<b>75663</b>	<b>85873</b>

Fonte: IBGE – SIDRA, 2000-2021. Elaboração própria.



Conforme destacado por Delgado (2012), Borrás et. al. (2012), Harvey (2013) e Oliveira (2016) além desse controle territorial direto, através da expansão da cultura canavieira, o capital financeiro também influenciará na dinâmica do mercado fundiário a tendência é que este reorganize e controle o uso da terra, o que conseqüentemente altera seu preço.

A Tabela 6, apresenta os dados do Relatório de Análise de Mercados de Terras (RAMT) do INCRA, dos anos de 2017 e 2020, para os municípios de Angélica, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia. Os preços foram corrigidos segundo o índice de inflação IGP/DI-FGV, para a data de dezembro de 2022. A análise se restringe à apreciação do mercado fundiário em dois anos, preços de 2017 e preços de 2019, ela não possibilita analisar a apreciação do mercado fundiário a partir do período da construção das usinas da Adecoagro. Entretanto, possibilita elucidação sobre a estimativa de preços mais recentes do mercado de terras naquela região.

Observa-se que ocorre apreciação de todas as propriedades da amostra (exceto para a Pecuária de Médio Suporte, Terra Nua, na referência de 2019). Propriedades de diferentes usos agrícolas (pecuária, lavoura), nos imóveis com benfeitorias (denominado Total) e nos imóveis sem benfeitorias (denominado Terra Nua), identifica-se expressiva apreciação dos preços em todas elas. Tanto em relação aos valores de 2017, quanto aos valores de 2019. Reitera-se que esta é uma análise geral, com a intenção de elucidar a valorização do mercado de terras na região de atuação da Adecoagro, não se propõe a uma análise detalhada da flutuação de preços nesse mercado.

Pela exposição feita até o momento, reitera-se que a Adecoagro submete a produção da terra às suas demandas, fato apontado por Harvey (2013) e Delgado (2012) quando demonstram as conseqüências da circulação do capital financeiro no mercado fundiário e o controle do uso e da produção agrícola está entre os mais evidentes. Harvey (2013), ainda, salienta as demais transformações que se seguem devido à função ativa de coordenação exercida pelo capital quando circula livremente na produção agrícola.

A importância desses poderes de coordenação [...], é particularmente evidente quando se trata do problema da organização espacial [...]. O mercado fundiário molda a alocação do capital à terra e, desse modo, molda a estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, a divisão técnica do trabalho no espaço, os espaços socioeconômicos da reprodução e assim por diante (HARVEY, 2013, p. 473,474).

**Tabela 6** – Preço de terras (2017 e 2019), segundo de usos, em Angélica-MS, Nova Alvorada do Sul-MS e Sidrolândia-MS.

Tipo de Uso / Nível	Angélica, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.							
	2017				2019			
	Pesquisa de preço: junho/2017 a fevereiro/2018				Pesquisa de preço: setembro/2019 a março/2020			
Primeiro Nível Categórico	Total (R\$/ha) <sup>1</sup>	Correção (R\$/ha) <sup>2</sup>	Terra Nua (R\$/ha)	Correção (R\$/ha) <sup>2</sup>	Total (R\$/ha) <sup>1</sup>	Correção (R\$/ha) <sup>3</sup>	Terra Nua (R\$/ha) <sup>1</sup>	Correção (R\$/ha) <sup>3</sup>
Lavoura	22.031,00	39.184,70	21.175,00	37.662,20	33.205,00	52.350,76	31.044,00	48.943,74
Pecuária	14.710,00	26.163,45	12.815,00	22.792,97	17.180,00	27.085,86	14.934,00	23.544,84
Lavoura de Alta Produtividade	22.538,00	40.086,45	21.738,00	38.663,56	37.183,00	58.622,45	34.230,00	53.966,77
Pecuária de Alto Suporte	17.565,00	31.241,40	15.211,00	27.054,53	-	-	-	-
Pecuária de Médio Suporte	12.588,00	22.389,22	11.081,00	19.708,85	15.594,00	24.585,39	13.897,00	13.615,57
Lavoura de Alta Produtividade - Angélica	19.466,00	34.622,54	17.866,00	31.776,76	-	-	-	-
Lavoura de Alta Produtividade - Sidrolândia	25.610,00	45.550,36	25.610,00	45.550,36	-	-	-	-

Notas: Total: Valor total do imóvel considerando benfeitorias. Terra nua: Valor da terra sem benfeitorias. <sup>1</sup> Preço da publicação do INCRA. <sup>2</sup> Preço corrigido de acordo com o índice de inflação IGP-DI/FGV - Data inicial: junho/2017. Data final: dezembro/2022ano. <sup>3</sup> Preço corrigido de acordo com o índice de inflação IGP-DI/FGV - Data inicial: setembro/2019. Data final: dezembro/2022. Foi utilizada a calculadora do cidadão do Banco Central para fazer a correção de preços, a data inicial selecionada corresponde ao primeiro mês de levantamento da pesquisa do INCRA.

Fonte: Dados – INCRA. RAMT, 2017; 2020. Org. Larissa Chiulli Guida.

Finalmente, outro dado que deve se somar para compor a análise do controle territorial monopolista feito pela Adecoagro, refere-se à concentração fundiária. Conforme observado em Oliveira (2016), a fusão territorial monopolística tende também a provocar o aumento na concentração fundiária. A tabela 7 demonstra a estrutura fundiária em Angélica e Ivinhema

**Tabela 7** - Número e área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Ivinhema-MS e Angélica-MS, segundo o grupo de área, no ano de 2006.

Grupos de áreas (hectares)	IVINHEMA				ANGÉLICA			
	Nº de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos		Nº de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual	Unidades	Percentual	Hectares	Percentual
1 a menos de 2	20	1,36	27	0,01	1	0,15	X	x
2 a menos de 3	144	9,76	349	0,18	54	7,93	131	0,12
3 a menos de 4	57	3,86	201	0,10	9	1,32	31	0,03
4 a menos de 5	144	9,76	692	0,35	56	8,22	271	0,24
5 a menos de 10	206	13,97	1.577	0,80	195	28,63	1.596	1,44
10 a menos de 20	284	19,25	4.083	2,08	93	13,66	1.320	1,19
20 a menos de 50	325	22,03	9.593	4,87	102	14,98	3.383	3,05
50 a menos de 100	98	6,64	6.673	3,41	41	6,02	3.069	2,77
100 a menos de 200	66	4,47	9.399	4,80	31	4,55	4.497	4,06
200 a menos de 500	52	3,53	17.131	8,74	45	6,61	14.233	12,85
500 a menos de 1.000	26	1,76	17.486	8,93	21	3,08	14.529	13,11
1.000 a menos de 2.500	14	0,95	23.952	12,23	14	2,06	20.263	18,29
Mais de 2.500	15	1,02	104.802	53,49	11	1,62	47.458	42,84
<b>TOTAL</b>	<b>1.475</b>	<b>100,00</b>	<b>195.915</b>	<b>100,00</b>	<b>681</b>	<b>100,00</b>	<b>110.785</b>	<b>100,00</b>

Dados: SIDRA/IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Organização própria. Fonte: GUIDA, 2019.

Verifica-se que ambos os municípios apresentam estrutura fundiária concentrada. Em Ivinhema de um total de 1.475 propriedades apenas 15 possuem mais de 50% (53,49%) da área total dos estabelecimentos, ou seja, 104.802 hectares estão concentrados em 15 propriedades. Os dados do relatório DATALUTA/MS (2012) confirmam esse dado da concentração fundiária em Ivinhema, o estudo identificou através do índice de Gini a estrutura fundiária dos municípios do Mato Grosso do Sul, o resultado foi que três municípios apresentam fortíssima concentração fundiária (que corresponde de 0.85 a 0.92 no índice de Gini) são eles: Ivinhema, Itaquirai e Miranda. Segundo o mesmo estudo, dezesseis municípios apresentam concentração fundiária muito forte, equivalente de 0.78 a 0.85 no índice de Gini, entre eles está o município de Angélica. Esse resultado também pode ser verificado na tabela acima, em Angélica 11

estabelecimentos agropecuários concentram 47.458 hectares, ou seja, 42,44% da área total de todos os estabelecimentos.

### 3.2.2.1. Ajuste espacial e acumulação por espoliação: controle territorial e impactos ambientais

Como visto, da parte da empresa, o controle territorial que ela exerce sobre a produção do campo através da incorporação e novas áreas, da expansão dos canaviais, da apreciação no mercado fundiário – tanto nos contratos de arrendamento, quanto nos preços das propriedades, ocorre devido “a baixa competição por terras”, ressaltado em seu Material Publicitário (Figura 17 (p.152). Entretanto, implica efetivamente em inviabilidade da reprodução no campo de produtores que não conseguem arcar com os altos custos da produção promovidos pelo controle territorial e concentração fundiária.

Outra situação que evidencia a disputa pela terra é a coerção indireta exercida pela Adecoagro no caso do projeto de Reforma Agrária do Assentamento Estrela do Sul, em Angélica. O Mapa 3 (p. 160) mostra que o assentamento está localizado entre as fazendas canavieiras que abastecem a empresa, contudo, antes da usina ser construída, as famílias assentadas já estavam acampadas na região e reivindicavam as terras. Inicialmente, o Projeto de Assentamento (PA) seria na Fazenda Macaco (localizada também nas proximidades da usina), pois estava irregular, apontada como propriedade improdutiva no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mas ao longo do processo do PA, a empresa começa a construir a usina e a fazer contratos de arrendamentos na região, o proprietário da fazenda Macaco se aproveitou da situação e arrendou suas terras para a Adecoagro, isso inviabilizou o projeto de reforma agrária e, pressionado pelas famílias acampadas, o INCRA comprou as terras da fazenda Santa Rosa para fazer o assentamento<sup>124</sup>.

Como já mencionado, o interesse recente das empresas transnacionais, sobretudo do setor sucroenergético, representa também o controle sobre o mercado fundiário com a finalidade de apropriação de recursos naturais em geral (minerais, hídricos, florestais, eólicos, etc.), além da produção agropecuária, o que foi denominado como *green grabbing* (SAUER; BORRAS Jr., 2016; BOECHAT, 2020; TRALDI, 2021). Como visto no caso da Adecoagro, o discurso da sustentabilidade é constituinte das usinas canavieiras, que despontam como grandes aliadas ao meio ambiente por sua produção de combustível e energia “limpa” a partir da

---

<sup>124</sup> Informação coletada em entrevista com coordenador local do MST e do Assentamento Estrela do Sul, em julho de 2015. O entrevistado cita que o ocorrido não é um caso isolado, mas que outros assentamentos na região foram prejudicados pela expansão da cana das usinas que se instalaram ali.

diversificação da sua produção (açúcar, etanol e geração de energia). Por isso essas usinas possuem também grande interesse no mercado de carbono.

No Brasil, o programa RenovaBio é o instrumento econômico-financeiro que regulamenta o mercado de carbono. As três usinas da Adecoagro foram certificadas por ele e em 2020 a empresa foi a primeira a negociar no país a venda de títulos desse mercado. Segue a explicação do funcionamento deste mercado pela instituição financeira responsável por ele.

Para viabilizar as obrigações assumidas pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (COP 21), foi estabelecida em 2017 através da Lei nº 13.576/2017, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), com regulamentações adicionais através do Decreto nº 9.888/2019 e da Portaria nº 419 de 20/11/2019 expedida pelo Ministério de Minas e Energias.

Como um dos esforços para cumprir os compromissos assumidos na COP 21, o país estabeleceu metas anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, com o intuito de aumentar a participação de bioenergia na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030.

O Crédito de Descarbonização (CBIO) é um dos instrumentos adotados pela RenovaBio como ferramenta para o atingimento desta meta. Ele será emitido por produtores e importadores de biocombustíveis, devidamente certificados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base em suas notas fiscais de compra e venda. Em contrapartida, os distribuidores de combustíveis fósseis possuirão metas anuais de descarbonização calculadas pela ANP, com base na proporção de combustíveis fósseis que comercializam, e adquirir CBIOs é a única forma de atingimento destas metas.

Cada CBIO corresponderá a uma tonelada de CO<sub>2</sub> evitado, ele não terá data de vencimento e será retirado de circulação somente quando for solicitada sua aposentadoria. A cada ano os distribuidores de combustíveis deverão solicitar a aposentadoria de CBIOs de sua titularidade em quantidade equivalente às metas de descarbonização que lhe foram estabelecidas.

### **Emissão de CBIO e o papel da B3**

O processo de autorização para emissão e validação das notas fiscais que possibilitam a emissão é feita pelos produtores e importadores de biocombustíveis junto à ANP, sem envolvimento da B3. Obtida a documentação, os emissores devem contratar um Escriturador (Banco ou Instituição Financeira) para realizar a emissão do CBIO e então trazê-lo a registro na B3.

A B3 disponibiliza o ambiente para registro da emissão, negociação e solicitação de aposentadoria do CBIO, no qual Instituições Financeiras acessam cumprindo papel de Escrituradores e/ou representantes de clientes compradores de CBIO (B3<sup>125</sup>, Crédito de descarbonização, 2022).

---

<sup>125</sup>

Fonte: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/outros-servicos/servicos-de-natureza-informacional/credito-de-descarbonizacao-cbio/](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/outros-servicos/servicos-de-natureza-informacional/credito-de-descarbonizacao-cbio/) Acesso em 16 de maio de 2022.

Em um estudo sobre a precificação de carbono no Brasil as autoras Gonçalves, Vecchia e Godward (2022)<sup>126</sup> realizam um mapeamento sobre a realização desse mercado e destacam o setor de biocombustíveis como um dos agentes que se posicionam favoráveis à precificação do carbono por instrumentos de mercado financeiro, a ÚNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e o Fórum Nacional Sucroenergético estão entre as entidades ligadas ao agronegócio canavieiro que se manifestam favoráveis a essa precificação.

De acordo com as autoras Melo e Boratti (2022) a comercialização de Créditos de Descarbonização (CBIos), mecanismo instituído pela Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) (Lei n.º 13.576/2017), com o objetivo de promover a redução de emissões da matriz de energia de transportes, é um exemplo de instrumento econômico voltado para o incentivo da preservação ambiental.

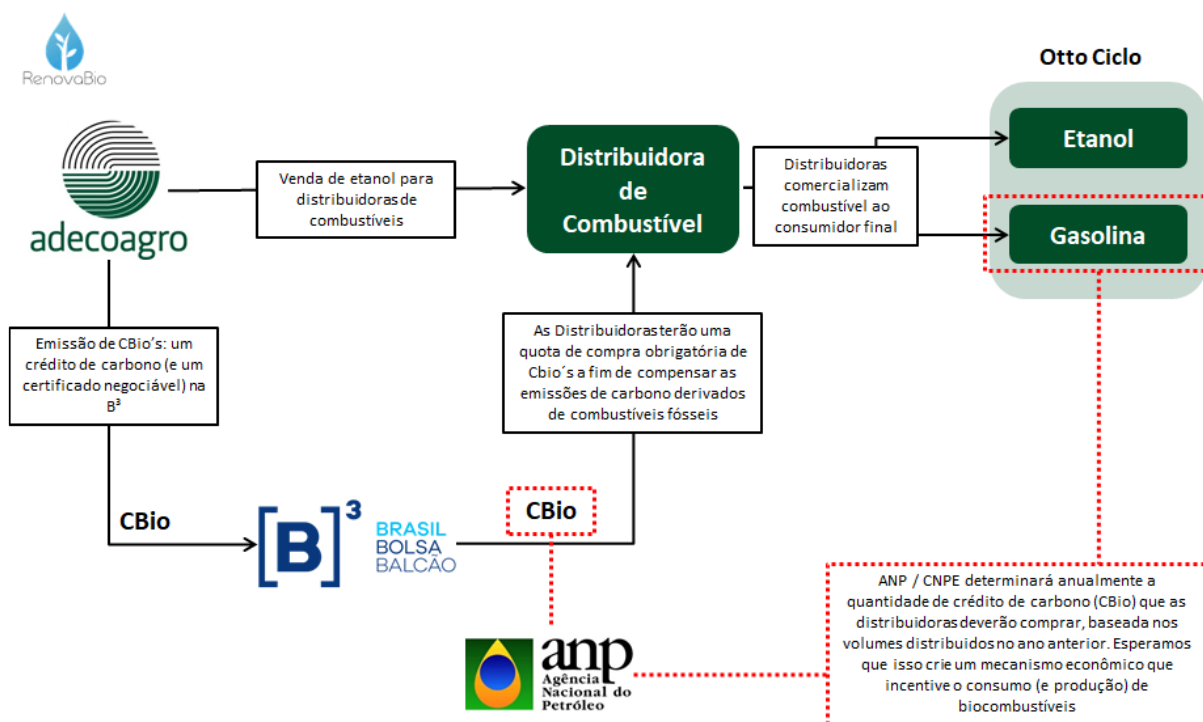
O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) corresponde a um dos instrumentos econômicos voltados a incentivar a preservação ambiental por meio de compensações (que nem sempre são financeiras) às pessoas que promovam práticas sustentáveis que passaram a fazer parte da política ambiental brasileira com relativo destaque. O PSA insere-se, portanto, no contexto dos debates acerca do uso de ferramentas econômicas para a promoção da proteção ambiental, refletindo tanto o entusiasmo com suas potenciais oportunidades quanto as dificuldades normativas, as críticas e as contradições que orbitam em torno da questão, a exemplo da criação de um mercado de serviços ambientais (com correspondentes metodologias de valoração dos serviços ecossistêmicos e estruturação de formas de pagamento) (MELO, BORATTI, 2022, p.233-234).

As três usinas da Adecoagro foram certificadas no RenovaBio e em 2020 a empresa foi a primeira a negociar créditos de descarbonização os “CBIos”, de acordo com o diretor “o cenário atual é muito melhor do que se esperava<sup>127</sup>”. A figura XX descreve as principais características da estrutura proposta pelo programa:

---

<sup>126</sup> “Próximo ao agronegócio, o setor de biocombustível também se posiciona de forma favorável à precificação de carbono a partir de instrumentos de mercado. Em julho de 2020, acadêmicos e associações de produtores rurais de biomassa energética e de produtores de biocombustíveis assinaram documento de apoio à regulamentação e implementação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que, conforme o Decreto n.º 9.888/2019, “dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis” (BRASIL, 2019). O manifesto destaca que: “o funcionamento adequado do sistema de precificação é essencial para a indução de maior eficiência energético-ambiental na produção e uso dos biocombustíveis” (ABBI et al., 2020). Entre outros, assinam o documento entidades como a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), o Fórum Nacional Sucroenergético, a Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), a CNA, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em outras oportunidades, representantes da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) também manifestaram apoio ao RenovaBio (BIOCOMBUSTÍVEIS, 2020)” (GONÇALVES; VECCHIA; GODWARD, 2022, Cap. 5, p-122-123).

<sup>127</sup> Disponível em: <https://jornalcana.com.br/cenario-atual-e-muito-melhor-do-que-se-esperava/>



Source: BTG Bank / MME / EPE / CNPE

FIGURA 8 – Esquema da comercialização de Cbios pela Adecoagro<sup>128</sup>.

Neste sentido, entende-se que o Renovabio é mais um mecanismo político-financeiro por onde o capital portador de juros se acumula em associação ao agronegócio numa evidente expressão da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), que, além de regulamentar politicamente este mercado, também concede empréstimos via BNDES<sup>129</sup>.

No capítulo intitulado “O ‘ecossistema’ financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil” Barros Junior reforça a estratégia do agronegócio rentista por meio de discurso ambientalista.

Embora os mecanismos de territorialização dos projetos de retomada verde no país pareçam, em certa medida, pulverizados, há um fio condutor que possibilita a atuação de determinadas diretrizes globais nas ações locais e territoriais. O nexo entre as iniciativas globais sobre mudanças climáticas e mudanças no uso do solo está estreitamente interligado com as novas práticas de governança privada financeira e corporativa.

As principais corporações agroalimentares e os investidores institucionais bancários e não bancários, como fundos de pensão e de investimentos estabelecidos no Brasil, estão redesenhando suas estratégias produtivas e de

<sup>128</sup> Fonte: PROSPECTO DEFINITIVO, 2020, p. 163. Disponível em: [https://www.b3.com.br/data/files/62/15/36/D6/0CBCE610A9724BE6AC094EA8/ADECOAGRO\\_DEFINITIVO.pdf](https://www.b3.com.br/data/files/62/15/36/D6/0CBCE610A9724BE6AC094EA8/ADECOAGRO_DEFINITIVO.pdf)

<sup>129</sup> Ver a respeito: <https://www.novacana.com/n/informe-publicitario/usina-santa-fe-conclui-captacao-r-100-milhoes-programa-bndes-renovabio-250422>

mercado a partir da narrativa de melhores práticas ambientais a fim de, simultaneamente, aumentar uma elevação já em curso na produção e exportação de commodities agrícolas, em especial na cadeia da soja, ao mesmo tempo em que se pretende garantir maior rentabilidade dos investimentos financeiros em ativos “verdes” ancorados em terra, recursos naturais e na cadeia agroalimentar (BARROS JR., 2021, p.42).

No entanto, se, por um lado a Adecoagro foi a pioneira em comercialização de crédito de carbono, fato que, aparentemente é considerado uma correta ação ambiental das empresas sucroenergéticas; por outro lado, a prática da pulverização de agrotóxicos sobre seus canaviais e os consequentes problemas de contaminação de solos e recursos hídricos, revela um exemplo prático da essência das ações sustentáveis. A partir de uma denúncia e da mobilização realizada por sericultores da região, o Ministério Público do Estado abriu investigação e, após apuração, ajuizou Ação Civil Pública contra a empresa que causou dano ambiental.

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema ajuizou Ação Civil Pública em desfavor da empresa Adecoagro por irregularidades na pulverização de agrotóxicos em áreas extensas de plantio de cana-de-açúcar, na região de Novo Horizonte do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema e Deodápolis.

A ação é oriunda do Inquérito Civil nº 06.2018.00002000-0, em que foram apuradas que, sob direção da Adecoagro, houve a pulverização aérea de agrotóxicos, especialmente “Certero” (triflumuron) e “Altacor WG” (clorantraniliprole), entre os meses de janeiro e agosto de 2018, na região da comarca de Ivinhema/MS, os quais, pela análise das trajetórias das plumas de poluição, atingiram as imediações da Gleba Vitória, causando a morte de diversas criações de bichos-da-seda. [...]

A Embrapa realizou perícia técnica nas amostras coletadas na propriedade de um dos sericultores, visando esclarecer se as amostras possuíam vestígios de substâncias tóxicas capazes de causar a mortalidade dos animais. Na ocasião, foi constatado que o inseticida triflumurom foi detectado em 29 das 33 amostras analisadas, ou seja, em 88% das amostras de folhas de amoreira. Já o inseticida clorantraniliprole foi detectado em 16 das 33 amostras, ou seja, em 48% das amostras de folhas de amoreira.

Considerando que a análise das coletas de amostras de amoreiras realizadas em 5, 6, 17 e 19 de abril de 2018, e em 4 de maio de 2018, deixaram clara a presença de resíduos agrotóxicos, bem como o fato de que as pulverizações executadas pela Adecoagro nos dias 26 de março de 2018 e 2 de abril de 2018 são quase que imediatamente anteriores às coletas mencionadas e à morte de bichos-da-seda relatada pelos sericultores, constatou-se que a empresa demandada, ainda que por meio de atividade lícita, causou dano ambiental na região de Ivinhema/MS. De acordo com o MPMS, o prejuízo total de todos os sericultores consistiu no montante de R\$ 84.040,31.



Para o Promotor de Justiça titular da 2ª PJ de Ivinhema, Allan Thiago Barbosa Arakaki, não bastasse o dano causado aos bichos-da-seda, fato é que o meio ambiente em geral foi afetado pela pulverização de agrotóxicos naquela localidade, ainda mais quando considerado o fenômeno da deriva. “A utilização dessas substâncias tóxicas promove uma cadeia de contaminação que, inevitavelmente, atingirá todos os recursos naturais existentes (solo, ar atmosférico, lençóis freáticos/cursos hídricos etc.), espécies animais e vegetais e, por fim, a saúde humana”, destacou o Promotor. [...]

Diante do caso, o Ministério Público Estadual requer a condenação da empresa na obrigação de pagar quantia certa (indenização), atinente à compensação de todos os danos materiais causados ao meio ambiente nos Municípios de Ivinhema e de Novo Horizonte do Sul, e danos morais ambientais, ante à execução de pulverização aérea de agrotóxicos pela Adecoagro, os quais degradaram os recursos ambientais atinentes ao ar, solo, fauna e flora, em valor a ser arbitrado pelo Juízo (ASSECOM MPMS<sup>130</sup>, 2021).

O caso foi emblemático e a mobilização social em torno desse problema resultou na criação de lei que proibiu a pulverização de agrotóxicos no município de Glória de Dourados-MS, conforme demonstra a reportagem a seguir feita pelo Brasil de Fato.

Além dos impactos na saúde humana, o uso de agrotóxicos pode contaminar o meio ambiente e prejudicar diferentes atividades econômicas desenvolvidas nos territórios brasileiros. A cidade de Glória de Dourados (MS), localizada a cerca de 300 km da capital Campo Grande, é conhecida pela criação do bicho-da-seda, cujo beneficiamento culmina na comercialização de tecidos. No entanto, desde meados de 2015, as famílias produtoras dessa cultura tradicional são prejudicadas pelo agrotóxico aplicado via aérea por uma usina de cana-de-açúcar pertencente ao Grupo Adecoagro.

"Antes de iniciar essa pulverização, a gente tinha um controle financeiro de nossa produção, mas quando começou esse problema eu tive que pegar dinheiro emprestado, renegociar parcela da minha terra, dos subsídios de produção. Muita gente já abandonou seu pedaço de chão e não teve condições de continuar", conta o sericicultor Paulo Plizarri, uma das lideranças que ainda lutam pela preservação do cultivo do bicho-da-seda na região.

O sericicultor explica que o agrotóxico aplicado por avião nas plantações de cana é carregado pelo vento e atinge as folhas de amoreiras, principal fonte de alimento dos bichos-da-seda. "Só tem uma cerca dividindo a cana de nossas terras. Se eles pulverizam a 200 metros via terrestre, não acontece nada aqui, mas com avião, pode estar a mais de 15km que com certeza o veneno vai nos atingir", explica.

Plizarri relata que, em 2016, após diversas famílias sericultoras perderem suas produções justamente em decorrência da aplicação aérea de agrotóxicos, iniciou-se um processo de mobilização para a criação de uma lei que impedisse a prática utilizando aviões. "Nós nos juntamos com os

<sup>130</sup> <https://www.mpms.mp.br/noticias/2021/04/mpms-ajuiza-acao-civil-publica-contra-empresa-que-causou-dano-ambiental-a-sericultores-da-regiao-de-ivinhema>

Ministérios Públicos Estadual e Federal e exercemos pressão no município para criar uma lei que protegesse não somente a nós, mas toda a população", recorda.

Após reuniões e audiências públicas, foi aprovada a Lei Municipal nº 1.087, de 23 de novembro de 2016, que proíbe no município de Glória de Dourados a pulverização aérea de agrotóxicos - o descumprimento prevê a aplicação de multa. "Não teria mais bicho-da-seda se nós não tivéssemos lutado", enfatiza Plizarri (OLIVEIRA, 2021<sup>131</sup>).

---

<sup>131</sup> <https://www.brasilefato.com.br/2021/10/01/mobilizacao-social-resulta-em-criacao-de-lei-que-proibe-pulverizacao-de-agrotoxicos-no-ms>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado global das finanças tem sido a tônica no atual processo de acumulação, o capital financeiro busca incessantemente novas formas de autovalorização em diferentes atividades econômicas. No caso particular da atividade agrícola, a alta nos preços das *commodities*, boom das *commodities*, foi determinante, para atrair muitos fundos financeiros para este setor, principalmente no período de crise e pós crise de 2008. Os massivos investimentos desses capitais no setor agrícola mundial levaram a um fenômeno que ficou conhecido como *land grabbing*, em que empresas transnacionais passaram a adquirir e arrendar terras em países com potencial agrícola.

A relação entre mercado de finanças e mercado agrícola é impulsionada a nível mundial. Empresas transnacionais realizaram investimentos em países produtores de mercadorias agrícolas, buscando, essencialmente, o controle (monopólio) do uso da terra e demais recursos naturais (hídricos, minerais e florestais). No caso particular brasileiro, o país se torna “plataforma de valorização do capital financeiro mundial” sobretudo, porque arranjos institucionais de diferentes governos promoveram a economia política do agronegócio. Facilitando assim, a mundialização da agricultura brasileira.

O caso específico da Adecoagro é emblemático para a compreensão deste contexto, uma transnacional que foi fundada em 2001 na Argentina – contexto e crise interna nesse país. Entre seus fundadores, especialistas de fundos de investimentos, reconhecida como a empresa do financista George Soros. Expandiu-se rapidamente para o Brasil e o Uruguai e atualmente é um dos principais produtores de alimentos e energia renovável da América do Sul. Com atividades relacionadas à produção de grãos, arroz, oleaginosas, amendoim, lácteos e seus derivados, açúcar, e etanol, além da cogeração de energia elétrica. Estes negócios são divididos em três frentes (a) produção agrícola (grãos e leite), (b) transações imobiliárias e (c) produção sucroenergética. Monopoliza um banco de terras de mais de 430.000 hectares.

A particularidade da territorialização da Adecoagro expressa o movimento geral do processo dialético de acumulação-crise do modo capitalista de produção na contemporaneidade, com proeminência do capital financeiro. Os ajustes espaciais realizados ao longo da geografia histórica do capitalismo evidenciam as diferentes estratégias do capital para tentar “driblar” sua “barreira interna”: as crises. Portanto, inerentes ao próprio processo de acumulação, logo, a leitura do processo de reprodução ampliada a partir do par dialético acumulação-crise do capital. O espaço é produzido, destruído, incorporado, reconstruído por ajustes espaciais que

procuram contornar o processo de acumulação-crise do capital. Mas os ajustes são também temporais, por isso a resolução espacial é, na verdade, uma aparência de resolução, ou seja, uma resolução aparente. A tendência do processo da reprodução do capital é o “desajuste”, a crise. Esse, portanto é o movimento geral da acumulação de capital: desigual, contraditório e “autodestrutivo”.

A expansão das políticas neoliberais mundo afora - principalmente após a década de 1970 - é vista, nesse contexto, como projeto do capital monopolista para “ajustar-se” em novos espaços de acumulação. A característica fluída do capital financeiro é essencial para facilitar a circulação do capital para novos ajustes espaciais. As finanças são a “força motriz” do movimento contemporâneo de mundialização do capital. As empresas transnacionais que produzem em diferentes atividades econômicas realizam a materialidade da mundialização do capital. Por isso se buscou compreender a constituição e a história de expansão do Grupo Adecoagro, a territorialização de suas atividades de produção é interpretada como a busca do capital financeiro em realizar, para si, o seu necessário ajuste espacial.

As estratégias territoriais de acumulação da Adecoagro no setor agrícola da América do Sul, representam a expressão da estratégia da acumulação financeira contemporânea. Entretanto, ressalva-se que a realização da reprodução da Adecoagro – e de toda empresa transnacional, depende da capitalização rápida e fluída promovida pelo sistema financeiro. Daí a necessidade de compreender a transformação interna na constituição desses grupos mundiais, naquilo que Chesnais (2005; 2010) destacou acerca do sistema de finanças no neoliberalismo gerar uma forma específica de propriedade capitalista, a propriedade-patrimonial, que é representada, por sua vez, pela nova figura do capitalista, o proprietário-acionista, ou melhor, o acionista institucional, que detém títulos da empresa.

Essa especificidade da acumulação financeira promove um grupo específico de proprietários, os investidores institucionais, que detém monopólio das ações no mercado financeiro mundial. Foi esse o caminho que se buscou traçar para pesquisar as estratégias da Adecoagro, compreender sua formação como uma *holding*, mediante as análises da estrutura societária e divisão em empresas subsidiárias.

Por sua vez, a territorialização dessa transnacional símbolo da empresas mundiais, financiada por diferentes fundos de investidores institucionais, como o fundo soberano do Catar, e o fundo do financista George Soros, representa o ajuste espacial do capital financeiro na atividade agropecuária de países da América do Sul. A expansão geográfica está intrinsecamente ligada à reprodução ampliada do capital, e no atual regime de acumulação financeira a acumulação se dá, predominantemente, mediante processos de acumulação por

espoliação, que evolve, entre outros, mecanismos de controle e privatizações de recursos naturais. A ação monopolista é intrínseca às empresas *holdings*.

Foi visto no capítulo 2 a monopolização dos territórios através da territorialização da Adecoagro. Os “ajustes espaciais da empresa” em sua forma mais direta, correspondem à consolidação e expansão de banco de terras, produção de *commodities* agrícolas, construção de agroindústrias, exercendo controle territorial por ação monopolista, tanto no controle da produção agropecuária, quanto no mercado fundiário. O “negócio de transformações de terras”, da empresa, expressa a estratégia de acumulação via renda capitalizada da terra.

O desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço, resultado de processos anteriores de acumulação, cria condições para o ajuste espacial engendrado por capitais financeiros, que coordenam e circunscrevem sua territorialização de acordo com as formas mais lucrativas, indiscriminadamente. Seja pela apropriação legal, pela grilagem ou arrendamento de terras; para a finalidade tanto especulativa, quanto produtiva (*commodities* agrícolas e minerais), ou pela exploração do conjunto de recursos naturais e suas possibilidades de transações financeiras.

Portanto, o estudo do caso da Adecoagro no Brasil expressa o ajuste espacial como totalidade em processo na geografia histórica do capitalismo, apreendido na particularidade brasileira. Daí que se passou a considerar que as recentes estratégias de empresas transnacionais do agronegócio, sobretudo os movimentos de capitais financeiros no mercado fundiário e de produção agrícola (*land grabbing*), podem ser interpretadas como um ajuste espacial dos capitais “ociosos” das crises financeiras no campo brasileiro.

Na particularidade da produção do agronegócio brasileiro, a produção do setor sucroenergético é emblemática para compreender as contradições do processo de acumulação-crise do capital. Recentemente o setor experienciou forte financeirização, resultando em internacionalização da agroindústria canavieira nacional. Na primeira década dos anos 2000, a elevação no preço das *commodities* agrícolas, em especial do açúcar, somado às novas demandas do mercado mundial de produção de energia em busca de produção considerada renovável, como a produção do etanol a partir da cana-de-açúcar, atraiu muitos investidores para este setor.

Entretanto, a expressiva financeirização do setor sucroenergético brasileiro, através dos massivos investimentos financeiros, provocou a centralização e concentração de capital, o que eclodiu em nova crise para este setor, com falência de inúmeras empresas, como visto no capítulo 3, nos casos citados no estado de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, procurou-se estudar a territorialização da Adecoagro, uma empresa transnacional, no setor sucroenergético brasileiro, que vivenciou esse período de ascensão e crise, como expressões particulares da dinâmica mundial da reprodução contraditória do capital. O capital financeiro “se ajustou”, territorializando-se através das usinas de cana-de-açúcar construídas pela Adecoagro em Mato Grosso do Sul. Área considerada como expansão de fronteira agrícola para o setor da agroindústria canavieira.

Entretanto, a territorialização só foi possível mediante significativo financiamento público, expressão da acumulação por espoliação do capital neoliberal. Conseqüentemente, o controle territorial exercido pela empresa transnacional sujeitou a produção e o trabalho agrícola ao “modus operandi” da finança capitalista rentista, estabelecendo e reforçando contradições do capitalismo rentista na agricultura brasileira e seu conseqüente desenvolvimento desigual, tais como: monopolização da produção agrícola por meio da expansão expressiva de canaviais; apreciação do mercado fundiário; monopólio dos preços da terra, por meio de contratos de arrendamentos e aumento no preço do imóvel rural; concentração fundiária; interferência no projeto de Reforma agrária do assentamento Estrela do Sul; poluição e impactos ambientais pelo uso de agrotóxicos. Dessa forma, a particularidade da territorialização do grupo Adecoagro no setor sucroenergético brasileiro, evidenciou as contradições do processo mundial de acumulação-crise do capital.

## REFERÊNCIAS

ADECOAGRO. Avaliação de propriedades rurais (*Appraisal of real propert*), 2018. Disponível em: <[http://ir.adecoagro.com/uploads/1542316389\\_C&W%202018.pdf](http://ir.adecoagro.com/uploads/1542316389_C&W%202018.pdf)>. Acesso em abril de 2022.

\_\_\_\_\_. Avaliação de propriedades rurais (*Appraisal of real propert*), 2022. Disponível em: <[http://ir.adecoagro.com/uploads/1542316389\\_C&W%202018.pdf](http://ir.adecoagro.com/uploads/1542316389_C&W%202018.pdf)>. Acesso em abril de 2022

\_\_\_\_\_. **Banco de terras**, (*Landbank*). 2020. Disponível em: <[https://ir.adecoagro.com/uploads/Landbank\\_Adecoagro.pdf](https://ir.adecoagro.com/uploads/Landbank_Adecoagro.pdf)> Acesso em abril de 2022.

\_\_\_\_\_. **Material Publicitário**. Necton Investimentos. 2019. Disponível em: <<https://www.necton.com.br/wp-content/uploads/CRA-Adecoagro-Material-Publicitario.pdf>>. Acesso em março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Prospecto definitivo**. B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, 2019, p. 176. Disponível em: <[https://www.b3.com.br/data/files/62/15/36/D6/0CBCE610A9724BE6AC094EA8/ADECOAGRO\\_DEFINITIVO.pdf](https://www.b3.com.br/data/files/62/15/36/D6/0CBCE610A9724BE6AC094EA8/ADECOAGRO_DEFINITIVO.pdf)>. Acesso em 10 de abril de 2022.

AGRIANUAL. **Anuário da Agricultura Brasileira**. In: Informa Economics FNP, p. 64, 2004.

\_\_\_\_\_. **Anuário da Agricultura Brasileira**. In: Informa Economics FNP, p. 68, 2014.

ARRUZZO, R. C.; CUNHA, L. D. O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, vulnerabilidades e conflitos territoriais. **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético do Brasil**. Júlia Adão Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, pp. 109-134.

BACKES, T. R. O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção. **Dissertação** de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C., 07 de setembro de 2010.

BARROS JR., O. A. de. O “ecossistema” financeiro de uma agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil. O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar. MORENO, C. et. al. (org.) Brasília: **Grupo Carta de Belém**, dezembro de 2021.

BELLENTANI, N. F. A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2015.

BERGDOLT, C; MITTAL, A. **Betting on world agriculture: us private equity managers eye agricultural returns**. 2012. The Oakland Institute. Oakland, Estados Unidos, 2012.

BIERHALS, J.; FERRAZ, J. V. Preços de terras sobem e mercado continua promissor. In: **Agrianual**, FNP Consultoria, São Paulo, 2012.

BERNARDES, J. A; FREDERICO, S; GRAS, C; HERNÁNDEZ, V.; MALDONADO, G. (org.) **Globalização do agronegócio e *land grabbing***: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

BERNARDES, J. A.; MALDONADO, G. Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina. In: BERNARDES, J. A. et al. (orgs.) **Globalização do agronegócio e *land grabbing***: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

BERNARDES, J. A; CASTILLO, R. (org). **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético do Brasil. Júlia Adão Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

BOECHAT, C. A. (org.) **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: *land grabbing e flex crops*** na financeirização recente do campo brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. de A.; PITTA, F. T. *Land grabbing* e crise do capital: possíveis interseções dos debates. **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: *land grabbing e flex crops*** na financeirização recente do campo brasileiro / org. Cássio Arruda Boechat. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, cap. 1, pp. 25-55.

BORRAS JR., S.; KAY, C., GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies** 33 (4): 402–416, 2012.

CABRERA, G; FERRAZ, J.V. Preços das terras continuam em alta. In: **Agrianual**, FNP Consultoria, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. Mercado de terras permanece aquecido. In: **Agrianual**, FNP Consultoria, São Paulo, 2014.

CENTENARO, M. Um estudo sobre o investimento externo direto no setor sucroenergético no estado de Mato Grosso do Sul. **Tese** de Doutorado em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de concentração: organizações e competitividade. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo-RS. 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**; tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã. 1996.

\_\_\_\_\_. (coord.) **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos / coordenado por François Chesnais. São Paulo: Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.) **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração e consequências. François Chesnais (org.); tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.



\_\_\_\_\_. (org.) A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In.: **A finança capitalista**. Brunhoff, S. [et al.] (org.); tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

COSTA, U. G. Industrialização e relações de trabalho nas feculares de Mato Grosso do Sul. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS: UFGD, 2012.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 142p.

\_\_\_\_\_. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 286-305, mês dez, 2020.

DOMINGUES, A. T. **A territorialização do setor agroindustrial canavieiro em Mato Grosso do Sul** [livro eletrônico] / Alex Torres Domingues -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. (Coleção Teses e Dissertações). 198p.; 6,97 MB Epub.

\_\_\_\_\_. A territorialização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: o caso de Ponta Porã. **Tese** (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017.

FAGUNDES, F. N; VALE, A. R. A influência da usina Monte Alegre na organização espacial do município de Monte Belo e suas implicações. Simpósio Brasileiro de Geografia. 1., 2014. Alfenas. **Anais...** Alfenas: UNIFAL, 2014.

FAIRBAIRN, M. “‘Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 1, n. 5, p. 777-795, 2014.

FAO. **Dinamica del mercado de la tierra en America Latina y el Caribe**. Santiago: FAO, 2012.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2010, p. 76-83.

FERRAZ, J. V. Terras são a nova menina-dos-olhos do agronegócio brasileiro. In: **Agrianual**, FNP Consultoria, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Mercado de terras permanece aquecido. In: **Agrianual**, FNP Consultoria, São Paulo, 2014.

FREDERICO, S. Território usado e acumulação por espoliação: expropriação de terras e produção agrícola moderna no Brasil e Argentina. **Projeto de Pesquisa**. Auxílio Regular à Pesquisa. FAPESP, 2013.

FREDERICO, S.; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A [et al.] (org.).

**Globalização do agronegócio e land grabbing:** a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, pp-12-32.

FREITAS, E. P. DE; ROSSINI, R. E.; QUEIRÓS, M. O poder das empresas transnacionais sobre o território brasileiro. reflexões a partir do sector sucroenergético. In: XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., Barcelona. **Anais...** Barcelona: UNIVERSITAT BARCELONA, 2014.

GRAIN. *Fondos de pensiones: actores claves em el acapariamiento mundial de tierras agrícolas.* A Contrapelo. **GRAIN**, junho de 2011.

GRAS, C; NASCIMENTO, R. C. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: BERNARDES, J. A [et al.] (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing:** a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, pp. 118-134.

GUIDA, L. C. Expansão canavieira e a "fusão territorial monopolística": Estudo do controle territorial em municípios do Vale do Ivinhema (MS). Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. **Anais...** Recife: Ed.UFPE, 2019, pp. 6182-6196.

GONÇALVES, V. K; VECCHIA, V. D; GODWARD, M. Debate sobre precificação de carbono no Brasil: atores e posicionamentos. **Finanças verdes no Brasil:** perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. MIOLA, I. Z. et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

HAGE, F. A. S; PEIXOTO, M; VIEIRA FILHO, J. E. R. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo e la teoría marxista.** Traducción de Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2ª ed., janeiro de 2006.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral, Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 7ª ed., fevereiro de 2013a.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., novembro de 2013b.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo:** história e implicações. Tradução de Adail Sobral, Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 5ª ed., 2014.

LUYT, I; SANTOS, N; CARITA, A. Emerging investment trends in primary agriculture. A review of equity funds and other foreign-led investments in the CEE and CIS region. **FAO,** Roma, Itália, 2013.

MAIA, C. L. Terra e Capital Financeiro: as novas configurações do capital no século XXI. **Anais: Marx e Marxismo 2013, Marx hoje, 150 anos depois.** Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

MALAGODI, E. Renda da terra. In: **Dicionário da terra.** Org. MOTTA, M. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 402-407.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso.** Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. II, p. 52-92.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 5ª ed. 1995. Cap. V, p. 151-177.

MARQUES, M. I. M. O novo significado da questão agrária. ENANPEGE, 9., 2011. Goiânia. Anais... Goiânia: Anpege, 2011.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária crítica: um pouco de história. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 22, n. 3, p. 504-514, 2018(a).

\_\_\_\_\_. A propriedade da terra no Centro-Norte do Brasil: agricultura e valorização imobiliária em tempos de financeirização econômica. (2018) Congresso Internacional de Americanistas. Anais...Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, . v. 10. p. 512-522. 2018(b).

\_\_\_\_\_. Financiamento ambiental, mudanças climáticas e o agronegócio no Brasil. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde.** MIOLA, I. Z. et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro 1. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MELO, M. E.; BORATTI, L. V. Pagamentos por Serviços Ambientais: dos fundamentos jurídicos à lei n.º 14.119/2021. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde.** MIOLA, I. Z. et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

MENDONÇA, M. L. R. F; Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

MORENO, C.; PACHECO, F.; PACKER, L; VECCHIONE, M; CAMPOS, M; SANTOS, M. O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar. Brasília: **Grupo Carta de Belém**, 2021.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 58, p. 5-64, 1981.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH – USP, 2007.

\_\_\_\_\_. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. In: **Agrária**, n.º. 12, São Paulo, USP, p. 3-113, 2010.

\_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais: XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Comlombia, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. Pp.35-52.

\_\_\_\_\_. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. In.: Revista **ANPEC**, 2012.

PINTO, M, J, A. Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético. **Dissertação** de Mestrado em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP. 2011.

PITTA, F. T. Modernização Retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2016.

PITTA, F.T.; MENDONÇA. M. L. R .F. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. In.: **Mural Internacional**. Vol 5, N. 1. Jan-Jun de 2014. pp. 46-55.

PITTA, F. T.; XAVIER, C. V.; NAVARRO, C.; MENDONÇA, M. L. R. F. Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil. São Paulo: **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**, Editora Outras Expressões, 2014.

PORTER, M. **Competição: Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1999.

SAMPAIO, M. de A. P. Mercado sucroenergético mundial: dinâmicas do início do século XXI. **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético do Brasil. Júlia Adão Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, pp.17-38.

SAUER, S., LEITE, S., Agrarian structure, foreign land ownership and land value in Brazil. **International Conference on Global Land Grabbing**, 6-8 abril, Sussex, 2011.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. J. *Land Grabbing and Green Grabbing*: uma leitura da “corrida na produção acadêmica” sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Edição Especial, junho de 2016.

SILVA, R. P. S. As faces do agronegócio e a financeirização do alimento pela usina Monte Alegre – Adecoagro. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Geografia Licenciatura. Universidade Federal de Alfenas [UNIFAL-MG]. Alfenas, 2021.

SOUZA, J.G.; NASCIMENTO, R.F.; GEBARA, J. J. Mercados de terras no estado de São Paulo: determinações de preços Pós-Plano Real. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 40-49, jul. / dez. 2012

SOUZA, J. G., A Produção Brasileira de Etanol e seus Efeitos sobre o Valor da Terra, sobre a Concentração Fundiária e sobre a Homogeneização da Paisagem. In.: **Diversitates**, Vol. 5, N° 1 : 29 – 58, 2013

TEIXEIRA, J. C. Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: [s/n], 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Por trás dos canaviais os (nós) da cana: relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1.ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

TRALDI, M. Acumulação por despossessão e *green grabbing*: parques eólicos, arrendamento e apropriação de terras no semiárido. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.

WILKINSON, J. et al. Dinamica del mercado de la tierra en America Latina y el Caribe: El caso de Brasil. Santiago: **FAO**. 2012.

**APÊNDICE A – Adecoagro: Subsidiárias em 2017.**

NOME	LOCALIZAÇÃO
<b>Subsidiárias majoritárias</b>	
1 Adecoagro GP S.à r.l.	Luxemburgo
2 Adecoagro LP S.C.S	Luxemburgo
3 Kadesh Hispania S.L.U.	Espanha
4 Leterton España S.L.U.	Espanha
5 Global Calidon S.L.	Espanha
6 Global Acamante S.L.	Espanha
7 Global Mirabilis S.L.	Espanha
8 Global Carelio S.L.	Espanha
9 Global Asterion S.L.U.	Espanha
10 Global Pindaro S.L.U.	Espanha
11 Global Acasto S.L.U.	Espanha
12 Global Pileo S.L.U.	Espanha
13 Global Anceo S.L.	Espanha
14 Global Laertes S.L.U.	Espanha
15 Global Seward S.L.U.	Espanha
16 Peak Texas S.L.U.	Espanha
17 Peak City S.L.U.	Espanha
18 Global Hisingen S.L.	Espanha
19 Global Neimoidia S.L.U.	Espanha
20 Adeco Agropecuaria S.A.	Argentina
21 Pilagá S.A.	Argentina
22 Cavok S.A.	Argentina
23 Establecimientos El Orden S.A.	Argentina
24 Agro Invest S.A.	Argentina
25 Forsalta S.A.	Argentina
26 Bañado del Salado S.A.	Argentina
27 Dinaluca S.A.	Argentina
28 Compañía Agroforestal de Servicios y Mandatos S.A.	Argentina
29 Simoneta S.A.	Argentina
30 Ladelux S.A.	Uruguai
31 Kelizer S.A.	Uruguai
32 Adecoagro Uruguay S.A. (previously Agroglobal S.A.)	Uruguai
33 Adecoagro Brasil Participações S.A.	Brasil
34 Adeco Agropecuária Brasil Ltda.	Brasil
35 Usina Monte Alegre Ltda.	Brasil
36 Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	Brasil
37 Adecoagro Commodities Ltda.	Brasil
38 Adecoagro Energia Ltda.	Brasil
<b>Entidades afiliadas não consolidadas</b>	
CHS Agro S.A.	Argentina
Avicola del Plata S.A.	Argentina

Fonte: Relatório Anual de 2017. Organização própria. Disponível em: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000162828018005268/exhibit8112312017.htm>  
 Acesso em dezembro de 2022.

## APÊNDICE B- Adecoagro: Histórico do Conselho Administrativo

CONSELHO ADMINISTRATIVO								
NOME	PROSPECTO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abbas Farouq Zuaier	Presid.	Presid.	Presid.	Presid.*	Presid.*	Presid.*	Presid.*	-
Alan Leland Boyce	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*
Guillaume van der Linden	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*
Paulo Albert Weyland Vieira	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	-	-	-	-
Mariano Bosch	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor/ CEO	Diretor/ CEO	Diretor/ CEO	Diretor/ CEO
Plínio Musetti	Diretor	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*
Mark Schachter	Diretor	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*
Julio Moura Neto	Diretor	Diretor*	Diretor*	-	-	-	-	-
Andrés Velasco Brañes	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*
Daniel González	-	-	-	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*	Diretor*
Dwight Anderson	-	-	-	Diretor*	Diretor*	Diretor*	-	-
Walter Marcelo Sanchez	-	-	-	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor CCO	Diretor CCO
Marcelo Weyland Vieira	-	-	-	-	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor
James David Anderson	-	-	-	-	-	-	Diretor	Diretor
Ivo Andrés Sarjanovic								Diretor

\* Qualificam-se como conselheiros independentes, e os outros diretores não são independentes de acordo com as regras da SEC.

Fonte: Relatórios Anuais de 2011, 2014 e 2017. Organização própria.

### APÊNDICE C- Adecoagro: Histórico do Conselho Executivo

CONSELHO EXECUTIVO								
NOME	PROSPECTO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mariano Bosch Co-fundador	D. Executivo	D. Executivo	D. Executivo	D. Executivo	D. Executivo	D. Executivo	D. Executivo	D. Executivo
Carlos A. Boero Hughes	D. financeiro	D. financeiro	D. financeiro	D. financeiro	D. financeiro	D. financeiro	D. financeiro	D. financeiro
Emilio F. Gnecco	D. Jurídico	D. Jurídico	D. Jurídico	D. Jurídico	D. Jurídico	D. Jurídico	D. Jurídico	D. Jurídico
Walter Marcelo Sanchez Co-fundador	D. Comercial	D. Comercial	D. Comercial	D. Comercial	D. Comercial	D. Comercial	D. Comercial	D. Comercial
Mario José Ramón Imbrosciano	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios	D. de Desenv de Negócios
Leonardo Berridi	Gerente Brasil	Gerente Brasil	Gerente Brasil	Gerente Brasil	Gerente Brasil	Gerente Brasil	Gerente Brasil	Gerente Brasil
Marcelo Vieira	D. de Operações de Açúcar e Etanol	D. de Operações de Açúcar e Etanol	D. de Operações de Açúcar e Etanol	D. de Operações de Açúcar e Etanol	-	-	-	-
Ezequiel Garbers Co-fundador	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru	Gerente Arg/Uru
Renato Junqueira Santos Pereira	-	-	-	-	D. de Operações de Açúcar e Etanol	D. de Operações de Açúcar e Etanol	D. de Operações de Açúcar e Etanol	D. de Operações de Açúcar e Etanol

Fonte: Relatórios Anuais de 2011, 2014 e 2017. Organização própria.



**APÊNDICE D – Série histórica (2005-2012) do Crédito Rural concedidos em  
Ivinhema-MS**

<b>Crédito Rural: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em Ivinhema-MS</b>									
ANO	ATIVIDADE	FINALIDADE						TOTAL	
		CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		Contrato	Valor
		Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
2005	Agrícola	353	5.291.905,82	23	604.986,96	2	45.732,06	378	5.942.624,84
	Pecuária	73	3.075.874,83	67	3.247.945,35	16	904.173,25	156	7.227.993,43
	<b>Total</b>	<b>426</b>	<b>8.367.780,65</b>	<b>90</b>	<b>3.852.932,31</b>	<b>18</b>	<b>949.905,31</b>	<b>534</b>	<b>13.170.618,27</b>
2006	Agrícola	207	3.537.575,16	19	327.975,81	1	2.000.000,00	227	5.865.550,97
	Pecuária	83	3.767.484,37	59	1.961.674,93	3	364.757,25	145	6.093.916,55
	<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>7.305.059,53</b>	<b>78</b>	<b>2.289.650,74</b>	<b>4</b>	<b>2.364.757,25</b>	<b>372</b>	<b>11.959.467,52</b>
2007	Agrícola	259	3.960.495,12	22	410.531,07	1	600.000,00	282	4.971.026,19
	Pecuária	108	6.535.956,14	92	6.892.219,27	0	0,00	200	13.428.175,41
	<b>Total</b>	<b>367</b>	<b>10.496.451,26</b>	<b>114</b>	<b>7.302.750,34</b>	<b>1</b>	<b>600.000,00</b>	<b>482</b>	<b>18.399.201,60</b>
2008	Agrícola	214	4.414.544,43	27	652.776,23	0	0,00	241	5.067.320,66
	Pecuária	120	9.419.684,74	86	13.832.405,01	3	131.253,73	209	23.383.343,48
	<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>13.834.229,17</b>	<b>113</b>	<b>14.485.181,24</b>	<b>3</b>	<b>131.253,73</b>	<b>450</b>	<b>28.450.664,11</b>
2009	Agrícola	202	6.236.422,72	30	4.357.108,71	0	0,00	232	10.593.531,43
	Pecuária	124	10.266.057,47	108	7.918.502,25	5	373.974,61	237	18.558.534,33
	<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>16.502.480,19</b>	<b>138</b>	<b>12.275.610,96</b>	<b>5</b>	<b>373.974,61</b>	<b>469</b>	<b>29.152.065,76</b>
2010	Agrícola	204	6.816.014,61	30	1.145.384,56	0	0,00	234	7.961.399,17
	Pecuária	154	18.887.624,20	160	8.611.864,08	3	208.775,35	317	27.708.263,63
	<b>Total</b>	<b>358</b>	<b>25.703.638,81</b>	<b>190</b>	<b>9.757.248,64</b>	<b>3</b>	<b>208.775,35</b>	<b>551</b>	<b>35.669.662,80</b>
2011	Agrícola	152	5.954.366,10	32	1.110.525,04	0	0,00	184	7.064.891,14
	Pecuária	209	26.216.216,89	154	7.216.897,38	0	0,00	363	33.433.114,27
	<b>Total</b>	<b>361</b>	<b>32.170.582,99</b>	<b>186</b>	<b>8.327.422,42</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>547</b>	<b>40.498.005,41</b>
2012	Agrícola	157	7.752.057,30	125	3.284.172,56	2	375.440,56	284	11.411.670,42
	Pecuária	218	27.001.553,91	124	11.016.908,78	0	0,00	342	38.018.462,69
	<b>Total</b>	<b>375</b>	<b>34.753.611,21</b>	<b>249</b>	<b>14.301.081,34</b>	<b>2</b>	<b>375.440,56</b>	<b>626</b>	<b>49.430.133,11</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural. BACEN, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

**APÊNDICE E – Série histórica (2005-2012) do Crédito Rural concedidos em  
Angélica-MS**

<b>Crédito Rural: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em Angélica-MS</b>									
<b>ANO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>FINALIDADE</b>						<b>TOTAL</b>	
		<b>CUSTEIO</b>		<b>INVESTIMENTO</b>		<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>		<b>Contrato</b>	<b>Valor</b>
		<b>Contrato</b>	<b>Valor</b>	<b>Contrato</b>	<b>Valor</b>	<b>Contrato</b>	<b>Valor</b>		
2005	Agrícola	113	3.506.432,78	3	196.675,77	4	168.954,24	120	3.872.062,79
	Pecuária	98	2.334.537,14	29	752.383,12	38	2.530.235,43	165	5.617.155,69
	<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>5.840.969,92</b>	<b>32</b>	<b>949.058,89</b>	<b>42</b>	<b>2.699.189,67</b>	<b>285</b>	<b>9.489.218,48</b>
2006	Agrícola	42	1.670.608,43	6	904.791,80	0	0,00	48	2.575.400,23
	Pecuária	88	3.021.471,78	23	1.432.149,77	16	925.929,41	127	5.379.550,96
	<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>4.692.080,21</b>	<b>29</b>	<b>2.336.941,57</b>	<b>16</b>	<b>925.929,41</b>	<b>175</b>	<b>7.954.951,19</b>
2007	Agrícola	40	1.663.765,82	10	2.796.000,35	0	0,00	50	4.459.766,17
	Pecuária	79	4.674.991,17	25	2.897.746,42	0	0,00	104	7.572.737,59
	<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>6.338.756,99</b>	<b>35</b>	<b>5.693.746,77</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>154</b>	<b>12.032.503,76</b>
2008	Agrícola	41	1.962.895,68	8	2.001.989,82	0	0,00	49	3.964.885,50
	Pecuária	68	5.126.767,83	30	4.539.711,09	0	0,00	98	9.666.478,92
	<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>7.089.663,51</b>	<b>38</b>	<b>6.541.700,91</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>147</b>	<b>13.631.364,42</b>
2009	Agrícola	43	3.256.998,43	12	3.858.745,68	0	0,00	55	7.115.744,11
	Pecuária	65	3.314.573,71	23	755.975,49	0	0,00	88	4.070.549,20
	<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>6.571.572,14</b>	<b>35</b>	<b>4.614.721,17</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>143</b>	<b>11.186.293,31</b>
2010	Agrícola	39	4.251.971,82	15	4.749.129,75	0	0,00	54	9.001.101,57
	Pecuária	59	3.932.637,09	48	2.999.370,65	0	0,00	107	6.932.007,74
	<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>8.184.608,91</b>	<b>63</b>	<b>7.748.500,40</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>161</b>	<b>15.933.109,31</b>
2011	Agrícola	44	3.506.623,26	6	2.055.919,34	0	0,00	50	5.562.542,60
	Pecuária	58	4.917.877,22	30	2.741.511,23	0	0,00	88	7.659.388,45
	<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>8.424.500,48</b>	<b>36</b>	<b>4.797.430,57</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>138</b>	<b>13.221.931,05</b>
2012	Agrícola	42	5.084.043,12	25	11.811.351,98	0	0,00	67	16.895.395,10
	Pecuária	60	6.011.330,53	56	3.968.704,87	0	0,00	116	9.980.035,40
	<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>11.095.373,65</b>	<b>81</b>	<b>15.780.056,85</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>183</b>	<b>26.875.430,50</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural. BACEN, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

**APÊNDICE F - Outorgas de uso e perfuração de poços artesianos pela empresa Adecoagro Vale do Ivinhema concedidas pelo IMASUL, referentes a 2021<sup>132</sup>, 2020<sup>133</sup>, 2019<sup>134</sup> e 2018<sup>135</sup>.**

<b>Ano</b>	2021	2020	2019	2018
<b>Portaria</b>	n. 0003921, de 14 de julho de 2021	n. 0002671, de 25 de agosto de 2020	n. 0001537, de 6 de junho de 2019	n. 0001113, de 9 de maio de 2018
<b>Ato</b>	outorga de direito de uso de recursos hídricos	autorização para perfuração de poço	outorga de direito de uso de recursos hídricos	outorga de direito de uso de recursos hídricos
<b>Tipo de ponto de interferência</b>	captação subterrânea	captação subterrânea	captação subterrânea	captação subterrânea
<b>Finalidade de uso</b>	Consumo humano	Irrigação	Consumo humano	Consumo humano
<b>Município</b>	Ivinhema	Angélica	Ivinhema	Angélica
<b>Sistema aquífero</b>	Sistema aquífero Bauru	Sistema aquífero Bauru	Sistema aquífero Bauru	Sistema aquífero Serra Geral
<b>Volume anual captado</b>	36.016,00 m <sup>3</sup>	72.000,00 m <sup>3</sup>	182.962,00 m <sup>3</sup>	82.590,00 m <sup>3</sup>
<b>Data efeito legal da portaria</b>	14 de julho de 2031	25 de agosto de 2023	6 de junho de 2029.	9 de maio de 2028

<sup>132</sup> Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Portaria-Imasul-de-Outorga-3921-ADECOAGRO-VALE-DO-IVINHEMA-S.A..pdf> Acesso em junho de 2022.

<sup>133</sup> Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Portaria-Imasul-de-Outorga-2671-ADECOAGRO-VALE-DO-IVINHEMA-S.A..pdf> Acesso em junho de 2022.

<sup>134</sup> Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Portaria-Imasul-de-Outorga1537-ADECOAGRO-VALE-DO-IVINHEMA.pdf> Acesso em junho de 2022.

<sup>135</sup> Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Portaria-Imasul-de-Outorga-1113-ADECOAGRO-VALE-DO-IVINHEMA-S.A.pdf> Acesso em junho de 2022.